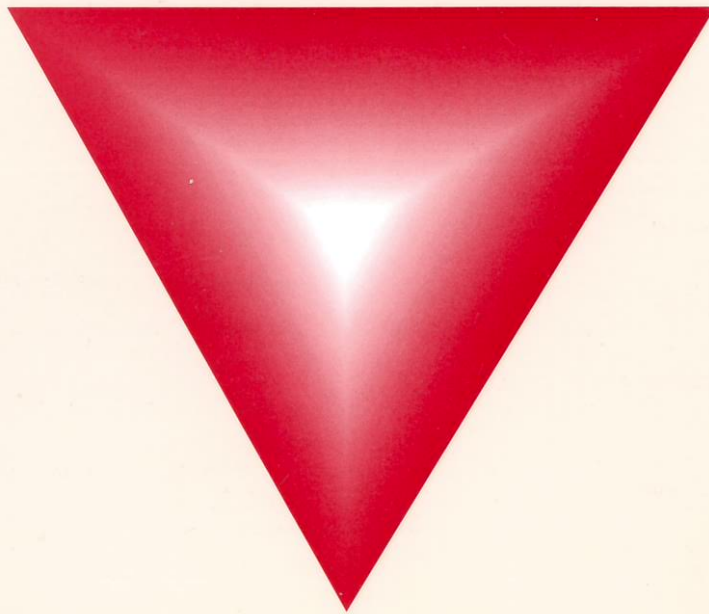


ISSN 0103-3786

Volume 15 - Número 2 2003

Maio / Agosto

TransInformação



Editor / Editor

Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

Editor Adjunto / Assistant Editor

Profa. Maria Cristina Matoso

Editor Associado / Associate Editor

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi

Comitê Editorial / Editorial Committee

Prof. Dr. Bruno Fuser

Profa. Dra. Else Benetti Marques Válio

Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos

Prof. Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho

Profa. Dra. Maria de Fátima G. Moreira Tállamo

Profa. Marisa Marques Zanatta

Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi

Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

Conselho Editorial / Editorial Board

Prof. Dr. Aldo de Albuquerque Barreto (Brasil)

Prof. Dr. Antonio García Gutiérrez (Espanha)

Prof. Dr. Eduardo Wense Dias (Brasil)

Profa. Dra. Johanna W. Smit (Brasil)

Prof. Dr. Juan Carlos Molina (Espanha)

Prof. Dr. Luc Quoniam (França)

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet (Brasil)

Prof. Dr. Yves-François Le Coadic (França)

Equipe Técnica / Technical Group

Normalização / Normalization

Giovana de Aguiar Rizzo

Maria Cristina Matoso

Mônica de Fátima Loureiro

Revisão do idioma Português / Portuguese revision

Ligia Ferrari Fuentes

Revisão do idioma inglês / English revision

Magda Maria Renoldi Tocalino

Apoio Administrativo / Administrative Support

André Gustavo Tomaz dos Santos

Transinformação fundada em 1989. É publicada quadrimestralmente e é de responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Publica trabalhos da área da Ciência da Informação realizados na Universidade, bem como de colaboradores externos.

Transinformação founded in 1989. It is published every four months and it is of responsibility of the Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Information Science, as well as external contributors works.

COLABORAÇÕES / CONTRIBUTIONS

Os manuscritos (um original e duas cópias) devem ser encaminhados à Secretaria da Revista conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts (the original and two copies) should be sent to the Transinformação' Office and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

ASSINATURAS / SUBSCRIPTIONS

Pedidos de assinatura (Anual: R\$40,00) ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

Subscription (Annual: US\$40.00) or exchange orders should be addressed to the a Secretaria.

CORRESPONDÊNCIA / CORRESPONDENCE

Toda a correspondência deve ser enviada à Transinformação no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Transinformação at the address below:

Praça Imaculada, 105 – Vila Santa Odila – 13045-901
Campinas – SP – Brasil

Fone: 55 (19) 3776-6722 – Fax: 55 (19) 3276-0981

E-mail: transinformacao@puc-campinas.edu.br

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in signed articles.

Copyright © Transinformação

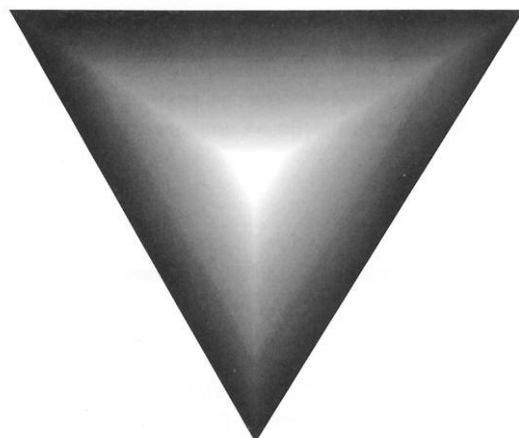
É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total reproduction depends on the authorization of the Transinformação



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

TransInformação



ISSN 0103-3786

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação – SBI – PUC-Campinas

Transinformação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. – Campinas, SP, v.1, n.1, jan./abr. (1989-).

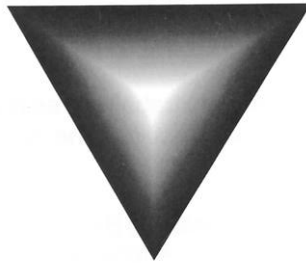
Quadrimestral

Quadrimestral 1989-1999; Semestral 2000-2002; Quadrimestral 2003-
Resumo em Português e Inglês.
ISSN 0103-3786

1. Biblioteconomia – Periódicos. 2. Ciência da Informação – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

CDD 020
CDU 02

TransInformação



Editorial / Editorial

- 97 Reprodução ou transformação: reflexões acerca do tripé ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação
Reproducing or transforming: Thoughts on the triad education, research and extension practices in Information Science
Johanna W. Smit

Artigos Originais / Original Articles

- 105 As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul
Articulating research with teaching and extension practices in Mercosul's Information Science courses
Marta Lígia Pomim Valentim, Célia Regina Simonetti Barbalho, Dulcinéia Sarmento Rosemberg, Miriam Vieira da Cunha
- 119 La enseñanza universitaria y su extensión en comunidades de frontera: un proyecto dirigido a promover políticas sociales para el ciudadano como usuario de información y lectura
College teaching and its extension practices in border communities: A project aiming to promote social policies for the citizen as a reader and information user
Martha Sabelli
- 135 Necesidad de fortalecimiento de la extensión universitaria como componente del proyecto académico, con miras a la evaluación y acreditación
The need to strengthen the college extension as a component of the academic project, aiming at evaluation and accreditation
Margarita Escobar de Morel
- 149 A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular
The pedagogical dimension of the research in Mercosul's Library Studies courses: Reflections on a trajectory towards curricula harmonization
Mara Eliane Fonseca Rodrigues, José Augusto Chaves Guimarães

- 165 A pesquisa histórica no ensino: saberes necessários à prática docente
The historical research in Education: The necessary knowledge for the practice of teaching
Lídia Eugenia Cavalcante
- 175 Pesquisa docente no espaço constitutivo da formação dos profissionais da Ciência da Informação no Brasil
Teachers' research and its effects in the education of Information Science professionals in Brazil
Francisco das Chagas de Souza
- 189 O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero
The information professional in the work place and the gender relations
Maria Mary Ferreira
- 203 La investigación en la currícula de las Escuelas de Bibliotecología de la Universidad Tecnológica Metropolitana y de la Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación (Chile)
Research in the Library Studies Schools' currícula of two Chilean universities: The Universidad Tecnológica Metropolitana and the Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación
Héctor Gómez Fuentes, Cristian Valenzuela
- 209 Comunicação científica dos docentes da Universidade Federal do Maranhão no período de 1998 a 2001
Professors' scientific communication in the Federal University of Maranhão, Brazil, from 1998 to 2001
Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro, Silvana Maria de Jesus
- 221 Estudio de la producción profesional en Bibliotecología en la Argentina: análisis de dominio de la revista Referencias
Professional production on Library Studies in Argentina: Referencias - analysis of this journal's domain
Gustavo Liberatore, Marcela Coringrato, Adrián Amerio
- 231 Análisis bibliométrico de la producción científica de los investigadores con proyectos aprobados por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Córdoba: 1996/1999
Bibliometric analysis of the scientific production of researchers with projects approved by the Science and Technology Office of the Universidad Nacional de Córdoba (Argentina): 1996-1999
Eugenia Bustos Argañaraz, Alicia Centeno Sosa, María Virginia Rapela
- 245 Investigación de fuentes de información jurídica en materia de discriminación
Research into legal information sources concerning discrimination
Alicia S. Cap
- 259 Metodologia de Sistemas Flexíveis aplicada a estudos em Ciência da Informação: uma experiência pedagógica
The Soft Systems Methodology applied to the Information Science studies: A pedagogical experience
Sely M. S. Costa
- 273 Sistema hipermídia ajudando a construir a pesquisa escolar
The Hypermedia System "Helping to build the elementary-school research"
Ana Maria Nogueira Machado, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti
- 283 Instruções aos Autores
Instructions for Authors

Reprodução ou transformação: reflexões acerca do tripé ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação

*Reproducing or transforming: Thoughts
on the triad education, research and extension
practices in Information Science*

Este número de Transinformação traz uma série de textos apresentados por ocasião do VI Encontro de Diretores e V Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, organizado pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e realizado em Londrina (Paraná) em outubro de 2002. O encontro tinha por tema a pesquisa nos cursos (de graduação) de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, gerando uma discussão muito atual e fértil sobre os objetivos da formação profissional em sua relação com a pesquisa e a extensão.

O TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão caracteriza a universidade pública ou aquelas que cumprem integralmente sua função social. Para além das diferenças nacionais, legais e institucionais entre faculdades, instituições de ensino ou universidades, todas as instituições que formam profissionais da informação serão doravante denominados “universidades”, embora não ignoremos que haja uma grande diversidade de instituições e que o termo “universidade” aponte para uma instituição plena, mais complexa, na qual, além do ensino, ocorre a preocupação com a pesquisa e a extensão universitária. Gómez Fuentes e Valenzuela tocam na questão quando se referem à transição da universidade de docente para a universidade mais complexa e/ou de pesquisa.

Explicitamente ou implicitamente a diferenciação entre universidades é mencionada por todos os autores, representando o ensino em Biblioteconomia sistematizado pelos representantes da ABECIN e em vários estados brasileiros (Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Distrito Federal, Santa Catarina), no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina. O tripé é consensualmente pressuposto, por um lado, mas por outro lado é relativizado à medida em que o ensino determina

uma constante (ministrado por todas as universidades) mas sua relação com a pesquisa e a extensão varia muito de acordo com as instituições. Não se trata, portanto, de negar o tripé, mas discutir a distribuição de responsabilidades entre as três atividades-fim e, mais ainda, discutir como estas interagem e se é possível estabelecer uma hierarquia entre as mesmas.

Outro pressuposto onipresente nos textos reunidos diz respeito ao caráter social da universidade e da Biblioteconomia/Ciência da Informação. Tanto a instituição universidade quanto a atuação do profissional da informação são invariavelmente contextualizados em relação à sociedade à qual servem. No que diz respeito às universidades, os autores são unânimes em realçar a função social desta, sua responsabilidade na formação de cidadãos cômicos, críticos, criativos e sensíveis em relação aos problemas sociais envolvidos no acesso à informação. Notam-se, nos textos, algumas referências às universidades privadas, ou particulares, nas quais a preocupação com o social estaria menos evidenciada mas em momento algum a responsabilidade social da universidade é questionada, quer esta seja mantida pelo poder público ou pelas mensalidades de seus alunos.

A função social do profissional da informação é igualmente incontestada, quando este é apresentado como um mediador entre o cidadão e a informação, um facilitador no acesso à informação, aquele que gerencia a informação para o bem comum visando ao progresso da sociedade e do bem-estar da humanidade. A leitura dos textos faz ressaltar com muita clareza esta consciência a respeito tanto da função social desempenhada pelo profissional da informação, como também sua imersão nesta sociedade à qual serve: seu pertencimento à mesma.

A partir das colocações bastante consensuais dos autores emerge uma questão que deve ser aprofundada em futuros debates, a meu ver, a partir da qual tentaríamos penetrar no significado que a área atribui ao termo “mediador”. Embora indiscutível, a função do mediador tende a adquirir uma aura romântica e quase mágica, à medida em que o profissional é apresentado como aquele que “fica entre”, “é a interface”, “constrói a interface” ou “facilita o acesso à informação por parte do cidadão”. Nesta abordagem, a função da mediação é apresentada como uma consequência, insisto, quase mágica, do lugar específico ocupado pelo profissional: é como se, em “estando entre”, o mesmo automaticamente, ou magicamente, exerce sua função mediadora. A simples localização (o “entre”) no processo da transferência de informação fornece, nesta lógica, a garantia suficiente de que o processo de fato se concretize e que a função social do profissional da informação se realize.

Sabemos, no entanto, que a mediação designa um processo muito complexo e que a discussão das dificuldades envolvidas na transferência de informação está sempre muito presente. Ou seja: sabe-se que a processo é muito complexo, mas ao mesmo tempo a função mediadora do profissional da informação não é submetida a um questionamento mais detalhado: a mesma existe, é pressuposta e falta-nos discutir com mais profundidade como a exercemos, quais variáveis estão fora de nossa esfera de ação e quais outras variáveis constituem nosso “locus” particular de atuação profissional.

Indo ainda além, e ousando mais um pouco, não basta “ser mediador”, deve-se enunciar o(s) modo(s) de intervenção na sociedade. “Ser mediador” parece constituir uma nova forma de nos colocarmos um pouco acima, ou fora, dos embates sociais: somos mediadores, por isto merecemos os céus, mas o que fazemos de fato? **Como** mediamos? **O que** mediamos? Com quais consequências? Quais resultados? Somente resultados positivos? Não ignoro que muito é feito e que as intenções que nos movem são totalmente sinceras e bem-intencionadas, mas acredito

firmemente que deveríamos aprofundar o debate neste aspecto. Até porque a discussão das dificuldades enfrentadas no processo de transferência da informação sistematicamente as expõe da área, inocentando-nos: a educação fundamental é deficiente (o que é um fato), o cidadão tem pouca consciência de suas necessidades informacionais (outra verdade), o acesso à tecnologia da informação e aos meios de comunicação é socialmente injusto e desigual (outra verdade) e por aí vai: problemas ocorrem mas estes estão sistematicamente localizados fora da área e portanto pouco podemos fazer para melhorar o processo no todo.

De fato, ao situarmos a Ciência da Informação - e uma de suas vertentes profissionais, a Biblioteconomia¹ - no contexto das ciências sociais aplicadas, este contexto social é dado e, conseqüentemente, as imbricações sociais do nosso fazer mediador com outras variáveis sociais também está posto. Tendo em vista que o objeto de estudo da área do conhecimento Ciência da Informação não nos pertence de forma monopolística, pois é compartilhado com as outras áreas do conhecimento, o desafio passa a residir na construção de uma identidade da área a partir dos problemas que a mesma se propõe a resolver, reafirmando desta forma seu estatuto de “ciência aplicada”, “pós-moderna” de acordo com alguns autores. O problema que a área se propõe a resolver é o problema da transferência de informação e quem diz “transferência” enuncia automaticamente a existência de dois pólos entre os quais a transferência se dá, ou deveria se dar: surge então a figura do **mediador**, aquele que está entre os pólos, ou seja, entre a informação estocada e o cidadão ou, por extensão, a sociedade.

A releitura que proponho dos textos que integram este fascículo da Transinformação não discorda dos mesmos, mas expõe uma sensação que pode ser destilada a partir da leitura, suscitada pela ênfase recorrente na afirmação da função social do mediador da informação e no relativo silêncio a respeito dos entraves, erros e acertos envolvidos no exercício desta função.

Relembremos que a construção de uma área do conhecimento deve ser colocado na perspectiva de um “processo”, ou seja, uma ação que, muitas vezes vivenciada como um exercício de tentativas, erros e acertos, se constrói ao se enunciar, através de um constante processo de revisão, análise e re-sistematização de enunciados, ou conceitos.

Não creio que seria possível chegar a propor um maior detalhamento das variáveis envolvidas na função da mediação de informação - e uma clara distribuição entre variáveis “da nossa alçada” e variáveis que dependem de outras áreas do conhecimento - se não tivéssemos enunciado anteriormente nossa condição de mediadores. Proponho, portanto, uma nova etapa na construção da definição epistemológica de nossa área de atuação. O desafio é complexo, e o artigo de Sabelli o exemplifica de forma muito rica através do relato de um projeto de extensão universitária realizado no Uruguai e na fronteira entre o Uruguai e o Brasil. O referido texto relata a implantação de Serviços de Informação à Comunidade (SIC) para cidadãos em condições desfavoráveis, nos quais não somente se deve “alcançar” o acesso à informação, mas “ajudar a superar as incapacidades de uso e apropriação da informação” por parte destes cidadãos. A interface entre a Ciência da Informação, Educação, Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas, Lingüística e Comunicação, para citar as áreas mais evidenciadas nesta discussão, ao mesmo tempo em que fica clara, nos recoloca novamente frente à questão da identidade da área, e como, “a partir da área”, ou “a partir do ‘dentro’ da área”, podemos concorrer para melhorar o acesso à informação.

¹ DIAS, E. W. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, M.A. (Org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.87-99.

A extensão universitária

Retornando ao tripé da universidade, qual seja, ensino, pesquisa e extensão, forçoso é constatar que esta última ocupa um papel menor, embora seja reconhecida como essencial para desenvolver no aluno “a sensibilidade social” (Escobar de Morel). A dualidade da extensão universitária, também chamada “projeção social”, segundo o mesmo autor, oscila entre uma extensão que tenha por meta o desenvolvimento da visão social por parte do aluno e que, por outro lado, interfira na sociedade, “projetando-se” sobre os problemas no acesso à informação e tente minorá-los (Sabelli). Assim sendo, a extensão universitária ocupa um papel importante tanto para o aluno como para a sociedade, sua avaliação é indispensável (Escobar de Morel), mas a mesma não se sustenta isoladamente, o que nos leva ao aspecto seguinte da discussão: a dualidade ensino/pesquisa.

A dualidade ensino/pesquisa

Os textos que compõem este número da Transinformação expõem diferentes concepções do processo de ensino quando os mesmos discutem a função exercida pela pesquisa no referido processo. A discussão deve ser segmentada em temáticas complementares mas diferenciadas:

- o que é ensino;
- o que é pesquisa;
- o que deve ser ensinado em relação à pesquisa;
- o que o docente de Biblioteconomia/Ciência da Informação deveria pesquisar.

O objetivo atribuído ao ensino profissional em Biblioteconomia e Ciência da Informação não se restringe à formação de profissionais, afastando-se assim de uma visão efetivamente ultrapassada, segundo a qual, e para simplificar, o ensino “entregava o peixe”. Diante do mundo contemporâneo e globalizado, consensualmente os autores atribuem ao ensino uma missão muito maior do que aquela que pode ser resumida por uma operação de “entrega do peixe”, pois esta formação deve “ensinar a pescar”. Diante da variedade de situações profissionais, usuários, fontes de informação e necessidades de informação, de fato, o profissional é hoje confrontado com um leque ilimitado de situações, que são constantemente alteradas. Torna-se, portanto, imperioso abandonar uma visão segundo a qual determinadas soluções são adequadas e continuarão sendo adequadas para as mais diversas situações profissionais. Dito de outro modo, a formação incorporou, em seus pressupostos, a impossibilidade de preparar o aluno para a diversidade de situações profissionais nas quais o mesmo deverá atuar: torna-se, assim, necessário instrumentá-lo na busca de soluções inovadoras, na adequação de soluções a situações novas e na incorporação crescente das tecnologias de comunicação e informação na elaboração de respostas aos desafios colocados.

O aluno de Biblioteconomia e Ciência da Informação deve, portanto, aprender a sistematizar informações disponíveis de uma nova maneira, incorporando novos pressupostos ou variáveis, ou a gerar um conhecimento inovador. O ensino deve, nessa medida, incorporar conteúdos que ensinem o aluno a pesquisar de modo a instrumentá-lo para responder adequadamente aos desafios - inúmeros e imprevisíveis - colocados pelo exercício profissional. O desequilíbrio, no seio da formação profissional, entre o “saber” e o “fazer” vem sendo reiteradamente apontado como fio condutor nas transformações pelas quais o ensino da área passou ao longo do tempo. Ferreira, resgatando a importante contribuição de César de Castro na reflexão sobre o ensino de Biblioteconomia, identifica no início da atuação

profissional a prevalência do “saber”, referindo-se à época na qual as bibliotecas eram organizadas e gerenciadas por “eruditos”. A “tecnicização” da profissão acarreta várias conseqüências, de acordo com a autora: a abertura de um mercado profissional para a mulher bibliotecária (até então ausente), a conseqüente desvalorização da profissão e a ênfase no “fazer”.

A atuação da ABECIN na organização de variados foros de discussão tem tido por meta a reflexão sobre a dualidade entre o “fazer” e o “saber”, na manifesta intenção de reforçar o ensino do “saber” em detrimento do ensino do “fazer”. Verifica-se assim um novo consenso entre os autores: o aluno de Biblioteconomia/Ciência da Informação deve ser introduzido no universo da pesquisa, razão pela qual é hoje muito valorizado o “Trabalho de Conclusão de Curso” - o TCC. A elaboração do TCC propicia, assim, uma prática de sistematização de conceitos, revisão bibliográfica, verticalização em determinada temática e introdução na elaboração de um texto científico. O TCC vem sendo introduzido no projeto pedagógico de muitos cursos de graduação com o objetivo precípua de suscitar no aluno a prática (e o gosto?) pela pesquisa.

Uma outra modalidade de atividades responde ao mesmo objetivo: a iniciação científica, mas esta não pode ser introduzida no currículo pois é regulada por outras variáveis: docentes-pesquisadores, com disponibilidade para a orientação e a existência de bolsas de iniciação científica (Valentim, Barbalho, Rosemberg e Cunha). Assim sendo, o desenvolvimento da competência em pesquisa permeia toda discussão referente ao ensino de graduação e é hoje considerada indispensável no processo formativo do aluno.

No entanto, o consenso tem alguns pressupostos aos quais a área vem respondendo de formas diversificadas. “Ensinar a pesquisar” não equivale, forçosamente, a introduzir o aluno numa “cultura de pesquisa”: se é possível introduzir no currículo de graduação disciplinas que ensinem a pesquisar, estas somente atingirão seus objetivos caso a instituição propicie uma “cultura de pesquisa”. Caso a “cultura de pesquisa” esteja ausente da instituição, as disciplinas que ensinem a pesquisar serão entendidas pelos alunos como disciplinas totalmente desvinculadas de uma prática acadêmica, cujos créditos são necessários para a integralização do mínimo necessário para a obtenção de um diploma mas cujo sentido, no contexto da formação, não será percebido.

A instalação de uma “cultura de pesquisa” é difícil pois independe de atos formais vez que é condicionada pelas características pessoais dos docentes-pesquisadores. O desafio, neste aspecto, passa a residir na concepção de um projeto pedagógico que reforce a iniciativa investigativa do aluno. Neste sentido, os cursos de graduação que funcionam em paralelo a cursos de pós-graduação têm evidentemente uma facilidade em relação aos demais cursos. Mas como tentei expor em um artigo que também integra este número da Transinformação, a criação de grupos de pesquisa não é determinada por razões formais, mas pressupõe temáticas aglutinadoras ao redor das quais determinados docentes se agregam. Por outro lado, a existência de grupos de pesquisa não implica, *per se*, a ocorrência de uma cultura de pesquisa, pois estes grupos podem ter uma existência mais formal do que real, tendo em vista que as instituições incentivam de forma muito explícita a organização de grupos de pesquisa.

Do que precede deve-se retirar a constatação segundo a qual é imprescindível que o aluno, em seu processo de ensino, seja introduzido no universo da pesquisa, mas que esta afirmação pressupõe a existência de tal universo, conseqüência do nucleamento de docentes-pesquisadores motivados para a pesquisa. Assim sendo, uma estrutura curricular, embora deva evidentemente contemplar a preocupação com a pesquisa, não garante que a mesma seja vivenciada de forma integrada pelo alunato.

A motivação para a pesquisa² é portanto pressuposta mas na prática submetida a diferentes variáveis: além de condições que permitam o florescimento das características individuais devem ocorrer também uma série de condições externas ao docente mas igualmente imprescindíveis: condições adequadas de trabalho (tipo de contrato) e condições infra-estruturais: recursos bibliográficos e tecnológicos, principalmente.

Em supondo as condições reunidas para que o corpo docente exerça, de fato, a pesquisa acadêmica, é possível enunciar uma nova questão: este corpo docente deve pesquisar **sobre o que?** Quais temáticas deveriam ser pesquisadas? Temáticas que levem à construção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação? Esta é a resposta mais freqüente, contra a qual se insurge Souza, quando este afirma que a pesquisa que permita compreender melhor a ação pedagógica também deveria ser contemplada. O autor enuncia uma dualidade de propósitos na pesquisa relacionada à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação ao opor a pesquisa em Pedagogia à pesquisa cujos conteúdos focariam a área do conhecimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Rodrigues e Guimarães respondem a este posicionamento com outra argumentação, ao caracterizar o ensino como um ensino que deve produzir conhecimento, e não somente transmiti-lo. Se o ensino deve produzir conhecimento, a pesquisa deve integrar o cotidiano de docentes e discentes, processo no qual o conhecimento passa a ocupar o “centro” da ação pedagógica. Embora, obviamente, a pesquisa em Pedagogia não possa ser confundida com a pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a proposta de Rodrigues e Guimarães parece superar a dualidade ao afirmar a complementaridade de ambas no processo formativo do aluno à medida em que a pesquisa é caracterizada como estratégia pedagógica do docente-investigador. Não se afirma, neste caso, que as pesquisas voltadas para aspectos pedagógicos da formação profissional não tenham relevância mas que a mesma não constitui o foco principal da construção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Ao discutir a função da pesquisa no ensino enuncia-se, desta maneira, outra pergunta: qual é, de fato, o objetivo desta pesquisa? Para além da produção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação, qual é a função desta pesquisa? No processo formativo trata-se do desenvolvimento de uma competência criativa, ou adaptativa, no estudante de graduação: uma competência indispensável na contemporaneidade. Postula-se, assim, a complementaridade entre o “fazer” e o “saber”, ao preconizar um ensino que enfatize o “saber” mas que ao mesmo tempo valorize um “saber” que pode ser transformado em um “fazer”, evitando deste modo a geração de um conhecimento socialmente inútil ou improdutivo. Postula-se, igualmente, a inserção da análise do “fazer” e do “saber” em uma visão histórica (Cavalcante), abandonando uma abordagem a-histórica que contradiz a noção da provisoriade da ciência.

Retornando ao título proposto para esta introdução, o ensino em Biblioteconomia e Ciência da Informação rejeita uma função reprodutora de saberes constituídos e advoga uma transformação constante destes saberes, através de sua atualização ou reformulação. Ao deslocar o foco da formação da transmissão de “fazer” para a elaboração de “saberes”, o profissional da informação passa a integrar o universo das pessoas que sabem que o conhecimento (ou a ciência) é mutável e

² Recorro intencionalmente ao termo “motivação” para enfatizar o caráter estritamente individual que o corpo docente deve apresentar e que dificilmente é incentivado, regulado ou avaliado pelas normas institucionais formais justamente por tratar-se de características individuais dos docentes.

que, portanto, o mesmo supõe um constante acompanhamento, uma incessante ação, uma postura ativa e não passiva diante do mesmo (Valentim, Barbalho, Rosemberg e Cunha).

A introdução da pesquisa como estratégia pedagógica do ensino de graduação reverte na formação de profissionais que participam do processo de construção do conhecimento, não apenas como “apoio” (papel este que nunca deixarão de exercer, mas ao qual não podem ser confinados), mas como efetivos partícipes, cidadãos envolvidos na superação das dificuldades no acesso à informação e que se incluem no universo da leitura e da pesquisa. Dito de outro modo, trata-se de afirmar a atuação profissional do bibliotecário de modo muito mais ativo e comprometido com a sociedade, transformando um discurso consensual da área numa prática produtora de informação, libertadora e criadora, imersa numa sociedade cada vez mais complexa e mutável. A inserção do acesso à informação no rol das políticas públicas sociais, como preconizado por Sabelli, traduz esta nova ótica, que somente pode ser alcançada se o ensino incorporar a busca pela mudança através da pesquisa.

O fascículo da Transinformação discute ainda como os docentes-pesquisadores da UFMA divulgam suas pesquisas (Pecegueiro e Jesus), quais temáticas são pesquisadas na Argentina (Liberatore, Coringrato e Amerio) e a produtividade em pesquisa na Universidade Nacional de Córdoba (Bustos Argañaraz, Centeno Sosa e Rapela). Finalmente, são relatadas três pesquisas, duas de caráter metodológico (Cap e Costa) e uma de desenvolvimento tecnológico (Machado e Vidotti).

Concluindo, os textos aqui reunidos afirmam que docentes e alunos de Biblioteconomia e Ciência da Informação envolvidos em pesquisa incorporam a noção do **conhecimento enquanto processo** e, portanto, em constante mudança: nesta acepção os Profissionais da Informação têm uma evidente contribuição a dar na construção de uma Sociedade da Informação mais voltada para a inclusão do que para a exclusão social.

Johanna W. SMIT



As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul¹

Articulating research with teaching and extension practices in Mercosul's Information Science courses

Marta Lúcia Pomim VALENTIM²

Célia Regina Simonetti BARBALHO³

Dulcinéia Sarmiento ROSEMBERG⁴

Miriam Vieira da CUNHA⁵

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar o desenvolvimento da pesquisa científica nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da informação do Brasil, considerando a pesquisa como princípio educativo na formação do profissional dessas áreas do conhecimento. Foram realizados estudos nas cinco regiões geográficas brasileiras e também em São Paulo para verificar a existência de trabalhos de conclusão de curso, grupos de pesquisa, bolsas de Iniciação Científica, publicações e eventos. Os resultados demonstraram necessidade de maior apoio ao desenvolvimento de pesquisa científica considerando que a integração da pesquisa com o ensino e a extensão é exatamente importante

¹ Mesa Redonda: Apresentação por País "A Integração Pesquisa e Ensino nas Escolas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação"

² Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

³ Coordenadora da Região Norte da ABECIN.

⁴ Coordenadora da Região Sudeste da ABECIN.

⁵ Coordenadora da Região Sul da ABECIN.

Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

para o atendimento de qualidade que se almeja para os profissionais da área quando da sua formação.

Palavras-chave: formação profissional, educação, articulação ensino e extensão.

ABSTRACT

This work discusses the development of scientific research in the Library Studies and Information Science courses in Brazil, considering research as a pedagogical principle in the education of professionals in such areas of knowledge. Research was conducted in the five geographical Brazilian regions, including Sao Paulo, to verify the existing research groups, publications and events, term papers, and scientific initiation scholarships related to the subject. Considering that research should be integrated to teaching and extension practices in order to accomplish the desirable high quality professional education, this study's results demonstrate that a greater support for scientific research in the area is needed.

Key words: professional education, undergraduate education, teaching and extension practices articulation.

INTRODUÇÃO

As diretrizes para a formação do profissional da área de Ciência da Informação brasileira pretende ter para si a pesquisa como princípio educativo. Definiu-se no Brasil que o campo de estudo da área “abarca todos os fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações”. Da mesma forma, entende-se como seu objeto de estudo “a informação registrada, acatadas as respectivas formas de vê-la, processá-la e utilizá-la, consoante diferentes tradições e marcos teóricos (...) e como disciplinas instituidoras de ambientes de mediação entre acervos (‘estoques’ informacionais) e necessidades do usuário” (DIRETRIZES..., 2001).

Alguns aspectos da formação profissional são essenciais para trabalhar a pesquisa como princípio educativo, entre eles destacam-se:

- a fertilização mútua no trato com questões cuja complexidade e amplitude são, via de regra, insuficientemente resolvidas no

âmbito de uma única disciplina. O pressuposto é que o trabalho conceitual sugerido pela convivência com problemas plurifacetados resulte em desafio para as ortodoxias e em estímulo para novas pesquisas;

- articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que deverá ser garantida pelas instituições não só pela infra-estrutura material e de pessoal, mas sobretudo pela constituição de ambientes que envolvam alunos de graduação, pós-graduandos e profissionais da área num processo de reflexão crítica e troca de experiências, permitindo a interlocução entre a universidade e a sociedade (DIRETRIZES..., 2001).

O aluno e futuro profissional precisa buscar, de forma contínua, informação e conhecimento, pois estes são os mais valiosos

recursos estratégicos, na sua situação profissional, bem como ter uma postura investigativa e crítica, de modo que possa assumir as mudanças sociais de forma natural.

O processo de formação profissional necessita desenvolver no aluno capacidades essenciais para atuar no mundo do trabalho. Nesse sentido, o processo de formação deve contemplar os seguintes objetivos: a) Capacitar o egresso, numa perspectiva de formação integral, para atuar com competência, de modo a responder às demandas sociais; b) Formar alunos com visão científica, ou seja, que compreendam a provisoriedade da verdade científica, portanto críticos, reflexivos, autônomos, éticos, que enfrentem os desafios próprios da área com competência; c) Possibilitar ao aluno o reconhecimento da dimensão social da profissão. Isso significa ser solidário e não apenas competitivo, tal como tem induzido a ideologia hegemônica; d) Formar para esta sociedade, em toda a sua complexidade e diversidade; e) O profissional da informação, através de seu exercício profissional, deverá estar voltado para modificar o meio onde atua, de modo a buscar reduzir as desigualdades sociais; f) O aluno deverá compreender a diversidade sócio-cultural e saber atuar na mesma (ASSOCIAÇÃO..., 2001).

O processo formativo exige um projeto pedagógico que contemple o desenvolvimento da área cognitiva do aluno quanto à aquisição, elaboração e a organização de informações, o acesso ao conhecimento existente, a produção de conhecimento, a reconstrução do próprio conhecimento, a identificação de diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, a imaginação, a criatividade, a solução de problemas (MASETTO, 2002). Nesse sentido, as articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação são fundamentais para a construção do profissional que queremos, do profissional que a sociedade quer.

A sociedade brasileira está demandando uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos competentes. A construção de uma educação voltada para a cidadania, como prática efetiva, implica a necessidade, não só da garantia da oferta de vagas, mas da oferta de um ensino de qualidade, sob a responsabilidade de professores portadores de conhecimentos nas diferentes áreas e atentos às dinâmicas sociais. O desafio de formação de indivíduos numa sociedade de cultura e economia globalizadas vem se traduzindo na concepção de novos paradigmas para a educação, resignificando a função social da escola e o processo ensino-aprendizagem.

Diante desse contexto, a educação superior e, mais especificamente, o ensino da Biblioteconomia no Brasil, têm buscado discutir propostas que atendam não só às questões acima levantadas, mas também as que são inerentes ao campo específico da Ciência da Informação que envolve, além das técnicas e procedimentos do trato da informação, a compreensão de sua origem e das finalidades sociais para geração de conhecimento, como afirmam Smit e Barreto (2002).

O que se expõe, nesse diagnóstico, é o resultado do exame sobre o fazer dos cursos das várias regiões do País, no que tange às articulações entre a pesquisa, o ensino e a extensão, com o intuito de consolidar uma reflexão sobre práticas que viabilizem a formação de profissionais comprometidos com a assimilação de conhecimentos que levem ao efetivo domínio de seus fundamentos e, não apenas, à assimilação das possíveis aplicações momentâneas. De fato, na efetiva articulação entre o tripé do ensino superior, reside a necessária construção da racionalidade não-instrumental, portanto, de uma razão crítica como afirma o Fórum... (1999), para quem

Só a crítica permanente permite, com base na reflexão sobre seus

fundamentos, a operação criativa acerca do conhecimento existente, no sentido de acompanhar, intervir e avançar, tanto no próprio desenvolvimento, quanto nos seus possíveis desdobramentos tecnológicos. Mas também, e fundamentalmente, é por meio da crítica radical que se pode evitar a fetichização do mundo da técnica, ou mesmo da ciência, incorporando-as como elemento importante, mas não único, no diálogo do homem com a realidade. A partir desta (re)conciliação entre o sujeito e o objeto, será possível superar dialeticamente a aparente exterioridade do homem em relação ao conhecimento que ele produz. Assim, conduzido na perspectiva da razão crítica, o processo de ensino qualifica-se para inserir-se na construção da efetiva cidadania, pautada pelo humanismo renovado.

Espera-se com este trabalho, contribuir para o enriquecimento de experiências no ensino da Biblioteconomia sem, contudo, perder o referencial de que os estudos ora apresentados não se constituem em análise profunda. Trata-se de um mapeamento superficial visando o conhecimento do conjunto, de como os cursos se constituem e qual a perspectiva de atuação nas excelentes oportunidades de atuações profissionais oriundas da aldeia globalizada.

Ensino, Pesquisa e Extensão: uma integração necessária

As práticas pedagógicas das universidades brasileiras têm como pressupostos básicos a integração e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a perspectiva da busca do saber e da produção do

conhecimento em todas as áreas que integram as suas estruturas.

A distinção entre as funções de ensino, pesquisa e extensão no trabalho universitário deve ser entendida apenas como uma estratégia operacional, não sendo aceitável concebem-se os processos de transmissão de conhecimento e de socialização de seus produtos desvinculados do contexto de sua geração.

Ao procurar colocar o conhecimento produzido a serviço da clientela, contribuindo para que ela tome consciência da totalidade da realidade e do processo histórico em que está inserida, os cursos de Biblioteconomia brasileiros devem buscar sistematizar a pesquisa e a extensão com vista a intermediar a apropriação do conhecimento por parte dos docentes e discentes e dinamizar os processos de difusão capazes de proporcionar o desenvolvimento de suas propostas pedagógicas.

Neste sentido, a formação para tal exercício profissional exige dos cursos ações que possibilitem a fomentação de embasamento teórico e de um espaço de práticas necessárias às demandas da realidade. De fato, possibilitar maior integração entre pesquisa, ensino e extensão universitária, contribui para a geração de fundamentação teórica de temas que envolvam o cotidiano e a qualificação profissional que concebem a educação como um processo integrado de formação da “*competência questionadora reconstrutiva*” (DEMO, 1997, p. 56) e não como simples reprodução de saberes e fazeres.

Esta filosofia de atuação profissional tem, no questionamento permanente do conhecimento produzido e registrado sob qualquer forma, a sua base inovadora para o processo de formação do sujeito histórico capaz de inovar, mas sobretudo de também humanizar esta inovação, mesmo que se tratem de métodos e técnicas dirigidos ao tratamento e controle bibliográfico de documentos. Mas, tem também, no conceito de competência, definido como

“capacidade de fazer e fazer-se” (DEMO, 1997, p. 56) o outro pilar de sustentação epistemológica que projeta e serve de referencial para o desafio da qualidade formal, abrangendo as habilidades conceitual e técnica voltadas à inovação pelo conhecimento, e da qualidade política, que compreende ações contextualizadas voltadas à intervenção ética e à transformação das estruturas sociais, tendo a construção da cidadania como horizonte.

Trata-se de uma opção que implica a busca de alternativas inovadoras que, de um lado, possibilitem aos sujeitos sociais envolvidos nesse processo (professores e alunos) práticas comprometidas com a construção permanente dessa capacidade de construir e reconstruir e, de outro, permitam reacender o ideal de uma educação inclusiva, que respeite os conteúdos e processos culturais das comunidades locais, aspectos que também remetem à necessidade de se estabelecer instâncias que elaborem e executem projetos em função da formação do sujeito histórico, integrado e, como tal, incluído nas múltiplas interfaces das realidades sociais, buscando a valorização do ser humano.

Esse trabalho pedagógico exige práticas coletivas, condição imprescindível para a constituição de grupos interdisciplinares, além de tempo, espaço, reflexão e coordenação que permitam a troca de experiências nas relações interpessoais e interinstitucionais. E esse é o grande desafio que se apresenta ao contexto educacional em um cenário globalizado.

METODOLOGIA

Visando obter um panorama dos países do Mercosul sobre as articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, aplicou-se um instrumento junto às escolas. No Brasil, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) aplicou o

instrumento com o objetivo de coletar, analisar e sistematizar as informações, para obter um panorama nacional sobre *As Articulações da Pesquisa com o Ensino e a Extensão nos Cursos de Biblioteconomia do Mercosul*.

Para expressar a realidade brasileira, a ABECIN consolidou um instrumento composto de quatro itens, a saber: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Grupos de Pesquisa e Participação Discente; Infra-Estrutura para a Pesquisa e o Ensino; e Divulgação/Comunicação Intelectual, Científica e Cultural. O instrumento foi respondido pelos representantes e/ou coordenadores dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os procedimentos de coleta e análise de dados foram assim desenvolvidos:

1) os Coordenadores Regionais da ABECIN solicitaram às escolas de sua região o preenchimento do instrumento;

2) o coordenador de cada Curso preencheu o instrumento e enviou ao Coordenador Regional da ABECIN de sua região;

3) cada Coordenador Regional da ABECIN fez a sistematização final dos dados por região e encaminhou à Direção da ABECIN;

4) Finalizando a metodologia de trabalho, a Direção da ABECIN fez a sistematização final do país.

Conforme mencionado anteriormente, a análise global foi realizada através dos dados coletados nas escolas pelas Coordenações Regionais. Infelizmente não houve, em algumas regiões, a participação de todas as escolas, conforme segue:

Na Região Norte considerada pela ABECIN (correspondendo à região amazônica brasileira), três escolas estão inseridas em universidades federais dos estados do Amazonas, Maranhão e Pará e todas participaram da pesquisa, são elas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Na Região Nordeste considerada pela ABECIN (correspondendo à região nordeste já definida geopoliticamente com exceção do Maranhão); seis escolas estão inseridas em universidades federais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Das seis escolas, três participaram da pesquisa: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Na Região Centro-Oeste considerada pela ABECIN (correspondendo à composição dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais), dez escolas estão inseridas em universidades federais e particulares dos estados mencionados. Desse total, quatro escolas participaram da pesquisa: Fundação Educacional Comunitária Formiguense (FUOM), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (UNINCOR). É importante mencionar que três escolas são novas, ou seja, ainda estão implementado o currículo do curso e, por esse motivo, não participaram da pesquisa.

Na Região Sudeste considerada pela ABECIN (correspondendo à composição dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro), quatro escolas estão inseridas em universidades federais, estaduais e particulares. Do total, três participaram da pesquisa: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). É necessário informar que a escola que não participou na ocasião da coleta de dados, havia fechado o vestibular.

Na Região São Paulo considerada pela ABECIN (correspondendo ao Estado de São Paulo), há um total de nove escolas. Desse total, apenas uma escola participou da pesquisa, a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Também é necessário informar que uma das escolas somente iniciou o curso nesse ano

(2003), portanto na ocasião da coleta de dados, ainda estava em fase de planejamento.

Na Região Sul considerada pela ABECIN (correspondendo a região sul já definida geopoliticamente), oito escolas estão inseridas em universidades federais, estaduais e particulares dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Delas, a metade, ou seja quatro escolas, participaram da pesquisa: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É importante mencionar que entre as escolas que não responderam, uma não está em funcionamento no momento e outra é nova, portanto ainda em fase de implementação do curso.

Desse modo, apenas 18 escolas das 40 existentes na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil atualmente, participaram da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

Trabalho de Conclusão de Curso

Buscando conhecer a realidade do País no que tange à exigência dos cursos quanto à realização dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) desenvolvidos na graduação, questionou-se sobre a existência ou não dele, obtendo-se o seguinte referencial (Tabela 1).

A Tabela 1 retrata o panorama nacional quanto à exigência para conclusão do curso, da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Observa-se que a maioria das escolas adota esse procedimento pedagógico (Figura 1).

O TCC é entendido como o resultado de um processo de aprendizagem individual. Geralmente se inicia com a oferta de uma

disciplina que prepara o aluno para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. A defesa, na maioria das escolas, é pública (aberta ao público). O depósito do TCC geralmente é feito em papel e disquete, armazenado no próprio departamento em que está alocado o curso ou na biblioteca da universidade (Tabela 2).

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem buscado desenvolver uma consciência na comunidade acadêmica sobre a importância de trabalhar em equipe para o desenvolvimento de pesquisa. A formalização de grupos de pesquisa

passou a ser uma exigência para a obtenção de apoio dos órgãos de fomento. Dessa forma, o CNPq disponibiliza a todas as universidades públicas e privadas do país, o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. O Diretório possibilita a entrada de dados de pesquisadores, alunos (graduação e pós-graduação) e pessoal técnico envolvidos em um determinado projeto de pesquisa, bem como a interação entre grupos de modo a se constituir numa rede nacional de pesquisa. Nesse sentido, buscou-se conhecer como tais grupos estão consolidados junto aos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (Figura 2).

Tabela 1. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

TCC/Regiões	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	São Paulo*	Sul
Obrigatoriedade de Desenvolver o TCC	Sim, em 2 escolas 1 escola vai implantar	Sim, em 2 escolas 1 escola vai implantar	Sim, em 2 escolas 2 escolas não possuem	Sim, em 3 escolas	Sim	Sim, em 3 das 4 escolas

(*) Apenas a UNESP respondeu.

Tabela 2. Condições do desenvolvimento do TCC.

Regiões	Individual	Orientação	Preparação	Depósito	Banca	Defesa
Norte	2	2	2	2	2	2
Nordeste	2	2	2	2	2	1
Centro-Oeste	2	2	2	2	2	2
Sudeste	3	3	3	3	3	2
São Paulo	1	1	1	1	1	1
Sul	3	3	3	3	3	2

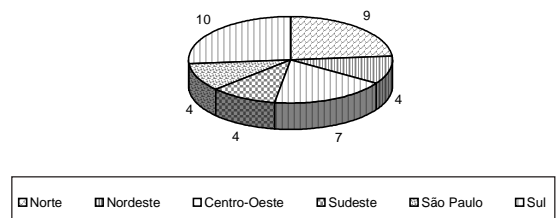
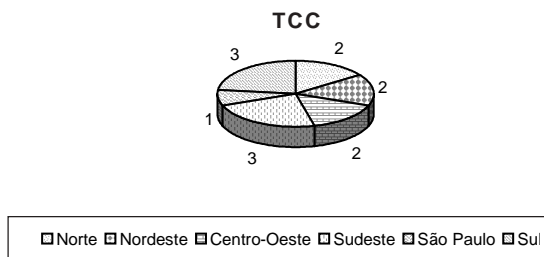


Figura 1. Desenvolvem TCC.

Figura 2. Existência de Grupos de Pesquisa.

Verificou-se que existem, atualmente, 38 grupos de pesquisa implementados nas escolas participantes da pesquisa (18), distribuídos entre as diferentes regiões do País (Tabela 3).

A média de participação docente por grupo de pesquisa é de 4,3 professores, quanto à participação discente a média cai para 3,6 alunos (Tabela 3). A carga horária em média destinada para a realização de pesquisa é de 9 horas semanais. Na maioria das escolas os docentes não são remunerados, contudo, algumas escolas recebem apoio de órgãos de fomento para desenvolvimento de projetos de pesquisa. Outra informação relevante, diz respeito ao desenvolvimento de sub-projetos por parte dos alunos, vinculados aos projetos de pesquisa dos professores, o que confirma a importância do desenvolvimento da iniciação científica ser desenvolvida ainda na graduação.

Para a consolidação dos grupos de pesquisa é fundamental a prática de desenvolver TCC's vinculados aos grupos de pesquisa existentes na escola. A pesquisa revelou que quase a totalidade das escolas respondentes já utilizam essa prática. Destaca-se também que todas as escolas estabelecem uma relação direta entre os assuntos abordados nos TCC's e as disciplinas ministradas no curso.

Quanto as linhas de pesquisa que os grupos de pesquisa atuam, e, para efeito da coleta de dados, foram utilizadas as quatro áreas de conhecimento estabelecidas pelo

Mercosul: 1) Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2) Organização e Tratamento da Informação; 3) Recursos e Serviços de Informação; 4) Gestão da Informação, bem como as duas (2) áreas que não fazem mais parte do acordo Mercosul, por serem entendidas como áreas que perpassam todas as outras (ferramentas, métodos, instrumentos): a) Tecnologias da Informação e b) Pesquisa. Como resultado da coleta de dados, os grupos de pesquisa ficaram assim distribuídos (Figura 3).

Observa-se na Região Norte uma grande concentração de grupos de pesquisa com linhas de pesquisa na área de Organização e Tratamento da Informação. Na Região Sul, percebe-se uma grande concentração de grupos de pesquisa com linhas de pesquisa na área de Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Nas demais regiões existe um maior equilíbrio quanto à distribuição dos grupos de pesquisa por área de conhecimento.

Em relação ao apoio financeiro recebido para a realização das pesquisas, através de bolsas de iniciação científica e de outros tipos, observa-se que as agências nacionais públicas, como por exemplo o CNPq, possuem programas de incentivo à iniciação científica, visando "propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de pesquisa, para a iniciação científica na graduação; estimular uma maior articulação

Tabela 3. Situação dos Grupos de Pesquisa.

Regiões	Média Docente	Média Discente	Remuneração	Recursos	Carga Horária	Sub-Projetos	TCC GP	TCC Disciplinas
Norte	4	4	Não	Sim	8	Sim	Sim	Sim
Nordeste	5	3	Não	Sim/Não	7	Sim/Não	Sim	Sim
Centro-Oeste	5	1	Sim/Não	Sim	7	Sim	Sim/Não	Sim
Sudeste	5	7	Não	-	20	Sim	Sim	Sim
São Paulo	3	5	Sim	Sim	4	Sim	Sim	Sim
Sul	4	2	Não	Sim	8	Sim	Sim	Sim

entre a graduação e a pós-graduação; estimular o pesquisador/orientador a formar equipes; estimular o envolvimento de novos pesquisadores na atividade de formação; introduzir o aluno de graduação no mundo da pesquisa científica” (CONSELHO..., 2002). Das escolas que participaram da coleta de dados, muitos alunos recebem este benefício, é importante mencionar que atualmente o valor da bolsa do CNPq é de R\$ 245,00 (Figura 4).

Verifica-se que as Instituições de Ensino Superior (IES), também desenvolvem programas de incentivo à iniciação científica, oferecendo bolsas de iniciação científica aos alunos, através de programas próprios. Geralmente, o valor

desse tipo de bolsa é menor que o valor da bolsa do CNPq mencionado acima. Também merece ser dito, que muitos alunos têm grande interesse em buscar qualificação em pesquisa e, desse modo, atuam em projetos de pesquisa de forma voluntária sem qualquer tipo de remuneração.

O apoio aos projetos de pesquisa também é realizado, na maioria das vezes, pelas agências nacionais públicas, como por exemplo o CNPq, bem como através de recursos financeiros das próprias IES. As agências estaduais públicas, quando existentes, têm apoiado a pesquisa docente nas IES, porém são poucos os estados brasileiros que têm esse tipo de estrutura de fomento à pesquisa.

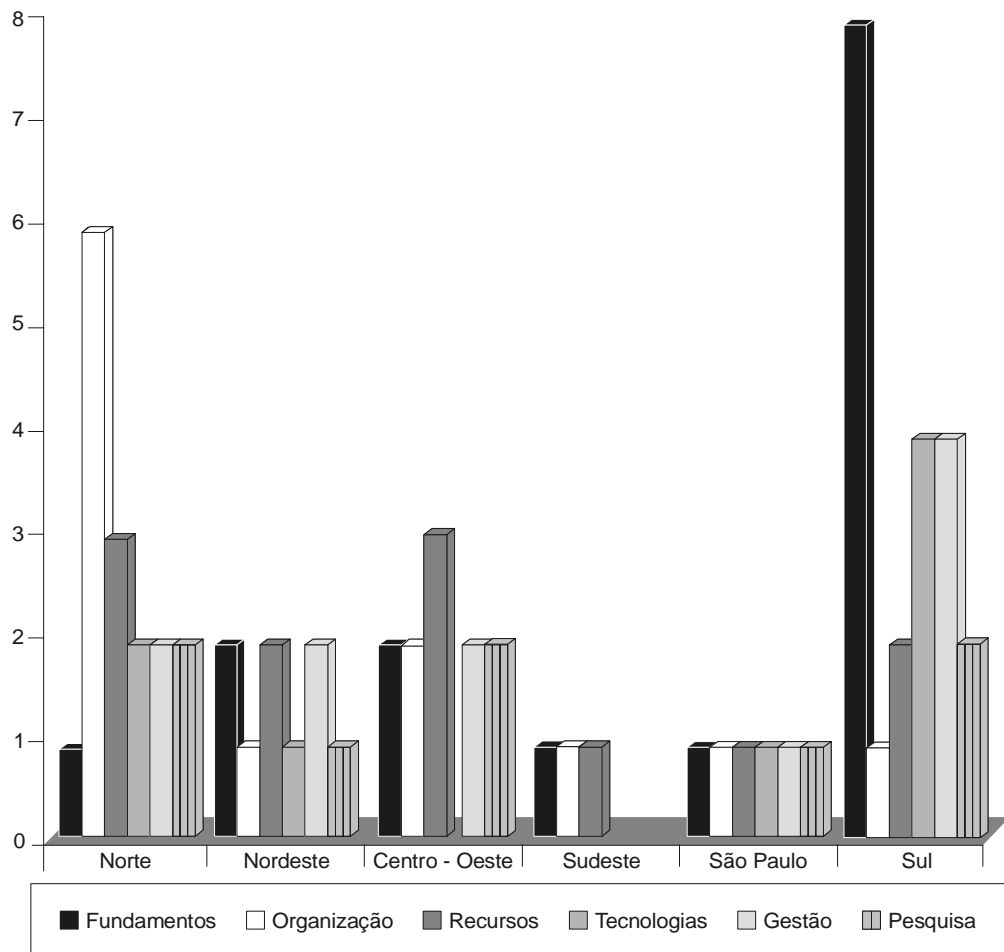


Figura 3. Grupos de Pesquisa x Área Mercosul.

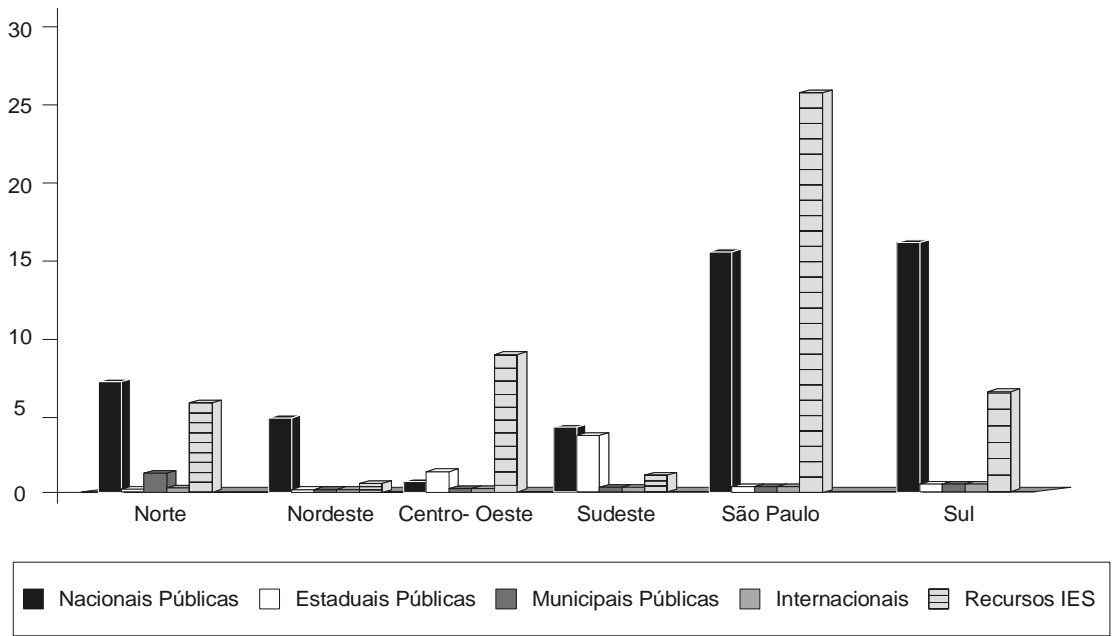


Figura 4. Bolsas de Iniciação Científica.

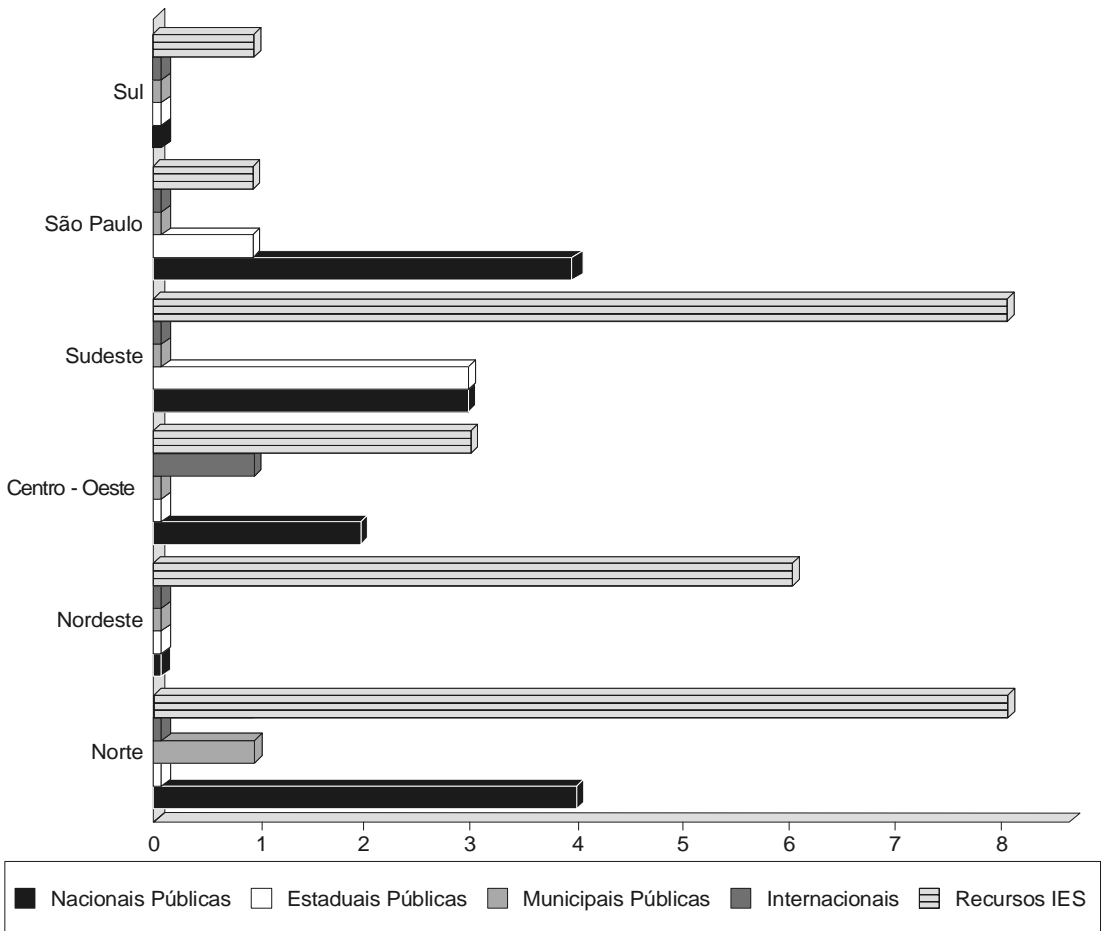


Figura 5. Apoio Financeiro x Projeto de Pesquisa.

De todas as escolas respondentes, apenas uma conta com apoio financeiro de agência de fomento internacional (Figura 5).

É fato que os recursos federais e estaduais, destinados às agências de fomento, têm diminuído nos últimos anos por questões conjunturais econômicas. Tal fator de decréscimo pode ser observado pela quantidade de projetos de pesquisa, que apesar de possuírem mérito quando da avaliação das comissões *ad hoc*, não são contemplados financeiramente por falta de recursos das agências.

Para a realização de pesquisas integradas ao ensino e a extensão, as escolas necessitam de uma estrutura física adequada, como órgãos internos que apóiem os trâmites administrativos/técnicos, de equipamentos, acesso à *Internet*, literatura científica na área, salas de pesquisa e demais condições para o desenvolvimento da pesquisa, bem como para viabilizar o trabalho em equipe. Nesse sentido, as IES contam com setores responsáveis pela pesquisa tanto em nível macro, através das pró-reitorias de pesquisa, quanto em nível micro como comissões/coordenações de pesquisa departamentais. A maioria das escolas respondentes informou que suas instituições possuem políticas direcionadas à pesquisa.

Os cursos contam com salas que possuem equipamentos e conexão com a rede *Internet*, mas a maioria das escolas informou que esse espaço é compartilhado com outras atividades acadêmicas. Dentre as escolas respondentes, uma delas afirmou possuir o recurso de vídeo conferência. Além disso, algumas escolas disponibilizam salas para cada grupo de pesquisa.

A maioria das escolas respondentes afirmou que as disciplinas do curso propiciam uma base pedagógica articulando pesquisa/ensino. Essas disciplinas são relacionadas a métodos e técnicas de pesquisa, fundamentos, técnicas de estudo, análise da informação, entre outras. Desse modo, as instituições mantêm em sua grade curricular, disciplinas que contemplam a assimilação de uma base teórica para articular a pesquisa ao ensino.

Para dar suporte à atividade de ensino integrada à pesquisa, as escolas pesquisadas informaram que possuem laboratório de informática. Das respondentes algumas informaram que o uso do laboratório é compartilhado com outros cursos. Além do laboratório de informática, algumas escolas possuem o que se denomina laboratório de ensino (práticas), assim como laboratório de conservação e restauro de materiais.

Algumas escolas manifestaram a importância de ampliar a relação pesquisa/ensino, através da implementação de programas de pós-graduação no nível *stricto sensu*, uma vez que muitas delas já ofertam cursos de pós-graduação em nível *lato sensu*.

Destaca-se que a busca pela qualificação do corpo docente, em nível de doutorado, a implantação de núcleos de pesquisa, a consolidação dos grupos de estudos temáticos, são indicadores de que as instituições têm procurado incentivar o desenvolvimento integrado de suas atividades.

Quanto aos periódicos científicos na área, a pesquisa revelou que tanto os periódicos que são produzidos pelos próprios Departamentos em que o curso está alocado, quanto os que são desenvolvidos em parceria com outros setores das IES (a maioria), possuem comissão editorial e editor responsável. A indexação dessas publicações ocorre em fontes nacionais e internacionais. Deve-se destacar que algumas revistas disponibilizam o texto completo através da rede *Internet*, facilitando muito a pesquisa na área por parte dos pesquisadores (Figura 6).

As escolas informaram que os instrumentos mais utilizados, visando o fortalecimento da pesquisa, para a maioria das escolas, são as jornadas científicas, revistas e boletins científicos. O evento científico é considerado muito relevante para a comunicação/divulgação científica, pois contribui enormemente para a consolidação das pesquisas regional e nacional (Figura 7).

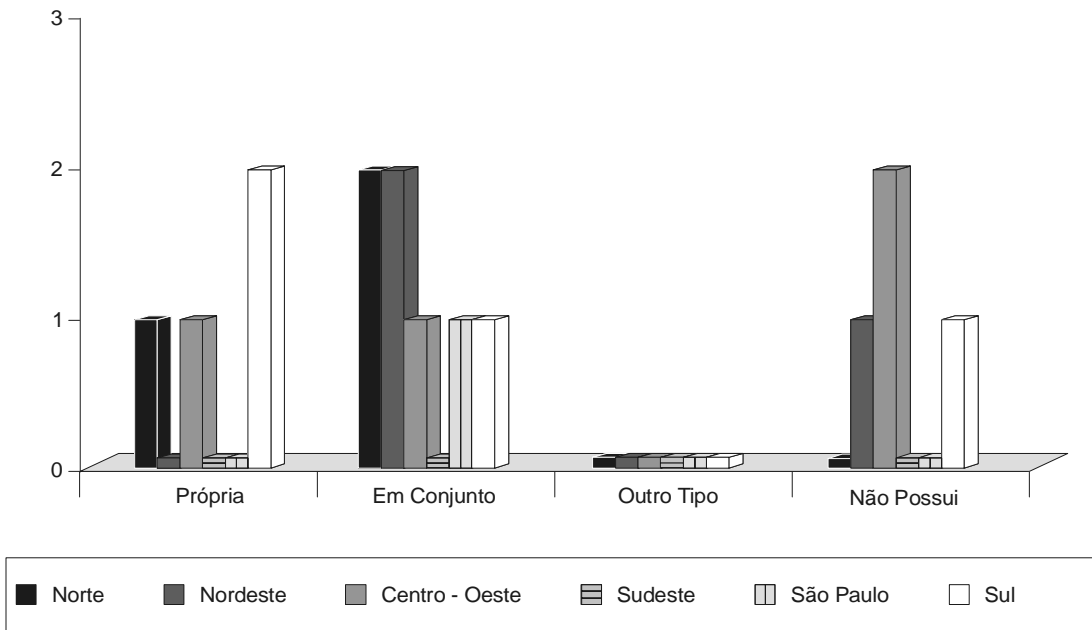


Figura 6. Publicações.

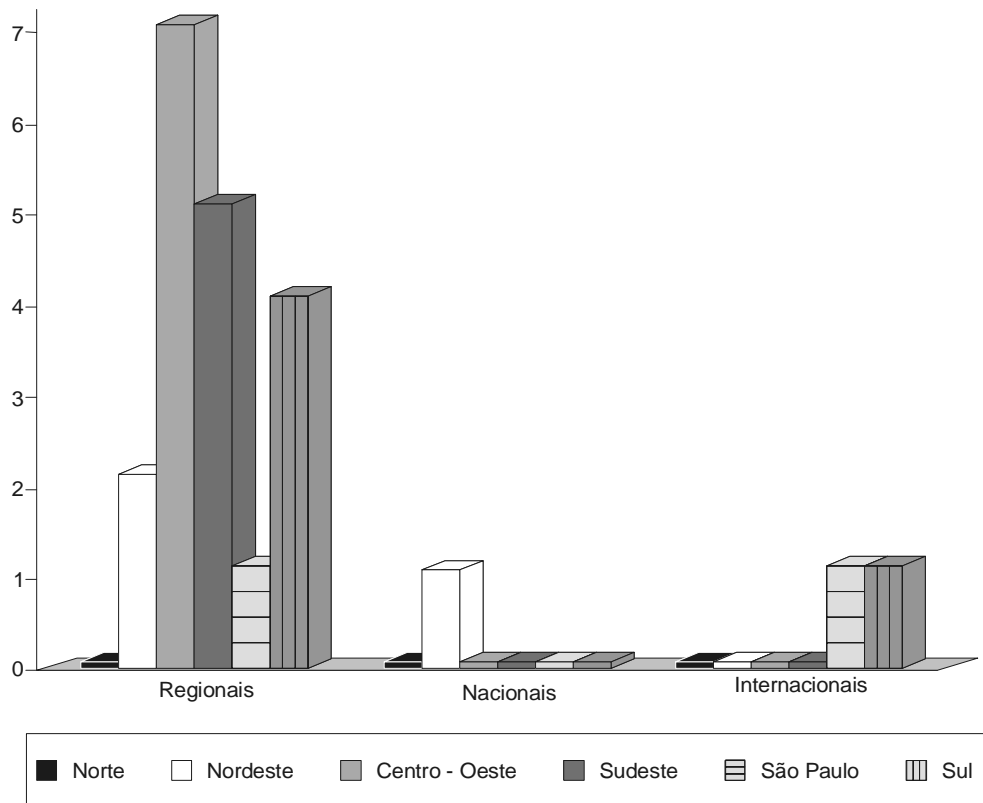


Figura 7. Eventos.

CONCLUSÃO

O currículo de formação de um profissional abrange o desenvolvimento da área cognitiva quanto à aquisição, à elaboração e à organização de informações, ao acesso ao conhecimento existente, a produção de conhecimento, a reconstrução do próprio conhecimento, a

identificação de diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, a imaginação, a criatividade, a solução de problemas. Nesse sentido, a integração da pesquisa com o ensino e a extensão é extremamente importante para o atendimento da qualidade que se almeja para os profissionais da área quanto a formação profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e resignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação*. In: Oficina Regional de Trabalho de São Paulo. São Paulo, 2001. 29p. (Documentos ABECIN, 1). Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/Documentos/abecin.htm>>. Acesso em: 6 maio 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/bolsas_auxilios/modalidades/pibic.htm>. Acesso em: 6 maio 2002.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1997. 132p.

DIRETRIZES Curriculares MEC. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/Diretrizes.htm>>. Acesso em: 6 maio 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Plano nacional de graduação: um projeto em construção*. Ilhéus, 1999. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/Textos/interessantes.htm>>. Acesso em: 6 maio 2002.

MASETTO, M. (Org.). *Docência na universidade*. 4.ed. São Paulo: Papirus, 2002. 112p.

SMIT, J.W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.



La enseñanza universitaria y su extensión en comunidades de frontera: un proyecto dirigido a promover políticas sociales para el ciudadano como usuario de información y lectura

College teaching and its extension practices in border communities: A project aiming to promote social policies for the citizen as a reader and information user

Martha SABELLI¹

RESUMEN

El proyecto aquí presentado, “*Promoción del acceso y uso de información por el ciudadano: Rivera - Actividades de Extensión de la Carrera de Bibliotecología en la comunidad*” (2002-2004), se inscribe en la orientación de la tradición universitaria y políticas de extensión de la Universidad de la República. Asimismo busca formar y consolidar una Unidad de Extensión en la EUBCA, promover la integración universitaria y contribuir a la recuperación de espacios de incidencia y compromiso social. El fundamento teórico está basado en el principio universal del derecho a la información como derecho social que desempeña un rol esencial en el ejercicio de la ciudadanía. En los contextos críticos del Uruguay son imprescindibles políticas públicas sociales, que además de formar parte de una estrategia de desarrollo, consoliden la ciudadanía política y ayuden a construir la social. La propuesta se basa en considerar el acceso, uso y apropiación de la información por el individuo como un derecho intrínseco que

¹ Profesora titular e investigadora (EUBCA, Uruguay), especialista en las Areas de Estudio de Usuario y Bibliotecas para la Comunidad. Su tesis de doctorado (Facultad de Documentación de la Universidad de Alcalá, España) en preparación, se centra en los servicios de información para el ciudadano en contextos desfavorables, en el entorno mundial de la Sociedad de la Información. Correo electrónico: msabelli@adinet.com.uy
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

tiene y debe ejercer como ciudadano, y por tanto, apunta a promover políticas públicas dirigidas a satisfacer las necesidades de información. Los Servicios de Información a la Comunidad La Enseñanza y centros de promoción de lectura, aparecen como un modelo a construirse localmente con participación social y compromiso universitario. Se diseña como proyecto piloto de extensión e investigación de la Carrera de Bibliotecología, iniciada en agosto de 2001 en la ciudad de Rivera, con estudiantes de distintas zonas de los Departamentos de Rivera y Tacuarembó, como también de Santana do Livramento, Brasil. Las problemáticas actuales exigen la inserción de los estudiantes en la sociedad y sus necesidades, como también reclaman la promoción de la enseñanza y de la investigación de la disciplina en el Uruguay con enclave en el medio social. Una dinámica participativa, a través de un intercambio de vivencias, saberes y experiencias, enriquecerá a todos los actores.

Palabras claves: extensión universitaria, proyectos de extensión universitaria, servicios de información para la comunidad, SIC, derecho a la información, políticas públicas sociales.

ABSTRACT

This paper's objective is to discuss the project titled 'To promote the citizens' access and use of information in the community: Rivera – Library Studies' extension program for the career (2002 – 2004)'. This project abides by college traditions and extension policies of the Universidad de la República. Thus, it strives to form and consolidate an Extension Unity at the EUBCA, to promote college teaching integration, and contribute to the social benefits derived from recovering community spaces. The project's theoretical foundation is based on the universal right-to-information principle as a social right, which has an essential role when it comes to exercising the citizenship. In Uruguay's areas of critical social conditions, social public policies are indispensable; such policies, which are instrumental in development strategies, might also consolidate the political citizenship and help building the social one. Based on the principle that the individual has the absolute right of access, use and appropriation of information and, as a citizen, should exercise such right, the proposal intends to promote public policies that will satisfy the citizen's information needs. The Community Information Services (SIC) and the incentive for reading centers or communal libraries are models to be built locally with social participation and the university's commitment. Designed as an extension and investigation prototype project for the Library Studies career, it started in August 2001 in the cities of Rivera and Tacuarembó (Uruguay) as well as in Santana do Livramento (Brazil). The present difficulties demand that the students be introduced to the society and their necessities; as well as that teaching and research be integrated into the Uruguayan social environment. Such participative dynamics would benefit all involved, through an exchange of know-how and experiences.

Key words: university extension projects; college teaching extension, Community Information Services; the right to information; social public policies.

La extensión universitaria desde nuestra profesión y la disciplina: las necesidades del ciudadano como usuario de información en contextos desfavorables

El ámbito transdisciplinario de la creación, flujo y apropiación de la información y del conocimiento, profundamente transformado en el inicio del milenio, crea un nuevo escenario de exclusión social: la imposibilidad de apropiarse del conocimiento por parte de amplios sectores de la ciudadanía. Es un fenómeno poco visible y con un impacto inmediato de menor dimensión si lo medimos con respecto a otros indicadores sociales de los sectores menos favorecidos de la sociedad.

Como profesionales de la información, y por tanto mediadores, tenemos la responsabilidad social de crear conciencia de este proceso social, cada vez más abarcativo y complejo, en las diversas formas, canales y contenidos en que se presenta.

El acceso y apropiación de la información es un derecho incorporado tardíamente en la evolución histórica de la ciudadanía moderna, en sus tres partes o componentes básicos: civil (siglo XVIII), político (siglo XIX) y social (siglo XX). Los derechos sociales, cuya fuente original los ubica en la pertenencia a las comunidades locales y las asociaciones funcionales, disminuyeron hasta casi desaparecer en el siglo XVIII y principios del XIX. Pero cuando la educación pública inició su crecimiento en el siglo XIX, comenzó su resurgimiento y en el siglo XX se produjo su desarrollo.

El derecho a la información se inserta en los derechos sociales, desempeñando un rol esencial en el ejercicio de la ciudadanía. Estos derechos se han efectivizado, al igual que los civiles y políticos, más allá que sean derechos individuales, como proceso colectivo. Hoy día son las redes sociales que ayudan a este proceso de "empoderamiento", que nunca puede ser individual.

El entorno mundial de la Sociedad de la Información (SI), por un lado, y los profundos y dramáticos problemas sociales que viven nuestros países, por otro, hacen necesario asumir el rol de mediadores y de la orientación de la disciplina, buscando no solamente crear conciencia y promover la toma de decisiones de los actores políticos y sociales, sino también generar y mostrar servicios de información y promoción de la lectura a nivel local. Ellos permiten crear demandas latentes en la ciudadanía y lograr la viabilidad de proyectos de bajo costo, factibles y esenciales para la supervivencia y desarrollo de la comunidad local y del individuo, como también estimular la recreación y gozo de las distintas expresiones de la cultura.

La sociedad uruguaya no ha creado aún servicios de información específicos dirigidos a los ciudadanos en situación desfavorable, en forma autónoma o insertos en unidades de información que tengan como objetivos brindar información a la comunidad carenciada.

En consecuencia, se considera de importancia desarrollar mediadores, como son los Servicios de Información para la Comunidad (SIC), que faciliten la transferencia de información documental, entre las fuentes y los destinatarios. Los mediadores no solamente deben lograr el acceso a la información, sino también ayudar a superar las incapacidades de uso y apropiación de la información desde las condiciones desfavorables de los usuarios atendidos y sus características específicas.

El rol de los profesionales de la información es altamente significativo en el proceso de mediación, comprometiéndose e integrándose en el contexto social al que pertenecen los ciudadanos. Su desempeño es fundamental en la desmitificación de las tecnologías de la información y comunicación (TICs) y sus impactos; en la evaluación, selección, transferencia y creación de diversas fuentes de información tradicionales y

electrónicas; en el adiestramiento en su uso y apropiación de información por el ciudadano. En todo este proceso de mediación, debe primar el reconocimiento, interpretación y compromiso con las necesidades específicas de cada comunidad y el fin último de promover usuarios-ciudadanos críticos, autosuficientes y hábiles con respecto al acceso y uso de las fuentes de información y, en especial, a su contenido informativo.

En esta situación también debe estar presente la interacción personal y el promover las relaciones sociales, indispensables para un real intercambio de la información y apropiación del conocimiento.

En suma, el estado actual muestra una situación que hace imprescindible crear servicios que posibiliten al ciudadano la incorporación e internalización de los contenidos informativos respetando la variedad, libertad, diversidad y pluralismo, promoviendo el uso tanto de las redes informáticas como de la documentación tradicional, en un contexto local, previendo una globalización virtual de la SI y favoreciendo, de esta manera, la integración e identidad cultural de la comunidad sin aislarla del resto de la sociedad y de un mundo en proceso de globalización. De esta forma el ciudadano podrá crear un conocimiento propio para solucionar sus problemas y tener derecho a generarlo para la sociedad.

La visión del ciudadano se inserta en una visión holística y amplia, siguiendo la línea teórica de T.D.Wilson (1981, 1984, 1997) sobre el usuario y el proceso del flujo de información. Se percibe al individuo no solamente solicitando información para fines cognitivos, sino viviendo y trabajando en una comunidad, generando sus propias necesidades y motivaciones para demandar información. La forma en que la gente se define a sí misma, su vida y sus acciones están en el centro de este enfoque. La atención está puesta en la necesidad de tender un puente entre el significado de la vida cotidiana y la información que puede ser relevante para su

desarrollo. De esta manera se identifican distintos tipos de necesidades (psicológicas, afectivas, cognitivas) que surgen de los roles que se desempeñan en la vida social, los que conllevan distintos marcos de referencia para “capturar” el mundo. Asimismo se conceptualiza al ciudadano en una comunidad de prácticas según los aportes de los teóricos daneses B.Hjørland y H. Albrechtsen (HJØRLAND, 2002; HJØRLAND & ALBRECHTSEN, 1995).

Desde la perspectiva de este marco, el ciudadano es considerado como:

- integrante de una comunidad específica, una comunidad de práctica en el acceso y uso de información, es decir, estrechamente relacionado a su ambiente de uso, individuo miembro de grupos de trabajo, de comunidades locales relacionados por fines específicos, compartiendo pensamientos o discursos de comunidades y no como un individuo aislado, abstracto;
- un ciudadano común, “un hombre de la calle” pero que es también decisor, su toma de decisiones la ejerce frente a múltiples problemas que debe enfrentar en su vida laboral, comunitaria y familiar;
- un ser humano con distintos tipos de necesidades (psicológicas, afectivas, cognitivas), cada vez más diversas y complejas como lo son las actividades humanas que las engendran, situación que debe enfrentar con herramientas, especialmente en contextos socioculturales críticos, cada vez más pobres e insuficientes, en un entorno mundial de riqueza de medios y contenidos;
- Inserto en redes de actores y como individuos con diferentes capitales culturales y hábitos que influyen en su actitud hacia la información y los servicios que existen para su difusión;
- un usuario y creador de documentos que constituyen instrumento de cultura, éstos son bienes imprescindibles para su desarrollo individual y colectivo.

La enseñanza universitaria y la extensión en la comunidad: un desafío impostergable en épocas de crisis

La enseñanza universitaria no es ajena a la problemática social y los roles a cumplir por los docentes, estudiantes y egresados. Las actividades de extensión en la Universidad de la República Oriental del Uruguay (UdelaR) tienen fuerte arraigo histórico (Córdoba 1918) y está consagrada en el artículo 2 de la Ley Orgánica. Son entendidas como todo proceso que se lleva a cabo en el medio a través de un conjunto multidisciplinario de actividades, intentando dotarlas de características de bidireccionalidad e interdisciplinariedad.

En 1997 la Universidad de la República convocó a una discusión fermental sobre la situación y transformación de la educación superior. En uno de sus talleres se reflexiona y se presenta propuestas sobre distintos aspectos de los servicios de extensión universitaria.

Sus miembros conceptualizan la función extensión

"con un fuerte componente educativo tanto hacia la sociedad como proceso de educación no formal, como hacia lo interno universitario dirigido a los estudiantes como actividad de carácter curricular y a los docentes como parte de su formación académica" y se señala que la extensión "implica un conjunto de actividades planificadas, con vista a obtener un resultado en el tiempo a través de proyectos concretos".

Se considera la extensión como un trabajo específico facilitador de

"la transmisión de conocimientos a la población en general y en lo interno, a través de la profundización del relevamiento con la docencia y la investigación

y la utilización de la experiencia como situación de aprendizaje. Su contenido pedagógico debe responder a procesos de trabajo social donde aborda la problemática que atañe al hombre desde una perspectiva interdisciplinaria, con técnicas de intervención respetuosas y apropiadas"

Es importante destacar la impronta de trabajo social atribuida a la extensión, con "*componentes de promoción humana, de educación, de asistencia técnica, de información que deberán converger a procurar niveles de bienestar, de calidad de vida creciente*". Asimismo se destaca la integración a los procesos de docencia-investigación (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1997a).

En el evento se destaca la postura sobre la extensión, y especialmente sobre la relación entre los diversos actores, manifestada por los estudiantes (Federación de Estudiantes Universitarios, FEUU) en las "Resoluciones sobre extensión y descentralización" (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 1997b).

Se entiende que se

debe fundamentalmente priorizar la interacción entre la sociedad y la Universidad en forma horizontal, con gran participación de ambas en el proceso; no sólo como transferencia de tecnología, sino también de aprendizaje mutuo. La metodología de enseñanza-aprendizaje, en la que no existen ni sabios ni ignorantes, ni emisores ni receptores, sino interlocutores y actores en el mismo nivel es lo que nuestra casa mayor de estudios debe impulsar en sus actividades académicas y de extensión. No debemos ponernos fuera de la sociedad como transmisores o

generadores de conocimiento, sino que debemos estar en ella y generar en ella la expectativa de saber y arribar a soluciones concretas para las distintas demandas de la misma.

En los últimos años, el *Plan Estratégico de Desarrollo de la Universidad de la República* (PREDUR) para el período 2000-2001 (Universidad de la República, 2001a), elaborado durante el año 2000, se vertebra en torno a cinco grandes objetivos estratégicos. Entre ellos se destacan el primero y el tercero por estar directamente vinculados a la extensión universitaria:

1. "Responder a la demanda creciente por enseñanza superior, promoviendo la equidad social y geográfica y mejorando la calidad de la oferta pública. Producto: formación universitaria";
- y 3. "Promover la utilidad social del conocimiento contribuyendo a la solución de los problemas que hacen a la mejora de la calidad de vida de la población. Producto: Acciones de extensión en la sociedad".

El proyecto presentado en esta ponencia se inscribe en la orientación del PREDUR de ampliar la oferta académica en el interior del país, ya que se inserta como actividad permanente en los distintos semestres de la Carrera de Bibliotecología, iniciada en agosto de 2001 en la ciudad de Rivera, con estudiantes de distintas zonas de los Departamentos de Rivera y Tacuarembó, como también de Santana Do Livramento, Brasil.

Los objetivos del proyecto buscan apoyar la orientación incluida en el ítem 3.2 que señala la necesidad de ampliar

significativamente la oferta académica en el interior del país en las funciones de enseñanza, investigación y extensión,

contribuyendo de esta forma a abatir la inequidad en el acceso a los servicios universitarios entre la capital y el interior del país; y la orientación del ítem 3.3, al considerar que "se establecerán y consolidarán programas permanentes que integren y articulen las funciones de enseñanza, investigación y extensión con proyección a la comunidad, desde una perspectiva interdisciplinaria.

De esta manera, iniciando este proyecto consolidamos una Unidad de Extensión en la EUBCA, buscando articular sus actividades con otros servicios de la zona a trabajar: servicios de salud, centros educacionales, organizaciones comunitarias como indica el PREDUR.

En las Jornadas sobre la Extensión Universitarias (Universidad de la República, 2001b), se insistió en algunos puntos que son centrales en el enfoque del proyecto.

Entre ellos se destaca:

lograr una adecuada integración y articulación entre las funciones básicas de la Universidad, enseñanza, investigación y extensión, lo que potenciará recíprocamente el crecimiento de cada una de ellas; incorporar a la extensión en los planes curriculares (...); propender a que la extensión contribuya al proceso de descentralización universitaria (...); la extensión deberá contribuir a la recuperación de espacios de incidencia y compromiso social.

Los principios y políticas universitarias de la UdelaR expuestos son el marco de un proyecto que aspira firmemente a la integración universitaria y al compromiso social con la comunidad, en una región del interior inserta en un conjunto de problemáticas sociales, económicas y culturales de enorme relevancia.

A la vez se enmarca en un marco ético que respeta los valores culturales y sociales de la población involucrada y que le brinde la oportunidad de una genuina participación.

El derecho del ciudadano a la información y la lectura: las políticas públicas sociales ausentes en el contexto mundial de la sociedad de la información

El Uruguay presenta a partir de fines de los '90 un proceso de deterioro económico y social, que se convierte en crisis en los años siguientes. El 2002 lo ubica en una crisis financiera regional sin precedentes en la historia del país y de la región. Pero por razones de falta de datos estadísticos y de la actualidad de la situación de este proceso (la crisis financiera desarrollada en este primer semestre del año en la Argentina y sus consecuencias en el Uruguay), nos remitiremos a la situación del año 2000.

La situación del país en el año 2000 puede conocerse a través de los datos económicos y sociales por el Informe de PNUD sobre Uruguay (PNUD, 2001) y el diagnóstico sobre la infancia y la familia en situación de pobreza publicado recientemente (Kaztman; Filgueira, 2001).

Los datos muestran 675.000 personas pertenecientes a hogares urbanos, en un total de población de 3.247.000 de habitantes (Censo de 1996), cuyo ingreso se ubica debajo de la línea de la pobreza. Estas cifras registran un importante crecimiento de hogares y personas en situación de pobreza, como reflejo de la situación recesiva que atraviesa el país a partir de 1998, mencionada anteriormente. Un 42% de los niños de entre cero y cuatro años pertenecen a hogares bajo la línea de pobreza² en el país urbano. El porcentaje resulta levemente superior

al 50% para Montevideo, capital del país donde se concentra la mitad de la población.

La situación actual parece *“contradecir una tradición de igualdad de oportunidades que forma parte del núcleo central de la identidad nacional y de la cual los uruguayos se sienten legítimamente orgullosos. Se trata del fenómeno de infantilización de la pobreza, cuyo crecimiento está asociado a fuertes desbalances generacionales”* (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2001). Todo indica que es prioritario atender a estos sectores pobres anclados en la estructura de oportunidades del mercado, el Estado y la comunidad, que incentiva los ciclos de reproducción intergeneracional de la pobreza.

En este contexto son imprescindibles las políticas públicas sociales, que además de formar parte de una estrategia de desarrollo, consolidan la ciudadanía política y ayudan a construir la social. Nuestra propuesta basada en considerar el acceso, uso y apropiación de la información por el individuo como un derecho intrínseco que tiene y debe ejercer como ciudadano, apunta a promover políticas públicas dirigidas a este sector, de igual manera que existe políticas alimentarias, de salud, de educación, de vivienda.

Pero es importante expresar como se conciben las políticas sociales, por ejemplo, cabe mencionar las experiencias de investigaciones centradas en la perspectiva de los sectores en situación de pobreza sobre sus problemáticas (NARAYAN *et al.*, 1999). En el informe se expresa la necesidad de aprender desde los sectores pobres como *“ellos expresan sus realidades y prioridades, qué es para ellos la mala vida y la buena vida, y cuál sería el cambio significativo para sus vidas”*.

En nuestra área, la forma de concebir y ejercitar los derechos a la información por los sectores menos favorecidos, debe tomarse en cuenta a la hora de crear los instrumentos y las

² La “línea de pobreza” permite “identificar a la población cuyo ingreso per cápita es inferior al costo de una canasta de satisfactores de las necesidades de las necesidades básicas” (Kaztman; Filgueira, 2001), citando las definiciones adoptadas por CEPAL para América Latina.

mediaciones que faciliten los recursos de información a estos destinatarios.

En consecuencia, las políticas públicas sociales deben formularse dentro de este marco. Estas políticas responden en América Latina, como en el resto del mundo, a modelos de desarrollo. En las últimas décadas se llevó a cabo una política de ajuste con elevados costos sociales, buscando una reducción del Estado. Enfrentando esta situación, actualmente aparecen nuevos paradigmas de las políticas sociales, que no comparten las características tradicionales: programas sociales realizados por el Estado en forma centralizada; toma de decisiones a nivel central; diseño y aplicación de los programas por el sector público, utilización de los recursos del Estado y la tendencia universalista de concebir las ofertas y necesidades.

Los nuevos paradigmas de las políticas sociales se caracterizan por privilegiar que las decisiones se tomen a nivel local y por la promoción de la desconcentración y la descentralización. Se considera como ventajas la posibilidad de generar un mayor consenso social, derivado de la participación y que las decisiones no se tomen desde la capital, donde se actúa sin tomar en cuenta las peculiaridades de cada zona.

En este sentido, los Servicios de Información a la Comunidad (SIC) aparecen como un modelo a construirse localmente y en forma descentralizada.

Un proyecto dirigido a la promoción de políticas públicas sociales en el área de la información y lectura en comunidades carenciadas: antecedentes de investigación y acción

Se inserta en la línea de investigación y estudio que venimos desarrollando en la EUBCA,

centrada en los servicios de información para el ciudadano. Entre sus antecedentes se puede mencionar el estudio realizado de las Bibliotecas Públicas Municipales de Montevideo, como asesoría de la EUBCA a la Intendencia Municipal de Montevideo (SABELLI, 1999). En esa oportunidad se pudo, además de cumplir con los objetivos centrales del diagnóstico, realizar un conjunto de propuestas con relación a un modelo a construir de servicio de información para la comunidad. El proyecto presentado para Rivera aspira aplicar algunas de las ideas allí incluidas aún no desarrolladas en Montevideo, que consideramos prioritarias para hacer viables el acceso y uso de información por el ciudadano.

Otra investigación desarrollada se ubica en un marco del proyecto de investigación-acción, "*Promoción del Uso de Información: Estudio de las Necesidades y Estrategias de Acción para los Productores Lecheros de San José*", proyecto presentado y ejecutado (1996-1999) bajo nuestra responsabilidad, con el apoyo de la Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC) de la Universidad de la República, conjuntamente con la Facultad de Veterinaria³. La investigación acción se dirige al trabajador rural y su familia. Entre los objetivos propuestos, se destaca el promover el uso de información / documentación en los productores familiares del tambo bovino, para contribuir a la incorporación y aplicación de conocimiento y nuevos comportamientos al proceso productivo de este sistema lechero. Esto supuso tener un conocimiento previo de las actitudes y aptitudes de los destinatarios finales, los productores lecheros familiares, respecto a su conocimiento, necesidades y relación con la información; qué información requerían para contribuir al mejoramiento de su calidad de vida. La metodología se basó en un Estudio de Usuario:

³ Un resumen del informe se incluye en un artículo, con la coautoría de la Lic. Cristina Pérez, del próximo número de *Informatio* (n°5/6) Mesa Redonda: Apresentação por País "A Integração Pesquisa e Ensino nas Escolas de Biblioteconomia de Ciência da Informação".

estudio de necesidades, demandas y uso de información de los integrantes del núcleo familiar de los tambos bovinos familiares y se analizó la comunidad en que estaban insertos así como sus posibilidades en el proceso de generación, transferencia y difusión de la información (Escuelas rurales, Bibliotecas públicas y populares, instituciones gremiales, cooperativas, etc.). Sobre la base de los resultados se elaboraron boletines informativos (“Tambo informativo”) y dos bibliotecas (“Biblotambo”) una en una escuela rural y otra en una cooperativa de productores lecheros, para promover la lectura de los jóvenes y adultos, y en especial la mujer rural que viven en contextos socioculturales desfavorables.

Sin duda, las unidades de información más comprometidas con la comunidad son las bibliotecas populares, mayormente ubicadas en cooperativas de vivienda. Recientemente ha concluido una investigación sobre este tipo de bibliotecas para el gran público en Montevideo, llevada a cabo por la Profesora Ayudante Paulina Szafran (SZAFRAN, 2002), quien recibió el apoyo de la CSIC al seleccionarse su propuesta en el llamado a concurso de proyectos de “iniciación a la investigación”. El acento de la investigación está puesto en el perfil del intermediario de información, y desde nuestra tutoría, se pudo apreciar los aportes a la visión de la mediación desde la perspectiva del trabajo voluntario.

Esta investigación tiene como antecedente directo la participación, con la Paulina Szafran, en agosto de 2000, en el Primer Encuentro Nacional de Bibliotecas Cooperativas, coordinando talleres integrados por encargados de bibliotecas populares de cooperativas de Vivienda de Montevideo.

Este proyecto, y en especial el tipo de usuario se enmarca muy directamente como antecedente de acciones dirigidas a informar a ciudadanos para satisfacer sus necesidades cotidianas.

La frontera: un micromundo de cultura local a conservar y difundir

La SI desencadena un nuevo orden conceptual, en el plano doméstico, de espacio y tiempo. La cultura popular sufre un proceso de sustitución por los valores, hábitos y costumbres que impone la globalización. En la esfera local, el individuo y su comunidad pueden influir en los espacios de construcción de las identidades a nivel local. Es el espacio donde los hombres generan su memoria colectiva, donde se produce el saber por el ciudadano y en suma, espacio de intercambio y socialización del conocimiento colectivo a nivel de la comunidad.

El hombre en cuanto actor local tiene que actuar localmente, creando espacios de inserción social cada vez mayores para evitar que su identidad, individual o social, sea destruida por los dictámenes y prerrogativas de lo global (RODRÍGUEZ, *et al.*, 2001).

Las comunidades de frontera, como la destinataria del proyecto (Rivera – Santana Do Livramento) constituyen culturas locales propias y definidas, con una memoria colectiva de gran riqueza, una voluntad expresa de conservar sus bienes culturales: la lengua, las tradiciones, y las más diversas expresiones del ser en su vida social y cotidiana. Un micromundo de frontera es el destinatario y, en especial, el participante del proyecto de extensión. Sus integrantes sabrán volcar en él esa diversidad y riqueza cultural que los define. De allí la visión del proyecto como un modelo propio a autodefinirse en su construcción.

La creación de Servicios de Información para la Comunidad (SIC) y Centros de promoción de la lectura como proyecto piloto de enseñanza y extensión en una Carrera universitaria iniciada en una zona fronteriza

Un proyecto de Bibliotecología en el contexto de una política de extensión universitaria.

El proyecto aquí presentado, “*Promoción del acceso y uso de información por el ciudadano: Rivera - Actividades de Extensión de la Carrera de Bibliotecología en la comunidad*”, fue elegido en un concurso a Proyectos de Extensión Universitaria a realizarse en el bienio 2002 – 2003 por la Universidad de la República, convocatoria realizada por la Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM) a fines del año 2001. Fue uno de los trece seleccionados entre 93 proyectos, provenientes de 20 servicios universitarios integrantes de las cinco Areas Académicas.

El objetivo propuesto en la convocatoria es el

promover aquellos emprendimientos extensionistas que generen dispositivos de intervención; como respuesta a necesidades y demandas locales debidamente relevadas, con clara delimitación de la población objetivo y su medio geográfico; que garanticen presencia sostenida e inter- relación con el medio, con apertura a la interdisciplinariedad y en estrecha articulación de la extensión con la enseñanza y la investigación.

En este sentido nuestro proyecto centró sus objetivos generales en la presentación de un modelo piloto de extensión en el escenario de una Carrera iniciada en el interior del país, en una zona de frontera, enfocando y desarrollando la enseñanza paralelamente a trabajos de extensión que interactúan con los contenidos de los programas de estudio a lo largo de los semestres, centrándose éstos en proyectos de acción en el medio. El promover el acceso y uso de información por el ciudadano de las comunidades populares de la ciudad de Rivera, para hacerlo en otras instancias en otros barrios de la ciudad, en otros centros urbanos y

en el medio rural del Departamento, aparecen como una prioridad a cumplir.

La población objetivo de las actividades a implementar es la ubicada en los Barrios Pueblo Nuevo y Bisio, y zonas cercanas, Barrios Misiones y Cerro Caqueiro.

Los objetivos específicos son: desarrollar las actividades de extensión universitaria en beneficio de la comunidad fronteriza, desde los inicios de la Carrera de Bibliotecología; crear un Servicio de Información a la Comunidad (SIC) en barrios populares; promover la lectura a través de talleres para jóvenes y adultos de la zona abarcada; recuperar y difundir la cultura local escrita y oral registrada en distintos tipos de documentos; difundir la información y documentación a través de medios de comunicación social, organizaciones sociales y boletines informativos elaborados por el SIC; crear bibliotecas circulantes para la comunidad; y apoyar el inicio de un Proyecto propuestos por estudiantes: creación de un Centro de Información y Documentación de Integración Fronteriza Rivera – Livramento.

Desde hace años cuando en las Salas Docentes planteábamos la necesidad de extender la Carrera de Bibliotecología al Interior del país, expresado en el Proyecto que presentamos (“*Cursos a distancia al Interior del país de la Carrera de Bibliotecología: propuestas de Planes Alternativos de Grado EUBCA*”, marzo 2000), percibíamos no solamente la importancia de la formación de futuros profesionales bibliotecólogos en el Interior del país, sino también las posibles investigaciones y, en especial, las actividades de extensión en el medio por parte de estudiantes y docentes. Estas actividades son las que permiten desde nuestra institución, visualizar la EUBCA por parte de la sociedad, y con ello queremos apuntar a la sensibilización deseable por parte de la comunidad y sus actores de la necesidad de servicios de información para el ciudadano

(bibliotecas públicas y populares, servicios de información, centros de lectura, archivos, etc.).

Es nuestra intención desde el inicio del proyecto, que sea un emprendimiento con amplia participación de los estudiantes, donde cada uno que lo desee pueda encontrar sus espacios y brindar su aporte. Esta participación ya se dio, desde los Talleres de Bibliotecas para el Gran Público en el curso de Introducción a la Bibliotecología (agosto-noviembre 2001) donde un grupo de estudiantes presentó una propuesta incluida dentro de las actividades del Proyecto, como también colaboraron en la identificación de las zonas a servir y en el contacto con los actores sociales que dieron el aval a la propuesta. Esto corrobora una estrecha acción entre docentes y estudiantes en la propuesta elaborada.

Descripción del Proyecto

El antecedente inmediato, como se señaló anteriormente, puede ubicarse en nuestra presentación del proyecto de la Carrera de Bibliotecología (conjuntamente con la Carrera de Archivología): *“Cursos a distancia al Interior del país de la Carrera de Bibliotecología: propuestas de Planes Alternativos de Grado EUBCA”*, en marzo de 2000 como Proyecto de profundización a la Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio. Sin duda no podía ajustarse a las condiciones del llamado, al tener un marcado perfil de proyecto en el área de la enseñanza. Pero la intencionalidad era colaborar con un diagnóstico para la implementación de la Carrera en Rivera, y se la consideraba – y lo conservamos como principio orientador del proyecto – como un proceso de profundos cambios e impactos en la sociedad del Departamento y en la región. Veíamos en la propuesta una profunda interrelación entre la enseñanza y las actividades de extensión en el medio. Los dos primeros semestres de la Carrera corroboran esta expectativa.

Los estudios realizados por los estudiantes, en los Talleres anteriormente mencionados, han demostrado las carencias extremas existentes en sus distintos barrios con relación al acceso a bibliotecas u otros tipos de unidades de información. El ciudadano común no tiene posibilidades de usar libros, revistas, periódicos, CDROMs, y la red de redes Internet. Existe una única biblioteca en el centro de la ciudad. Los barrios populares están alejados de ella y no la consideran propia.

Esta situación deja a la comunidad marginada en el acceso y uso de información y, por lo tanto, del conocimiento. En especial, en los barrios con menores recursos socio – económicos y niveles educativos más bajos. Desde esta situación no hay demanda del medio, por el contrario el proyecto debe promover esa demanda, y no ir detrás de ellas, pues hay otras prioridades que están siempre antes de la cultura: el empleo, la alimentación, la salud. De allí que aparezcan las bibliotecas como centros de acción cultural e informativa y de integración comunitaria, de imprescindible creación y desarrollo en el contexto de los barrios de la ciudad de Rivera.

La creación de Servicios de Información a la Comunidad (SIC) se dirigen a contemplar las necesidades informativas del ciudadano de Rivera, acercando los recursos informativos tradicionales y electrónicos a las necesidades de la comunidad en relación con la información utilitaria, la que busca solucionar los problemas de la vida cotidiana. La recopilación y sistematización de la información que necesita la comunidad contribuye a la integración y participación de los ciudadanos en la dinámica social. Las temáticas a abarcar son muy amplias, van desde las áreas de gobierno y administración (información sobre el gobierno local, normativas municipales, trámites), pasando por necesidades sociales de vivienda, educación, salud, empleo, a información cultural, de recreación y turismo.

Se deben incorporar a los SIC dos recursos esenciales, identificados en la frontera Rivera-Livramento: la información sobre cultura popular y la recuperación de la memoria colectiva local. Ambos buscan defender y promover la identidad cultural, revitalizando la cultura popular tradicional, al recuperar y conservar la memoria colectiva. Quizás no haya elementos que generen en forma tan dinámica dispositivos de intervención en el medio.

Entre los objetivos generales se destacan:

- presentar un modelo piloto de extensión en el escenario de una Carrera iniciada en el Interior del país, enfocando y desarrollando la enseñanza paralelamente a trabajos de extensión e investigación que interactúan con los contenidos de los programas de estudio a lo largo de la Carrera, centrándose éstos en proyectos de acción en el medio;

- promover el acceso y uso de información por el ciudadano de comunidades populares de la ciudad de Rivera;

- llevar la enseñanza – aprendizaje al medio durante el desarrollo de la Carrera de Bibliotecología en el Departamento de Rivera desde sus primeros semestres, insertando al estudiante y a sus docentes en la comunidad, en un proceso de estudio – investigación – acción que permita enfocar las asignaturas según las necesidades de la sociedad;

- cumplir los objetivos de la Universidad de la República expresados en sus documentos básicos, ayudando a un mayor acercamiento de los distintos órdenes de la EUBCA a la realidad del Interior;

- iniciar una línea de trabajos de extensión por la Carrera de Bibliotecología en el Departamento de Rivera y ampliada a los Departamentos cercanos, especialmente Tacuarembó, en el área de los servicios de información y bibliotecas para la comunidad: bibliotecas públicas y populares, centros y

servicios de información y documentación para el ciudadano relativos a la cultura local, etc.

- contribuir a la definición de otras líneas de extensión por la Carrera de Bibliotecología en el Departamento de Rivera y en su contexto regional, dirigidos a otras áreas como ser el usuario infantil y el usuario-alumno (bibliotecas infantiles, escolares y liceales), a partir del desarrollo y consolidación del proyecto de extensión aquí presentado.

Los objetivos específicos son los siguientes:

- desarrollar actividades de extensión universitaria en beneficio de la comunidad fronteriza desde el inicio de la Carrera de Bibliotecología, a partir del Taller de Bibliotecas para el Gran Público desarrollado en la materia Introducción a la Bibliotecología y Ciencia de la Información dictada en el primer semestre (agosto-noviembre 2001);

- crear un Servicio de Información a la Comunidad (SIC) en barrios populares de la ciudad de Rivera que sirva de modelo piloto para el resto de la ciudad y del departamento, como instrumento de acceso a la información y formación del usuario en el uso de medios electrónicos de comunicación (Internet);

- promover la lectura a través de talleres para jóvenes y adultos de los barrios abarcados;

- recuperar y difundir la cultura local escrita y oral registrada en distintos tipos de documentos;

- difundir la información y documentación a través de distintos medios (prensa escrita, radio, televisión) y boletines informativos elaborados por el SIC;

- crear bibliotecas circulantes populares en la zona seleccionada

- apoyar el inicio de un Proyecto de Estudiantes de la Carrera de Bibliotecología: presentado como idea en el Taller de Bibliotecas para el Gran Público y posible de implementar

durante la Carrera : Perfil de Anteproyecto Centro de Información y Documentación de Integración Fronteriza: Rivera – Livramento CIDIF.

La población objetivo y zona geográfica a atender

La población objetivo seleccionada se ubica en el ámbito geográfico correspondiente a un conjunto de barrios de la zona este y nordeste de la ciudad de Rivera, limitada por la carretera Gral. Manuel Oribe al Oeste, el Río Cuñapirú al Sur y Este, y la línea divisoria Uruguay – Brasil al Norte.

La zona abarca los barrios Misiones, Pueblo Misiones, Bisio y Cerro Caqueiro. Entre el barrio Bisio y Pueblo Misiones se encuentra el “Cerro del Estado”. Estos barrios se destacan en la ciudad de Rivera por su gran crecimiento urbano; existen nuevos complejos habitacionales del Banco Hipotecario del Uruguay (BHU), y una población joven poco atendida en sus necesidades sociales y culturales.

Las comunidades de esta zona se caracterizan por pertenecer a sectores populares, con escasos recursos económicos y grandes dificultades para usar información utilitaria, técnica y recreativa. No existen bibliotecas públicas o populares, y tampoco otro tipo de servicios que puedan brindarles posibilidades de acceso a la información y a la lectura. Estas variables centradas en el nivel educativo, como otras no contempladas en la información del Instituto Nacional de Estadística (INE) brindada a solicitud de la Intendencia, serán pedidas a dicho instituto en la primera fase del Proyecto.

En la zona existen algunas organizaciones que posibilitarían desarrollar líneas de acción con la participación de grupos sociales y líderes locales. Entre ellas se destacan: un centro CAIF, Policlínica de Salud Pública, un Centro de Capacitación (CECAP) del Ministerio de

Educación y Cultura (MEC), escuelas públicas, cooperativas de vivienda.

Es en los Barrios Pueblo Nuevo y Bisio que se ubicarán los SIC y centros de lectura. Allí viven aproximadamente 10.000 personas en 2.600 hogares, según los datos del último censo nacional (INE, 2001).

Actividades a desarrolladas y a emprender

Actualmente el equipo de trabajo se ha integrado con el coordinador (responsable del proyecto) quien suscribe esta ponencia, un asistente (profesora ayudante e investigadora Lic. SZAFRAN) y cuatro becarios estudiantes de la Carrera de Rivera: Bach. Magaly Ibañez, Graciela Zorrilla, Julio Piestre y Mayra Pereda, seleccionados por llamado público. Se desarrollaron talleres internos para establecer en forma participativa los planes de trabajo, metodologías, relaciones con el medio, relaciones con las áreas y materias del plan de estudio de la EUBCA. Se ha identificado e iniciado la descripción de las comunidades a atender en la zona previamente seleccionada en la ciudad de Rivera (Barrios Pueblo Nuevo y Bisio). Se incluye observación de la zona, solicitud de datos al INE que complementen lo ya obtenidos, y entrevistas a informantes calificados.

Se han desarrollado y planificado actividades de relacionamiento y coordinación inicial con las instituciones y centros sociales existentes en la zona, destacándose: CAIF, Policlínica de Salud Pública, Escuelas Públicas, Centro de Capacitación (CECAP) del MEC, Piscina Pública, y con cooperativas de viviendas, como también con instituciones a nivel departamental (ej. Intendencia Municipal de Rivera, Biblioteca Pública de Rivera).

El estudio de necesidades y comportamientos en relación con la información y lectura se está diseñando y se aplicará

próximamente. Incluirán encuestas a una muestra representativa, talleres grupales con usuarios potenciales, y entrevistas a profundidad a otra muestra seleccionada.

El lugar donde instalar la Unidad de Información en formación fue seleccionada en un local de una cooperativa de vivienda del Barrio Bisio, donde las facilidades de acceso, circulación de personas en la zona, prestigio y aceptación de la institución por la comunidad, buena visualización del lugar y existencia del cableado necesario para la conexión a las redes de telecomunicaciones, lo convierten en una ubicación excepcional.

Actualmente se está seleccionando y recuperando la información y documentación pública básica del SIC (periódicos, folletos, publicaciones y datos de la Intendencia Municipal, del Banco de Previsión Social, de los hospitales y centros de enseñanza, etc.) sobre el Departamento de Rivera según las necesidades previstas como imprescindibles. Se crearon Bases de Datos Bibliográficas y Referencias del SIC, y se inició el procesamiento y almacenamiento de la información en formatos electrónicos y papel.

Se prevé inaugurar el SIC a fines del 2002 en el Barrio Bisio y en los primeros meses del 2003 en el Barrio Pueblo Nuevo, se difundirá la información sobre el SIC a través de las organizaciones e instituciones de los barrios, como también a través de los comunicadores locales (prensa escrita, radio, televisión), organizaciones sociales y un primer boletín.

Los talleres de promoción de la lectura a jóvenes y adultos de la zona, como la formación de pequeñas bibliotecas circulantes ("cajas

viajeras"), y actividades culturales sobre temas específicos se desarrollarán en el año 2003, en especial talleres de difusión de la cultura local (cultura fronteriza Rivera-Livramento). También se elaborarán boletines informativos.

En el desarrollo del proyecto, en su segundo año se iniciará la recopilación y formación de los fondos documentales del futuro Centro de Documentación sobre la Cultura Local Rivera-Livramento, a conformarse en el 2004 a través del proyecto de investigación en el último año de la Carrera por dos becarias del proyecto.

En el marco de las TICs se diseñará e instalará el SIC-Rivera en Internet. Una Página Web difundirá y servirá de servicio de referencia en línea. Asimismo se adiestrará a la comunidad en el uso de contenidos de información en recursos electrónicos (Internet y CdRoms).

Hacia la construcción de una línea de enseñanza-investigación-acción como extensión universitaria

Concluyendo y, a manera de síntesis, podemos afirmar que la extensión universitaria es una función necesaria e imprescindible para el cumplimiento de los fines intelectuales, culturales, docentes y sociales de una universidad comprometida con la vida del país. Las problemáticas actuales reclaman su ejercicio, para promover una enseñanza e investigación de la Bibliotecología / Ciencia de la Información en el Uruguay con enclave en el medio social, en una dinámica participativa que enriquece a todos los actores a través de un intercambio de saberes y experiencias.

REFERENCIAS

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. v.53, n.4, p.257, 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. *Toward a new horizon in information science: domain-analysis. Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

INE, 2001. Fuente: "CPVH'96 Cuadro IV. Cantidad de hogares particulares y personas en hogares particulares por tipo de evacuación del servicio sanitario, según localidad y barrio. 30/04/01: 13.02

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. *Panorama de la infancia y la familia en Uruguay*. Montevideo: IPES. Facultad de Ciencias Sociales y Comunicación. Universidad Católica del Uruguay, 2001

NARAYAN, D. *et al. Global synthesis: consultations with the poor*. World Bank. Poverty Group [Draft for Discussion], 1999.

PNUD. *Desarrollo humano en Uruguay 2001: inserción internacional, empleo y desarrollo humano*. Montevideo: PNUD, 2001.

RODRÍGUEZ, A.M. *et al. Globalização, cultura e sociedade da informação. Perspectivas em Ciência da Informação*. v.6, n.1, p.97-105, 2001.

SABELLI, M. *Bibliotecas públicas municipales de Montevideo: diagnóstico y propuestas*. Montevideo: EUBCA, 1999. (Colección Información y Sociedad, n. 1).

SZAFRAN, P. Perfil del intermediario de información en bibliotecas para el Gran Público: el caso de las Bibliotecas Populares de Montevideo: Informe final. Montevideo: EUBCA, 2002, [en prensa].

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. *Servicio Central de Extensión y actividades en el medio. Aportes*

para la reflexión sobre Extensión Universitaria. p.46-48. En: La Universidad de la República en un tiempo de cambios. Críticas y propuestas para la transformación de la educación superior, 12 – 17 mayo 1997. Universidad, 1997a.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. *Resoluciones sobre extensión y descentralización*. p. 57 En: La Universidad de la República en un tiempo de cambios. Críticas y propuestas para la transformación de la educación superior, 12 – 17 mayo 1997. Universidad 1997b.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, *Plan estratégico de la Universidad de la República*. Montevideo: UdelaR, marzo 2001. (Documentos de Trabajo de Rectorado; nº 10).

WILSON, T.D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v.37, n.1, p.3-15, 1981.

WILSON, T.D. The cognitive approach to information-seeking behaviour and information use. *Social Science Information Studies*, v.4, n.1, p.197-204, 1984.

WILSON, T.D. (1997). Trends in...a critical review: information behaviour: an interdisciplinary perspective. *Information Processing & Management*, v.33, n.4, p.551-572. 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SABELLI, M. Bibliotecas públicas: la biblioteca para todos, el espacio de cultura de la comunidad para la información, el debate y la creación. *Informatio*, v.2, p.5-17, 1997.

SABELLI, M. (2001). *Proyecto "Promoción del acceso y uso de información por el ciudadano: Rivera. Actividades de Extensión de la Carrera de Bibliotecología en la comunidad"*. Presentado al Llamado a Proyectos de Extensión Universitaria –

bienio 2002-2003 de la Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM) de la Universidad de la República. Seleccionado en abril de 2002.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, *Jornadas sobre Extensión Universitaria: lineamientos para encauzar la acción de extensión universitaria*. Montevideo: UdelaR, julio 2001. (Documentos de Extensión Universitaria, nº 1).



Necesidad de fortalecimiento de la extensión universitaria como componente del proyecto académico, con miras a la evaluación y acreditación

The need to strengthen the college extension as a component of the academic project, aiming at evaluation and accreditation

Margarita Escobar de MOREL¹

RESUMEN

La efectividad de la extensión universitaria como uno de los pilares de la educación superior sólo puede lograrse mediante el mejoramiento de la calidad de sus resultados y su impacto en los grupos con los cuales se relaciona. La evaluación representa una de las estrategias que pueden contribuir a ese mejoramiento; por ello, se propone un esquema de auto-evaluación institucional y, particularmente, se detallan los criterios de evaluación de la extensión.

Palabras clave: educación superior, extensión universitaria, evaluación.

ABSTRACT

The effectiveness of the college extension programs as pillars of High Education can only be achieved through the improvement of their results and impact on the

¹ Profesora Licenciada. Profesora Titular en la Carrera de Bibliotecología de la Facultad Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción. E-mail: info@cideb.org.py
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

groups they are meant for. Evaluation is one of the strategies that may contribute to such improvements; thus, this paper proposes a plan for institutional self evaluation and, mainly, specifies the criteria to be used in evaluating the extension practices.

Key words: *High Education, college extension, evaluation.*

INTRODUCCIÓN

En nuestra región tienden a coincidir las preocupaciones desde los distintos estamentos y actores del proceso educativo con relación a lo que deberían ser los objetivos y demandas de la educación.

Bello de Arellano (1998) sostiene que los problemas educativos son vistos como una de las consecuencias del agotamiento de las posibilidades de los estilos tradicionales de enseñanza y gestión educativas. Ante esto existe una perentoria necesidad de propiciar cambios profundos en las estructuras educativas, que permitan articular de manera efectiva las demandas económicas, sociales, políticas y culturales, con los procesos de formación y educación.

El punto focal de una reforma educativa debe ser la elevación significativa y generalizada de la calidad de la educación, porque ahí está ahora su principal problema y porque en esa dirección se irán articulando las necesidades y demandas de la sociedad.

Un aspecto que ha caracterizado a la Universidad Nacional de Asunción por muchos años ha sido la tendencia a priorizar la formación profesional y descuidando su vinculación con la sociedad, en el marco del desarrollo general del país.

En los últimos años, las exigencias de calidad impuestas a la educación superior a nivel regional, propiciaron la práctica de la evaluación para la acreditación de programas académicos. Las pautas y criterios establecidos para ello dan un significado similar en importancia a lo académico, a lo científico y a la vinculación con

la sociedad. De ahí que últimamente se hayan iniciado acciones tendientes a desarrollar esos sectores.

El desarrollo del pensamiento científico es un rasgo necesario para la educación superior, la que no puede considerarse como tal si no se desarrolla en el estudiante el pensamiento reflexivo, científico y crítico. Específicamente en los niveles de postgrado es donde se debe producir nuevos conocimientos a través de la investigación.

En las instituciones educativas superiores, el valor de la actividad científica se destaca en las tres funciones básicas de docencia, extensión e investigación, pues solamente a través de la investigación se logra que las otras dos funciones se realicen en una forma dinámica, sistemática y formulada en conocimientos objetivos, reales y actualizados. Se requiere por lo tanto, que los profesores estén preparados, capacitados y actualizados, para llevar adelante con éxito las actividades en las que se manifieste la vinculación mencionada.

En el relacionamiento entre la teoría y la práctica es que el alumno puede observar, analizar, criticar y buscar información sobre los problemas de la realidad, a fin de escoger alternativas, presentar y ejecutar soluciones basadas en el análisis, contribuyendo a modificar situaciones del ambiente social del cual es parte.

En el proceso de análisis de los problemas y la búsqueda de respuesta a los mismos dentro de un contexto social, cultural, económico y político, se requiere un tratamiento interdisciplinario, lo cual deberá ser promovido y desarrollado en el estudiante a través de toda su formación.

Sin embargo se observa un énfasis desproporcionado en el ejercicio de las funciones que corresponden a los componentes académico, científico y extensional en las universidades de nuestro país. La investigación y la extensión universitaria generalmente no están incorporados al diseño curricular y al priorizarse el componente académico, se descuida el desarrollo en los estudiantes del pensamiento científico y de una sensibilidad hacia lo social: el resultado, salvo honrosas excepciones, tesis mediocres en su gran mayoría y ausencia de la universidad (institucionalmente) en los grandes debates nacionales y contemporáneos.

Todo esto se plantea por el incumplimiento de lo establecido como políticas y estrategias en la normativa de la educación superior, que plantea la formación integral del individuo, con el desarrollo de las actividades académicas, científicas y de servicio social.

De persistir esta situación se seguirían formando personas sólo con conocimientos técnico-profesionales pero con escasas habilidades y capacidades para responder creativamente a las situaciones cambiantes de la sociedad.

La relación que se establece entre estos tres componentes depende de la concepción que tienen las instituciones educativas sobre su papel en la sociedad, su compromiso y su conocimiento de la realidad social.

Una reciente investigación sobre la extensión en 21 instituciones de educación superior de Asunción y San Lorenzo revela:

- Sólo 11 instituciones cuentan en su estructura organizativa con un sector o departamento dedicado específicamente a la extensión.
- Sólo 7 instituciones tienen definidos los objetivos y funciones del área de extensión.
- Se involucran en las actividades de extensión los alumnos, profesores, funcionarios y directivos.

- Entre las principales dificultades para realizar las actividades de extensión se mencionan el tiempo disponible (universidades privadas) y los recursos económicos (Universidad Nacional).

- Las actividades de extensión que las universidades privadas realizan con mayor regularidad son las pasantías, convenios interinstitucionales, promoción de ofertas educativas, cursos extracurriculares y viajes de estudio.

- Las actividades de extensión que la Universidad Nacional (a través de sus 15 unidades académicas) realiza con mayor regularidad son los cursos extracurriculares, los viajes de estudio, servicios asistenciales a la comunidad, servicios profesionales a empresas, pasantías, asesorías y consultorías.

- Los beneficios mencionados con respecto a:

- la comunidad: desarrollo social y mejor calidad de vida;

- los estudiantes: desarrollo profesional y afianzamiento de conocimientos;

- la institución: pertinencia curricular y logro de los fines.

Estos datos permiten conocer mejor la actual situación de la extensión universitaria en Paraguay, dejando entrever las debilidades detectadas de manera a encaminar acciones tendientes a fortalecer el sector.

Es oportuno mencionar a Femoso (1996) por destacar que las misiones que una universidad tiene hoy son mucho más complejas y variadas que las que la sociedad le encomendaba en épocas pasadas. Actualmente la universidad debe enseñar y debe hacer investigación y ofrecer servicios que den respuestas a problemas concretos que tengan las empresas o los sectores públicos. Además, deberá colaborar en la formación continuada de los profesionales que ya dejaron las aulas, atenta

a la demanda creciente de la educación de adultos.

A raíz de todas estas actividades es que se viene prestando cada vez mayor atención a la calidad que deben reunir las instituciones de educación superior. Van Vught, citado por Femoso (1996) afirma en este sentido que las universidades tienen que hacer frente cada vez más a la necesidad de mostrar a la sociedad su pertinencia, calidad y responsabilidad.

Malo (1996) destaca que todo lo dicho anteriormente es reflejo de sociedades cambiantes, complejas, que exigen cosas distintas de sus universidades e instituciones de educación superior. Hoy las sociedades esperan que dichas instituciones de educación superior les generen los cuadros humanos calificados que requieren sus mercados de trabajo; las provean de los estudiosos y practicantes de las letras y las artes; les preparen los empresarios y profesionales innovadores que estimulen las transformaciones sociales; les preparen y doten de los científicos y tecnólogos que las coloquen o mantenga en situación competitiva; les proporcionen los individuos que analicen y den respuesta a los múltiples y sofisticados problemas que les aquejan; y que formen a los académicos y maestros que pueblen sus diversas instituciones educativas.

Mayorga (1999) sostiene que dicho cambio debe responder a las tendencias más relevantes de la época actual, que condicionan el desarrollo de toda sociedad, tales como la democratización, la globalización y la revolución tecnológica mundial.

Los mecanismos para evaluar y certificar fiablemente la calidad de la educación tienen mucha importancia para todos los niveles y modalidades de la misma.

Para Mayorga (1999) la calidad es un concepto multidimensional que se refiere tanto al producto de la educación como a los recursos

y procesos que lo producen; tanto al nivel absoluto de sus resultados como a los incrementos generados en el proceso; tanto a elementos cognoscitivos como a elementos éticos del aprendizaje.

También es esencial a la educación de buena calidad la transmisión de valores socialmente consensuados, como pueden ser los asociados a la responsabilidad individual, el respeto a los derechos humanos, la solidaridad y la protección del ambiente, entre otros.

Las universidades al realizar su misión a través de las funciones de docencia, investigación y extensión, concretizan en actividades su razón de ser.

Mediante la docencia, las instituciones transmiten conocimientos, habilidades y valores a los educandos; se preparan los profesionales de todo tipo que requiere cualquier país para su funcionamiento habitual y su desarrollo futuro.

La I+D crea nuevos conocimientos, procesos y productos o modificaciones sustanciales de éstos; la I+D es la concretización del esfuerzo creativo del más alto nivel mental, así como el motor que continuamente alimenta la innovación en los sistemas de producción y las otras funciones universitarias.

Mediante la extensión (llamada a veces "proyección social"), las instituciones de educación superior prestan servicios directos, distintos a los de la I+D y la docencia formal, a personas y entidades. Se trata de una amplia gama de actividades que incluye las asesorías técnicas, los cursos no formales, las publicaciones, el servicio social de los estudiantes, las conferencias y seminarios, los conciertos, las exposiciones de arte y muchas otras.

En la actividad de extensión profundizaremos, por considerarla la menos desarrollada, a pesar de constituir el medio por excelencia a través del cual se pueden dar respuestas a las necesidades y demandas sociales.

Se considera necesario promover la evaluación del componente extensión ya que de esa manera se contará con la herramienta metodológica, el juicio crítico y las propuestas para su mejoramiento.

Mediante la evaluación se mejorará la calidad institucional a través de interrogarse sobre los resultados, y especialmente sobre las acciones, identificando problemas y comprendiéndolos en su contexto. Se crearán las condiciones óptimas para que los participantes, incluyendo al evaluador, mejoren su comprensión sobre la realidad institucional.

Un primer paso sería crear una unidad de autoevaluación que podría tener los siguientes objetivos:

- Promover la cultura de la autoevaluación como un mecanismo de mejora de la gestión institucional.
- Favorecer el cambio tendiente a la calidad académica.
- Promover el diálogo, la reflexión y el autoanálisis para definir las fortalezas y debilidades en los diferentes aspectos del quehacer institucional.
- Proponer alternativas correctivas a las limitaciones encontradas.

Parte importante del éxito del proceso radica en las cualidades de los componentes de la Unidad. De ahí la importancia de su conformación y del adecuado equilibrio entre sus miembros.

La conducción del proceso exige que tanto el equipo como su coordinador sean técnicamente competentes en el manejo del mismo, en especial en la generación y análisis de información, capacidad de convocatoria y manejo de equipos de trabajo, en la asignación de prioridades y en el equilibrio y exposición de los resultados de la autoevaluación.

Por otro lado, sus funciones serían:

- Dirigir el proceso de autoevaluación institucional;
- Definir y solicitar los recursos y condiciones básicas para el desarrollo del trabajo de la Unidad;
- Definir el mecanismo de trabajo de la Unidad;
- Establecer las funciones de sus miembros;
- Diseñar los instrumentos de evaluación;
- Validar los instrumentos y aplicarlos;
- Procesar, analizar y sintetizar la información obtenida;
- Informar los resultados de la evaluación interna;
- Listar propuestas de solución a los problemas identificados.

Un segundo paso sería la realización de Jornadas de sensibilización hacia la autoevaluación y sus ventajas para la institución en el marco de la Evaluación y acreditación de Programas de Instituciones de Educación Superior del Mercosur.

Se deberá informar por escrito a todos los miembros de la institución sobre el trabajo que realizará la Comisión y sobre lo que se espera de cada uno al proporcionar información y opiniones.

En reuniones con los miembros de cada sector se obtendrán informaciones consultando las fuentes que correspondan a cada caso en particular. La Comisión mantendrá copias de la documentación que respalde las conclusiones a que llegue.

Se han establecido dimensiones y sus componentes a los efectos de la evaluación y que se detallan a continuación:

Dimensión 1: Contexto institucional

Componentes: - Características de las Carreras

- Organización, administración y gestión de las Carreras

Dimensión 2: Proyecto académico

- Componentes:
- Plan de estudios
 - Enseñanza
 - Aprendizaje
 - Investigación
 - Extensión, vinculación

y cooperación

Dimensión 3: Docentes, alumnos y graduados

- Componentes:
- Docentes
 - Alumnos
 - Graduados

Dimensión 4: Recursos humanos e Infraestructura

Componentes: - Edificaciones y su infraestructura

- Biblioteca
- Laboratorios e instalaciones especiales

Particularmente nos interesa de la Dimensión PROYECTO ACADÉMICO, el Componente EXTENSIÓN, VINCULACIÓN Y COOPERACIÓN.

Al respecto, en el ámbito del Mercosur y en el proceso de acreditación de las Carreras de Ingeniería, Medicina y Agronomía se definieron criterios e indicadores para la actividad de evaluación.

A continuación se detallan los mismos y que hacen referencia a la extensión universitaria (Quadro 1).

Un siguiente paso sería la elaboración de los instrumentos de recolección de datos, estableciendo las fuentes de información a las que se recurrirán.

Las fuentes de información en la Universidad constituyen: las normativas, documentos institucionales, datos cuantitativos,

planes, programas y proyectos, y la opinión de los actores institucionales.

Posteriormente deberá establecerse el tipo de información que se requiere a cada fuente, evaluando las diferentes alternativas para obtenerla, es decir, cuáles son los tipos de instrumentos que pueden emplearse.

Para la obtención de información sobre el componente EXTENSIÓN, VINCULACIÓN Y COOPERACIÓN se propone la elaboración de cuestionarios a alumnos, directivos y egresados (Anexo).

El procesamiento de los datos estará a cargo del equipo de Autoevaluación que sistematizará, analizará e interpretará toda la información reunida.

La información obtenida debe ser evaluada en función a los siguientes criterios:

Relevancia

- Pertinencia
- Impacto
- Adecuación
- Oportunidad

Efectividad

- Formulación de metas explícitas
- Cumplimiento de metas

Disponibilidad de recursos

- Humanos
- Materiales
- Información

Eficiencia

- Administrativa
- Académica

Eficacia

- Adecuación de recursos
- Relación costo-efectividad
- Relación costo-beneficio

Es conveniente que se compare la información sobre un mismo aspecto obtenida de diferentes fuentes, de manera a tener más elementos de juicio.

Quadro 1. Dimensión: proyecto académico. Componente: extensión, vinculación y cooperación.

Criterios	Indicadores	Fuentes de Información	Instrumentos
<p>Actividades de extensión cultural:</p> <p>La Institución y las Carreras contemplan la extensión cultural propia y la transmisión de otras fuentes culturales a la comunidad.</p>	<p>Proyección cultural hacia la comunidad.</p> <p>Existencia de actividades que propicien la creatividad, el desarrollo de ideas, la transformación tecnológica, la promoción de talentos, como propulsor cultural de la comunidad.</p>	<p>Programas y proyectos de extensión cultural.</p> <p>Normativa de la Institución y las Carreras.</p>	<p>Análisis de la Normativa.</p> <p>Entrevistas a autoridades, docentes y alumnos.</p>
<p>Cursos de actualización profesional permanente.</p> <p>La Institución y las Carreras contemplan la extensión de conocimientos científicos y profesionales hacia los graduados o hacia profesionales de disciplinas vinculadas. Se promueve el proceso de educación continua. Está dirigida y programada en función a la demanda de los graduados y las necesidades de la región.</p>	<p>Existencia de Cursos de actualización por áreas de conocimiento que permitan acercar a los graduados a las innovaciones tecnológicas y científicas.</p> <p>Existencia de vinculación con el sector de la producción para recibir y transferir conocimientos a alumnos y graduados.</p> <p>Existencia de programas de formación en especialidades, maestrías o doctorados vinculados a las Carreras.</p> <p>Existencia de mecanismos de comunicación para llegar al sector involucrado.</p>	<p>Planes y proyectos de extensión.</p>	<p>Entrevistas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Docentes; • Graduados; • Miembros del sector productivo.
<p>Programas de educación a distancia.</p> <p>La institución cuenta con medios de difusión a distancia que permitan llevar adelante el proceso educativo no presencial.</p>	<p>Utilización de técnicas apropiadas para el proceso de enseñanza aprendizaje aplicado al estudio no presencial.</p> <p>Existencia de mecanismos de evaluación, tomado a distancia, que garantice la calidad y suficiencia del conocimiento adquirido.</p>	<p>Programas de educación a distancia disponibles.</p>	<p>Entrevistas a directivos y docentes.</p> <p>Encuesta a usuarios.</p>

Conclusão Quadro 1. Dimensão: projeto acadêmico. Componente: extensão, vinculação e cooperação.

Critérios	Indicadores	Fuentes de Información	Instrumentos
<p>Servicios prestados a la comunidad.</p> <p>Las Carreras contemplan la prestación de servicios a la comunidad, a otras instituciones y a los graduados.</p>	<p>Existencia de mecanismos de aprovechamiento de la infraestructura, los laboratorios y el personal en servicios a terceros.</p> <p>Existencia de mecanismos mediante los cuales los estudiantes y docentes prestan servicios logrando forjar experiencia y transmitir conocimientos en sectores de la comunidad.</p>	<p>Planes y proyectos de servicios de extensión a la comunidad.</p> <p>Materiales disponibles en los departamentos y laboratorios.</p> <p>Reglamentos de servicios.</p>	<p>Entrevistas a directivos, graduados y miembros de la comunidad en las áreas de especialidad.</p>
<p>Convenios de cooperación con el sector público y privado.</p> <p>La Institución y las Carreras propician la interrelación con el sector socio productivo y los organismos públicos y privados a través de convenios de cooperación que faciliten el aporte de conocimientos aplicados a la problemática regional.</p>	<p>Existencia de una unidad responsable en la Institución que propicie las relaciones con los sectores externos.</p> <p>Existencia de mecanismos de evaluación de los convenios.</p>	<p>Documentación institucional referida al tema de los convenios.</p>	<p>Entrevistas a directivos y encargados del área.</p> <p>Entrevistas a miembros de los sectores productivos, sociales y organismos públicos y privados vinculados a las Carreras.</p>
<p>Cursos para capacitación específica.</p> <p>La Institución y las Carreras proveen cursos para capacitación específica en técnicas, especialidades o disciplinas vinculadas a las Carreras.</p>	<p>Mecanismos de evaluación de la demanda de cursos específicos.</p> <p>Existencia de propuestas de capacitación específica, satisfaciendo la demanda de los sectores de la producción y la comunidad.</p>	<p>Documentación interna y de difusión relativa a los cursos de capacitación específica.</p> <p>Información sobre la evaluación de la demanda de cursos específicos.</p>	<p>Entrevistas a los miembros de los sectores de la producción vinculados a las disciplinas de las Carreras.</p>
<p>Cooperación entre Instituciones de enseñanza.</p> <p>Establecimiento de vínculos de cooperación, a través de actividades conjuntas, evitando superposición de esfuerzos, manteniendo una sana competencia y una eficaz complementación.</p>	<p>Existencia de convenios entre las instituciones de enseñanza, investigación o culturales a nivel nacional e internacional.</p> <p>Existencia de mecanismos de medición del impacto de los convenios.</p> <p>Existencia de una estructura apta para llevar adelante la cooperación.</p>	<p>Documentación institucional relativa a la cooperación entre instituciones.</p> <p>Información sobre la evaluación del impacto de los convenios.</p>	<p>Entrevista a directivos de la Institución.</p> <p>Verificación de la infraestructura disponible para la extensión.</p>

Será preciso organizar una discusión de los resultados obtenidos entre los diferentes miembros de la Institución con el fin de lograr un consenso y la apropiación de los resultados por parte de los mismos.

La redacción del Informe de Autoevaluación es la ocasión para que los miembros de la Comisión plasmen el discernimiento reflexivo y valorativo realizado sobre la base de evidencia de la información recolectada a través de los instrumentos de evaluación.

El informe de autoevaluación tendrá una circulación interna en la propia Universidad. El principal destinatario del Informe es la propia unidad académica, objeto de la evaluación.

El segundo destinatario son las autoridades universitarias y el resto de las unidades académicas. Finalmente, los pares y expertos que integren la Comisión de evaluación externa, quienes leerán el referido informe como una primera aproximación a la realidad de la unidad, pero en todo momento tendrán presente que el proceso de autoevaluación puede haber producido modificaciones que el informe no refleje.

Estamos seguros que el proceso de autoevaluación puede reportar grandes beneficios al desarrollo institucional y particularmente a lo que nos interesa en este momento, que es la extensión como interacción entre la universidad y la sociedad.

En base a todo lo expuesto **se propone:**

- Fortalecer e innovar la extensión universitaria con el fin de contribuir al desarrollo económico, social y cultural;
- Ampliar la oferta de servicios que ofrecen las universidades para atender a más necesidades y demandas sociales;
- Ampliar la cobertura de sus actividades artísticas y culturales;
- Difundir los conocimientos científicos, tecnológicos y humanísticos;
- Fortalecer el vínculo entre la universidad y la sociedad, para contribuir a solucionar los problemas sociales más urgentes;
- Propiciar una participación activa de docentes, alumnos y graduados en actividades, que dentro de un proceso dinámico y permanente, relacione a la universidad con la sociedad;
- Instaurar la evaluación institucional continua como mecanismo que oriente la planificación y la toma de decisiones.

Finalmente, la extensión deberá promover y gestionar una real y comprometida interacción entre el total del cuerpo universitario y el medio social. Esta interrelación permitirá su inserción en el medio, transfiriendo conocimiento y siendo receptor de la dinámica social y su problemática.

REFERENCIAS

BELLO DE ARELLANO, M. *La educación en Iberoamérica: a través de las declaraciones de las cumbres de jefes de estado y de gobierno y de las conferencias iberoamericanas de educación.* Madrid: OEI, 1998. 451p.

FEMOSO, J. *Más allá de la autonomía.* París: UNESCO, 1996. 103p.

MAYORGA, R. Los desafíos a la universidad latinoamericana en el siglo XXI *Revista Ibero-americana de Educación*, n. 21, p.25-40, 1999.

BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA

ARGENTINA. Ministerio de Educacion, Ciencia y Tecnologia. Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria. *Lineamientos para la Evaluación Institucional*. Disponible em: <www.coneau.edu.ar/docs-varios>.

BRÍTEZ SÁNCHEZ, S.S. et al. *Las universidades paraguayas y su proyección a la sociedad*. San Lorenzo: Carrera de Bibliotecología de la Facultad Politécnica, 2002. 92p.

CEPEDA LÓPEZ, G. et al. *Fundamentos teóricos y práctica de la autoevaluación de programas académicos en la educación superior*. Santafé de Bogotá: CEJA, 1999. 159p.

GANDOLFO, D.M.; SUÑE, L. (Coord.). *Sistema experimental de evaluación de carreras de*

Ingeniería: instrumento para validación del sistema Santiago de Chile, 2001.

GARDUÑO ESTRADA, L.R. Hacia un modelo de evaluación de la calidad de instituciones de educación superior. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.21, p.93-103, 1999.

NEVO, D. *Evaluación basada en el centro: un diálogo para la mejora educativa*. [S.l.]: Ediciones Mensajero, 1997. 207p.

RODRÍGUEZ ALONSO, R.A. *Instrumentos para la autoevaluación de instituciones educativas*. Santiago de Chile: Santillana, 2001.175p.

RUÍZ RUÍZ, J.M. *Cómo hacer una evaluación de centros educativos*. Madrid: Narcea, 19__.

ANEXO

UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN FACULTAD POLITÉCNICA

Unidad de Autoevaluación Institucional

Cuestionario para Autoridades

En el marco del proceso de autoevaluación su participación es de suma importancia.

Nos interesa conocer la valoración que adjudica a los proyectos de Extensión, Vinculación y Cooperación de nuestra Facultad.

Gracias por contestar las preguntas del siguiente cuestionario.

1. Tiene la Facultad Politécnica una política establecida con respecto a:

- | | | |
|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| a- La extensión | Sí <input type="checkbox"/> | No <input type="checkbox"/> |
| b- La vinculación | Sí <input type="checkbox"/> | No <input type="checkbox"/> |
| c- La cooperación | Sí <input type="checkbox"/> | No <input type="checkbox"/> |

2. Las actividades de Extensión que se realizan son pertinentes

- | | SI | MEDIANAMENTE | NO |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a- A las exigencias de las materias | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b- A las líneas de investigación de la institución | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c- Para las competencias establecidas en el perfil del egresado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d- A las necesidades de la comunidad | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

3. Cuál de las siguientes actividades se desarrollan regularmente:

- | | |
|---|--------------------------|
| a) Actividades culturales | <input type="checkbox"/> |
| b) Cursos de actualización profesional para graduados | <input type="checkbox"/> |
| c) Cursos de educación a distancia en las diferentes carreras ofrecidas | <input type="checkbox"/> |
| d) Servicios técnico-profesionales a las empresas | <input type="checkbox"/> |
| e) Firma de convenios con otras instituciones relacionadas | |
| a nivel nacional | <input type="checkbox"/> |
| a nivel internacional | <input type="checkbox"/> |
| f) Cooperación con otras instituciones de enseñanza afines | <input type="checkbox"/> |

4. Las actividades de Extensión que se realizan reportan beneficios para:

- a) Profundizar los contenidos
- b) Relacionar la teoría con la práctica
- c) Desarrollar la sensibilidad social de los futuros profesionales
- d) Retroalimentar con información de la sociedad los Planes de estudio

5. Para la prestación de los servicios de Extensión cuenta la Facultad con:

- a) La Infraestructura necesaria
- b) El personal idóneo para la coordinación de las actividades

6. Las actividades de extensión son realizadas por:

- a) Los alumnos solamente
- b) Los profesores solamente
- c) Los alumnos y los profesores

7. Existen mecanismos de evaluación del impacto de los convenios de cooperación firmados?

SI NO

Si su respuesta es positiva, mencione cuáles son los mecanismos de evaluación

UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN
FACULTAD POLITÉCNICA

Unidad de Autoevaluación Institucional

Cuestionario para Estudiantes

En el marco del proceso de autoevaluación su participación es de suma importancia.

Nos interesa conocer la valoración que adjudica a los proyectos de Extensión, Vinculación y Cooperación de nuestra Facultad.

Gracias por contestar las preguntas del siguiente cuestionario.

No necesita identificarse. El cuestionario es anónimo.

1. Participan los estudiantes en las actividades de extensión?

Sí

De qué forma? _____

No

2. Cuáles son las actividades desarrolladas hasta la fecha?

Servicios sociales a la comunidad _____

Pasantías _____

Cursos de actualización _____

Actividades culturales _____

Firma de convenios interinstitucionales _____

Otros _____

3. Qué podría hacerse para mejorar la participación de los estudiantes?

4. Considera que las actividades de extensión contribuyen a la formación académica?

Sí

De qué manera? _____

No

UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN
FACULTAD POLITÉCNICA

Unidad de Autoevaluación Institucional

Cuestionario para Graduados

En el marco del proceso de autoevaluación su participación es de suma importancia.

Nos interesa conocer la valoración que adjudica a los proyectos de Extensión, Vinculación y Cooperación de nuestra Facultad.

Gracias por contestar las preguntas del siguiente cuestionario.

No necesita identificarse. El cuestionario es anónimo.

1. Tiene conocimiento de las ofertas de cursos de actualización profesional ofrecidos por la Facultad Politécnica?

Sí No

2. Ha participado de dichos cursos?

Sí No

3. Cuántos de ellos tuvieron relación con su especialidad?

Todos Mayoría Ninguno

4. Responden a sus expectativas las temáticas y enfoques abordados en los cursos?

Todos Mayoría Ninguno

5. Que cree conveniente hacer para mejorar los mecanismos de relacionamiento de la Facultad con sus egresados?



A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular

The pedagogical dimension of the research in Mercosul's Library Studies courses: Reflections on a trajectory towards curricula harmonization

Mara Eliane Fonseca RODRIGUES¹

José Augusto Chaves GUIMARÃES²

RESUMO

Partindo da concepção de pesquisa como mola mestra para um ensino de qualidade e considerando-se o fato da mesma constituir uma das áreas curriculares acordadas para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul, analisam-se, sob uma ótica histórica, as concepções de pesquisa desenvolvidas no âmbito dos Encontros de Diretores e Docentes de Biblioteconomia do Mercosul (Porto Alegre, 1996; Buenos Aires, 1997; Santiago do Chile, 1998, Montevideu, 2000 e Assunção, 2001) como subsídios ao delineamento de políticas de pesquisa para a graduação em Biblioteconomia no Mercosul. Com tal objetivo, este trabalho parte da reflexão teórica sobre pesquisa no ensino (em especial, no ensino de Biblioteconomia) para, a seguir, analisar a evolução das discussões da área curricular 6 – *Investigação* – levadas a cabo no âmbito dos referidos eventos.

Palavras-chave: pesquisa, ensino de Biblioteconomia, Mercosul.

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela UFSC. Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT. Docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* mara@proac.uff.br

² Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela ECA-USP. Docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Marília. *E-mail:* jaguima@terra.com.br

Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

ABSTRACT

Departing from the conception of research as a springboard to a good quality teaching, and from the fact that research constitutes an elected subject in the approved curricula for Mercosul's Library Studies courses, this paper analyses, from an historical point of view, the research conceptions developed during the Mercosul Meetings of the Library Studies' Program Administrators and Teachers –Encontros de Diretores e Docentes de Biblioteconomia (Porto Alegre, 1996; Buenos Aires, 1997; Santiago do Chile, 1998; Montevideu, 2000; and Assunção, 2001). Such conceptions may be taken as subsidies for designing research policies for the Mercosul Library Studies undergraduate program. Therefore, besides the theoretical analysis of research articulated with teaching practices (especially in Library Studies education), this paper analyses the very development of the discussions related to the curriculum area 6 –Research-, that took place during the mentioned events.

Key words: *undergraduate program, research policies, curriculum, Library Studies, Mercosul.*

INTRODUÇÃO

As sociedades atravessam um período de intensas mudanças, com a ruptura de inúmeros paradigmas que, ao longo do último século, direcionaram o desenvolvimento social e econômico. Essas mudanças produziram o redesenho da cartografia mundial, e tanto nações, quanto organizações e indivíduos, buscam ainda seu referencial em novo centro de equilíbrio.

Pensar em fazer uma análise do século XX, talvez seja cedo, tantas foram as mudanças operadas. Entretanto, percebe-se que as modificações produzidas pela revolução dos costumes e pelo vertiginoso avanço da ciência e da tecnologia continuarão a marcar fortemente a sociedade do século XXI.

Nesse contexto, a universidade, enquanto instituição social, não aparece diferenciada e, sob tensões, busca enfrentar a crise que caracteriza nossa época e que a atinge, traduzindo-se no questionamento de seu papel e de seu desempenho.

Universidade: contextos, mudanças e impactos

No Brasil, devido as circunstâncias históricas, a idéia de universidade, desde a sua

gênese, enfrenta dificuldades que se prendem a inúmeros fatores. No caso brasileiro, a conjuntura deixou marcas na estrutura. Por longo tempo, observou-se na educação superior brasileira uma tendência: a de ser voltada exclusivamente às profissões liberais, de caráter prático e de sentido predominantemente utilitário.

A partir da mudança de condições da sociedade brasileira em vias de ser transformada pela revolução industrial e tecnológica, o ensino superior passou a defrontar-se com problemas, levando o Estado a examinar a estrutura das universidades e reestruturar o ensino universitário. Desde então, a universidade brasileira passou por alguns planos de reestruturação, sendo o mais marcante deles a Reforma de 1968, cujas conseqüências fazem-se presentes até os dias de hoje.

Atualmente, o sistema de ensino superior brasileiro é heterogêneo e está representado por dois modelos: um predominantemente transmissor de conhecimento, comum às não-universidades e a alguns setores das universidades privadas, e outro; produtor de conhecimento, presente nas universidades públicas.

Ao despontar de um novo século, a universidade brasileira vê-se mais uma vez diante

de pressões para modificar-se, chegando alguns a afirmar que atravessa um período de crise endêmica. Chega-se a propor que a saída da crise se faça por um mergulho nela mesma, porque se acredita que “em vez de temer a crise, a universidade precisa aproveitar-se dela. Na crise, terá a justificativa de seu papel” (BUARQUE, 1994).

Na realidade, a crise tantas vezes mencionada, não é localizada, mas *mundializada* e, sobretudo, institucional. A solução não estará na ocorrência, nem na dependência de procedimentos normatizados. A saída da crise poderá estar nas possibilidades que se oferecerem à universidade-instituição de conseguir compatibilizar tradição e adaptação às novas configurações e demandas sociais, e liberar-se das tensões que têm origem nessa contradição.

Imagina-se que uma das maneiras de viabilizar a adaptação aos novos contextos dar-se-á via definição de projetos que possam dar novos contornos ao ensino superior. Essa proposta teria seu ponto inicial em uma mudança de concepção que se estruturou até então pelo paradigma da modernidade, trabalhando o conhecimento muito mais como produto do que como processo.

Hoje, percebe-se no ensino superior uma tendência para ver e entender o conhecimento como processo. Esta inclinação altera as formas metodológicas que são usadas no modo tradicional de transmissão e repetição para que o estudante retenha um conhecimento em estoque, disponível ao uso quando em exercício profissional. No desenvolvimento do conhecimento como processo, a perspectiva metodológica coloca, para a universidade, desafios em fazer com que se renovem e se resignifiquem como eixo pedagógico a indissociabilidade do ensino com a pesquisa e a extensão.

A atribuição do mesmo grau de importância ao ensino, à pesquisa e à extensão passa, portanto, pela investigação de novas formas de transmitir e produzir conhecimento no processo

de formação, o que seria dizer que, também, faz-se necessário identificar de que instrumentos metodológicos a universidade dispõe e pode colocar em prática.

Não se deve esquecer que todo exercício profissional se dá em um tempo e em um lugar determinados, em estreita relação com projetos que podem fechar ou abrir os horizontes humanos. Todo saber é contextualizado historicamente, assim como toda atividade profissional humana se dá em contexto social, portanto, a aquisição de conhecimentos deve ir para além da aplicação imediata e impulsionar o sujeito, em sua dimensão individual e social, a criar e responder a desafios.

A pesquisa como *cotidiano didático* do professor e do aluno

A perspectiva acima colocada, exige uma nova visão e um novo paradigma de educação superior que tenha seu interesse centrado no estudante. Essa compreensão permeia e altera as práticas tradicionais de ensinar e aprender, ainda vigentes na universidade. A lógica que trespassa o ensino tradicional, o concebe como um processo mecânico, repetitivo e fragmentado. Nesta lógica, o conhecimento é visto como algo pronto e acabado, verdade absoluta, externa ao aluno e que deve ser nele inculcada para, depois de memorizada, ser reproduzida, avaliada e utilizada.

A concepção de ensino e aprendizagem que tem o aluno como *centro* do processo, exige dele capacidades e competências diferentes. Ao invés de memorização, solicita capacidade de interpretação, de julgamento de sentido e de relação com o social e o vivido. Do professor exige novas aproximações didáticas e pedagógicas, a fim de facilitar a aquisição de conhecimentos práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise criativa e crítica e reflexão independente.

Para alcançar essas metas, a educação superior deve utilizar-se de novos e apropriados métodos que permitam ir além do domínio cognitivo de conteúdos. A aprendizagem deve ser interpretada como um caminho que possibilita ao *sujeito social* (aluno) transformar-se e transformar seu contexto.

Essa visão de ensinar e aprender busca a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino e a pesquisa, tendo a investigação como eixo integrador dos conteúdos curriculares e parte do pressuposto de que pelo ensino também se faz produção de conhecimento.

Para isso, questão absolutamente fundamental é tornar a pesquisa o ambiente didático cotidiano, no professor e no aluno, para desfazer a idéia de que pesquisa é uma atividade especial que somente pode ser desenvolvida por gente especial (DEMO, 1997).

A educação pela pesquisa, significa aprender a ler a realidade de modo questionador e de reconstruí-la como sujeito competente, o que, de acordo com Demo (1997, p.10), leva ao questionamento reconstrutivo. Isso não significa, no entanto, que o professor deixará de trabalhar com os alunos noções básicas dos contextos e dos métodos de investigação usados pelas diferentes ciências, pois para analisar a realidade de modo crítico é importante conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos utilizados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação, etc.

Na visão de Demo (1997, p.33), para desenvolver no aluno a habilidade questionadora reconstrutiva é necessário que o professor o oriente permanentemente para:

a) expressar-se de maneira fundamentada – explicar ao aluno que o discurso acadêmico difere dos outros, porque questiona com lógica e argumentação;

b) exercitar o questionamento – exigir que toda investigação seja realizada de forma

sistematizada, ou seja, não vale procurar materiais sem método, colher dados sem organizá-los, citar sem contralar, entre outros;

c) exercitar a formulação própria – fazer bom uso da lógica, da argumentação, da crítica e da autocrítica, dentro da regra segundo a qual só se pode garantir o que de alguma forma tem base; não adianta construir algo que ninguém mais pode decifrar, ou usar linguagem particular inacessível;

d) reconstruir autores e teorias – incitar a reconhecer nos outros (autores, pesquisadores, professores) os procedimentos criativos que indicam a capacidade de questionar e reconstruir, não para imitar mas, sob o estímulo do exemplo, encontrar pistas da criatividade própria;

e) cotidianizar a pesquisa – tornar o questionamento reconstrutivo uma atitude cotidiana, de modo a tornar o ambiente acadêmico naturalmente positivo e estimulante, no qual a leitura constante é algo normal, a feitura de trabalho próprio é óbvia, o esforço de equipe bem organizado e produtivo é exigência evidente.

Por outro lado, para trabalhar dessa maneira o professor precisa continuamente fazer ajustes entre o que planeja ou prevê e aquilo que acontece na interação com os alunos. Boa parte dos ajustes têm que ser feitos em tempo real ou em intervalos relativamente curtos, sob risco de passar a oportunidade de intervenção no processo de ensino e aprendizagem. Ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação mais pertinente e eficaz possível.

Por essas razões, o professor, como profissional da educação, deve ser também um pesquisador. Contudo a pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho do professor não pode ser confundida com a pesquisa acadêmica ou científica. Refere-se, antes de mais nada, a uma atitude cotidiana de

busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino.

Na universidade, a idéia de fazer da pesquisa um cotidiano didático, tanto para o professor, como para o aluno, precisa ser trabalhada para que a articulação ensino/pesquisa realmente se efetive. Para isso, será fundamental que se tenha coragem de alterar consistentemente a lógica dos currículos vigentes, onde a dissociação entre a teoria e a prática gera desinteresse e falta de sentido para a vida dos acadêmicos. Para isso, a prática da pesquisa deve estar presente em todos os momentos da formação universitária, conjugando reciprocamente teoria e prática. A perspectiva do ensino articulado à pesquisa constitui-se, então, em um componente essencial para impulsionar uma resignificação da atitude de ensinar e aprender na universidade.

Desse modo, faz-se necessário repensar o processo de construção do conhecimento na universidade, buscando-se educar pela pesquisa, tendo em vista um perfil de profissional-cidadão de quem se espera competência e não somente reprodução do saber. Para tanto, há de se voltar esforços para aquilo a que Demo (1997, p.128) se refere como “aprender a aprender”, em um processo educativo e emancipatório, permitindo o diálogo crítico e criativo com a realidade, a fundamentação de um ensino não mais meramente repasse copiado, e a convivência mutuamente enriquecedora entre teoria e prática.

Na Biblioteconomia, como em tantas outras áreas do conhecimento, tal cenário encontra reflexos marcantes, em um momento que se procura romper com uma concepção de profissional eminentemente técnico para se buscar um perfil de natureza mais interdisciplinar, que possa dar conta de uma realidade heterogênea, em um mundo globalizado, com

usuários mais exigentes e todo um aparato tecnológico em constante aperfeiçoamento.

Nesse contexto, a exigência de profissionais com maior amplitude de conhecimentos e habilidades trouxe à universidade uma reflexão fundamental: a necessidade de se formar profissionais inovadores, críticos e teoricamente embasados que pudessem não mais se limitar a atender às exigências de um mercado em constante mudança mas, indo além, criar novas demandas e especificidades para esse mercado.

Como bem assevera Dosa citada por Mueller (1989, p.176), uma profissão é composta de três elementos: a prática da profissão, o sistema de educação e treinamento profissional e a pesquisa, que visa contribuir para o desenvolvimento da área. Indo além, pode-se dizer que a pesquisa atua como mola mestra da prática profissional e do sistema educativo, haja visto seu componente de questionamento aliado aos parâmetros de cientificidade, permitindo um efetivo ir além.

Desse modo, ressaltam Guarido, Guimarães e Oliveira (2001) que aos cursos de Biblioteconomia cabe, agora, um desafio, que está na produção de conhecimento próprio, constituindo-se a pesquisa, enquanto princípio científico e educativo, a alma da vida acadêmica.

Tais aspectos encontram-se presentes nas pauta de discussões do grupo de escolas de Biblioteconomia do Mercosul, no âmbito da qual a Investigação figura como área curricular específica, como demonstram as discussões havidas nos cinco encontros até então realizados - Porto Alegre, 1996, Buenos Aires, 1997, Santiago do Chile, 1998, Montevidéu, 2000 e Assunção, 2001, que a seguir serão analisados.

A pesquisa no âmbito dos estudos de harmonização curricular em Biblioteconomia no Mercosul

As origens dos estudos curriculares em Biblioteconomia no Mercosul, pautam-se, como

ressalta Guimarães (2000) por questões de natureza jurídica - a criação do Mercosul, pelo Tratado de Assunção, em cujo Programa III do Plano para o Desenvolvimento Educativo Regional do Mercosul observa-se o compromisso dos *Ministérios da Educação dos países firmantes quanto a harmonização dos sistemas e busca de compatibilização acadêmica, jurídica e administrativa e o estabelecimento de um sistema comum de informação educativa relevante* (SANTOS, 1997, p.3) – e de natureza didático-pedagógico-investigativa, quando a comunidade acadêmica da área resolve criar espaços mecanismos para identificação e análise da situação, na área, bem como para o delineamento de políticas conjuntas de ação.

Especificamente no âmbito didático-pedagógico-investigativo, que é objeto deste trabalho, há de se registrar, como antecedentes, os trabalhos levados a cabo no âmbito dos Encuentros de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamerica y el Caribe (EDIBCIC), iniciados em 1993, (San Juan de Porto Rico), mais voltados para a questão das perspectivas de educação a distância em Biblioteconomia na Ibero-América.

A partir do II Encontro (Cidade do México, 1995), o evento passou a ser operacionalizado por meio de três vertentes básicas - ensino de graduação, ensino de pós-graduação e pesquisa – que mantém até hoje, criando comissões inter-países.

Mas foi efetivamente no III Encontro (San Juan de Porto Rico, 1996) que a questão da pesquisa passou a ser objeto específico – e oficial – das estruturas curriculares da área, como bem se observa em uma das recomendações oriundas da Comisión de Pregrado (ENCUENTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES..., 1996, p. 2-3) *verbis*:

que las curriculas consideren asignaturas que logren una educación integral del estudiante de modo a que permitan: a) una formación general y básica, la cual debe responder a las necesidades específicas de la profesión y a las características de cada universidad (ciclos básicos u otros) y b) una formación especializada que cubra las siguientes áreas: Fundamentos teóricos de la Bibliotecología y Ciencias de la Información; Procesamiento de la Información; Recursos y Servicios de la Información; Tecnología de la Información; Gestión de Unidades de Información; Investigación; y Práctica Profesional (asuntos académicos).

Tendo participado do evento, a então presidente da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), Jussara Pereira Santos, estabeleceu contato com os dirigentes de cursos universitários de Biblioteconomia da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, e lançou as bases para a realização de um evento conjunto para discutir e estudar a questão de harmonização curricular na área. Na ocasião, embora não integrando o Mercosul, o Chile acenou com o interesse de integrar-se a tais estudos. Estavam pois, a partir daquele momento, lançadas as bases para algo que, nos anos seguintes iria se consolidar e gerar frutos, qual seja o Grupo de Estudos Curriculares em Biblioteconomia do Mercosul.

Desse modo, em setembro de 1996 teve lugar, em Porto Alegre, o I Encontro de Dirigentes de Cursos Universitários de Biblioteconomia do Mercosul³, "marco referencial para a história do

³ O evento contou com a participação dos sete cursos universitários argentinos, um dos dois chilenos, do curso uruguaio e do curso paraguaio, assim como dos coordenadores dos grupos regionais de estudos curriculares da ABEBD e de vários dirigentes dos cursos de graduação brasileiros.

ensino de Biblioteconomia latino-americano, visto permitir, pela primeira vez, uma discussão sistematizada sobre questões de ensino afetas ao segmento Mercosul" (GUIMARÃES, 2000).

Dentre os aspectos abordados no evento, no que tange à questão da pesquisa, destaque inicial deve ser dado às conferências-chave, - "Ensino de graduação e pesquisa, Fontes de financiamento em Ciência e Tecnologia, e Moderno profissional da informação"⁴, visto trabalharem a temática respectivamente sob a ótica da inserção curricular, do fomento e da prática profissional.

No tocante às áreas curriculares, adotou-se o recomendado na reunião de Porto Rico, com exceção da área de *Prática profissional*, entendida como uma vertente de cunho interno no âmbito das instituições, não propriamente uma área curricular em termos de conteúdo, visto que os mesmos perpassam os conteúdos de todas as demais. Desse modo, a Pesquisa passou a ser objeto, para o Mercosul, da área curricular 6.

Votou-se ainda pela institucionalização dos encontros como fórum oficial de discussão e deliberação de questões de ensino de Biblioteconomia do Mercosul, aprovando-se a periodicidade anual do evento, a realizar-se em revezamento, cada vez em um dos cinco países participantes.

Em termos de educação continuada dos docentes de Biblioteconomia, recomendou-se o desenvolvimento de oficinas de atualização de 3h cada, a serem desenvolvidas em São Luiz do Maranhão, durante o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (jul. 1997), a partir de áreas de excelência identificadas no ensino de Biblioteconomia de cada país. Nesse sentido ao Brasil, dada sua experiência em pós-graduação e pesquisa, coube encarregar-se da oficina Pesquisa em Biblioteconomia.

Por ocasião do II Encuentro de Directores... teve lugar o I Encuentro de Docentes de Cursos Superiores de Bibliotecología del Mercosur (Buenos Aires, nov. 1997), ocasião em que se chegou à definição de ementas e de conteúdos mínimos, a partir de uma sistemática de seis grupos de trabalhos, por áreas curriculares. Tal resultado decorreu do estudo sistematizado de conteúdos de áreas, por país, realizado a partir de recomendação do evento anterior.

Como ponto de reflexão, Emílio Setién Quesada, da Biblioteca Nacional José Martí (Cuba), em sua conferência acerca das tendências atuais da metodologia em Biblioteconomia, alertou para a diversidade de embasamentos filosóficos tradicionalmente verificáveis na pesquisa da área, muitas vezes sem que se tenha consciência. disso

Desse modo, como resultado dos trabalhos do referido grupo, chegou-se à seguinte ementa geral (ENCUENTRO DE DIRECTORES...., 1997, p.2) para a área de Investigação:

Epistemologia da pesquisa científica. Metodologia da pesquisa social. Investigação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: produção e comunicação científica.

Decorrendo dessa ementa geral, definiu-se que a área de Pesquisa deveria contemplar a transferência de conhecimentos teórico-metodológicos, conhecimentos instrumentais e seus exercício prático na realidade. Para tanto, em termos de capacitação teórico-metodológica, ressaltou-se a importância de uma base epistemológica e de metodologia da pesquisa, para os conhecimentos instrumentais, elementos mínimos de Estatística descritiva, Redação técnica e Computação e, no tocante à prática

⁴ A cargo, respectivamente, de Solange Puntel Mostafa - (PUCCAMP), Marlene de Oliveira - (CNPq) e José Augusto Chaves Guimarães - (UNESP).

de pesquisa, trabalhos que contemplassem tanto o desenvolvimento de projetos como sua efetivação, materializando-se em monografias e trabalhos de conclusão de curso sob a orientação de docentes.

Uma vez abordada a questão dos conteúdos curriculares, no III Encuentro de Directores Y II de Docentes de Escuelas de Bibliotecología del Mercosur, (Santiago do Chile, out. 1998), teve lugar a discussão das cargas horárias mínimas para viabilizar os conteúdos, bem como as competências do profissional almejado pelos cursos nas diferentes áreas. Especificamente no âmbito do grupo de trabalho relativo à área de Investigação, chegou-se à indicação de que a área seja responsável por uma carga horária em torno de 10% da carga total dos cursos. Na ocasião, enunciou-se, pela primeira vez, um entendimento que a delegação brasileira já desde o evento anterior vinha manifestando: a transver-salidade da Investigação e das Novas Tecnologias em relação às demais quatro áreas de conteúdo.

Em termos de objetivos para a área, definiu-se (ENCUENTRO..., 1999, p.174):

Incentivar o espírito e as atitudes de investigação bem como desenvolver as capacidades de comunicação científica por meio do conhecimento e da análise dos paradigmas e metodologias das ciências sociais, pautando-se nos distintos contextos regionais e tendo em vista a problemática da sociedade da informação.

Decorrendo da definição de tais objetivos, recomendou-se ainda para a área: o equilíbrio entre métodos quantitativos e qualitativos, e

necessidade de se contemplar diferentes níveis para formação em pesquisa, com especial ênfase à geração de conhecimentos para a área, a importância da difusão dos resultados de pesquisa (no caso dos discentes, por meio de defesas de TCCs); a concepção da pesquisa como princípio educativo aplicável a todas as disciplinas e a implantação de um sistema de avaliação nas disciplinas da área que contemple a participação de consultores *ad hoc* no âmbito do Mercosul.

Dentre os trabalhos apresentados, Rodrigues (ENCONTRO, 1999, 44) abordou a pesquisa como estratégia pedagógica visando à competência profissional, propondo o desenvolvimento de um programa regional de formação baseado na articulação da pesquisa com o ensino, *com a função política de formar profissionais capazes de encaminhar idéias alternativas para as questões surgidas com os desdobramentos da revolução tecnológica e a globalização de mercados* (p.43), programa esse pautado na cooperação acadêmica e na circulação da informação sobre projetos e pesquisas em desenvolvimento nas escolas. Para tanto, aborda-se a questão da investigação cooperativa para *desvendar novas realidades*.

Estando os conteúdos fundamentais de áreas e a operacionalização desses conteúdos nas estruturas curriculares - objetivos almejados e cargas horárias utilizadas - já devidamente discutidos, ao IV Encuentro de Directores Y III de Docentes de Escuelas de Bibliotecología del Mercosur⁵ (Montevidéu, maio 2000) coube trabalhar com as bases conceituais e metodológicas do ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, temática que por si só pressupunha uma abordagem da questão curricular sob uma ótica investigativa. Nesse sentido, e

⁵ Registra-se a realização, em Granada, Espanha, em fevereiro de 2002, do V ENCUENTRO DE EDIBCIC (Granada, 21-25 fev. 2000), no âmbito do qual vale destacar a realização da mesa-redonda Los Encuentros de Directores de Bibliotecología del Mercosur (1996-2000): relato de una rica experiencia regional en educación superior, integrada por representantes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, de modo a compartilhar a experiência de compatibilização curricular até então trilhada pelos países do Mercosul com os demais colegas da Ibero-América.

formalizando a figura do observador internacional, com participantes da Espanha e da Colômbia, o evento contou com conferências gerais em que já se contemplavam temáticas de cunho teórico-metodológico, tais como a dimensão científica, técnica ou tecnológica da Ciência da Informação (CONFORTI & ARTAZA, 2000), as questões de inter e transdisciplinaridade na área (CHUEQUE *et al.*, 2000) e a necessidade de uma metateoria para a área (SABELLI, 2000).

Indo além, as conferências específicas da área 6 (Investigação), a cargo de Fernández (2000) e Rodrigues (2000), trouxeram novos aportes à questão. Na primeira, discutiu-se o fato de a pesquisa em Ciência da Informação ser parte de uma prática institucional - que pode ser de privilégio ou de subordinação - alertando para a necessidade da área contemplar, por um lado, a pesquisa para dar respostas a problemas concretos e, por outro, aquela que abre espaço para debate teórico no meio acadêmico. A segunda, por sua vez, discutiu a necessidade de uma nova concepção pedagógica para o ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação que, fugindo da mera reprodução de conhecimentos, voltando seus olhos - e esforços - para *o aprender com pesquisa*, no sentido de *caminhar para que a educação / formação seja realmente integrada, envolvendo estudantes e professores na tarefa de investigar e analisar seu próprio mundo (...) para construir uma proposta capaz de refletir uma intervenção transformadora e que promova novas posturas diante do mundo*.

No âmbito das recomendações de área, o grupo de Investigação reiterou, com mais ênfase, a questão da transversalidade da investigação relativamente às demais áreas, uma vez que consiste muito mais em um processo. Ainda assim, os trabalhos do grupo ressaltaram marcos teóricos de duas ordens: geral, relativos aos paradigmas da própria Ciência da Informação, e específico, voltados para a metodologia da pesquisa social, com a preocupação de que os

docentes das disciplinas de cunho metodológico buscassem referências concretas na área de Ciência da Informação ao mesmo tempo que os de áreas de conteúdo se preocupassem com a questão do aprendizado contemplando uma ótica investigativa.

Desse modo, o ensino com pesquisa foi recomendado como estratégia didática para a área, para o que se alertou para a necessidade de experiência investigativa pelos docentes, aspecto que potencializaria, ainda, uma maior vinculação teoria-prática seja por meio de tutorias e projetos interdisciplinares (envolvendo co-orientações), seja pelo esforço em apresentar os problemas práticos da área, *relacionando a teoria com referenciais empíricos precisos* (ENCUENTRO..., 2000, p.397). Para tanto, recomendou-se o aumento do quadro docente em dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa.

Identificada como área que recebe aportes teóricos de áreas como Epistemologia, Estatística, Psicologia, Sociologia, Antropologia Cultural, Linguística, História, Filosofia de Ciência, Educação, Ciência Política e Economia, dentre outras, ressaltou-se a necessidade de sua articulação com a extensão universitária, com especial destaque a aspectos como a celebração de convênios com distintos setores da sociedade, oferecimento de bolsas de pesquisa a estudantes e docentes (para o que se enfatizou a necessidade de consolidação da informação sobre fontes de financiamento à pesquisa no Mercosul), e previsão de canais de divulgação dos resultados de pesquisa (como as *homepages* institucionais, por exemplo).

Completando o ciclo, ao Paraguai coube sediar o V Encontro de Diretores e IV de Docentes, com a peculiaridade de contar com a participação da Bolívia, ainda como candidato a integrar-se ao grupo, bem como com a participação de observador internacional da Espanha. Desse modo, e uma vez discutidos os pontos mais ligados às questões curriculares, os eventos centraram sua abordagem na figura do

docente (aqui entendido como um docente-investigador), tendo como temas respectivamente as Diretrizes político-estratégicas para uma formação docente com impacto na pesquisa e na extensão e o docente de Biblioteconomia na sociedade do conhecimento, enfocando o novo perfil docente, a ética como responsabilidade social na atividade educativa e as inovações exigidas pelos novos tempos.

O evento teve como objetivos analisar as características do docente de Biblioteconomia para a formação da sociedade do conhecimento, refletir, compreender e atuar sobre a prática docente com o objetivo de transformação social, favorecer a inovação educativa nas Escolas de Biblioteconomia do Mercosul e contribuir para o delineamento do perfil do docente de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No âmbito do Encontro de Diretores, como bem ressalta Oliveira (2001, p.1)

Cabe o destaque dos trabalhos, ao quadro comparativo traçado sobre o exercício docente nos países do Mercosul, no qual se considerou as semelhanças e diferenças entre os diversos países segundo os seguintes indicadores: requisitos para ascender à docência, (concursos, exames etc...), mecanismos de promoção docente, aspectos legais do exercício da docência, otimização do trabalho docente e avaliação do desempenho docente. Assim, foram comparados e unificados estes critérios e tiradas as recomendações, estas aprovadas na reunião com os docentes.

Desse modo, pela primeira vez se teve uma idéia mais abrangente da realidade docente na região, aspecto que permitiu a discussão de perspectivas de intercâmbio e de programas conjuntos futuros.

No âmbito das conferências gerais, bastante presente se fez a discussão da pesquisa como uma necessidade básica para o docente, desde reflexões mais abarcativas sobre o papel docente rumo a uma sociedade do conhecimento⁶ e os impasses e perspectivas da própria prática pedagógica na área, no contexto atual⁷ até outras mais diretamente ligadas à questão da pesquisa no ensino e do ensino pela pesquisa⁸.

Tais aspectos encontraram reflexo direto no grupo 6 (Investigação), como se observa pelo teor do trabalho apresentado por Moreira, Guimarães e Oliveira (2001) trouxe uma reflexão a partir de uma experiência concreta de ensino pela pesquisa no âmbito da Biblioteconomia, quando a questão da iniciação científica foi assumida como elemento norteador de toda uma estrutura curricular.

Nas conclusões do trabalho do referido grupo, mais uma vez ficou o corte transversal que a Pesquisa efetua na área de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, devendo ser objeto de incorporação pela atividade docente nas distintas áreas temáticas. Igualmente se reafirmou a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, visto que a pesquisa, enquanto verdadeiro princípio educativo, fundamenta o ensino, e *evita que aquele se transforme em mero repasse de conhecimentos* ou que se desenvolva à revelia da realidade social. Como paradigma fundamental tem-se, pois, a possibilidade de o aluno desenvolver sua capacidade de intervenção na realidade social,

⁶ QUINTANA DE HORÁK, Carmen. El docente para la sociedad del conocimiento.

⁷ LEÓN DE ALEGRE, Sonia. Innovación Educativa e ORTÍZ DE CARDOZO, Gloria. Formar para innovar.

⁸ RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. *A docência universitária e os desafios do mundo moderno: reflexões sobre a prática pedagógica do docente de Biblioteconomia*; AYALA RODRÍGUEZ, María Soledad. *Incorporación de la investigación en la formación de profesionales*; e ESCOBAR DE MOREL, Margarita. *La función docente integrada a la extensión y la investigación*.

aspecto que lhe confere elementos *para desenvolver sua autonomia crítica, criativa e competente*.

A assunção da pesquisa como princípio educativo passa a exigir, do docente, uma constante renovação, pois de mero transmissor de conhecimentos passa a assumir um papel de orientação em um contexto de construção conjunta de conhecimento. Tais aspectos levam à necessidade de uma nova figura docente, para o qual devem convergir esforços institucionais que lhe propiciem: constante requalificação (em termos de conteúdo e em termos metodológicos), tempo integral de trabalho, e a devida infra-estrutura universitária (física, bibliográfica e tecnológica).

E os reflexos desse contexto devem ser tenazmente perseguidos por meio de uma nova postura docente que se consubstancie nas seguintes estratégias:

- estimular práticas de estudo independente,
- encorajar o aproveitamento do conhecimento, habilidades e competências,
- desenvolver projetos de pesquisa integrados com temáticas curriculares,
- trabalhar em regime de tutoria e co-orientação nos projetos com caráter interdisciplinar,
- trabalhar em equipe,
- encorajar as experiências profissionais julgadas relevantes para a área;
- integrar os conteúdos curriculares ao contexto histórico-social, utilizando formas variadas de ensinar, buscando a participação do aluno;
- fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, como também o desenvolvimento de atividades complementares, tais como: participação em seminários e congressos, visitas

programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas;

- otimizar o uso de técnicas socializantes.

CONCLUSÃO

Como se pode observar, nesse momento em que se inicia uma nova fase dos estudos de harmonização curricular na área, no Mercosul, desloca-se – ou, melhor dizendo, aperfeiçoa-se – o foco de discussão, da análise da estrutura curricular para os agentes do processo ensino/aprendizagem na área, fazendo emergir, com a ênfase que estes novos tempos exigem, a questão da pesquisa no ensino, aspecto que levou à definição deste VI Encontro de Diretores e V de Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, tendo como tema a própria questão da Pesquisa nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação da região, mais especificamente no que tange a suas relações com o ensino e a extensão, envolvendo aspectos como: Pesquisa Docente, Pesquisa Discente, Linhas e Grupos de Pesquisa, Formas de Apoio e Fomento a Pesquisa, Programas e Políticas Institucionais de Pesquisa, A Pesquisa no Ensino e o Ensino da Pesquisa, A Pesquisa e a Extensão / Serviços à Comunidade; A Pesquisa como Forma de Integração entre a Graduação e a Pós-Graduação; a Base Científica do Fazer Acadêmico e as Estratégias de Efetivação da Pesquisa enquanto Elemento Permeador do Processo Educacional.

Desse modo, e uma vez assumida a pesquisa como mola mestra do processo educativo na área, mormente em um contexto de constantes mudanças tal como ora nos apresenta, acredita-se que a sua discussão em moldes mais específicos e operacionais tal como se propõe o referido evento, poder-se-á pensar,

a médio (ou mesmo a curto) prazo no delineamento de políticas integradas que permitam ao ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação um efetivo salto de qualidade, pela geração de conhecimento próprio, comprometido com a realidade social mas não menos afinado com os parâmetros e os avanços científicos da área em âmbito internacional.

Além disso, ao tomar como compromisso formar profissionais de informação através da *educação pela pesquisa*, a área, na realidade, está tomando a decisão de deslocar o *futuro para o presente* enfrentando os problemas estruturais que atingem o ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (conteúdos

curriculares voltados para a racionalidade instrumental – funcional – imediata – adaptativa) de forma renovada.

Ao recuperar a relação entre ensino e pesquisa, os educadores da área assumem que pelo ensino também se faz produção do conhecimento, incluindo, no cerne desse processo, a produção da consciência das novas gerações, fazendo-os sujeitos da própria história, capazes de enfrentar com independência e cidadania os desafios que se avizinham em um mundo tecnológico e globalizado, principalmente, no contexto econômico-político-social dos países que integram o Mercosul.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. II Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação: relatório. Porto Alegre: ABEBD, 1989. 13p. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. III Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação: relatório. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 26, n.1/2, p.145-151, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Moderno profissional da informação: o perfil almejado pelos cursos de Biblioteconomia brasileiros. Porto Alegre: ABEBD, 1998. (Documentos ABEBD; 13).

BARBER, E. Informe sobre el Encuentro de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe, 2000, Granada (España). *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA*

INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 3., 2000, Montevideo: Universidad de La República, 2000. 6p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, v.134, n.248, 27 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Proposta de diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia. Brasília: MEC/SESu, 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/curdiretriz/informacao/dir.doc>>. Acesso em: 19 fev. 2001.

BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. São Paulo: UNESP, 1994.

CONFORTI, N; ARTAZA, C. H. La Bibliotecología: ciencia, técnica o tecnología. *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3, 2000 Montevideo. Actas...* Montevideo: Universidad de la República, 2000. p.89-100.

CHUEQUE, M. G. *et al.* La inter y transdisciplinaridad: una cuestión pendiente. *In: ENCUESTRO DE*

- DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000, Montevideo (Uruguay). *Actas...* Montevideo: Universidad de la República, 2000. p.89-119.
- CUNHA, M. I. Relação ensino e pesquisa. In: VEIGA, I.P.A. *Didática: o ensino e suas relações*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1996. p. 115-126.
- CYSNE, F.P. *Biblioteconomia: dimensão social e educativa*. Fortaleza: UFC, 1993.
- DEMO, P. *Princípio científico e educativo*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- ENCONTRO DE DIRIGENTES DE CURSOS SUPERIORES EM BIBLIOTECONOMIA DO MERCOSUL, 1996, Porto Alegre. *A formação profissional em Biblioteconomia no Mercosul*. Porto Alegre: ABEED, 1996. 3v.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LOS CURSOS SUPERIORES DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2., ENCUENTRO DE DOCENTES DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 1997, Buenos Aires. *La formación profesional en Biblioteconomía y Ciencia de la Información en el Mercosur: acuerdos y recomendaciones*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, 1997. 15p.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., ENCUENTRO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2., 1998, Santiago (Chile). *Formación de recursos humanos en el área de información en el Mercosur: compatibilización curricular; competencias del profesional de la información en el Mercosur*. Santiago (Chile): Universidad Tecnológica Metropolitana, 1999.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000, Montevideo (Uruguay). *Actas...* Montevideo: Universidad de la República, 2000.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 5., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 4., 2001, San Lorenzo (Paraguay). *Actas...* Asunción: Universidad Nacional de Asunción, 2001.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 5., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2001, San Lorenzo (Paraguay). *Conclusões da área 6: Investigação*. 2f.
- ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 5., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2001, San Lorenzo (Paraguay). *Talleres por áreas*. 2f.
- ENCUENTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMERICA Y EL CARIBE - EDIBCIC, 3., 1996, San Juan (Porto Rico). *Informe de la Comisión de Pregrado*. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1996. 4p.
- ENCUENTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMERICA Y EL CARIBE - EDIBCIC, 5., 2000, Granada (España). *La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento: actas del...* Granada: Universidad de Granada. Facultad de Biblioteconomía y Documentación, 2000. 506p.

FERNÁNDEZ, J.E. Dimensiones institucionales de la práctica de investigación em Ciencia de la Información. *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000. Montevideo (Uruguai). Actas... Montevideo: Universidad de la República, 2000. p.89, 316.*

GUARIDO, M.D.M.; GUIMARÃES, J.A.C.; OLIVEIRA E.F.T. A importância da pesquisa na formação do profissional bibliotecário da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília. Marília Uneso, 19--.

GUIMARÃES, J.A.C. Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do MERCOSUL: uma análise histórica dos encontros de diretores e docentes (1996-2000). [s.l.: s.n.], 2000.

GUIMARÃES J.A.C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, v.9, n.1, p.124/137, 1997.

GUIMARÃES, J.A.C. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: uma perspectiva histórica dos encontros nacionais promovidos pela ABEBD. *Cadernos da F.F.C.* (Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP), Marília, v.4, n.1, p:68-81, 1995.

GUIMARÃES, J.A.C. Formação profissional no campo de informação no Brasil: algumas considerações acerca da LDB. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO DA UFF, 2., SEMINÁRIO DA ANCIB – REGIÃO SUDESTE, 1., 1998, Niterói, Anais... Niterói: NEINFO/UFF, 1998. p.47-51. CD-ROM.*

GUIMARÃES, J.A.C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. *In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. Cap. 2, p:53-70.*

LUCK, E.H.; RODRIGUES, M.E.F. III Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação: relato das participantes. Niterói, 1992. 21p.

MUELLER, S.P.M. Reflexões sobre a formação profissional para Biblioteconomia e sua relação com as demais profissões da informação. *Transinformação*, Campinas, v.1, n.2, 175-185, 1989.

PRIMER TALLER PARA LA ELABORACIÓN DE UN PLÁN CORDINADO DE ENTRENAMIENTO PARA PROFESIONALES DE INFORMACIÓN EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 1994, Belo Horizonte. *In: BIBLIOS 2000. Belo Horizonte: ABMG 1995. v.2, p:211-232. Informe final.*

PROPOSTA DE REESTRURAÇÃO CURRICULAR. Marília: UNESP, 1996.

RAMIREZ, E.; AÑORVE, M.; GRANIEL, M.R. Reunión de Investigadores e Educadores de Iberoamerica y el Caribe en el area de la Bibliotecología y Ciencia de la Información. México; UNAM/CUIB, 1996.

RODRIGUES, M.E.F. Ensino com pesquisa: uma nova concepção pedagógica para as áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000 Montevideo. Actas... Montevideo: Universidad de la República, 2000. p.89-323.*

RODRIGUES, M.E.F. A pesquisa como estratégia pedagógica para competência profissional. *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES Y SEGUNDO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 1998, Santiago de Chile. Actas ... Santiago de Chile: Universida Tecnológica Metropolitana; Facultad de Administracion y Economia. Escuela de Bibliotecología, 1999. p.41-44.*

SABELLI, M. United colors of Information Science: entre deifniciones y creatividad em los tiempos de cambio. *In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4., ENCUESTRO DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000 Montevideo (Uruguai). Actas... Montevideo: Universidad de la República. 2000. p.89 -162.*

SANTOS, J.P. *O ensino de Biblioteconomia no Brasil: propostas de integração e harmonização curricular. São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB; 41).*

- SANTOS, J.P.; NEVES, I.C.B. *A formação do moderno profissional da informação: relatório técnico*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 1998, São Carlos. Porto Alegre: ABEED, 1998. 11p.
- SANTOS, J.P.; NEVES, I.C.B. *Harmonização curricular em Biblioteconomia no MERCOSUL*. Porto Alegre: ABEED, 1998. 21p. Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos Cursos Superiores de Biblioteconomia dos Países do MERCOSUL e I Encontro de Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação do MERCOSUL. Buenos Aires, 27-29 nov. 1997.
- SANTOS, J.P. *A ABEED e o ensino de Biblioteconomia do MERCOSUL: relatório de atividades da gestão 1997-1998*. Porto Alegre: ABEED, 1998. (Documentos ABEED, 11)
- SANTOS, J.P. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. *Informação & Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.5-13, 1993.
- SANTOS, J.P. *Reflexões sobre currículo e legislação na área de Biblioteconomia*. Porto Alegre: ABEED, 1998. (Documentos ABEED, 14).
- SILVA, L.G.F.; KRUEL, I.R.P.; SANTOS, J. P. *Ensino de Biblioteconomia no Brasil: problemas e perspectivas*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação, 1990.
- SOUZA, F.C. *O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- TALLER REGIONAL PARA LA ELABORACIÓN DE UN PLAN COORDINADO DE ENTRENAMIENTO PARA PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 1994, Belo Horizonte. Informe final. In: BIBLIOS 2000: *Anais...* Belo Horizonte: Associação de Bibliotecários de Minas Gerais; Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1995. v.3, p:211-237.
- VALENTIM, M.L.P. Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p.7-30.



A pesquisa histórica no ensino: saberes necessários à prática docente

The historical research in Education: The necessary knowledge for the practice of teaching

Lídia Eugenia CAVALCANTE¹

*É inútil querer encurtar o caminho e querer começar
já sabendo que a voz diz pouco. Pois existe a trajetória,
e a trajetória não é apenas um modo de ir.
A trajetória somos nós mesmos.
Em matéria de viver, nunca se pode chegar antes.*

Clarisse Lispector

RESUMO

Aborda a importância da pesquisa histórica no ensino de graduação e pós-graduação, dos cursos da área de Ciência da Informação, destacando a sua contribuição na formação profissional. Apresenta algumas considerações sobre como a pesquisa histórica contribuirá na relação entre o conhecimento obtido em sala de aula e a prática cotidiana, através de um envolvimento mais dinâmico com a sociedade ao longo do tempo. Destaca, ainda, que nenhum conhecimento, em sua complexidade, é absoluto ou eterno, há sempre uma relação com outros saberes, com novas aquisições do pensamento, ou mesmo de valores. Em conclusão, destaca-se que tais aspectos devem ser observados pelos educadores em sua prática pedagógica, desenvolvendo situações de aprendizagem que permitam aos educandos o exercício do pensamento criativo, autônomo e crítico acerca da realidade discutida em sala.

Palavras-chave: pesquisa histórica, ensino, aprendizagem, competência docente, história e Ciência da Informação.

¹ Professora do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em História Social UFRJ. Doutoranda em Educação UFC. E-mail: lidia@ufc.br
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

ABSTRACT

This study focuses on the importance of the historical research at the undergraduate and graduate levels of the Information Science courses, highlighting its contribution to the students' professional education. It considers how the historical research will contribute not only to the knowledge acquired in the classroom, but also to daily practices, creating a more dynamic involvement with society along the process. It also stresses that any knowledge, in its complexity, is neither absolute nor eternal. There is always a relationship with other areas and types of knowledge, with new forms of thinking, even with new values. Thus, these aspects must be observed by educators, who will develop in their work learning situations that will lead learners to creative, autonomous and critical thinking about the realities discussed in class.

Key words: *historical research, learning, teaching competence, history and information science.*

Este texto inicia-se com um título que, na verdade, é uma afirmação: A Pesquisa histórica no ensino: saberes necessários à prática docente. Mas, também poderia ser apresentado em forma de reflexão/interrogação: A Pesquisa histórica no ensino: saberes necessários à prática docente? Entretanto, opto pela afirmativa. Porém, deixo o leitor à vontade para fazer a própria escolha e recolher, através deste ensaio, possibilidades de concordâncias ou discordâncias. Sugiro, ainda, a apresentação de reflexões acerca do tema aqui abordado e dos argumentos apresentados, já que este trabalho se destina ao diálogo entre docentes e pesquisadores acerca da pesquisa histórica na prática docente.

Inicialmente, surgem algumas reflexões: para que serve a História? E o ensino de História na área da Ciência da Informação? E, ainda, qual o papel da pesquisa histórica no ensino? A pertinência de tais questionamentos tem por objetivo abrir o diálogo sobre a legitimidade e importância da pesquisa histórica em nosso campo de trabalho na graduação e pós-graduação. Por muito tempo, os currículos de Biblioteconomia privilegiaram, de modo bem especial, as disciplinas cujos conteúdos

voltavam-se, de algum modo, para o ensino de História como: Paleografia, Bibliografia, Iconografia e Numismática, constantes no curso criado pela Biblioteca Nacional, que iniciou suas atividades em 1915 (CASTRO, 2000), visando a uma formação nos moldes de uma escola francesa, de concepções mais humanísticas e eruditas. O aludido curso “objetivava formar um profissional com o perfil de um erudito-guardião”, informa César Augusto Castro. Não foi diferente com o currículo dos primeiros anos da década de 1940, do qual constavam, na área de História, as seguintes disciplinas: Bibliografia, História Literária, Paleografia e Diplomática, Iconografia (CASTRO, 2000). Posteriormente, após as reformas curriculares ocorridas no curso da Biblioteca Nacional, em 1944 e 1962, foram incluídas as disciplinas História do Livro e das Bibliotecas e História da Literatura (CASTRO, 2000). Com a institucionalização do currículo mínimo obrigatório, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, pela Resolução de 16/11/1962, integraram as seguintes disciplinas: História do Livro, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico e Paleografia (CASTRO, 2002, p.36). Aos

poucos, algumas dessas matérias foram sendo substituídas para adequar o currículo às necessidades de formação de outro profissional em face de uma sociedade com novas exigências no campo do processamento da informação e da organização do conhecimento. Os impactos dessa adequação curricular são observados continuamente pela necessidade de trazer, ao elenco das disciplinas, aquelas que privilegiem a evolução tecnológica, sob pena de o profissional não acompanhar os avanços dos novos saberes da sociedade da informação.

Entretanto, ante a essas novas exigências, como fica o elenco de disciplinas sócio-históricas ainda presentes no currículo que, a cada atualização, perde créditos para aquelas inerentes à área tecnológica? Estamos lidando com uma delicada situação. Se por um lado é necessário acompanhar as mudanças no campo da informação, assim como as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para “enxugar” os currículos dos cursos, por outro, é preciso aproximar o ensino da pesquisa histórica para não nos perdermos em um “tecnicismo informatizado e midiático”, que pode levar a um terreno arenoso, sem raízes ou com pouca profundidade. Uma das queixas acadêmicas sempre presentes na área biblioteconômica diz respeito ao pouco aprofundamento teórico na formação do bibliotecário, que privilegia, na maioria das vezes, o lado tecnicista da profissão. Assim, entramos num impasse.

Por conseguinte, o que propomos, neste estudo, é a análise da inserção da pesquisa histórica no elenco das disciplinas do curso, transformando o aluno num leitor/pesquisador/historiador, se assim podemos dizer, para dar a ele a oportunidade de conhecer profundamente a profissão escolhida, incluindo em sua atividade cotidiana a relação com a história, superando algumas limitações como o desconhecimento da ação profissional e o imediato como referência permanente de uma profissão que já tem milênios.

Lembremos, por exemplo, que há mais de dois mil anos, na Grécia, nasceu Eratóstenes, grande estudioso e pesquisador que, mais tarde, foi convidado para ser professor do filho de Ptolomeu III, o soberano do Egito. Entre os importantes trabalhos por ele realizados, trabalhou como bibliotecário-chefe da Biblioteca de Alexandria, famosa pelas pesquisas desenvolvidas e pela maravilha de acervo lá depositado.

Lá foram escritos os primeiros dicionários e enciclopédias. Foi nos laboratórios de dissecação do museu que um cientista chamado Herofilus identificou, pela primeira vez, a relação entre o batimento cardíaco de uma pessoa e seu pulso e descobriu as diferenças entre artérias e veias.

Foi lá também que um homem chamado Ctesibius inventou o primeiro relógio movido a água, assim como o primeiro instrumento musical com um teclado (LASKY, 2000).

Ao acolher a pesquisa histórica como uma ação pedagógica da ação docente em Ciência da Informação, estaremos associando saberes contemporâneos às lutas travadas pelo conhecimento ao longo da história, suscitando reflexões teóricas indispensáveis à formação discente para superar algumas deficiências nos afazeres do bibliotecário. Evidentemente, não estamos nos referindo a algo produtor de um discurso “salvador” ou de um caminho de mão única, mas a uma possibilidade de que algumas disciplinas possam se utilizar do conhecimento do passado para suscitar nos educandos o desejo da pesquisa e da busca de uma identidade profissional autônoma, não de luta cotidiana por uma causa, mas de definição de respostas para uma ciência que se tornou indispensável às realizações humanas, pois, quando conhecemos nossos “porquês” e nossas razões, nos tornamos

mais fortes. A História pode contribuir com os alunos na descoberta profissional e na continuidade de seus afazeres dedicados àquele ofício. Trabalhar com a pesquisa histórica, há muito tempo, deixou de ser privilégio dos historiadores, pois, como ensina Marcos A. da Silva, “A história nos permite dialogar com experiências humanas e interpretar seus trajetos, por que não expandir efetivamente o universo das pessoas que desfrutam dessas alegrias?” (SILVA, 1995, p.14). Assim, não estamos vislumbrando atuarmos como historiadores, mas pensando que a história pode contribuir em nosso trabalho profissional.

Ensino e Aprendizado por meio da História

No capítulo Documento/Monumento, da belíssima obra de Jacques Le Goff intitulada História e Memória (LE GOFF, 1996), o autor discorre sobre as origens dos termos documento e ensino e da relação que há entre eles. “O termo latino *documentum* é derivado de *docere* ‘ensinar’. Entretanto, houve uma significativa evolução desses termos, pois os dois também possuem forte ligação ao erudito (*doctum*). Le Goff afirma: “O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico [...] parece apresentar-se como prova histórica. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*” (LE GOFF, 1996). Contudo, ao longo do tempo, a noção de documento se atualizou, inevitavelmente, para incorporar outras possibilidades que não apenas o escrito. É justamente com os fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), pioneiros de uma história nova, que ocorrem as discussões para ampliar a noção de documento, (LE GOFF, 1996), pois, mesmo ressaltando-se a importância do documento escrito, perceberam que o conhecimento/história existe independentemente do

escrito, dito de diferentes maneiras e de múltiplas possibilidades de leitura e constatação das realizações humanas em vários artefatos e fontes produzidos como: artes em geral, relíquias, depoimentos orais, fotografias, pinturas, jornais, partituras, literatura, imagens etc. Em outras palavras, como diz Febvre, citado por Le Goff, “com tudo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1996).

Rompendo os limites da concepção positivista acerca do conceito de documento utilizado no século XIX, chega-se à conclusão de que parte da Ciência da Informação é constituída de documento e História, pois o registro e a organização dos fatos - dados, informações de um modo geral, gravadas, digitalizadas, escritas, pintadas, imagéticas, para citar alguns - permitem que o conhecimento humano não se perca; inclusive aqueles transmitidos da boca ao ouvido - marca dos antepassados sem escrita ou de povos de tradição oral - correm o risco de se perder no tempo se não forem recolhidos, ou pela falta de registro. A história é contada de várias maneiras, desde as imagens pintadas ou esculpidas pelos antepassados, a medicina popular, as rezadeiras, o folclore, entre outras formas de preservar a tradição, até as possibilidades mais inovadoras de registros tecnológicos. Nesse sentido, o profissional da informação precisa aprender a lidar com um universo informacional das mais diferentes ordens, que vai exigir dele muito esforço e competência. Como trabalhar tantas possibilidades de lidar com a informação sem o rigor da pesquisa histórica na formação desse profissional? O alargamento do conteúdo do termo *documentum* produziu verdadeira explosão documental a partir dos anos 1960, tanto quantitativa quanto qualitativamente (LE GOFF, 1996) trouxe uma revolução informacional que obrigou bibliotecários a lidarem com o tratamento artesanal e tradicional do documento e, ao

mesmo tempo, com uma revolução tecnológica produtora de tipos de suportes, que exigiu desse profissional maior capacidade de trabalho, competência e espírito inovador. “Da confluência das duas revoluções nasce a *história quantitativa*, que põe novamente em causa a noção de documento e o seu tratamento” (LE GOFF, 1996). Passou-se também a lidar com um arsenal de informações conectadas por *links*, relacionadas e seriadas, que diferenciam a atual sociedade - caracterizada como sociedade da informação - de outras passadas. Vive-se, portanto, uma busca paradigmática para alcançar o futuro antes que ele chegue. Acima de tudo, estamos vivenciando uma “revolução da consciência historiográfica”, conclui Furet citado por Le Goff (LE GOFF, 1996).

A revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. Tornam-se necessários novos arquivos, onde o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética. A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva.

O fato é que todo esse desenvolvimento trouxe necessidades (inclusive educacionais), de formular novos saberes para a área da Biblioteconomia, antes acomodada em suas práticas, suscitando maior aproximação com a História, a Filosofia e as Ciências Sociais, para fortalecer

o aparato tecnológico de conhecimentos que a área tem buscado. Não dá para produzir conhecimento do nada; a teoria se faz necessária, assim como a base empírica e a recorrência aos estudos filosóficos, científicos e historiográficos. Isto porque, mesmo a tecnologia tem suas raízes históricas, apesar de nos remeter ao futuro, não ao passado. Porém, é preciso considerar que as invenções, as produções científicas, os incríveis avanços das pesquisas nas áreas da Medicina, Biologia ou Cibernética são continuidade de estudos que, há séculos, vem sendo desenvolvidos por pesquisadores de outras épocas, resultado de um processo histórico. Lembra Vianney Mesquita que “A história, as comunicações e a cultura, enfim, edificaram um imenso arranha-céu com estrutura para suportar novos andares; teceram uma enorme corrente com o último aro semi-aberto, aguardando receber os grilhões de novos eventos” (MESQUITA, 1989, p.116).

O fato é que a pesquisa histórica ainda é uma tarefa solitária, entretanto, nos oferece um leque aberto de ricas possibilidades no campo do político, do cultural, econômico, social, das idéias, das mentalidades e por aí vai.

Em suma, já é tempo de se começar a buscar no passado da Biblioteconomia mecanismos de compreensão do presente e para o futuro, que se sucedam na formação dos nossos educandos. Conhecimento historiográfico não apenas aquele utilizado nos conteúdos das disciplinas como História do Livro e das Bibliotecas, ou Estudos Históricos, mas como possibilidades de se historiar os saberes relativos à representação social e política da profissão ao longo dos séculos, e o que esses saberes representam no tempo presente, num quadro de práticas que caracterizaram o retrato de uma ocupação que se voltou para as necessidades e anseios de uma sociedade dominante de determinada época, como ocorreu na Idade Média ou em tempos iluminados de Modernidade. Entretanto, mesmo em períodos históricos

distantes, a luta pelas possibilidades de democratizar a informação já se fazia notória, como nos mostra a História, a exemplo da conhecida *bibliothèque bleu*, produzida na França através da editoração de textos diversificados que, ao contrário do que geralmente acontecia, tornou acessível ainda no *Ancien Régime*, escritos para leitores de condição humilde (CHARTIER, 1998, p.16). Porém, mesmo na tentativa de uma certa “popularização” bibliográfica, Chartier alerta para o fato de que,

A bibliothèque bleu é uma fórmula editorial que vai beber no repertório de textos já publicados, aqueles que mais parecem convir às expectativas do grande público que ela quer atingir. Donde duas precauções necessárias: não tomar os livros de capa azul como ‘populares’ em si mesmos, pois eles pertencem a todos os gêneros da literatura erudita; considerar que eles já possuíam uma primeira existência editorial às vezes muito antiga, antes de ter ingressado no repertório de livros para um grande público de leitores (CHARTIER, 1998, p.20).

Isto leva a concluir que se tratava de casos isolados e também da tentativa de editores em ampliar sua demanda editorial, utilizando-se da “popularização” de textos não populares, como os gêneros da literatura erudita. Porém, conhecimentos históricos como esse é que levam a reconhecer o papel social do bibliotecário para o enfrentamento das transformações advindas de uma nova ordem econômica de acesso à informação. Hoje, este profissional possui competências e capacidades diversificadas, plurais e políticas para proceder além dos problemas documentais de classes eruditas, científicas, intelectuais ou dominantes. O papel do profissional em voga reivindica novas atitudes diante da exclusão informacional, dos desníveis

educacionais e interage com organismos sociais das mais diferentes categorias: partidos políticos, entidades públicas ou privadas, movimentos sociais, sindicais, igrejas, escolas, associações comunitárias, culturais, entre outras que atendam à sociedade em sua diversidade. Nesse sentido, os educadores têm um papel fundamental na formação discente que diga respeito ao conhecimento histórico através da pesquisa para compreendermos criticamente o que vivemos, o que somos hoje e o que pretendemos para o futuro.

Como incluir os saberes históricos no cotidiano da formação de nossos educandos? Essa é uma questão sobre a qual queremos refletir. Examinemos, pois, o ofício de ensinar em termos de continuidade e transformação. Não estamos começando algo inteiramente novo com o advento da tecnologia (que também possui história, mesmo recente). Partimos de conhecimentos e realizações que possuem profundas raízes históricas de todas as sociedades. É preciso ir além das tensões geradas entre o passado e o presente para buscar os elos e as dimensões históricas. Por exemplo, ordenar o mundo escrito não constituiu no passado e, principalmente agora, uma tarefa muito fácil. O que se diz, então, de ordenar o conhecimento oralizado, buscado nos “palácios da memória”, como diria Santo Agostinho, ou por outro lado, aqueles “tecnologizados”, que dispensam o papel para se utilizarem dos meios mais modernos de suportes do conhecimento, muitas vezes transformados num caos documental se não voltar-se para os saberes construídos no passado remoto ou mais próximo? Nessa argumentação, recorre-se a Le Goff (1996, p.13):

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múlti-

plos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico da *memória*, que atravessa a história e alimenta.

O conhecimento é submetido ao tempo em que vivemos, às técnicas que desenvolvemos, à nossa visão de mundo, quer queiramos ou não. Mas, é inevitável que recorramos às experiências vividas e estudadas por nossos antecessores. O que sabemos e aperfeiçoamos hoje são resultados de conquistas passadas, de ações e pesquisas desenvolvidas ao longo da história. É preciso que nossos educandos saibam disso. E nós mesmos.

Nesta mesma perspectiva de reflexão, Edgar Morin leciona que,

Em função desse processo, a situação e o papel da ciência na sociedade modificaram-se profundamente desde o século XVII. Na origem, os investigadores eram amadores no sentido primitivo do termo: eram ao mesmo tempo filósofos e cientistas. A atividade científica era sociologicamente marginal, periférica. Hoje, a ciência tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais. Assim, estamos num processo inter-retroativo (MORIN, 2000, p.19).

Integrando a pesquisa histórica ao ensino, muitos poderão ser os ganhos educacionais e científicos. Por exemplo, ao ensinar Catalogação conhecendo profundamente o material catalogado, pesquisando sobre ele; artefatos pertencentes a diferentes épocas e pessoas: moedas, quadros, fotografias, obras de arte; conhecendo o período e a história de quem os produziu, o que representaram, quais os seus lugares, documentos produzidos etc. Como essa memória/documento contribuiu com o homem de

outrora e poderá contribuir com o homem de hoje e o de amanhã!

Outra possibilidade é que, a cada dia, somos surpreendidos por novas formas de registro. Porém, o que parecia ultrapassado há algumas décadas, vêm recebendo especial atenção por parte de historiadores, pesquisadores, sociólogos, entre outros, como fonte privilegiada de informação e, portanto, tornou-se indispensável o estabelecimento de operações para o seu ordenamento, como acervo: as fontes orais. Como trabalhar com essas fontes sem conhecê-las? Não é possível nos limitarmos apenas ao aspecto técnico. Há todo um conjunto que precisa ser levado em consideração. Cada depoimento narrado, por exemplo, é produto de uma história de vida, de uma visão de mundo, de um estatuto social de determinada época, de uma cultura. Quem sabe, o trabalho com esse tipo de fonte não será a vocação de muitos dos nossos educandos? Tantos projetos e programas de constituição de acervos orais têm sido desenvolvidos no Brasil, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, viabilizando a geração e o acesso a determinadas informações por parte de pesquisadores que, de outro modo, não poderiam realizar suas pesquisas. É preciso estarmos preparados também para esse mercado profissional.

Nesse sentido, o exercício da pesquisa histórica e da prática durante a formação profissional se tornam mecanismos indispensáveis, visando à interação do conjunto de experiências vividas e estudadas, dentro e fora da sala de aula, pois, como sugere Marcos A. da Silva (1995, p.19):

Identificar pesquisa e ensino significa preservar o rigor da produção do saber, próprio à primeira, e o compromisso de sua presença na cena social

ampliada e sob controle de seus agentes, inerente ao segundo, pensando numa síntese desses atributos. Nesse sentido, há reciprocidade na aliança (ensino e pesquisa se iluminam, ampliam e superam simultaneamente) e garantia de que os atos de pesquisar e ensinar continuam a se questionar permanentemente em busca de novos horizontes na produção de saberes.

Uma das formas de se fazer pesquisa histórica no ensino é através de atividades realizadas fora da sala de aula em arquivos públicos ou museus, ou trabalhos junto a comunidades para colher depoimentos de sindicalistas, ex-presos políticos, educadores ou de pessoas comuns, lidando com fontes orais, que abrem possibilidades para pesquisadores nas Ciências Humanas, principalmente. Infelizmente, são poucos os Centros de Informação, no Brasil, cujas pesquisas em fontes primárias ainda não sejam realizadas de forma artesanal e manual, porém, “[...] exigindo esforço e tempo dos pesquisadores, os arquivos históricos, depositários dessas fontes, vêm sendo pressionados a se modernizarem diante da rapidez das inovações tecnológicas que revolucionaram a produção e disseminação de informações e das novas exigências de rapidez na produção de teses e na conclusão dos resultados de pesquisas” (ARAÚJO, 1999, p.75).

Destacamos, também, o jornal como fonte privilegiada da história e do fazer bibliotecário sobre o cotidiano, ao qual costuma-se dar pouca atenção, sendo insignificante sua utilização como material didático no ensino e na pesquisa. Através desse periódico diário, já utilizado há séculos pela sociedade, tem-se ricos documentos de reconstrução do passado em suas diferentes nuances.

Dia a dia, ano a ano, década a década, o século que conheceu

a expansão tecnológica da imprensa poderia ser revisto por qualquer pesquisador interessado em conhecer o presente através de um evoluir pleno de sinais de continuidade e descontinuidade, que tão bem caracterizam o movimento da história (CAVALCANTE, 2000).

No jornal, encontra-se acontecimentos dos mais variados sobre a realidade social locais, nacionais e internacionais que nos permitem um acompanhamento de fatos traduzidos por uma linguagem jornalística peculiar, rápida e cronológica, em sua universalidade para causar impacto social, oferecendo ainda uma série de possibilidades de temas para pesquisas e questionamentos dessa e de outras épocas.

Especial atenção merece o patrimônio histórico no ensino e na pesquisa. Estudá-lo não é privilégio apenas dos historiadores, principalmente porque está relacionado com o passado e o cotidiano de todos. O patrimônio histórico é o resultado da enorme diversidade das construções humanas, materiais ou imateriais, desde os mais tradicionais, como os centros históricos tombados oficialmente, até o mais próximo das experiências de cada um, que representam identidades étnicas, culturais, familiares ou populares. Assim, lida-se com acervos formadores de cidadania, a partir de suas histórias, conquistas ou derrotas que ampliam a noção de documento, mais uma vez, pela informação que esses espaços possuem.

A defesa do prazer da história que englobe a questão do patrimônio histórico precisa dar conta, então, de dois problemas básicos: por um lado, o respeito às múltiplas formas de ser social como portadoras de identidades ricas e significativas para a compreensão de um mundo que se faz em muitos lugares e por diferentes

agentes, entendendo que a educação se dá tanto em seus espaços formais (escolas, museus, bibliotecas) como fora deles – movimentos sociais, cotidiano de sobrevivência; por outro, a garantia de acesso a patrimônios daqueles espaços formais de educação como dimensões das experiências permanentes de formação e lazer para todos, ultrapassando faces apenas simbólicas, retóricas e distantes de que se revestem tantos de seus itens para a maioria das pessoas (SILVA, 1995, p.53).

Todas essas argumentações em defesa da pesquisa histórica no ensino significa uma tentativa de aproximar os saberes acadêmicos daqueles cotidianos, das várias identidades culturais e sociais, das diferentes vozes murmuradas, gritadas ou silenciadas ao longo da memória preservada, ou do que ainda resta dela, em alguns casos. É uma tentativa, também, de aprofundamento dos conteúdos transmitidos em sala de aula, de informações imediatas, fugidias ou mesmo cristalizadas. Não dá para compreender, nos tempos atuais, um ensino pautado apenas na transmissão linear de conhecimentos sem uma efetiva interação com o universo dos saberes estudados e o alargamento de horizontes por parte de professores e alunos. O aprendizado é um caminho de mão dupla, à medida que se ensina, também se aprende. Quais os questionamentos que nos permitimos fazer acerca daquilo que integra o conteúdo das disciplinas? Ou sobre o legado biblioteconômico deixado por nossos antecessores, ou ainda, sobre posições conservadoras, modernas, políticas, impostas, censuradas, ideologizantes? Estamos permitindo aos nossos educandos o exercício de um pensamento criativo, autônomo e crítico acerca da realidade discutida em sala? Ou incentivamos

a submissão e a passividade em relação a estilos consagrados de conhecimento?

O processo educativo não ocorre de modo isolado. Agora, mais do que nunca, a interdisciplinaridade tornou-se exigência de qualquer currículo, assim como a relação indispensável do processo educacional com outras ciências como a História, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, para citar algumas, de um elenco que possibilita ampliar a compreensão dos mecanismos diversos da construção do saber e da produção do conhecimento científico, produzidos em todas as disciplinas no campo da Ciência da Informação, sob a perspectiva de formação de um profissional que acentua a diversidade necessária. Porém, é importante salientar, que não se trata de criar referentes fixos ou de padrões pré-estabelecidos a partir de outras áreas, pois, a mudança constante do conhecimento – característica dessa sociedade - lança uma pluralidade que não deixa espaços para modelos prévios, e sim favorece a interação entre os vários campos do saber e sua complexidade em relação aos fenômenos sócio-históricos e as possibilidades de apreensão do real.

Diferentes situações de aprendizagem devem ser desenvolvidas e introduzidas no campo do ensino, relacionando o acesso ao saber com a história e a pesquisa. Tudo depende, evidentemente, da formação do próprio educador e de como ele está lidando com as novas exigências no campo da educação, que vão além do repasse de conteúdos. Do processo educativo fazem parte a prática reflexiva, a análise crítica, a autonomia e a delegação de responsabilidades ao educando sobre a sua formação. É preciso descentralizar os saberes, suscitando o desejo de aprender, incentivando a elaboração de um projeto pessoal por parte dos educandos. Nenhum conhecimento, em sua complexidade, é absoluto ou eterno, há sempre uma relação com outros saberes, com novas aquisições do pensamento, ou mesmo de valores. O sentido

da relação mestre e discípulo, na qual o primeiro ensina e o segundo aprende, há muito tempo deixou de ser um modelo de educação válido para os tempos atuais. O aprendizado de cada um, especialmente na universidade, é de responsabilidade do próprio aluno e o professor

é um colaborador desse processo. Daí por que o docente deve envolver o aluno em projetos e atividades de pesquisa e extensão, espaços de discussões e várias outras atividades além da sala de aula para que ele elabore as próprias perguntas e respostas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A.; BATALHA, C.H.M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In.: SILVA (Org.) *Arquivo, Patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999. 65-77p.
- CASTRO, C.A. *História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000. p.53-62,85,100
- CASTRO, C.A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In.: VALENTIM, (org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p.25-48.
- CAVALCANTE, M.J.M. *O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional*. Fortaleza: [s.n.], 2000.
- CHARTIER, R. *A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2.ed. Brasília: UNB, 1998. p.16-20.
- HOBBSAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LASKY, K. *O Bibliotecário que mediu a terra*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2000.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. p.13, 536, 539, 540
- MESQUITA, V. *Impressões: estudos de literatura e comunicação*. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 1989. p.116.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.19
- PERRENOUD, P. *10 Novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SILVA, M.A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.



Pesquisa docente no espaço constitutivo da formação dos profissionais da Ciência da Informação no Brasil

Teachers' research and its effects in the education of Information Science professionals in Brazil

Francisco das Chagas de SOUZA¹

RESUMO

Este trabalho analisa o tema da pesquisa docente, o modo como ele pode ser percebido em nosso ambiente educacional próximo constituído pelo campo mais amplo das Ciências da Informação realizada no Brasil. Considera as conseqüências dessa percepção e alerta para a necessidade de criar-se um quadro mais favorável à pesquisa; especialmente, à pesquisa voltada para a ação pedagógica, o que viria a fortalecer consideravelmente o ensino de graduação nos cursos da área existentes -e ofertados neste ano de 2002- em 40 Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Palavras-chave: Ensino de Ciências da Informação, pesquisa docente, pesquisa pedagógica.

ABSTRACT

This paper analyses the theme of teachers' research and the ways it may be perceived in our own educational environment, constituted by the wide-ranging field of the Information Science carried on throughout Brazil. Considering the consequences of misperceptions, it alerts to the need for creating a more favorable

¹ Bibliotecário, Doutor em Educação, Professor Adjunto IV, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.
Caixa Postal 5121 – Ag. Trindade. E-mail: chagas@ced.ufsc.br / souza@amja.org.br
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

environment towards teachers' research; mainly, towards research intended for pedagogical action. Such research will strengthen considerably the undergraduate education imparted in IS courses, existing and being offered in 2002 at 40 Brazilian institutions of High-Education.

Key words: *Information Science college program, teachers' research, pedagogical research.*

INTRODUÇÃO

No mundo atual, mais fortemente penetrado pela cultura pragmática dos Estados Unidos, vulgarmente denominada de cultura ocidental, vivemos claramente uma era de discursos, como fórmula determinante de uma economia da existência. Discursos que movem o mundo financeirista da economia com a força normatizadora, belicista e de crença cega nos mais eticamente distorcidos conteúdos veiculados por todas as mídias e que são tomados como realidades e verdades.

Discursos, isto é, o pensamento traduzido para o verbo, foi sempre, e biblicamente, a origem e a estrutura do mundo. Por milênios forjam as tradições, religiões, estados, profissões, representando a relação conceber / fazer num dizer acumulado, num reter memorizado, seletivamente filtrado pela experiência e *práxis* humana. Parte substancial do concebido e do dito / retido deslocou-se da materialidade natural para constituir uma segunda natureza, a das máquinas, que nos últimos séculos vem sendo aperfeiçoada pela aceleração forjada pela racionalidade científica (DUPAS, 2001) originada por uma criação filosófica européia, cartesiana e mecanicista, linear e quantitativa, mas também, mais recentemente, a partir do início do século XX, com maior intensidade, pela descoberta de como manipular produtivamente o mundo subatômico dos *quanta* e do caos. Sem entrar em uma apreciação valorativa, temos a consciência de que estamos agora neste mundo assim como ele é e até aqui assim construído. Não necessariamente parece ter sido planejado

para assim ser mas certamente foi sendo assim configurado pelos desejos que vêm prevalecendo na grande teia do discurso, dito universal, por parte dos que se comprazem pela busca de um mundo melhor, mais limpo, mais cheiroso, com a produção de respostas mais rápidas, criando e usando recursos e técnicas que permitam mais saúde e longevidade para os humanos, dentre outros desejos.

Na origem da aceleração industrialista que vem construindo o mundo presente e durante a trajetória dessa construção não foram poucos aqueles que se assombraram com a incerteza do porvir. De outro lado, pensadores e filósofos viram no discurso, ou seja na ação comunicativa, o motor dessa construção (também demolição) permanente. Marx, por exemplo, interpretado há alguns anos por Berman (1986), apontava para a vulnerabilidade da tradição ao afirmar que toda a solidez desmancha-se no ar. Lefebvre (1991) via na escrita (a representação material do discurso) o fundamento da civilização e da opressão. Débord (1997), encontrava no discurso representado pelas imagens o fundamento da sociedade moderna como espetáculo que seria em essência a presentificação da realidade, ou seja, "o desenrolar é tudo". Baudrillard (1995) percebia que o discurso que era representado pelo consumo não conhecia e nem ignorava completamente o mundo, simplesmente promovia o seu "desconhecimento". Key (1996) observava que pelo e para o discurso se constituiu uma indústria poderosa voltada para a venda de qualquer coisa que tem como base a concepção de que todas as coisas são relativas, tornando mais fácil o processo manipulatório das mentes.

Em complemento, Dreifuss (1996) identificava que vivíamos pela metade dos anos noventa do século XX uma época de perplexidades, onde se percebia, segundo sua análise, que classes sociais e estados eram “fenômenos históricos, sujeitos à vida e à morte de suas existências e representações (...) tencionados pela infocracia mediática e te(le)matizada, pelo *marketing* dos indutores de interesse e opinião...”. No final dos anos noventa, Castells (1999, p. 505) na trilogia “A era da informação” via uma sociedade em rede, aliás título do volume primeiro da coleção, no qual afirma: “Estamos entrando em um novo estágio em que a Cultura refere-se à Cultura, tendo suplantado a Natureza a ponto de a Natureza ser renovada (“pareservada”) artificialmente como uma forma cultural... a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagem e imagens entre as redes constituem o encaideamento básico de nossa estrutura social”. Também pelo final dos anos noventa do século XX, Morin (1999), ao pensar sobre as disciplinas (uma categorização discursiva do saber constitutivo de ramos profissionais) enxergava que não seria a sua destruição, mas a sua articulação (articulação desses discursos constitutivos de ramos profissionais) que poderá responder mais efetivamente às necessidades do avanço e aperfeiçoamento humano.

Esse conjunto de percepções, que sintetiza uma vasta produção acerca dos rumos sociais e humanos dos anos recentes e nos anos vindouros, traz à discussão o sentido dado pela teoria sociológica do conhecimento formulada por Berger & Luckmann (1985) de que a realidade é uma construção social e pela formulação de Habermas (1999) de que a existência humano-social é resultante da ação comunicativa, isto é, das conversações, diálogos e interação humanas. De outro lado, o grande sentido de tudo isso, presente todo o tempo, é o da mudança como a constante da existência.

Em nossa realidade mais próxima e em nossa vida recente, por um breve momento histórico, se tentou compreender o contrário, ou seja, que a institucionalização da realidade (o discurso da ordem) seria permanente e a ação comunicativa mero instrumental para essa ordem. Assim, há ainda um forte saudosismo que vê a escola – especialmente o ensino superior de campos profissionais – como uma representação insubstituível do discurso da ordem. Com isso, muito da perplexidade presente advém da idéia da educação universitária em certos campos como permanente e das respectivas profissões como sólidas em seus fundamentos e metodologias para todo o sempre. E não são mais isso, aliás, nunca o foram de fato. Sua reconfiguração, ou seja, seu redesenho como um discurso diferente do até então vigente, é questão que queira-se ou não está sempre posta na ordem do dia, e mais fortemente já há algum tempo e nesse bojo aparece com um certo ar de novidade um novo espaço de ação docente que é a pesquisa. A dificuldade mais visível é, em vários campos acadêmico-profissionais, como construir um discurso novo que defina, com a consciência da provisoriedade concreta, o ser e o fazer designável como pesquisa durante a formação inicial de profissionais.

Ao tempo em que se coloca a pesquisa como a forma de se fazer uma educação mais eficaz com as vantagens que o método clínico, como apresentado por Perrenoud (2002), pode oferecer, as tecnologias atuais de comunicação e informação recriam o ambiente de ensino superior como T. Dwyer mostra em artigo, no qual relata os impactos dessas tecnologias no campo das Ciências Sociais. Dwyer (2001) em 1999, viu numa universidade inglesa em que visitou a alteração da relação tradicional professor e aluno. De uma situação onde o professor tradicional era o fornecedor de informações para os alunos havia se chegado a uma em que o professor “orienta o aluno e o ajuda a entender tudo o que descobre nas suas pesquisas”.

Na seqüência deste texto, se pretende refletir sobre o tema pesquisa docente e de como ele pode ser percebido em nosso ambiente educacional próximo, constituído pelo campo mais amplo da Ciência da Informação realizada no Brasil.

A PESQUISA DOCENTE

O que é a pesquisa docente

Na medida em que possamos considerar que se realiza uma prática de pesquisa que o professor desenvolve contratualmente como docente, poderemos estar afirmando que pesquisas da mesma natureza feitas por outros profissionais que não atuam na docência são diferentes. A realidade universitária atual não confirma totalmente isto. Em quase todos os campos, a pesquisa feita por docentes avança vertical e horizontalmente, seja para atender a necessidades de avanço do conhecimento básico, seja para responder a necessidades específicas de empresas ou angústias sociais de caráter mais humanístico e apenas em parte para atender à sua própria ação pedagógica. Mesmo as grandes companhias industriais, de serviços ou os governos têm se aproximado das Universidades para dessas extrair conhecimento ou soluções a partir do envolvimento de docentes e de seus orientandos em resposta a questões específicas. De outro lado, a resposta não é apenas esta. Muito mais que em qualquer ambiente de apropriação, sistematização, produção e transmissão de conhecimento, a docência universitária carece demais de produzir conhecimento e soluções para melhorar a compreensão que o estudante universitário tem do seu ambiente social e para encontrar a medida próxima ao ideal de que um envolvimento por via de estágios, por exemplo, não se dê em prejuízo de um adequado desenvolvimento cognitivo e domínio dos conteúdos e metodologias que possibilitem ao hoje estudante

exercer com criatividade e adequação ética a sua profissão futura.

Derek Bok, no livro "Ensino Superior" escrito em 1986, ao estudar a evolução da Universidade estadunidense, com o olhar de quem detinha o posto de Presidente da Universidade *Harvard*, faz algumas considerações sobre as mudanças que poderiam ocorrer no sistema universitário daquele país. Nas possibilidades que ele aponta, se percebe que o docente, como ele vê, carece de mais estímulo ao trabalho educacional. Finalizando, diz que:

órgãos do governo e fundações poderiam fazer muito mais para financiar os esforços de aprimorar o processo de educação (...) As agências de financiamento também poderiam apoiar a pesquisa sobre eficiência do ensino e do aprendizado. Com o tempo, tal assistência daria aos professores a retroalimentação que os estimularia a continuar tentando novos métodos de instrução, ao mesmo tempo em que ofereceria aos corpos docentes a oportunidade de aperfeiçoar a qualidade da educação através de um processo bem informado de tentativa e erro (BOK, 1988, p.229).

Isto pode evidenciar que, independentemente de qual seja o país observado, os processos relativos à ação educacional constituem o segmento mais pobre da atuação docente e o menos amparado com investimento para pesquisa.

No Brasil, o ambiente de ensino superior, especialmente aquele inserido nos sistemas público federal e estadual, onde está instalada a maioria dos Programas de Ensino da Ciência da Informação, evidencia hoje boa parte dos fatores discutidos por Bok e merece a mesma observação que ele fazia para o contexto estadunidense de 16 anos passados, isto é, necessidade de meios para a pesquisa sobre o

ensino superior possibilitando que, ao menos, o processo experimental que se adota, de tentativa e erro, seja bem informado.

Desse ponto de vista, poderíamos constituir ou avolumar um segundo ramo da pesquisa docente que se faz a partir da ação pesquisadora docente no espaço da ação pedagógica e que é diferente da maior parte da pesquisa que se realiza na universidade brasileira hoje, a qual está voltada para o aperfeiçoamento técnico-científico do conhecimento a ser aplicado pelos profissionais que está sendo graduado nas licenciaturas e bacharelados. A urgência disso

é que o desconhecimento sobre os processos de formação, por não estar sendo pesquisado devidamente, pode ser um dos elementos que gera uma taxa média de evasão no ensino superior muito maior que um terço das vagas conquistadas nos processos seletivos para ingresso.

Uma olhada sobre a pesquisa financiada hoje realizada no Brasil, a maior parte pelos docentes na universidade brasileira, considerando a atuação da pós-graduação, ou mesmo dos Grupos de Pesquisa cadastrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tabela 1. Investimentos realizados pelo CNPq em Fomento à Pesquisa em 1998-2000.

Grandes Áreas	Fomento à Pesquisa		Participação (%)
	(Em Mil Reais)		
	1998	1998	
	1999	1999	
	2000	2000	
Ciências Exatas, da Terra e Engenharia	12.119	38,7	
	18.670	37,4	
	40.138	41,5	
- Engenharia e Ciências da Computação	8.499	27,1	
	10.468	20,9	
	20.852	21,6	
Ciências da Vida	12.649	40,4	
	23.576	47,2	
	44.408	46,0	
Humanidades	6.508	20,8	
	7.736	15,3	
	11.964	12,3	
- Ciências Sociais Aplicadas	2.521	8,0	
	2.441	4,8	
	4.435	4,5	
- Ciências Humanas	3.410	10,9	
	4.418	8,8	
	6.556	6,7	
- Lingüística, Letras e Artes	575	1,8	
	777	1,5	
	973	1,0	

Fonte: <http://www.cnpq.br/servicos/estatisticas/globais.htm>

Tecnológico (CNPq), daria um perfil quantitativo não muito distante do que se encontra representado nas estatísticas do Fomento ofertado pelo órgão nos três últimos anos da década de noventa (Tabela 1). Segundo as estatísticas que se pode acessar em sua *homepage*, a Grande Área de Humanidades onde mais se insere a pesquisa social, histórica e pedagógica, contou com um montante de recursos sempre inferior a uma das subáreas de Exatas, da Terra e Engenharias, no caso Engenharias e Ciência da Computação. Esse desequilíbrio se agrava na medida em que progressivamente aumenta, ano a ano, no triênio considerado, o percentual dos recursos de fomento para a pesquisa básica e tecnológica. Com isso, o que as universidades brasileiras, principais clientes dos recursos do CNPq, mais realizam é a pesquisa voltada para aplicações em campos profissionais e científicos, o que deixa toda a pesquisa humano-social, aí incluída a pesquisa docente de caráter pedagógico, praticamente à deriva. Um dado a ser destacado é que, em relação a 1998, a área de Humanidades perdeu em 2000 quase 40% de recursos, em valores relativos, o que agrava mais ainda a possibilidade de financiamento a pesquisas de docentes voltadas a explicar e compreender as ações tipicamente pedagógicas da docência.

É evidente que isto faz repercutir no Brasil o que existe em boa parte do mundo, ou seja, uma tendência que enviesa a ação da universidade para o campo operacional (CHAUÍ, 2002). Contudo, nesta instituição estão presentes, como número permanente, uma parcela que varia de 2% a 10% da população de cada país. Um número tão expressivo de indivíduos, que sairá de seus *campi* para realizar serviços para a sociedade e para a própria universidade terá que ser construído em sua personalidade social, ética e profissional. Para isso, precisará conviver com e assimilar valores que dêem contextualização moral e ética aos conhecimentos científicos e técnicos que também absorverá. Por esta razão, além da eficiência com que forem transmitidos

tais conhecimentos, há a necessidade de cuidado pedagógico com os modos de convivência nas práticas de aprendizagem, com os meios oferecidos, com os ambientes e laboratórios utilizados, com os discursos conexos empregados, com as atitudes e posturas docentes, com as histórias profissionais bem-sucedidas, com a eficácia da deontologia de cada profissão, com o exercício da crítica social, dentre outros fatores que se traduzem na formação de modelos ou paradigmas de convivência, solidariedade e responsabilidade profissional e social.

O que busca a pesquisa docente

A pesquisa realizada pelo docente, em âmbito geral, considerada, com parte integrante de seu trabalho pode objetivar vários aspectos. Alguns desses aspectos estarão mais fortemente ligados à produção de respostas para o ambiente profissional no qual visa inserir novos profissionais, como interpretar ou ampliar conteúdos teóricos e aplicados a aperfeiçoar serviços ou produtos.

Outros aspectos poderiam estar mais fortemente dirigidos ao ambiente de ensino como: melhoraria no desempenho pedagógico; trabalhar melhor os conteúdos; trabalhar melhor as relações pessoais e humanas que envolvem os estudantes; dominar as ferramentas metodológicas da educação; e selecionar e adaptar as ferramentas metodológicas da educação à área profissional da qual se incumbem.

Contudo, pelos dados sobre o fomento oficial à pesquisa no Brasil, supõe-se ser cada vez menor a quantidade de recursos para este segundo conjunto de aspectos.

Se olharmos para a população universitária do país, considerando que a maior parte ingressa e está matriculada em Cursos das áreas de Ciências Sociais e Humanas (66,5%) (Tabela 2) e dentro destas um grande percentual

está em cursos de Licenciatura e Pedagogia, pode-se perguntar como ou com que qualidade esta educação está sendo realizada. Se nas ciências exatas, tecnológicas e da vida para onde vai mais de 80% dos recursos de fomento à pesquisa se faz pouca ou nenhuma pesquisa docente em Educação, como com os míseros recursos que as ciências humanas e sociais recebem há possibilidade de realização da pesquisa docente sobre a ação pedagógica?

A comparação entre as Tabelas 1 e 2, por seus dados, não deixa muita dúvida sobre a concentração e expansão dos recursos para as áreas em que a pesquisa é predominantemente de caráter técnico e tecnológico e a asfixia de recursos para todo o restante.

Por que a pesquisa docente busca o que busca

Como qualquer outra atribuição que lhe é conferida, a pesquisa é realizada pelo docente por várias motivações. Contudo, a política de ciência e tecnologia seguida pelo país é a grande determinante e tende a fomentar mais a pesquisa orientada à produção de respostas para o

ambiente profissional onde ingressará os recém-formados que para as pesquisas voltadas a fornecer respostas suficientes e adequadas para fortalecer o ambiente de ensino.

Em razão disso o docente se planeja para, como investigador:

conhecer as demandas e necessidades ditas de mercado; conhecer as limitações políticas e econômicas ao atendimento dessas demandas; conceber formas de ação e os conteúdos necessários para responder à demanda e romper, inclusive, limites éticos; traçar um mapa da atuação profissional hoje; traçar um mapa da atuação profissional possível ou futura; traçar um mapa com as articulações ou interpretação e explicação da convivência e sobrevivência de sua área profissional em competição com as outras profissões e com as expectativas ditas mercadológicas; fortalecer profissional e cientificamente sua área profissional.

Se em última instância a pesquisa docente está fadada a fortalecer a profissão final para qual o curso foi constituído, naquilo que ela tem de ciência e prática, não dá para desprezar

Tabela 2. Matrículas em Cursos presenciais em 30/4/2000 - Brasil.

Áreas Gerais	Total Absoluto	Participação (%)	Agrupamento
Educação	584.664	21,7	
Humanidades e Artes	88.559	3,2	
Ciências Sociais, Negócios e Direito	1.122.142	41,6	
Subtotal 1			66,5
Ciências, Matemática e Computação	233.726	8,6	
Engenharia, Produção e Construção	234.497	8,7	
Agricultura e Veterinária	63.260	2,3	
Saúde e Bem-Estar Social	323.196	11,9	
Serviços	44.201	1,6	
Subtotal 2			33,1
Total	2.694.245	100,0	100,0

Fonte: [http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/Sinopse Superior-2000.pdf](http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/Sinopse%20Superior-2000.pdf)

um componente importante de qualquer pesquisa feita por docente, para qualquer finalidade, deveria ter que é o conhecimento ético e a difusão de uma deontologia profissional que perpassa todos as razões listadas acima. Pelo conhecimento do fundamento ético é que o grupo profissional pode definir conscientemente deveres profissionais. Neste aspecto, um dos fundamentos da pesquisa sobre a ação pedagógica está ligado à relação direta, presencial ou à distância de um educador ou tutor com seu aluno e nisto se trava imediatamente uma aplicação moral que pode configurar um princípio ético saudável ou destruidor e esse é um matiz significativo da relação entre ensino e aprendizagem.

Condições para a realização da pesquisa docente

A pesquisa docente, mesmo que condicionada pelas forças que estão acima do professor individualmente situado, requer algumas pré-condições, seja tanto a que promove a ampliação do conhecimento de sua profissão quanto a que estuda a sua prática pedagógica. Como a vertente mais visível favorece a primeira, para ela são canalizados muito mais elementos de apoio ou de favorecimento à qualificação.

Deste modo, ela afirmará menos ou mais itens tais como os abaixo que constituem condição basilar para o seu desenvolvimento:

Convicção da importância da pesquisa; capacitação acadêmica para a sua realização; escolha de temas promissores; visão da dinâmica que orienta o movimento: realidade / sociedade / comunicação; obtenção de infra-estrutura de pesquisa (laboratórios equipados); captação de recursos para fomento (custeio de material, comunicação, etc.); disposição de tempo remunerado para a pesquisa; disposição de tempo remunerado e de bolsas para treinamento de iniciantes científicos.

Se, ao contrário, a pesquisa é realizada como um procedimento de análise das práticas (PERRENOUD, 2002), ou espécie de auto-avaliação do docente, de sua atuação, algumas dessas pré-condições não são reconhecidas como necessárias. Embora não seja verdade, pois esta modalidade de pesquisa também consome tempo para preparação e acompanhamento, ela corre o risco de não ser valorizada e ao mesmo tempo corre o risco de não ser computada como atividade real e nem receber o amparo para sua plena realização. É aqui onde aparece um pouco mais claramente a percepção de porque mesmo quando possa estar acontecendo não tem condições de se visibilizar: falta ao docente, além de tudo o mais, o tempo para escrevê-la e escrever sobre ela e faltam os canais adequados para a sua difusão, por parecer algo menor e, muitas vezes, até não científico e não necessário para a formação de profissionais.

A PESQUISA DOCENTE NA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Pode-se apresentar duas considerações iniciais sobre a pesquisa docente na área das Ciências da Informação no Brasil. A primeira é a de que não há dados muito evidentes quando estamos observando a pesquisa voltada à compreensão e explicação da ação pedagógica. Alternativamente, talvez se possa apurar algo pelo caminho de verificação do que está sendo veiculado nos periódicos da área ou de campos correlacionados, como o da educação. A segunda é considerarmos que a produção dos programas de pós-graduação da área envolve os docentes orientadores e aí as temáticas das pesquisas orientadas poderiam indicar os núcleos de interesse que vêm sendo explorados. Nesta segunda vertente, trabalho recente apresentado no IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da

Informação, Brasília, 2000, Pinheiro (1999/2000), (“Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil”), que pode ser lido em conjunto com o artigo de Oliveira (2001), dá um perfil global que inclui uma rápida análise sobre os programas e cursos de pós-graduação; recursos humanos; fomento à pesquisa; disseminação da informação; e bibliotecas, centros de informação e laboratórios existentes até aquele momento no país.

Subordinando o olhar à primeira consideração apontada acima, e em uma rápida análise, verifica-se a existência de pouquíssimos textos nos últimos anos que relatam o desenvolvimento de experiências voltadas ao teste, aperfeiçoamento e compreensão de procedimentos pedagógicos na área, ou mesmo de textos que examinem criticamente a ação docente realizada, como uma pesquisa empírica e situada. Raros textos, dentre os que temos examinado no Núcleo de Informação, Pesquisas e Estudos em Educação Bibliotecária (NIPEEB) do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), têm aparecido nos periódicos Encontros Bibli e Informação & Sociedade: estudos. Em outros periódicos, como Ciência da Informação, Revista de Biblioteconomia de Brasília, por exemplo, têm aparecido também de forma rara, textos sobre mudanças curriculares em cursos da área, o que sugere um envolvimento, embora não tão evidente, com a temática.

No que toca ao exame a partir da segunda consideração, com base nas informações disponíveis, em 23/7/2002, no *site* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), apenas um Programa, o da Universidade de Brasília (UNB), dispõe de linha de investigação que tem relação próxima com esta preocupação, isto é, a linha “Formação Profissional e Mercado de Trabalho” e uma única docente atuando na mesma. De outro lado, o trabalho de Susana Mueller, Antonio Miranda e Emir Suaiden “A

pesquisa em Ciência da Informação no Brasil – análise dos trabalhos apresentados no Encontro Nacional Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (IV ENANCIB), Brasília, 2000”, quando compara a evolução dos Grupos Temáticos do I ao IV ENANCIB, 1994 a 2000, encontra no Grupo “Formação Profissional / Mercado de Trabalho” uma produção constante. Contudo, o quadro apresentado merece melhor exame, penetrando--se no conteúdo tratado nos textos, para melhor aquilatar sua relação com a discussão pedagógica, pois no caso do IV ENANCIB, de 19 trabalhos apresentados no Grupo apenas 4 puderam ser classificados no subgrupo Formação Profissional e Educação Continuada e desses 1 tratava da necessidade de se oferecer Educação Continuada para auxiliares de Bibliotecas Universitárias (BAPTISTA, 1999/2000). De outro lado, em programas como o a UFPB, algumas dissertações tratando da temática foram defendidas, por exemplo, em 1998, Lima (1998) e Diniz (1998), analisando, respectivamente o ensino de Biblioteconomia na Universidade Federal do Amazonas e na Universidade Federal da Paraíba.

O texto já referido de Lena Vânia (Pinheiro, 1999/2000), apresentava no final de 2000 dados significativos quanto ao número de Teses e Dissertações defendidas no país, considerando 30 anos do Programa de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), 28 do Mestrado da Universidade de São Paulo (USP), 24 do Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 23 dos Mestrados da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da PUCCAMP, 22 do Mestrado da UNB e 2 dos Mestrados da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e 8 anos dos Doutorados da UNB e Universidade de São Paulo (USP), 6 do Doutorado do IBICT e 3 do Doutorado da UFMG. Tinha-se um total de 848 Dissertações de

Mestrado e 65 Teses de Doutorado. Associe-se a esses dados, 179 sócios ativos na ANCIB, 62 grupos de pesquisa registrados na área, uma média de 9 projetos anuais aprovados pelo CNPq entre 1995 e 1999 e um único evento de pesquisa em Ciência da Informação no País o ENANCIB. De outro lado, quando aquela autora analisou os conteúdos dos artigos publicados de 1997 a 1999 no periódico *Ciência da Informação*, considerando a participação percentual de 3% ou acima não encontrou dentre os 14 assuntos mais abordados, o tratamento do tema pesquisa educacional em Ciência da Informação no país. Num outro ângulo, é assunto que requer melhor exame, incluindo análise de conteúdo mais verticalizada, na medida em que o artigo de Oliveira (2001) que parte da análise de 94 relatórios de pesquisa em Ciência da Informação financiados entre 1984 e 1993 pelo CNPq encontra que em 19% deles o tema versava sobre Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Contudo, na apreciação da autora “Muitos desses estudos resultaram em propostas de melhoria dos perfis profissionais. Outros se dedicaram a reflexões das atividades de ensino e pesquisa na pós-graduação impactados, principalmente, pelas novas tecnologias” (p. 151).

Considerando que no âmbito da graduação, a área das Ciências da Informação está hoje composta por 27 instituições que oferecem o Curso de Biblioteconomia; 6 que oferecem cursos de Biblioteconomia e Arquivologia; 2 que oferecem Curso de Ciência da Informação e 1 de Arquivologia, 1 de Museologia; 1 de Administração da informação e 1 de Gestão da informação, totalizando 40 IES, comprometidas com a capacitação de pessoal na área, parece discutível que dos 8 Mestrados e 4 doutorados ora instalados e em funcionamento, apenas 1 Mestrado disponha explicitamente de 1 linha correlacionada ao assunto e apenas 1 orientador seja identificado. Além disso, não parece ser quantitativamente significativa a representação

do tema nos periódicos e livros publicados no país. Talvez, por isso, que a Associação Brasileira Educação em Ciência da Informação (ABECIN), sucessora da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), esteja se propondo a estabelecer uma linha editorial que inclui o seriado *Teoria & Crítica* e a coletânea *Documentos ABECIN* como recurso para suprir esta e outras carências relacionadas à ação pedagógica nos cursos da área das Ciências da Informação que operam no Brasil. Além disso, as listas de discussão da ABECIN se apresentam como um outro canal que horizontalizando e dando caráter mais informal à comunicação do docente de Biblioteconomia possa fazer fluir experiências e compreensões de práticas que melhor e mais rapidamente difundam o que ocorre individual e coletivamente nas equipes dos Cursos da área que funcionam no país.

FORTALECIMENTO DO CAMPO PROFISSIONAL E CIENTÍFICO NO PAÍS

Na medida em que a docência no campo mais amplo da Ciência da Informação vem se profissionalizando no país, especialmente a partir dos anos da década de 1980, com a contratação de professores em tempo integral de 40 horas semanais e, em larga medida nas IES federais, em Dedicção Exclusiva, vê-se progressivamente se instituir a ação em pesquisa, tomada como responsabilidade e atividade esperada. Olhando de outro ângulo, para além dos termos constantes nos contratos de trabalho, observa-se que houve a percepção da necessidade correlata de capacitação acadêmica adequada para prover os Departamentos dos respectivos Cursos de quadros docentes com cada vez mais titulação e, se possível, com doutores. Portanto, é muito recente a criação dos meios mínimos para o estabelecimento de um programa de pesquisa sustentável. Mas é ainda uma pesquisa

para um dos rumos, isto é, para promover a ampliação do conhecimento das e para as profissões das Ciências da Informação e mesmo nesta dimensão as conclusões dos estudos tanto de Suzana Mueller e outros quanto de Oliveira (2001) permitem perceber que se está numa espécie de estágio inicial. Concluindo a partir dos dados com que trabalharam e interpretaram, Suzana Mueller e outros afirmam nas “considerações finais”, por exemplo, que “é uma área em estágio de formação de seus pesquisadores”; que “as instituições mais ativas em pesquisas são as universidades onde há cursos de pós-graduação” e que há “ainda uma certa deficiência no uso de métodos e técnicas de pesquisa” Mueller *et al.* (1999/2000, p. 306).

Este cenário constituiu-se na vertente de pesquisa mais amparada, com algum subsídio de fomento ou com alguma articulação a partir dos Programas de Pós-Graduação. Embora os relatos afirmem um progressivo aumento de qualidade de produção desse rumo de pesquisa nas duas últimas décadas, ele parece ainda estar em seus primórdios.

Um ponto que pode ser tomado como relevante na discussão, é o que se faz dos textos apresentados como dissertações e teses em Ciências da Informação no Brasil, que pelos dados de Pinheiro (1999/2000), somavam 913 volumes até o ano 2000? Se, supostamente, eles analisam e interpretam a realidade presente no cenário profissional e científico da área no país, tentando responder a demandas colocadas pela sociedade, por que não estão majoritariamente integrados como bibliografia nos programas de ensino dos cursos de graduação existentes? Por que a grande maioria desta vasta coleção de saber produzida no país não se transforma em livros impressos ou em outros formatos e suportes? Por que, enfim, ainda temos um ensino de graduação que se afasta ou é afastado do conhecimento que os pesquisadores da área, nos espaços de pesquisa da área, mesmo que em estágio inicial, estão produzindo?

Se a pesquisa em Ciências da Informação realizada no país ainda é tão frágil que não consegue gerar sistematizações sobre o saber nacional produzido, se a capacidade de iluminação que o “topo” poder gerar sobre a “base” ainda está quase apagada, se esse conhecimento ainda não se permite ser explorado para efeitos de transposição didática e colocado à disposição da graduação, é porque uma lacuna severa está aí para ser superada. E aí está um espaço para a pesquisa didática e pedagógica ser executada.

Sem que um programa nacional, com provável indução pela ABECIN, envolvendo também os Programas de Pós-Graduação e a ANCIB na função de articuladores de linhas de investigação apropriadas, não for rapidamente fomentado, continuará a ocorrer uma resposta vazia ou inadequada da pesquisa em Ciências da Informação no Brasil para o fortalecimento da ação profissional e científica no país. Na medida em que a realidade, para bem funcionar, supõe a imbricação dos fazeres acadêmicos e profissionais, dos métodos, dos instrumentos, ou como diria Morin (1999), da articulação dos saberes, não dá para deixar a pesquisa sobre a ação pedagógica, se e quando existe, ser apenas a ação diletante de um ou outro docente.

Se como diz Bourdieu (1996), o conhecimento cultural e escolar representa um capital e no nosso contexto este capital está sendo elaborado em certas instâncias e não adequadamente distribuído porque a habilidade da transposição e o espaço da transposição e passagem desse capital não faz as pesquisas que definem os contornos e os modos de ação nesse mesmo espaço, pode estar acontecendo uma das seguintes situações: a) o capital de conhecimento constitutivo do campo das Ciências da Informação que se transmite em nossos cursos não incorpora majoritariamente o nosso próprio esforço e aí precisamos saber porque não o faz? b) não temos ainda a

competência para fazer do saber que produzimos o saber conseqüente, ou seja, conteúdos ensináveis? ou c) não temos o fácil acesso a este vasto acervo construído com investimento brasileiro em bolsas de pesquisa, financiamento de projetos, etc. e isto nos coloca como alienistas e alienados no contexto desta sociedade que, de tão boa, mas também de tão desinformada, não pode perceber que, de certo modo, estamos cometendo um atentado à sua cidadania o que mereceria ser examinado a partir de pesquisa sob o enfoque da ética social e/ou histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, partimos da idéia de que há uma percepção de estamos situados num mundo que, por ser construído discursivamente, vem se expandindo de tal maneira que provoca muito mais rapidamente o rompimento avassalador das pretensas certezas. Há implicações disso, também na atuação docente, na medida em que a ruptura das certezas insere a pesquisa como atividade inescapável do fazer do professor. De outro lado, verifica-se que do docente se exige um envolvimento maior com a pesquisa que promove a ampliação do conhecimento profissional do campo de atuação para o qual o Curso em atua foi criado a qual recebe algum incentivo. Em face disso, a pesquisa sobre a ação pedagógica fica reduzida, majoritariamente, à condição de prática dileitante dos docentes interessados em melhorar sua relação de

trabalho didático-pedagógico, produzindo mais qualidade no seu desempenho e podendo inserir com propriedade metodológica o saber novo nos conteúdos com que trabalha.

No que toca à situação brasileira e, especialmente, na área de Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa que promove a ampliação do conhecimento profissional dos vários campos está em estágio de sufocamento financeiro, pois as verbas para o fomento estão sendo reduzidas progressivamente. Quanto às Ciências da Informação, a pesquisa está num estágio inicial, gerando conhecimento a base de metodologias limitadas e, mais grave, não atinge, como esperado, o espaço acadêmico do ensino de graduação. Diante disso, se torna urgente que ações sejam realizadas por entidades como a ABECIN que, integradas a entidades como a ANCIB, possam dimensionar formas de fazer um aproveitamento melhor do conhecimento produzido pela pesquisa que promove a ampliação do conhecimento profissional do campo de atuação para o qual os Cursos de graduação da área foram criados. Isto poderia se dar pela implementação de uma jornada de atividades voltadas ao incentivo dos docentes a fim de que possam criar e/ou integrar projetos de pesquisa sobre a ação pedagógica nos cursos de graduação pertinentes às Ciências da Informação instalados nas 40 IES que os oferecem assim como envolver os Programas de Pós-Graduação que efetivamente desejem e tenham suporte teórico e humano para se interessarem pelo assunto.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, S. Formação profissional e mercado de trabalho. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.23/24, n.3, p.435-438, especial 1999/2000.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995. p.25.

BERGER P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOK, D. *Ensino superior*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- BOURDIEU, P. O novo capital. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p.35-52.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.505.
- CHAUÍ, M. *A universidade operacional*. ADUNICAMP Publicações. Disponível em: <<http://www.adunicamp.org.br/publicacoes/revista1/chau.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2002.
- DÉBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.17.
- DINIZ, E. S. *Currículo e sociedade: uma análise do ensino de graduação em biblioteconomia na UFPB*. João Pessoa, 1998. Dissertação (Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba, 1998.
- DREIFUSS, R. *A época das perplexidades: mundialização, globalização, planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.328-329.
- DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2.ed.rev.ampl. São Paulo: UNESP, 2001.
- DWYER, T. Inteligência artificial, tecnologias informacionais e seus possíveis impactos sobre as ciências sociais. *Sociologias UFRGS*, Porto Alegre, v.3, n.5, p.58-79, 2001.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1999. 2 v.
- KEY, W.B. *A era da manipulação*. 2.ed. São Paulo: Scritta, 1996. p.30.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.164-165.
- LIMA, R.M. *Ensino de biblioteconomia e realidade social no estado do Amazonas: o aparente e o concreto de uma relação*. 1998. Dissertação (Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.
- MORIN, E. Articular os saberes. In: ALVES, N.; GARCIA, R.L. (Org.). *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: SEPE, 1999. p.65-80.
- MUELLER, S. P. M.; MIRANDA, A; SUAIDEN, E. J. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: análise dos trabalhos apresentados no IV ENANCIB, Brasília, 2000. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.23/24, n.3, p.293-308, 1999/2000. Edição Especial.
- OLIVEIRA, M. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.143-156, 2001.
- PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PINHEIRO, L.V.R. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.23/24, n.3, p.367-390, 1999/2000. Edição Especial.



O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero

The information professional in the work place and the gender relations

Maria Mary FERREIRA¹

RESUMO

Este artigo aborda o papel da mulher no mundo do trabalho, tendo como principal enfoque as profissões ditas femininas. Procurou-se dar ênfase ao / à profissional da informação, bem como aos condicionantes que demarcam a escolha dessa profissão, a partir da perspectiva de gênero. Considera-se que trabalhar a questão de gênero significa redimensionar o papel da bibliotecária, contribuindo para uma revisão crítica de seu trabalho.

Palavras-chave: gênero, Biblioteconomia, mulher, trabalho, profissão feminina.

ABSTRACT

This study considers the role of women in the work place and the so-called women's professions. It focuses on the Information Science professionals and discusses, from the gender perspective, the conditions that drive the individual to choose a profession in the field. Discussing the gender issues, in this case, means to reevaluate the role of the woman Librarian, thus contributing to a critical review of her work so far.

Key words: *workplace and gender, Information Science professionals, woman Librarian, women's profession.*

¹ Professora do Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Políticas Públicas/UFMA, doutoranda em Sociologia UNESP/Fclar.
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

INTRODUÇÃO

A inserção da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais visível. Dados do IBGE, por exemplo, apontam que 40,3% do mercado está sob sua responsabilidade. A maior parte desse mercado, entretanto, está nas chamadas profissões femininas, consideradas como tal pela proporção de mulheres em seus quadros (LEGISLATIVO, 2002, p.6). Dentre essas profissões podemos citar as empregadas domésticas, secretárias, professoras, assistentes sociais, enfermeiras e bibliotecárias, que são objeto desse nosso estudo. É certo que nas últimas décadas houve uma mudança acentuada no que se refere à busca de mulheres e homens por áreas antes “interditadas” ao sexo oposto (NASCIMENTO *et al.*, 1997), entretanto o que predomina em algumas dessas profissões citadas é um universo quase que exclusivamente feminino. Se antes isso era visto como um fato natural, dada à condição do ser feminino, a partir dos anos setenta, os estudos sobre mulher e gênero vêm mostrar que existia nesta escolha questões que passavam despercebidas, dadas as relações de gênero que, tanto quanto as relações de classe e etnia, mascaram valores e transformam questões políticas, naturalizando-as.

Os estudos sobre a mulher e as relações de gênero evoluíram significativamente nos vários centros de pesquisa do País, trazendo como filosofia novas interpretações da realidade, fazendo vir à tona contradições antes despercebidas. Sua interlocução direta com o movimento feminista possibilitou um amadurecimento teórico-político, que tem contribuído para uma intervenção mais qualificada desse movimento. Esses estudos passaram a constituir-se como tal na década de setenta, quando pesquisadoras feministas romperam com modelos tradicionais de pesquisa e passaram a estudar a mulher enquanto sujeito.

As metodologias até então utilizadas eram incompatíveis para estudar a mulher, não

conseguindo satisfazer as pesquisadoras, uma vez que se caracterizavam pelo estudo do diferente; assim, determinadas particularidades só foram percebidas quando pesquisadoras feministas puderam captar e ao mesmo tempo confrontá-las com estudos já consolidados como verdades, nos quais as mulheres estavam ausentes ou eram representadas de forma pejorativa, mais ligadas às atividades de reprodução, contribuindo, dessa forma, com a construção de uma imagem negativa em relação a mulher, o que prevalece até os dias atuais.

Na Biblioteconomia, estudos com enfoque de gênero ainda não estão consolidados, à exceção de alguns artigos especializados na área, que, em geral, não aprofundam as questões de gênero na profissão do/a bibliotecário/a.

A dificuldade de abordagem dessa temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação constitui um problema que só será equacionado com a revisão do seu ensino e a busca de uma práxis social, que assuma um caráter revolucionário - transformador da realidade - no sentido de repensar o trabalho feminino nessas áreas, buscando as causas de sua desvalorização e apontando saídas para que a profissional da informação reavalie sua inserção no mundo do trabalho e os conflitos advindos das relações sociais e de gênero. Para tanto, há que se repensar e que se rever os valores, cujo percurso passa pela reconstituição histórica do curso de Biblioteconomia no Brasil e pela correlação de forças que foram estabelecidas para a sua inserção nas chamadas profissões de cunho liberal e na consciência de que as relações de gênero, por serem hierarquizadas, é que tem colocado as mulheres em situação de desprestígio social, principalmente naquelas profissões onde há o predomínio do sexo feminino.

Neste estudo, propomos uma discussão a partir de três pontos: no primeiro, abordamos o gênero como tema de pesquisa no Brasil, partindo da sua trajetória, conceituando o termo

e mostrando sua importância para uma reflexão sobre a mulher. No segundo, fazemos algumas reflexões sobre a mulher no mundo do trabalho, privilegiando a profissão do/a bibliotecário/a, sob a perspectiva de gênero. Justificamos a importância e a necessidade de uma análise de gênero na Biblioteconomia, como forma de repensar o papel feminino e de como estes estudos poderão ser importantes para uma revisão do papel do/a profissional da informação enquanto sujeito. Finalmente, no último ponto apresentamos algumas análises que poderão suscitar o debate e despertar o interesse dos/as leitores/as pela temática.

GÊNERO COMO TEMA DE PESQUISA NO BRASIL

A razão e a imparcialidade foram sem dúvida pontos norteadores da ciência moderna, entretanto foi em nome da chamada racionalidade que a ciência dicotomizou o ser humano desvalorizando-o em sua plenitude, negando sua emoção, sentimentos, paixões. “A clivagem deu-se, tanto no plano individual quanto no social, na medida em que essas características são atravessadas pela questão de gênero, no que diz ser a razão um atributo masculino [e a emoção] e o sentimento, feminino” (PASSOS, 2001, p.22). O gênero, como categoria analítica, é um modo de referir-se a organização social das relações entre os sexos. Ele busca explicações para a discriminação da mulher, sujeita aos papéis que as inferiorizam baseando-se em sua função reprodutiva ou na força física do sexo masculino. Por ser relacional, a categoria gênero rejeita conceitos que separam os sexos entre si. A partir da visão de gênero, os estudos deixam de ser estudos isolados para serem estudos de relações entre homens e mulheres. “O conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais” (SAFFIOTI, 1994, p. 187), bem como os processos de transformações de que as mulheres têm sido alvo ou sujeito ao longo da história.

Construído simbolicamente, o gênero tem uma configuração histórica e uma dimensão universal, que faz parte do ser humano tanto quanto o nascimento e a morte; significa “pensar as diferenças entre mulheres e homens no singular e no plural, intramulheres e intra-homens, colocando, portanto, ambas universalidades e particularidades em questão” (MACHADO, 1992, p.31). Os estudos sobre gênero, e anteriormente, os estudos sobre a mulher trabalharam sempre numa perspectiva de “superação das desigualdades, entre indivíduos socialmente discriminados” (BRUSCHINI, 1992, p.290). O seu discurso, tanto quanto sua prática, a exemplo do movimento feminista, traz em sua filosofia a superação dessas desigualdades, em uma perspectiva transformadora, redimensionando o espaço público (político) e o privado (doméstico).

Desde a Antigüidade, as mulheres estiveram sempre limitadas aos espaços domésticos, isto porque no privado estavam confinados os seres sem poder - os não cidadãos (as mulheres, os escravos). No espaço público estavam os outros seres, aqueles que exerciam o poder de mando, e de ação, no caso, os homens. Para Arendt (1981, p.62) “O termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. Entretanto, esse mundo não é igual a terra, a natureza; ele é visto como espaço limitado para o movimento dos homens e da condição geral da vida orgânica. O fato de as mulheres serem milenarmente consideradas como coisas da terra e da natureza foi uma maneira de excluí-las dos espaços de decisão ou desvalorizar aquilo que era de seu domínio. O exemplo mais significativo foi a perseguição às mulheres na idade média - que, ao praticarem a medicina a partir de um conhecimento empírico da natureza foram exterminadas como bruxas.

Embora a distinção entre o público e o privado coincida com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e, finalmente, entre a vergonha e a

honra, não é de forma alguma verdadeira que somente o necessário, o fútil e o vergonhoso tenham o seu lugar adequado na esfera privada. O significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência (ARENDR, 1981, p. 84).

A necessidade de politizar o privado redimensionando-o tem sido a forma de valorizar o feminino, descortinando questões até então despercebidas, que com os estudos de gênero passaram a ser vistas por uma nova dimensão.

Estudos sobre a condição feminina não são nenhuma novidade hoje, uma vez que as mulheres foram lembradas por Engels, Marx, Freud e Darwin. O novo, segundo Bruschini (1992) está no exame das relações de gênero e a busca de uma resposta para a opressão da mulher a partir dessa problemática. Assim como a classe², o gênero passa a ser também uma categoria analítica do pensamento científico, que traz novas abordagens e redimensiona os estudos sobre a mulher.

Nas universidades, esses estudos passaram a fazer veladas críticas à ciência rejeitando seu papel de neutralidade e objetividade, na qual “a positividade e o funcionalismo eram a prática comum em pesquisas nas universidades brasileiras até meados de 1985” (BRUSCHINI, 1992, p.296). Essas críticas partem de análises que apontam que nas instituições científicas foi criada uma cultura de gênero, que interdito o acesso das mulheres à ciência, da mesma forma que foi estabelecida uma cultura marcada pelas relações de classe, que distanciou o proletariado dos meios de produção que ele próprio produziu.

De certo modo, o que tem imperado nos estudos em nossas universidades, e em particular, nas universidades maranhenses, é a cultura do masculino, o que pode ser constatado pelas pesquisas sobre a temática do trabalho. A captação dos dados nesse tipo de estudo levam em conta, quase sempre, a regularidade do trabalho, a continuidade, a integralidade e a remuneração formal, segundo regras da economia capitalista. Assim, o trabalho feminino, que em geral se caracteriza pelo inverso, ou seja, é descontínuo, irregular, remunerado informalmente, muitas vezes não remunerado, tem sido ocultado pelos dados, fazendo com que as mulheres apareçam como não trabalhadoras, como não cidadãs, reforçando a ideologia dominante de que o trabalho feminino não é representativo, e por não ser representativo não é relevante.

Podemos citar como exemplo, o caso das trabalhadoras rurais, que só recentemente passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras. Anteriormente essa categoria era considerada exclusivamente masculina, embora as mulheres, desde tempos imemoriais, tenham no cuidado com a terra uma de suas principais atividades econômicas que garantia o sustento da família. O mesmo ocorre com o trabalho doméstico, que por constituir uma atividade realizada quase que exclusivamente por mulheres, “não tem sido contabilizado como uma atividade econômica”(BRUSCHINI, 1992, p.296).

Como se vê, os dados ocultam questões importantes do trabalho feminino, visto que não levam em conta a dupla jornada de trabalho, nem a importância e necessidade dos cuidados das crianças para a preservação e continuidade da espécie. Para Passos (1997, p.27), a ruptura com

² “A classe social é uma categoria histórica. Por não ser imutável no tempo, ela forma-se, desenvolve-se e modifica-se a medida que sociedade vai se transformando. Para Steinhagen (1977, p.290), as lutas e os conflitos entre as classes são a expressão das contradições internas de sistemas sócio-econômicos determinados. A contradição principal que constitui o motor fundamental das lutas de classes é a contradição entre as forças de produção e as relações de produção... A classe dominante, que detém o poder e os meios de produção, representa as relações de produção estabelecidas na sociedade; e a classe dominada, cujo trabalho é apropriado pela outra, representa as novas forças de produção, que mais cedo ou mais tarde, entram em contradição com esse sistema de relações. Foi assim que Marx e Engels puderam dizer que a história da humanidade tem sido a história das lutas de classe”.

o modelo cognitivo racionalista tende a fugir das categorias universais e abstratas, que estruturam o conhecimento, incluindo novas categorias de produção do saber até então rechaçadas e consideradas atípicas ou excepcionais; aproximar a teoria da prática e romper com essas categorias dentro desse universo de dominação que vivenciamos nas universidades tem sido a marca dos estudos de gênero. São esses estudos que possibilitaram a ampliação e amadurecimento de reflexões sobre a mulher, responderam algumas questões levantadas no discurso feminista, e foram imprescindíveis na luta para ampliação dos direitos femininos.

O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Pesquisas sobre mulher e gênero na Biblioteconomia são ainda em número bastante limitados, o que torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral, não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina. Este domínio, entretanto, não é criticamente analisado pelos profissionais da área que ainda não se deram conta das relações de gênero que estão impregnadas na sociedade e que, tal como as relações de classe e etnias, precisam ser revistas, estudadas e incorporadas nos conteúdos dos programas dos Cursos de Biblioteconomia, para que se possa questionar a realidade buscando uma saída para transformá-la.

Se a Biblioteconomia, enquanto ciência, prepara profissionais para o mercado de trabalho, imbuída da sistematização e disseminação do conhecimento produzido é impossível, portanto, pensar no mercado de trabalho sem analisar a sociedade que demanda para esse mercado, ou seja, uma sociedade historicamente demarcada por relações de classe, de gênero e de raça. Essa sociedade tem favorecido as profissões predominantemente masculinas, consideradas de elite, com exclusão do gênero feminino.

Estudos feitos pelo Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos e Social Econômico apontam que é cada vez maior a entrada de mulheres no mercado de trabalho - em torno de 40,3% - entretanto, 65% delas são empregadas domésticas. Por outro lado, quando se parte para análise das chamadas profissões liberais, percebemos que, embora os cursos superiores tenham sido interditados às mulheres por muito tempo³, hoje elas se constituem maioria na maior parte das universidades brasileiras⁴.

A entrada das mulheres nos cursos superiores acelerava-se à medida em que avançava a industrialização no País e à medida em que a ação do movimento sufragista pressionava, exigindo além do voto, o acesso a educação e ao trabalho, colocando em questão o conservadorismo da sociedade patriarcal que negava à mulher esses direitos. Ao entrar nas universidades ela percebe, entretanto, que as escolhas pelas chamadas profissões liberais, vão sendo determinadas por relações de gênero, já que como afirmam Nascimento *et al.* (1997, p.167), a maioria das mulheres, ao buscarem a profissionalização nas universidades, o faz

³ O governo brasileiro abre as portas do ensino superior às mulheres em 1887 depois de muitas pressões do movimento feminista, que teve como precursora Nísia Floresta. "Mesmo com os cursos superiores abertos às mulheres, somente uma minoria conseguia alcançá-los. Em parte, o problema se dava porque os melhores colégios públicos só aceitavam pessoas do sexo masculino..." (ABREALAS, [2000], p.27).

⁴ Ao analisar a situação da mulher nas universidades do Norte e do Nordeste, Passos apresenta um quadro bastante positivo. Em todas as universidades estudadas (do Norte e do Nordeste), em termos absolutos as mulheres constituem maioria nos cursos superiores. Conforme declaração do Pró-Reitor da Universidade de São Paulo, 500 dos 1600 cursos de pós-graduação existentes no Brasil estão na USP. Dos/as 18.500 alunos/as matriculados/as nos cursos de mestrado e de doutorado nessa instituição mais de 50%, são mulheres (DAUCH, 2002).

privilegiando as áreas de educação, saúde e ciências sociais. São crescentes, portanto, o predomínio das mulheres nos cursos de psicologia, farmácia, nutrição. A essas áreas somam-se as profissões tradicionalmente reconhecidas como femininas: professora, enfermeira, assistente social e bibliotecária. A Tabela 1 ilustra perfeitamente a tendência das mulheres nas chamadas profissões femininas. Percebe-se que todas elas enfrentam dificuldades para imporem-se no mundo competitivo, que é marca das sociedades capitalistas em cujo mercado a distribuição de papéis e funções especializadas são cada vez mais determinadas pela estrutura da desigualdade.

Ao questionar o que tem influenciado as escolhas profissionais das mulheres os autores afirmam que:

Tais determinações têm raízes não na “vocação ao servir”, mas, sobretudo na possibilidade de desenvolver uma profissão menos competitiva, aliada a secundarização do prestígio social e econômico. Em relação aos homens parece ocorrer o inverso: a competitividade e as vantagens econômicas parecem ser a mola propulsora. É importante ressaltar que tais idéias são representações sociais, logo são constru-

ções e não decorrências de natureza biológica, ou seja, mulheres não escolhem fazer esta ou aquela profissão pelo seu dom natural de servir, mas sim, pela representação que tem de si e da profissão e ainda pelas condições objetivas para exercê-la (NASCIMENTO *et al.*, 1997).

É evidente que as profissões ditas femininas têm, ao longo da história, enfrentado dificuldades para se impor. As enfermeiras, as assistentes sociais e as bibliotecárias e outras profissões caracterizadamente femininas tem que provar permanentemente que são competentes para inserir-se nesse mercado desigual. E esse mercado é marca principal das sociedades de classe que têm na distribuição de riqueza, poder e conhecimento, fatores que contribuem substancialmente para uma distribuição desigual de competências e recompensas, assim como para a hierarquização do poder.

Falar de profissionalização hoje está intimamente ligado com as dimensões da desigualdade em relação às condições econômicas e ao poder. Nessa perspectiva *status* é essencial; e a profissionalização não é colocada a serviço de uma coletividade e sim de uma minoria, como forma de prestígio individual. Talvez por essa razão, a profissão de bibliotecária/o

Tabela 1. Demonstrativo de nº de candidatos inscritos e a relação candidato vagas (por sexo) nos vestibulares - 1994.

Área/Curso	Candidatos		Total	Nº Vagas	nº Candidato/sobre totais	
	Homem	Mulher			Homem	Mulher
Enfermagem	62	454	516	56	1,1	8,1
Ciências Sociais	35	108	143	33	1,1	3,3
Comunicação Social	54	182	236	30	1,8	6,0
Biblioteconomia	22	138	160	44	0,5	3,1
Educação Artística	57	271	238	70	0,8	3,9
Pedagogia	21	137	158	35	0,6	3,9
Serviço Social	70	287	337	30	0,2	9,0
Psicologia Social	14	630	616	70	2,3	9,6

Fonte: NASCIMENTO *et al.*, (1997).

continue sob o domínio das mulheres, embora nos últimos anos perceba-se um aumento expressivo do sexo masculino no Curso de Biblioteconomia. Na década de 80, a presença de homens no curso era sempre na proporção de 100 x 1, após 20 anos percebe-se um aumento, são 100 mulheres x cinco homens em média⁵. Olinto (1997, p.2) ao estudar as profissões femininas, considera que a Biblioteconomia enquadra-se nos níveis máxima ou extrema feminização, que inclui profissões com percentual de mulheres acima de 80%. A autora enfatiza ainda que “a feminização também é característica da pós-graduação em Ciência da Informação. Uma análise feita sobre a evolução do perfil de gênero no mestrado do IBICT indica que, no período de 1970 a 1994, 83,4% dos/as mestres/as são mulheres”. (OLINTO,1997, p.2).

Embora haja uma nova tendência vislumbrando mudanças, Olinto considera que isso não chega a refletir em um distanciamento, uma vez que o número de homens que se interessam pelo curso ainda é bem menor do que o número de mulheres; nem mesmo a desvinculação progressiva e acentuada da Ciência da Informação da Biblioteconomia contribuiu para estabelecer esse processo de mudança. Dessa forma, “pode-se afirmar que tanto a Ciência da Informação quanto Biblioteconomia permanecem com altas proporções de mulheres, independentemente da vinculação forte que se estabeleceu originalmente entre ambas” (OLINTO,1997, p.2).

Ao analisar o advento das mulheres na profissão Bibliotecária, percebemos que ao ser criado, em 1911, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Curso de Biblioteconomia caracterizava-se pelo cunho tecnicista, dada a influência

americana e humanista, bem como, a influência francesa e exigia do/a bibliotecário/a uma amplitude de conhecimentos teológicos, filosóficos, literários, artísticos e científicos e uma imagem polida e terna para com seus visitantes.

A exigência, portanto pelos conhecimentos teológicos e literários justificou-se pelo grande número de padres nas bibliotecas da Idade Média. Já no século XIX e em parte do século XX quem domina as bibliotecas são os intelectuais, que são ao mesmo tempo, escritores, e organizadores do saber⁶. As mulheres só começaram a dominar essa área no século XX, e de forma mais significativa a partir das décadas de 50 e 60, conforme dados colhidos em estudo de Castro (1997).

Antes de refletir sobre a entrada das mulheres na Biblioteconomia, vale a pena enfatizar que as mulheres somente começam a ocupar espaços no mercado de trabalho a partir dos séculos XVIII e XIX, ainda marcado por profundos preconceitos e discriminações.

Com a entrada feminina no mundo do capital, há também toda uma preocupação com a sua profissionalização e com suas escolhas. Logicamente que, se são as mulheres que maternam, que cuidam dos filhos, do marido, da casa, dos doentes e das hortas, o sistema capitalista tinha, portanto, que engajá-las em profissões afinadas com essas tarefas. Daí que em nível do senso comum, vão se justificando suas escolhas por: magistério, enfermagem, nutrição, biblioteconomia, que de alguma forma são extensões das atividades domésticas.

A entrada das mulheres nos Cursos de Biblioteconomia dá-se no final da década de vinte, sendo Adelpha Figueiredo a pioneira. Ela recebeu

⁵ Dados referentes ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

⁶ O primeiro concurso para bibliotecário realizado pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em 1879, teve como concorrentes Capistrano de Abreu, historiador e jornalista, que obteve o primeiro lugar; Misael Pereira Pena, bacharel, e Antonio Pereira de Melo Moraes. A Biblioteca Nacional, principal instituição do país na área de Biblioteconomia, desde a sua criação, foi dirigida por intelectuais, homens. Somente no final da década de setenta ela foi dirigida por uma mulher, esta reconhecida pela competência técnica.

os primeiros conhecimentos de Ms Dorothy Murriel Gropp que veio ao Brasil contratada para organizar o acervo do Instituto MacKenzie, em São Paulo, e para ministrar um curso Elementar de Biblioteconomia para funcionários da Biblioteca e de outras instituições do Estado, do qual participou Adelpha Figueiredo. “Após o curso, Adelpha foi contemplada com uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, oferecidas anualmente a mulheres latino-americanas” (CASTRO, 1997, p. 48). A institucionalização dos Cursos de Biblioteconomia no país coincide com a inserção das mulheres que o procuram, dada a facilidade de ingresso nesses cursos, já que grande parte deles eram oferecidos em turnos matutinos, recomendado, portanto, para “moças de boa família”.

A trajetória desses Cursos é marcada nos seus primórdios pela influência das escolas francesas, o que significava uma tendência mais humanista. Entretanto, o que prevaleceu foi a influência americana, que, fundamentada no discurso tecnicista, baseada no pragmatismo, levou as escolas de biblioteconomia a adotarem um ensino, cuja preocupação era a técnica em detrimento de um ensino mais voltado para questões sociais, com conteúdos que refletissem a realidade nacional. Dessa forma, a/o bibliotecária/o desenvolveu um pensamento que, se por um lado, tinha uma preocupação com a ampliação e organização dos acervos, com o detalhamento da classificação e catalogação, com os fichários impecavelmente alfabetados, por outro lado, tentava dar uma nova dinâmica em termos de recuperação da informação, sem, entretanto, interagir com seu público real e potencial, para dimensionar a ação de seu trabalho.

A busca incessante pela perfeição fazia com que em algumas situações os/as bibliotecários/as deixassem os leitores num segundo plano. O mais importante não era a biblioteca cheia de leitores, mas, sua perfeita organização.

Com os princípios do liberalismo, amplamente divulgados no Brasil nas décadas de 30 e 40, novas demandas sociais demarcam as exigências da sociedade, a qual passa a exigir das/os bibliotecárias/os um novo posicionamento, frente a uma população cada vez mais exigente de qualidade de serviços. A informação passa a ser encarada como um dos fatores primordiais para favorecer mudanças, sendo exigido, portanto, um novo perfil para os profissionais da informação.

Se considerarmos que as mulheres brasileiras, até o início do século, precisavam da autorização dos maridos para assumir qualquer atividade profissional remunerada e que apenas em 1932 passaram à categoria de cidadãs, com direito ao voto, justifica-se, portanto, a sua tímida inserção na vida pública. Essa pouca inserção é fruto dos condicionamentos da educação diferenciada, que educa meninas como seres passivos e submissos e meninos como seres agressivos e dominadores, “tendo na família, na escola e na sociedade os agentes principais desses condicionamentos” (BELOTTI, 1987, p. 9). Nos últimos anos, foram significativos os avanços obtidos pelas mulheres. Esses avanços vão desde a luta pelo sufrágio universal, conquistado em 1932, o acesso a educação e ao trabalho, até a luta pela anistia, pelas diretas já e por uma maior participação nas instâncias de poder. Conquistas que permitiram que as mulheres passassem a ser vistas como cidadãs e como sujeitos autônomos.

A exemplo da grande maioria das mulheres, as bibliotecárias também passaram pelo mesmo processo de domesticação que, ao educar meninas de forma diferenciada, fizeram-nas assumirem papéis que as inferiorizam e a fazerem escolhas profissionais, baseadas em relações de gênero, portanto, hierarquizadas. Enquanto os meninos são educados para atitudes mais desprendidas, desafiantes, arrojadas e que, por isso, são mais valorizados nas suas escolhas. Meninas são estimuladas a

buscarem profissões que “não dependem de raciocínio” afirma BELOTTI (1987).

Nas décadas de 50 e até bem recentemente a imagem que se tinha do curso de Biblioteconomia era a mesma de Pedagogia, ambos conhecidos como cursos “espera marido”. Na visão de Barros apud Castro (1997), essa imagem refletia a alienação das alunas, grande parte de elite. Ao ser questionada sobre o sentido do espera marido, Barros apud Castro (1997) enfatiza que quem fazia biblioteconomia, de certa maneira o fazia dado o curso ser mais curto (três anos), o que facilitava a profissionalização das jovens, que naquele período se casavam mais cedo. Por outro lado a facilidade de entrar no mercado de trabalho também era um fator importante na decisão e escolha da profissão.

As profissões, de uma forma geral, possuem valores diferentes no mercado de trabalho, que podem ser avaliados de acordo com o salário médio ou pelo prestígio concedido pela sociedade. Salário e prestígio refletem de certa maneira o investimento médio dado em educação (OLINTO, 1997). Nas profissões femininas, entretanto, há uma tendência à desvalorização, independentemente do tempo médio de dedicação aos cursos de graduação. Essa desvalorização, segundo a autora, é reconhecida como aspecto estrutural de segregação ocupacional da mulher, direcionando sua escolha para esse tipo de profissão. A biblioteconomia enquadra-se perfeitamente nesse fenômeno.

A segregação dos/as bibliotecários/as é visível quando se trata de analisar sua imagem construída ao longo de sua trajetória. Sua opção pelos processos técnicos está de certa maneira relacionada à pouca reflexão teórica. Para Castro (1997, p. 110), “o motivo da desproporção entre o saber e o fazer biblioteconômico estaria no modo como a profissão é concebida, uma atividade de apoio, uma técnica e não um campo de saber”. O autor enfatiza ainda que “o isolamento do/a bibliotecário/a parece que está

no modo como se comporta na sua cotidianidade, escondendo-se nas saletas das bibliotecas, por detrás das técnicas ou por mera atitude de fuga, porque ele/a está consciente de seu pouco preparo” (CASTRO, 1997).

Ao analisar a atuação do/a bibliotecário/a no discurso publicado na Imprensa Periódica nos anos cinquenta Castro (1997) alertava para o fato de que alguns cientistas exigiam a presença de bibliotecários/as nos locais onde realizavam pesquisas científicas; outros, entretanto, consideravam o bibliotecário/a como *persona non grata*, por desconhecem seus méritos. Mesmo aqueles que reconheciam sua importância o viam como um auxiliar do cientista, apto a lhes disponibilizar toda as informações possíveis, reduzindo assim suas funções a de mero organizador das informações.

CONCLUSÃO

Essas análises permitem-nos refletir sobre a feminização da Biblioteconomia dando-nos alguns caminhos para compreendermos como foram construídos os mecanismos sobre os quais estão plantadas suas desvalorização. Por meio dos estudos de gênero é possível compreender como se dão os processos que têm, historicamente, submetido a mulher às posições de inferioridade. Por outro lado, é preciso que a esses estudos sejam incorporadas as análises sobre as estruturas das classes sociais, largamente difundidas nos estudos marxistas, que, ao abordarem as relações sociais no Estado capitalista, subsidiam as análises sobre relações de produção, que são marcas comuns das desigualdades que fundamentam e referenciam as sociedades de mercado. Os estudos marxistas nos ajudam a entender a natureza íntima do capitalismo “e a lógica de seu desenvolvimento, revolucionando permanentemente as condições de produção, especialmente através do aumento da

produtividade, o que por sua vez determina a proletarização da maior parte da humanidade” afirma Moraes (2000). Se essa é uma questão amplamente discutida nas diversas áreas das ciências sociais; na Biblioteconomia, ela é ainda uma questão tratada com reservas.

A construção de uma nova identidade na biblioteconomia está na revisão e no questionamento do papel do/a bibliotecário/a, no repensar a profissão e as unidades de informação e em como estas têm influenciado efetivamente a luta do povo brasileiro por igualdade de condições materiais e culturais de vida e liberdade. A construção de uma nova identidade, portanto, significa redimensionar a Biblioteconomia, buscando uma práxis social transformadora, vinculada a uma profunda revisão de seus currículos, de forma a articular sua ação pedagógica com sua ação política, tendo como princípio o combate à ignorância e a alienação dentro de seus próprios quadros.

Dessa forma, os profissionais poderão constituir-se como sujeitos e, como tais, poderão contribuir para transformar as relações sociais, que têm na informação um mecanismo de mudança social e política. A Biblioteconomia não avançará para ser práxis social enquanto não se desvincular dos interesses científicos e tecnológicos da classe hegemônica. Ela precisa redimensionar “seus objetivos para a ampliação dialética da difusão/criação do conhecimento para o conjunto da sociedade, fazendo da própria difusão um momento da criação”(CYSNE, 1993, p.54).

Essa situação poderá modificar-se quando o/a bibliotecário/a rearticular o eixo de sua ação com uma práxis social, “assumindo uma postura crítica do papel da informação, dos sujeitos, do mundo e de si mesmo” CYSNE (1993, p.78). Essa postura crítica de si mesmo significa para as/os bibliotecárias/os rever sua trajetória enquanto gênero, bem como as dificuldades históricas que as mulheres têm enfrentado para galgar espaços, antes não ousados, que as

colocam hoje em relativa igualdade com o sexo oposto.

Essa revisão de papéis, esse encontro de si mesma e com outras profissões dará à Bibliotecária um amadurecimento enquanto profissional e enquanto cidadã. Na medida que a consciência do gênero aflora, acreditamos que se preannunciará o nascimento de uma profissional mais comprometida e mais consciente do projeto político da sociedade, no qual alguns setores da Biblioteconomia estão imbuídos. Na Biblioteconomia, esse projeto baseia-se na igualdade e na socialização da informação, que “predispõe a superação das dificuldades pessoais e sociais, que prejudicam ou desfavorecem os indivíduos” (CAPPELLIN, 1996, p.169) e constituem-se ações positivas que podem modificar e superar essas diferenças e desigualdades sociais. É certo que essas ações positivas têm que vir com reflexões que ajudem no amadurecimento das relações pessoais e profissionais, para que se encontre o amadurecimento necessário às profissões. Um dos pontos a refletir é o reencontro com as profissões consideradas femininas, para reconhecermos com que bagagem, saberes e práticas elas têm contribuído em relação ao crescimento da humanidade e do trabalho.

A construção de uma nova identidade para a Biblioteconomia e para os/as bibliotecários, portanto, está na busca do reequilíbrio entre as origens da profissão e sua ação política.

As reflexões aqui levantadas são frutos de inquietações de longos anos, da militância no movimento feminista e bibliotecário e de estudos desenvolvidos no mestrado e mais recentemente no doutorado. A falta de eco nesses estudos na Biblioteconomia se, em alguns momentos causaram desânimo, contribuindo para um quase distanciamento da área, em vários outros momentos, mesmo rechaçado, levantamos polêmicas que, ao causar indignação, superava a indiferença. Hoje mais digerível, acreditamos ser possível fazer dessa

discussão um ponto importante nas reflexões que ora se fazem nos cursos de biblioteconomia, que buscam saídas para seu pouco reconhecimento e, em algumas situações seu quase desaparecimento. Ao compreender os mecanismos que em geral limitam ou desvalorizam as profissões femininas, que são similares ao/a bibliotecário/a, esse/a poderá instrumentalizar-se com recursos para combater os estereótipos, fruto da cultura de gênero, que se caracteriza por produzir vantagens para os homens.

Em estudos realizados nos Estados Unidos sobre a imagem do homem na profissão de bibliotecário, sugerem que:

Para se distanciar do estereótipo feminino, os homens procuram se destacar das mulheres mostrando, desde o início da carreira, o seu interesse por tarefas administrativas e se afastando das tarefas técnicas. Da mesma forma, as tarefas que envolvem o uso de tecnologia moderna tenderiam a ser mais disputadas pelos homens. Essa dinâmica também ajudaria a explicar o diferencial de salários entre os sexos na profissão (OLINTO, 1997, p.7).

Se esses pontos apresentados por Olinto não explicam no seu todo, entretanto abrem caminhos para novas reflexões. É nosso desejo que estas reflexões tenham ressonância na Biblioteconomia, para que seja possível, em futuro próximo, bibliotecárias e bibliotecários

estarem compartilhando um novo momento político, pautado em um debate, sobre as mudanças que têm se efetivado no país, no que se refere à revisão de papéis masculinos e femininos, trazendo essa discussão para o curso, de forma a rever suas linhas de pensamento e sua práxis social, na qual a mulher na biblioteconomia é sujeito.

Se há uma década era difícil vislumbrar mulheres assumindo funções, antes consideradas de total domínio dos homens, a exemplo das engenharias ou mesmo as ligadas ao legislativo e executivo, hoje, as mulheres desafiam posturas conservadoras ao assumirem câmaras, governos estaduais e municipais, tribunais, delegacias de polícia, etc. Ao assumir essas novas funções, as mulheres têm levado à sociedade uma revisão de determinados conceitos e preconceitos, frutos de culturas patriarcais.

Considero que os debates, que têm se processado nos últimos anos, no sentido de uma revisão crítica da Biblioteconomia, assim como, uma revisão do objeto e objetivos de seu trabalho, proposto por diversos autores, a exemplo de Cysne, MOSTAFA, têm alertado os pro-fissionais para a busca de novas respostas para a crise que a categoria vem enfrentando nas últimas décadas. Da mesma forma, considero que trabalhar a questão de gênero como categoria de análise nos cursos de Biblioteconomia significa redimensionar o papel da bibliotecária, contribuindo para uma revisão crítica de seu trabalho enquanto profissional e enquanto cidadã.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, salamandra, São Paulo: EDUSP, 1981. Cap. 2, p.31-89: As esferas públicas e privadas.

BELOTTI, E.G. *Educar para submissão: o descondicionamento da mulher*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 164 p.

BRUSCHINI C. Uso de abordagens quantitativas em pesquisa sobre relações de gênero. *In: COSTA, A O; MUSCHINI, C. Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-299.

CAPPELIN, P. *A valorização do trabalho feminino: contextualizando as ações positivas*. *Estudos Feministas*. v.4, n.1, p.158-170, 1996.

- CARVALHO, G. V. *Biblioteca Nacional: 1870-1990: Biografia*. Rio de Janeiro: Irradicação Cultural, 1994.
- CASTRO, C. *Um olhar distanciado para os velhos objetos*. 1997. 342f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade São Paulo, 1997.
- CYSNE, F.P. *Biblioteconomia dimensão social e educativa*. Fortaleza: Ed. UFC, 1993. 145 p.
- LEGISLATIVO Federal discute perfil da mulher brasileira: IBGE divulga aspectos da população feminina e sua participação no mercado de trabalho. *Jornal CFEMEA*, v.10, n.111, p.6-7, 2002.
- MACHADO, L.Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992. p.24-37.
- NASCIMENTO, S.M.; FERREIRA, M.M.; BATISTA, I. C. *Gênero e universidade: uma abordagem na UFMA*. In: Passos, E. (Org.) *Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA, 1997. p.163-186.
- OLINTO, G. *Biblioteconomia e profissões femininas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997. São Luís. Anais C/N. São Luís, 1997.
- PASSOS, E. (Org.) *Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA, 1997. 286 p. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos social e político. In: FERREIRA, M. Álvares, M. L. M., Santos, E. F., (Orgs.) *Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUMA, 2001. p.21-54.
- SAFIOTTI, H. *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade: projeto de pesquisa*, [s.l.: s.n.], 1994. 14p. Mimeografado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREALAS: o feminismo na virada do século XIX/XX. Rio de Janeiro: REDEH, 2000. 55p.
- ALVES, B.M. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. 197 p.
- BARBOSA, M.L.O. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. *BIB, Boletim Informativo e Biográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.36, p.3-30, 1993.
- BERTO, R. M. V. S. Carreira do futuro ou o futuro da carreira. *Transinformação*, Campinas, v.8, n.1 p.144-157, 1996.
- COSTA, A.O. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, jul./dez. p.101-409, 1994. Edição Especial.
- COSTA, A.O.; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto? *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.54, p.5-15, 1985.
- DANTAS, M. Valor-trabalho e valor-informação. *Transinformação*, Campinas v.8, n.1, p.55-88, 1996.
- DAUCH, K. *Alta qualificação credencia brasileiras ao sucesso*. Disponível em: <<http://www.estado.on.br/edição/mulher/trabalho/pos.html>>. Acesso em: set. 2002.
- DIEESE. A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001. 352p.
- FERREIRA, M. M. Gênero como categoria de análise na biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. *Anais eletrônico*. São Luís, 1997.
- FERREIRA, M. (Org.) *Mulher, gênero e políticas públicas*. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, REDOR, 1999. 136p.
- FERREIRA, M.M. Pesquisando mulher e gênero na Universidade Federal do Maranhão: 1975 – 1995. In: ÁLVARES, M.L.M.; SANTOS, E.F. *Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher*. Belém: UFPA/GEPEM, 1997. 333-354.
- FERREIRA, M.M. Mulher e participação política no Maranhão. In: FERREIRA, M., ÁLVARES, M.L.M.; SANTOS, E.F. *Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUMA, 2001. p.103-122.

- GUIMARÃES, J.A.C. *Divulgação profissional: uma proposta pedagógica como suporte ao desenvolvimento da profissão bibliotecária no Brasil*. *Transinformação*, v.6, n.1/2/3, p.43-59, 1994.
- LAVINAS, L. Aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, v.4, n.1, p.171-182, 1996.
- LIMA, N.R.L.B. *Mulher e Ciência: a hegemonia do código patriarcal*. Seminário Mulher e Ciência. Maceió, 1989. p.17-31.
- MARCHIORI, P.Z. Bibliotecários, jornalistas e informáticos: ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação. *Transinformação*. v.8 n.1, p.89-111, 1996.
- MARENGO, L. A sociedade de informação e o mercado de trabalho. *Transinformação*. v. 8, n.1, p.112-143, 1996.
- MORAES, M.L.Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, n.11, p.89-97, 2000.
- PASSOS, E. (Org.) *Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA, 1997. 286 p.
- STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, M.M., MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnico e Científico, 1977. p.282-296.
- SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.382p.
- SEXO no trabalho. Tradução de Sueli Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.193p.
- TOSTANO, M.; GOLDENBERG, M. *A Revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Revan, 1992. 117 p.
- VENTURINI, G.; RECÁMEN, M. Afinal o que querem as mulheres. *Teoria e Debate*, v.15, n.50, p.44-47, 2002.

La investigación en la currícula de las Escuelas de Bibliotecología de la Universidad Tecnológica Metropolitana y de la Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación (Chile)

Research in the Library Studies Schools' curricula of two Chilean universities: The Universidad Tecnológica Metropolitana and the Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación

Héctor Gómez FUENTES¹
Cristian VALENZUELA²

INTRODUCCIÓN

El Estado Chileno destina a la investigación el 0.63% del Producto Geográfico Bruto (PGB). Estos fondos financian la actividad científica y tecnológica del país, preferentemente en el campo de las ciencias exactas, naturales y tecnología. Es así como en la actualidad se otorgan 7.046.171 millones de pesos a proyectos financiados por Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT), y a programas de doctorado y postdoctorados, entre otros. Además, se destinan otros fondos a concursos de investigación y desarrollo Fondo

de Fomento al Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDEF) y FONTEC. En los últimos años, el Estado Chileno ha puesto en marcha otras iniciativas para el desarrollo de la ciencia a través de Institutos y Núcleos Científicos Milenios.

En general, las 60 universidades existentes actualmente, mantienen programas de desarrollo e investigación, a través de fondos internos concursables y de convenios con entidades extranjeras. En su desarrollo han transitado o transitan de un estadio de "universidad docente" a una universidad más "compleja y/o de investigación". Estas últimas representadas por seis universidades, se

¹ Director, Escuela de Bibliotecología, Universidad Tecnológica Metropolitana (UTEM).

² Director, Escuela de Bibliotecología, Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación (UPLACED).
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

adjudicaron el 78% de los proyectos aprobados del Concurso Regular de FONDECYT del 2002, lo que implica un 79% del presupuesto destinado a investigación en Chile, por dicho Fondo (CHILE. COMISIÓN..., 2002).

Por otra parte existen fondos concursables destinados a investigación provenientes de entidades nacionales, como la Fundación Andes, El Fondo de Investigaciones Mineras del Centro de Investigación Minera y Metalúrgica (CIMM) e internacionales como la *National Science Foundation*, *Centre National de la Recherche Scientifique*, etc.

De los 325 proyectos aprobados por FONDECYT en 2002, sólo cuatro (1,23%) tendrían una incidencia en el ámbito de la Bibliotecología y la Ciencia de la Información y han sido generados en los Departamentos de Ciencias de la Computación de las Facultades de Ingeniería de tres universidades. En el 2001 entre los 61 proyectos de investigación y desarrollo aprobados por FONDEF es posible identificar cuatro proyectos (6,6 5%) que tangencialmente son de nuestro interés en el área de las tecnología de la información y las comunicaciones.

En relación a la iniciativa científica milenio, destacable es el proyecto asignado a Ricardo Baeza Yates, destinado a la creación de un Centro de Investigación de la *Web* (CIW). Se trata de aportar soluciones a los nuevos problemas que surgen de la constante evolución de la *Web*, con énfasis en la integración de áreas tales como recuperación de información, bases de datos, red de computadores, sistemas distribuidos y paralelismo. En otras palabras ver a la *Web* como una gran base de datos multimedial (CENTRO..., 20 --).

Un lado optimista para la actividad bibliotecológica en el país son los fondos concursables para proyectos de desarrollo que ofrece el Consejo Nacional del Libro y la Lectura en materias relacionadas con fomento

bibliotecario (Creación y habilitación de bibliotecas públicas), fomento de la lectura (Iniciativas móviles tales como: cajas viajeras, bibliobuses, bibliolanchas, etc.), iniciativas de carácter social destinados a promover el libro y la lectura en centros hospitalarios, de rehabilitación, penitenciarios. Además, se respaldan los proyectos de creación de clubes de lectura y de fomento a la lectura en jardines infantiles y establecimientos educacionales de enseñanza básica. En materias de fomento del libro se apoya a editores de obras literarias relevantes e inéditas y a la publicación de revistas literarias, culturales o de divulgación científica (CHILE. CONSEJO..., 2002).

El Estado Chileno a través de los fondos MECESUP para el mejoramiento de la calidad de la educación superior, ha contribuido, a partir de 1999, a mejorar y modernizar los sistemas de bibliotecas de las universidades chilenas, sobre la base de la presentación de proyectos concursables relacionados con el desarrollo de tecnologías de información en sistemas de bibliotecas universitarias, capacitación, etc.

Destacable es la iniciativa de algunos bibliotecarios chilenos que han logrado el desarrollo de *softwares* integrados, como "*KnowlegePro*", sistema automatizado para la operación y administración de bibliotecas especializadas, desarrollado bajo *Microsoft Visual Basic 6.0* y para bases e datos relacionales, con alto grado de innovación tecnológica, y que está tratando de competir en el mercado nacional con las empresas transnacionales que existen en el país (KNOWLEDGEPRO..., 2002).

En esta misma línea y considerando cierta semejanza entre la formulación de un proyecto de investigación y la de uno de desarrollo, los alumnos de los últimos años de las dos escuelas de bibliotecología han participado en el marco del Programa de Prácticas ofrecidas por la Fundación Andes y CONICYT, formulando y ejecutando durante el

primer semestre de 2002, proyectos en unidades de información de norte a sur del país.

El Bibliotecólogo chileno en el rol de coinvestigador

Destacable es la contribución de los bibliotecólogos chilenos al desarrollo de la investigación científica. Además de trabajar como referencistas electrónicos de apoyo a la actividad de los investigadores, se desempeñan como instructores en el uso de los modernos recursos y servicios de información, capacitando, por ejemplo, en el manejo del “*Web of Science*” a científicos e ingenieros universitarios (WEB..., 2002).

Notoria es la participación de los bibliotecarios en valiosos proyectos, contribuyendo a la publicación de revistas electrónicas en el marco del proyecto “SciELO”. Esto ha significado que en la actualidad se disponga de 32 revistas académicas y de investigación en formato electrónico y en este mismo contexto se haya efectuado en el país la Conferencia Internacional de Publicaciones Científicas Electrónicas, con destacada participación de los especialistas en información (INTERNATIONAL..., 2002).

Otra forma de contribución a la investigación, es colaborando con los editores de revistas científicas chilenas, en materias relacionadas con la normalización documental y la presentación de trabajos.

Los alumnos de la asignatura de “Fuentes de Información en Ciencia y Tecnología”, como una actividad práctica, realizan búsquedas de información de acuerdo a los requerimientos específicos de investigadores del área de la química y tecnología de alimentos de la Facultad de Ciencias Naturales, Matemáticas y del Medio Ambiente de la Universidad Tecnológica Metropolitana.

LA ENSEÑANZA DE LA BIBLIOTECOLOGÍA Y LA INVESTIGACIÓN EN CHILE

Los estudios de postgrado

Los estudios de postgrado en Bibliotecología y Ciencias de la Información son de reciente data. Un convenio del año 2000, entre la Universidad Tecnológica Metropolitana y la Universidad de Granada permitió a la primera, con profesores españoles, ofrecer un Magister en Gestión de Información. En la actualidad 29 alumnos se encuentran desarrollando sus tesis principalmente en las áreas de tecnologías de la información y gestión de la información, bibliometría y legislación bibliotecaria.

Por otra parte, podemos decir que en el país, sólo se cuenta con dos *Ph.D.* en el área de la Bibliotecología y Ciencia de la Información con sendos grados académicos en 1957 (Universidad de Michigan) y 2002 (Universidad de Cataluña). Además de un candidato a doctor (Universidad de Rutgers). El número de magister alcanza los 11 cuyos grados académicos fueron concedidos entre los años 1975 a 1980.

En general, los postgraduados no han sido relevantes para el desarrollo de la investigación en áreas de la Bibliotecología en Chile, por su distanciamiento del sector educacional universitario y su ausencia total en proyectos de investigación financiados por FONDECYT, FONDEF, etc. Sus productos más valiosos son sus tesis, algunos trabajos bibliográficos, libros y artículos de revistas. Podemos afirmar que queda pendiente la tarea de formar cuadros de investigadores.

Ambas instituciones pueden participar en los concursos de proyectos de investigación científica y tecnológica con fondos internos tanto de la UTEM como la UPLACED. A la fecha el Departamento de Gestión de Información de la UTEM ha participado y está trabajando en el desarrollo de proyectos relacionados con nuevas

metodologías de enseñanza e impedidos visuales.

En relación al apoyo académico-administrativo y a la infraestructura para la investigación... En la UTEM existe un Director de Investigación y Desarrollo Académico y en la UPLACED un Coordinador de Investigación por Facultad. En ambas universidades se ocupan las salas de clases, oficinas de los profesores para las reuniones de investigación. Se dispone de recursos, como pizarras, retroproyectores, computadores conectados a *Internet*, *scanner*, *data show*, que indistintamente son ocupados para el desarrollo de las clases, como para las actividades de investigación.

Con respecto a los instrumentos de divulgación de la investigación, en el caso de la UTEM, los resultados de estudios de bibliotecología han sido publicados en la revista "Trilogía", órgano oficial de la Universidad y en el caso de la UPLACED en las publicaciones de la Facultad de Humanidades. Cabe señalar la realización anual de la "Conferencia Internacional de Bibliotecología" organizada por el Colegio de Bibliotecarios de Chile y otros eventos regionales en el área, además de la publicación de su revista "Eidisis".

De un simple análisis de la literatura sobre Chile reflejada en el "*Library & Information Science Abstracts*" (Lisa) entre los años 1990 – 2002, se obtuvieron 75 registros. Estos corresponden a artículos de revistas y trabajos presentados en reuniones. Un 50% contiene información sobre la realidad de Chile conjuntamente con la de otros países de América Latina, en temas de interés común, como el Proyecto SciELO, informes del SALALM, adaptación del LCSH para países de habla hispana, situación de las tecnologías de la información y las comunicaciones y publicaciones oficiales en la región, etc.

El 50% restante de los registros del LISA resultantes de la búsqueda bajo el término "Chile", corresponde a trabajos dedicados,

exclusivamente, a algún aspecto de la realidad bibliotecológica chilena. Ocho trabajos se refieren a estudios bibliométricos publicados en la revista "*Scientometrics*" e "Investigación Bibliotecológica", cuatro artículos sobre la Biblioteca Nacional de Chile, cuatro sobre la Tecnología de la Información y las Telecomunicaciones, tres sobre "adquisición Cooperativa", dos sobre "Desarrollo de Recursos Humanos" y el resto corresponde a una variedad de temas bibliotecológicos.

Como complemento a la búsqueda en el LISA bajo el término "Chile" se utilizaron, como elementos de entrada, los nombres de destacados especialistas de información, autores de alguno de los documentos que trabajan sobre algún aspecto de la realidad bibliotecológica chilena. El resultado no varió y sólo se agregaron tres artículos publicados por Ricardo Baeza. Sólo fue posible identificar tres artículos indizados en "LISA", publicados por académicos de la Escuela de Bibliotecología de Santiago y Valparaíso.

Tomando en cuenta uno de los parámetros con que se mide el impacto de los trabajos de investigación científica en Chile, se comprobó que en el *Social Science Citation Index* sólo aparecen citados dos bibliotecarios, Ana María Prat y María Elise Délano. En el "*National Citation Report for Chile*" 1981 – 2001, figuran 225 citas a los trabajos publicados por Ricardo Baeza.

Los estudios de pregrado

Las escuelas de Bibliotecología de la UTEM y de la UPLACED en sus planes de estudios contemplan asignaturas que contribuyen a la preparación de los alumnos en materias de investigación, tales como, "Métodos de Investigación Bibliográfica", "Metodología de la Investigación Científica", "Estadística", "Comunicación Escrita", "Formulación de

Proyectos de Información”, “Estudio y Educación de Usuarios”.

El trabajo de investigación se manifiesta en las actividades de “Seminario” y “Seminario de Título”, dirigido por un profesor, con grupos de tres a cuatro alumnos. El resultado final es la presentación de un informe escrito. En la UPLACED los alumnos del Seminario de Título deben exponer públicamente los resultados de sus estudios. Dos copias de cada ejemplar del trabajo quedan en la Biblioteca y la difusión de sus contenidos se logra a través de los catálogos en línea de los sistemas de bibliotecas de la UTEM (www.utem.cl) y la UPLACED (www.upla.cl) En contadas ocasiones un trabajo de titulación da origen a una ponencia o artículo de revista.

Ambas escuelas coinciden en que el ámbito de investigación está enmarcado en el área de las ciencias sociales. Los principales textos de apoyo son los de metodología de la investigación en ciencias sociales, dejando gradualmente de lado aquellos textos de epistemología de la ciencia. En el último tiempo existe una preocupación por la enseñanza de la investigación cualitativa.

Los seminarios de título

Sin lugar a dudas, que constituyen el germen de investigación futuras y son el producto de trabajos exploratorios y descriptivos de los estudiantes dirigidos por el profesor. En algunos casos se transforman en documentos de base para la presentación de estudios institucionales, artículos de revistas y ponencias presentadas por los académicos.

A simple vista, se observa en la UTEM el énfasis en el estudio de los problemas del desarrollo de la profesión, coincidente con las competencias y el rol del profesional de la información, abordadas durante todo el proceso

de autoevaluación a que fue sometida la Carrera de Bibliotecología y Documentación y en el III Encuentro de Directores y II de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de Información de MERCOSUR, realizado en Santiago.

En la UPLACED en cambio se destacan los seminarios de abordan los aspectos teóricos de la información y temas relativos a archivos históricos y de historia del libro.

En ambas escuelas existe la tendencia a tratar en los seminarios de título el tema de la Administración y Gestión Bibliotecaria y las Tecnologías de la Información. En la UPLACED se advierte el interés por los problemas de la Biblioteca Escolar y en la UTEM por los del Desarrollo de Colecciones y la Actividad Editorial. Se podría afirmar que estas tendencias están seriamente ligadas a los perfiles de los profesores que dirigen los trabajos de titulación (DÍAZ CORNEJO *et al.*, 1997; GAVILÁN, 2002).

El síndrome de copiar/pegar

En la actualidad el recurso *Internet* es la herramienta favorita de los estudiantes que preparar sus trabajos en las diferentes cátedras. De tal forma que existe la tendencia de bajar desde diferentes sitios de interés texto y figuras, que después de armarlos como rompecabezas dan origen a escritos plagiados carentes de análisis y conclusiones originales.

Si bien el plagio de trabajos de investigación universitaria es una costumbre de larga data, con el auge de *Internet* y de herramientas computacionales complementarias la práctica se ha masificado y hoy los profesores deben doblar esfuerzos para verificar que los ensayos presentados sean originales. Según los entendidos el gran desafío es qué hacer para que el alumno transforme esa carpintería digital en un acto intelectual y de creación.

CONCLUSIONES

1. La investigación bibliotecológica es incipiente. Un alto significado para el desarrollo de la investigación bibliotecológica en Chile, lo tienen los programas de magíster en gestión de información que se han desarrollado en la UTEM, y los proyectos de postgrado que en el corto plazo pondrán en marcha la UPLACED.

2. Los bibliotecarios chilenos central sus esfuerzos en proyectos de desarrollo a través de fondos concursables como los que ofrece el "Consejo Nacional de Fomento del Libro y la Lectura" para el desarrollo de bibliotecas escolares y públicas; y el Mejoramiento de la Calidad y Equidad de la Educación Superior (MECESUP) para las bibliotecas universitarias.

3. El gran desafío de las escuelas de bibliotecología es desarrollar entre sus alumnos

una actitud crítica y reflexiva, desarrollar el interés y la capacidad de asombro sobre cuestiones bibliotecológicas. Dejar de lado el complejo de que sólo hacen "ciencia" los científicos puros, porque crean nuevo conocimiento y pueden establecer leyes de carácter general. Deberían estar capacitados para buscar y encontrar respuestas a preguntas de interés para nuestra profesión.

4. Coincidente con lo expresado por Emilio Delgado (2001), las escuelas de bibliotecología a través de la enseñanza de la metodología científica, forman el espíritu crítico del estudiante y lo dotan de herramientas para actuar de manera racional y sistemática, contribuyendo a ampliar las bases científicas de la Bibliotecología y las Ciencias de la Información.

BIBLIOGRAFÍA

CENTRO DE INVESTIGACIÓN DE LA WEB (CIW). Disponible: <<http://www.mideplan.cl/milenio/nucleo7.htm>>.

CHILE. Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica. Concurso Nacional de Proyectos Fondecyt 2001 y 2002. Concurso de Proyectos de Investigación y Desarrollo FONDEF 2000 – 2001. *Panorama Científico*, Santiago de Chile, v.16, Edición Especial, Julio 2002.

CHILE. Consejo Nacional del Libro y la Lectura. *Concurso Nacional de Proyectos de Fomento del Libro y la Lectura 2002*. Santiago: Ministerio de Educación, 2002. 10p.

DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, E. Por qué enseñar métodos de investigación en las Facultades de Biblioteconomía y Documentación? *Anales de Documentación*, n.4, p.51-71, 2001.

DÍAZ CORNEJO, I. *et al. Estudio sobre la producción de literatura bibliotecológica: 1990 – 1997*. Seminario de Título. Profesor Guía: Elgi Rosales. Valparaíso, Chile, Universidad de Playa Ancha de

Ciencias de la Educación, Escuelas de Bibliotecología, 1997.

GARCÍA, R. Honestidad a prueba en la red. *El Mercurio*, 3 de Junio, 2001. A-1, 17.

GAVILÁN, G. Recursos y servicios de información en Bibliotecología y Ciencias de la Información en Chile. In: SEMINARIO PROFESOR GUÍA: HÉCTOR GÓMEZ, Santiago, Chile, Universidad Tecnológica Metropolitana, Escuela de Bibliotecología, 2002.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTIFIC ELECTRONIC PUBLISHING IN DEVELOPING COUNTRIES, 2002, Valparaíso, Chile. Universidad Católica de Valparaíso, 2002.

KNOWLEDGEPRO: descripción general. Santiago, Chile: C&V Asociados, 2002. 25p.

WEB of Science. Primer consorcio para asegurar el acceso a la información científica electrónica. Conicyt las veinticinco universidades del Consejo de Rectores. Disponible:<<http://www.conicyt.cl/comunicados/20025>>.



Comunicação científica dos docentes da
Universidade Federal do Maranhão
no período de 1998 a 2001

*Professors' scientific communication
in the Federal University of Maranhão,
Brazil, from 1998 to 2001*

Cláudia Maria Pinho de Abreu PECEGUEIRO¹

Silvana Maria de JESUS²

RESUMO

O objetivo é a caracterização da comunicação científica na Universidade Federal do Maranhão -UFMA, no período de 1998 a 2001. Dado que o papel da ciência é buscar aproximar o homem da verdade científica, enfatiza-se a importância da divulgação dos resultados dos estudos para validação da pesquisa. Tal divulgação ocorre através da comunicação científica, envolvendo canais (formais, informais e eletrônicos) facilitadores da tramitação da informação. Neste trabalho, apresentam-se os resultados de levantamento sobre as formas de comunicação científica utilizadas pelos docentes da UFMA, via canais formais.

Palavras-chave: comunicação científica, produção científica, UFMA.

ABSTRACT

This paper's objective was the characterization of the scientific communication which took place during the period 1998 to 2001, in the Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Given that the role of science is to try to bring mankind closer

¹ Mestre em Ciência da Informação, UnB. Professora, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: clpecegueiro@uol.com.br

² Graduanda, Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: silvana@yahoo.com.br

Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

to the scientific truth, this work emphasizes the importance of publicizing the research results in order to validate the research. The publication process occurs through the channels of scientific communication, which may be formal, informal or electronic, and will make the spreading of information easier. This paper presents the results of the survey on the forms of scientific communication via formal channels, used by the UFMA teachers,

Key words: *UFMA, scientific communication, scientific production and publication.*

INTRODUÇÃO

A sociedade tem percebido a força que a ciência vem exercendo no desenvolvimento das nações. Sendo dinâmica e interacionista, a ciência se desdobra num emaranhado de problemas que surgem e tendem a ser solucionados pelos pesquisadores. São esses problemas que vão dar origem à pesquisa científica. Os cientistas ou pesquisadores tentam buscar soluções para os mesmos desenvolvendo estudos diversos, isto é, partem em busca da verdade, a fim de formular novos paradigmas ou reafirmar os já existentes.

A validade dos resultados de pesquisa é testada pela comunidade científica. Através de avaliações, discussões e análises, os estudos desenvolvidos por um pesquisador, após divulgados, são aceitos ou refutados. Essa atividade praticada pela comunidade científica possibilita a comunicação entre o pesquisador e seus pares.

Ziman (1979), Meadows (1999) Muller (2000) e Targino (2000) muito discutem sobre o processo de comunicação no meio científico. Com base nessas e em outras discussões, a ciência vem sendo divulgada das mais diversas formas possíveis. Através dos canais de comunicação (formais, informais, eletrônicos) os trabalhos são divulgados e apreciados pela comunidade científica. “Para sobreviver no mercado de trabalho ou para conviver com seus pares, os indivíduos são forçados a assimilar um

corpo de conhecimento que se amplia a cada segundo” (TARGINO, 2000, p.7). Aí está a importância da comunicação que permite ao pesquisador trocar informações com seus pares, através dos canais informais de comunicação científica, formando os colégios invisíveis, dos canais formais que envolvem os documentos escritos e impressos e dos canais eletrônicos que englobam, tanto a comunicação científica formal (periódicos eletrônicos, livro eletrônico, entre outros, quanto a informal (correios eletrônicos, grupos de discussões).

A respeito de comunicação científica eletrônica Kuramoto *et al.* (2002, p.1) comenta que:

A Internet incrementou a comunicação entre os pesquisadores, propiciando uma mídia de fácil acesso e que lhes assegura rapidez e visibilidade no intercâmbio de informações com os seus pares. Essa agilidade fez contrastar o tempo de produção e distribuição de revistas científicas impressas com a instantaneidade das publicações eletrônicas.

Devido a rapidez oferecida pelos meios eletrônicos, torna-se mais fácil para o pesquisador comunicar seus resultados sem perder muito tempo. A troca de informações é às vezes, imediata, o que dá ao pesquisador e a seus pares condições de incrementar seu trabalho com menos tempo. A velocidade com que a ciência

vai se modificando e traçando seu caminho, força o pesquisador a estar sempre atento às novas tendências temáticas, aos novos paradigmas.

Esta pesquisa busca identificar as formas de comunicação científica, via canais formais, utilizadas pelos docentes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de 1998 a 2001; classificar a literatura produzida segundo o formato (relatórios, teses, dissertações, artigos de periódico, monografias, entre outros formatos) e segundo a autoria (individual ou coletiva).

O tema proposto tenta delinear um perfil dos Professores Pesquisadores da UFMA. Esperamos com este estudo contribuir para o conhecimento e divulgação das formas de comunicação científica utilizadas por esses pesquisadores.

METODOLOGIA

Para desenvolver este estudo foram realizadas quatro etapas: 1) pesquisa bibliográfica; 2) aplicação de questionários junto aos docentes pesquisadores que não fazem parte do universo da pesquisa, para a realização de um pré-teste; 3) aplicação do instrumento de coleta de dados, o questionário, destinado aos docentes que integram o universo da pesquisa; 4) análise e tabulação dos dados coletados.

O universo da pesquisa é compreendido por um Departamento de cada Centro de Ensino da UFMA. A seleção foi feita a partir de um sorteio aleatório, ficando o universo composto por: Departamento de Biblioteconomia (DEBIB), representando o Centro de Ciências Sociais, com 19 docentes; Departamento de Psicologia (DEPSI), representando o Centro de Ciências Humanas, com 14 docentes; Departamento de Educação Física (DEEFIS), representando o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, com 15 docentes e Departamento de Matemática (DEMAT), representando o Centro Tecnológico, com 23 docentes.

Assim, do universo de 71 professores dos 4 Departamentos representantes dos quatro Centros, obtivemos um total de 26 questionários que corresponde a 37% do universo. Consideramos que 37% é bastante representativo e se encontra no nível de confiança estabelecido. Com o universo definido, partimos então para a coleta de dados que teve início com a revisão de literatura sobre o tema que auxiliou na construção e estruturação da pesquisa.

O questionário (Anexo) utilizado na coleta de dados contém tópicos que integram 8 questões, abertas e fechadas.

RESULTADOS

Esta etapa da pesquisa segue a linha diretriz do instrumento questionário que arrola cinco itens relacionados à identificação do respondente, formação, atividades docentes e produção científica.

Identificação

O primeiro aspecto analisado corresponde ao sexo dos docentes. Nos DEBIB e DEPSI encontramos um número superior de docentes do sexo feminino em relação ao masculino, o que não se comprova nos DEMAT e DEEFIS. Esse fato pode estar relacionado aos preconceitos existentes em relação às áreas. Ao estudar o sistema de recompensa na ciência, as especificidades e condicionantes em algumas áreas do conhecimento, Ozozco (1998, p.155-158) assegura que a condição de gênero que caracteriza as mulheres é, de fato, utilizada como uma desigualdade sexual, ou seja, em áreas de estudo masculino esse fato é mais evidente, uma vez que muitos homens consideram a mulher incapaz de crescer profissionalmente no mesmo espaço que eles ocupam. A autora acrescenta ainda que em áreas de domínio feminino, como é o caso das Ciências Humanas e Sociais (a

exemplo da Biblioteconomia), esta prática também é evidente.

Grande parte dos docentes que integram a amostra desse trabalho, ingressaram na UFMA na década de 90. O destaque ficou para o DEBIB, com 9 professores admitidos nesse período (Figura 1).

Percebemos que há um grande número de professores contratados mais recentemente, 19, na década de 90, e 4 no início dos anos 2000, em relação às décadas de 70 (1 professor) e 80 (2 professores). Tal fato pode estar

relacionado à data de criação da Universidade Federal do Maranhão (TÁJRA, 1985), quando a maioria do corpo docente formado nos anos 70, já em fase de aposentadoria (25 e 30 anos de serviço) propiciou, na década de 90, a renovação do quadro profissional.

Situação funcional

A Resolução n. 1053/91 CD que trata da progressão vertical por titulação, determina que o professor com título de mestre, ao ingressar

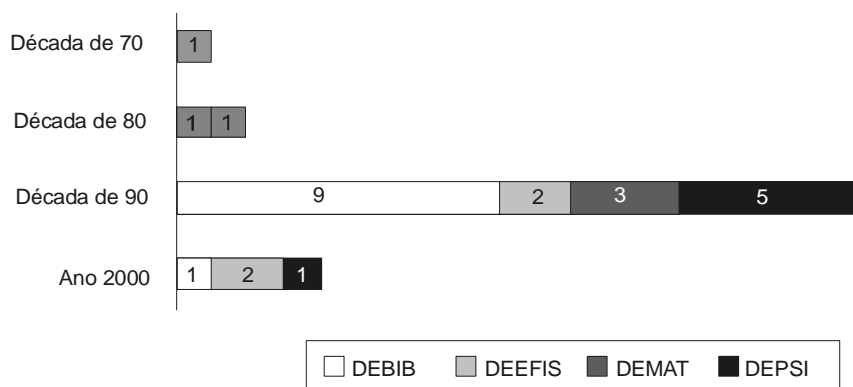


Figura 1. Distribuição dos docentes por período de admissão na UFMA.



Figura 2. Distribuição dos docentes por situação funcional.

no quadro docente da UFMA, automaticamente ingresse na categoria de Professor Assistente. O docente com título de especialista seja ingresse na categoria de Professor Auxiliar e o docente doutor, passe a integrar a categoria de Professor Adjunto. Há casos em que o tempo de serviço também influencia na categoria docente, é o caso da progressão vertical por tempo de serviço (Figura 2).

De acordo com o nosso estudo, a UFMA dispõe de um número considerável de professores titulados, haja vista que na categoria de Professor Assistente os 16 representantes têm título de mestre, e na categoria Adjunto, dos 4 representantes, 3 são doutores.

Formação

Em relação à formação acadêmica, verificamos nesta pesquisa (Figura 3), que o nível de formação dos docentes da UFMA é considerável.

Atividades Docentes

De acordo com nosso estudo, verificamos que dos 26 docentes que fazem parte da amostra, 69,23% trabalham 40h semanais em regime de dedicação exclusiva, e dedicam pelo menos 20h para as atividades de pesquisa. Essa quantidade

diminui nos docentes que trabalham 40h semanais sem regime de dedicação exclusiva, 30,77% (8), que dedicam à pesquisa, menos de 10h semanais. O restante (3,85%), não trabalha com pesquisa.

Isto demonstra que, quanto maior for o tempo dispensado pelo docente para o cumprimento de suas atividades acadêmicas, maior será a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência na instituição e, conseqüentemente, poderá haver aumento na produção científica.

A quantidade de disciplinas lecionadas, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, é muito variada, o que não nos permite fazer uma aferição detalhada. Situações como participação de professores em cursos de pós-graduação, a exemplo de Mestrado e Doutorado, fazem com que as horas em sala de aula sejam reduzidas por um determinado período de tempo.

De acordo com esta pesquisa, percebemos que os 26 docentes integrantes da amostra dedicam horas diferenciadas às atividades administrativas, de ensino, pesquisa, e extensão (Figura 4).

As atividades de ensino e administrativas dispõem de um maior número de horas semanais de cada docente. Nelas há a ocorrência dos 26 docentes pesquisados (100%). Nas atividades de pesquisa e extensão isso não ocorre, talvez devido às dificuldades existentes para desen-

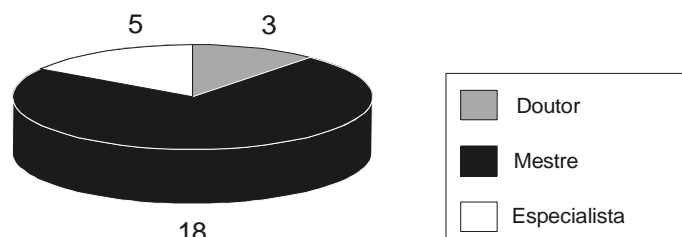


Figura 3. Qualificação dos docentes da UFMA.

volvê-las, uma vez que requerem financiamentos internos ou externos.

Produção Científica

Produção científica é considerada por Castro (1992, p.23) como “[...] o resultado da atividade científica produzido num determinado espaço de tempo ou por pesquisador”. Em uma

universidade, a produção científica pode ser vista como toda a literatura resultante de pesquisa, produzida na instituição, por aqueles que trabalham em prol do seu desenvolvimento, sejam eles alunos, professores, técnico-administrativos etc.

A produção científica dos docentes da UFMA neste trabalho foi classificada de acordo com o formato (Figura 5):

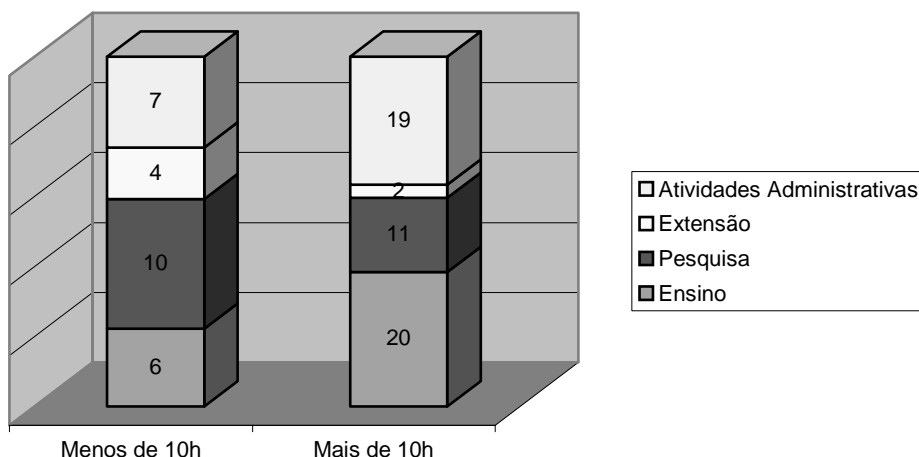


Figura 4. Distribuição dos docentes por atividade.

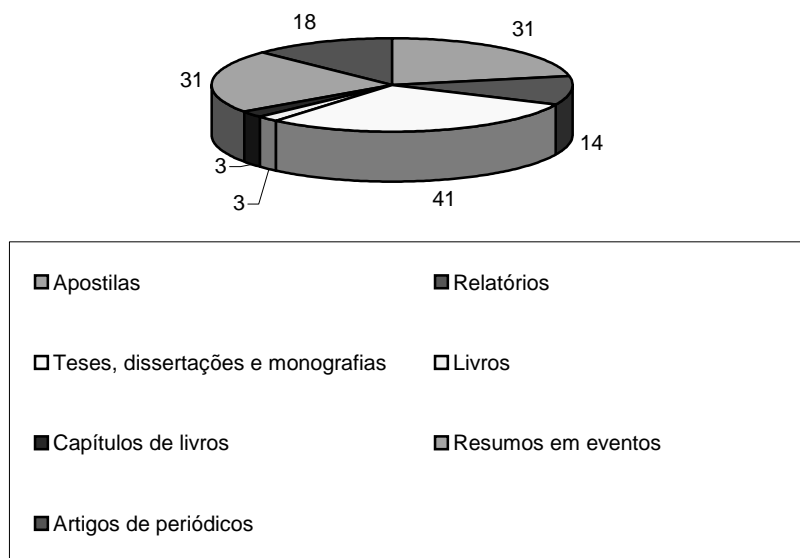


Figura 5. Produtividade dos docentes da UFMA, segundo o tipo de publicação.

a) Apostilas: materiais didáticos produzidos pelos professores para possibilitar aos alunos uma melhor compreensão das aulas ministradas por eles;

b) Relatórios técnicos: de acordo com Campello (2000, p.105), são documentos que descrevem os resultados ou andamento de pesquisas para serem submetidos à apreciação;

c) Teses, dissertações e monografias de conclusão de curso: documentos que representam os resultados de estudos oriundos de atividades de graduação e pós-graduação (CAMPELLO, 2000; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2001).

d) Artigos de periódicos: instrumento que possibilita uma comunicação rápida e precisa a respeito de uma experiência ou observação específica (MUELLER, 2000, p.73-74).

Dos 141 documentos produzidos nos últimos quatro anos pelos docentes da UFMA, o destaque ficou para as teses, dissertações e monografias com 41 documentos (29%) o que vem a comprovar mais uma vez a crescente qualificação dos professores dessa instituição nesse período. Resumos em eventos e apostilas totalizam cada um 31 trabalhos (22%). O somatório da produção científica restante totaliza 38 documentos (27%).

Targino e Caldeira (1998), analisando a produção científica da Universidade Federal do Piauí, citam que a publicação de um documento tanto individual quanto em colaboração contribui de certo modo para percebermos as estruturas de geração de conhecimento e as formas pelas quais o documento foi organizado hierarquicamente. Eles pontuam ainda que, embora tenha havido um aumento de trabalhos publicados em colaboração, os trabalhos de autoria única ainda detêm a maior porcentagem.

Na pesquisa de Pecegueiro (2001), a respeito das temáticas dos artigos brasileiros na área da Ciência da Informação na década de 90, observamos que os artigos analisados também apresentam autoria individual mais numerosa que a múltipla.

Também constatamos nessa pesquisa que é elevado o tipo de autoria individual 101 (71,6%) em relação a autoria coletiva, somente 40 (28,4%).

Com base nos dados coletados, podemos constatar que os professores que apresentaram um nível de qualificação de especialização (5), tiveram um número menor de publicações, e os que têm mestrado (113) e doutorado (23), produziram em maior quantidade. Isso nos leva a entender que, quanto maior for o nível de

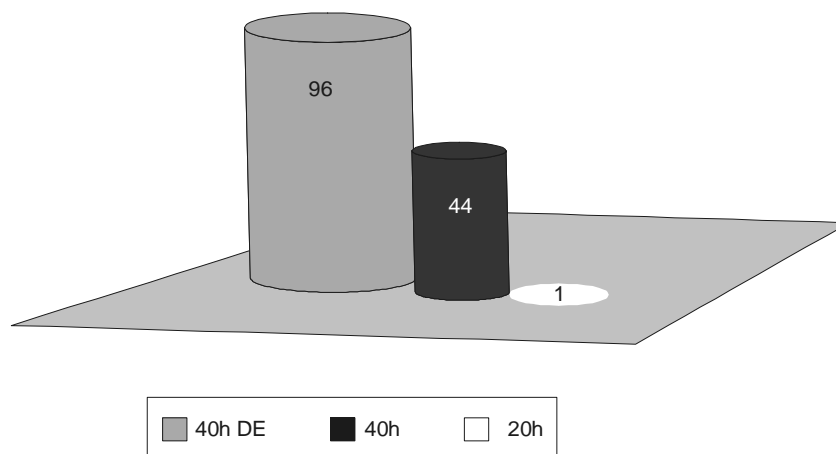


Figura 6. Produtividade dos docentes por regime de trabalho.

formação, maior será a quantidade de publicações. Podemos comprovar esse fato nos estudos de Maciel (1982), quando afirmam que a produção científica é maior, à medida que os títulos são mais elevados.

A produtividade dos docentes está diretamente relacionada ao número de horas dedicado à UFMA. Dos 141 documentos produzidos, 96 são daqueles que trabalham 40hDE. Os docentes de 40h semanais produziram 44 trabalhos. Somente 1 trabalho foi produzido pelos professores que dedicam 20h semanais à UFMA (Figura 6).

Com base nos dados da Figura 6, podemos dizer que quanto maior for o tempo dedicado pelo docente à universidade, maior será a sua produção científica, pois a grande parte das publicações aqui apresentadas ficou com os docentes que trabalham 40h semanais com dedicação exclusiva a UFMA.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos concluímos que:

a) ainda persistem certos preconceitos relacionados com o exercício de certas profissões por pessoas de determinado sexo;

b) a renovação do quadro de docentes da UFMA na década de 90 relaciona-se fortemente com a data de formação da universidade e aposentadoria dos professores;

c) grande número de professores Assistentes e Adjuntos é justificado pelo fato de ser elevado o número de docentes com doutorado e mestrado;

d) o regime de 40h contribui para o aumento da produção científica dos docentes;

e) o tempo destinado às atividades administrativas é bastante elevado se comparado às atividades fins da universidade sendo a extensão a menos aquinhoadas;

f) a produção dos docentes da UFMA atingiu uma média de 5,42 trabalhos por autor sendo que a maioria destes constitui-se sobretudo de monografias, dissertações e teses.

Os resultados obtidos não esgotaram as possibilidades a respeito da comunicação científica dos docentes da UFMA, mas mostram que a informação científica tem um valor maior do que podemos imaginar. Os levantamentos realizados, baseados em dados quantitativos, não explicam as causas dos fenômenos apresentados, limitando-se à sua proposta inicial de identificar as formas de comunicação científica via canais formais utilizados pelos docentes da UFMA no período de 1998 a 2001.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2001.

CAMPELLO, B.S. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, B.S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J.M. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2000. p.121-128.

CASTRO, M.H. *Produção científica dos docentes da Escola Superior de Agricultura de Lavras: análise*

quantitativa. 1992. 169f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1992.

KURAMOTO, H.; CAFÉ, L.; SENA, N.K. *Open archives: uma alternativa para a comunicação científica*. Disponível em: <<http://www.ibict.br/arquivos/abertos/enancib.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2002.

MACIEL, A.C. *A informação científica: sua disseminação, interação informal e seus efeitos*

nos participantes de uma reunião anual de cientistas sociais brasileiros. 1982. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MEADOWS, A.J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268p.

MUELLER, S.P.M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B.S.; CENDÓN, B.V. KREMER, J.M. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2000. p.21-34.

OZOZCO, E.M. *Sistema de recompensa na ciência: especificidades e condicionantes em algumas áreas do conhecimento*. 1998. 210f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PECEGUEIRO, C.M.P.A. *Temáticas dos artigos de periódicos brasileiros na área da Ciência da*

Informação na década de 90. 2001. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

TÁJRA, L.M.C. *Primeiro ciclo de estudos básicos da Universidade Federal do Maranhão: contribuições para reflexão*. São Luís: EDUFMA, 1985. 108p.

TARGINO, M.G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v.10, n.2. 2000. Disponível em: <<http://www.informacaoe.sociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 15 mar. 2002.

TARGINO, M.G.; CALDEIRA, P.T. Análise da produção científica em uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Piauí. *Ciência da Informação*, Brasília, v.17, n.1, p.15-25, 1998.

ZIMAN, J. *O homem e a ciência: conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 163p. Cap. 4: Educação para a ciência.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS DOCENTES

I - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

- 1.1 Sexo: Masculino Feminino
- 1.2 Departamento: _____
- 1.3 Admitido pela UFMA em: _____
- 1.4 Situação funcional:
- Prof. Assistente Prof. Adjunto Prof. Auxiliar

II - FORMAÇÃO

- 2.1 Formação Acadêmica (indicar apenas a última)
- Graduação – Curso/Área: _____
Instituição: _____
- Especialização – Curso/Área: _____
Instituição: _____
- Especialização – Curso/Área: _____
Instituição: _____
- Mestrado – Curso/Área: _____
Instituição: _____
- Doutorado – Curso/Área: _____
Instituição: _____

III - ATIVIDADES DOCENTES

- 3.1 Regime de trabalho
- 20h 40h 40h DE
- 3.2 Disciplinas lecionadas nos últimos 4 Anos
- Graduação. Quantas? _____
- Pós-graduação. Quantas? _____
- 3.3 De acordo com sua carga horária semanal, como é feita a distribuição do seu tempo para:
- Ensino: _____ horas
- Pesquisa: _____ horas
- Extensão: _____ horas
- Atividades Administrativas: _____ horas

IV - PRODUÇÃO CIENTÍFICA

4.1 MARCAR COM UM X OS DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS E QUANTIFICÁ-LOS CONSIDERANDO O TIPO DE AUTORIA

() **Apostila.**

_____ Produzidas individualmente

_____ Produzidas em colaboração

() **Relatórios técnicos científicos.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração

() **Teses.**

_____ Produzidas individualmente

_____ Produzidas em colaboração

() **Dissertação.**

_____ Produzidas individualmente

_____ Produzidas em colaboração

() **Monografias.**

_____ Produzidas individualmente

_____ Produzidas em colaboração

() **Livros.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração

() **Capítulos de livros.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração

() **Resumos em eventos nacionais.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração

() **Resumos em eventos internacionais.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração

() **Artigos em periódicos científicos.**

_____ Produzidos individualmente

_____ Produzidos em colaboração



Estudio de la producción profesional en
Bibliotecología en la Argentina:
análisis de dominio de la revista Referencias

*Professional production on Library
Studies in Argentina: Referencias - analysis
of this journal's domain*

Gustavo LIBERATORE¹
Marcela CORINGRATO²
Adrián AMERIO³

RESUMEN

Mediante el levantamiento de las publicaciones existentes en campo de la bibliotecología y la documentación, se intenta establecer cuáles han sido las contribuciones de los distintos actores de la disciplina en la Argentina, especialmente en el área de la organización y tratamiento de la información. Utilizando como fuente de datos para el análisis la revista Referencias, editada por la Asociación de Bibliotecarios Graduados de la República Argentina, se ha efectuado un análisis de dominio mediante la aplicación de técnicas bibliométricas y el estudio del comportamiento de variables cuantificables. Se exponen en este trabajo los resultados de la primera etapa del estudio.

Palabras clave: bibliotecología, documentación, producción profesional.

¹ Departamento Documentación. Univ. Nac. de Mar del Plata. E-mail: gliberat@mdp.edu.ar

² Departamento Documentación. Univ. Nac. de Mar del Plata. E-mail: amcorin@mdp.edu.ar

³ Departamento Documentación. Univ. Nac. de Mar del Plata. E-mail: damerio@mdp.edu.ar

Recibido e aceito para publicação em 8/7/2003.

ABSTRACT

This study aims to determine the contributions made by the different professionals in Library Studies, in Argentina, especially those concerning information management, in areas such as organization and handling. The search was carried on in the existing publications in the field of librarianship and documentation, using as data source for the analysis the journal REFERENCIAS, published by the Graduate Librarians Association of the Republica Argentina. A domain analysis of such data was made, applying bibliometric techniques and the behavior study of the quantifiable variables.. This paper publishes the results of the first stage of the research.

Key words: Librarianship, documentation, Referencias, professional production.

INTRODUCCIÓN

El presente estudio se inscribe dentro del proyecto de investigación «Enseñanza del Tratamiento Temático de la Información en los cursos de Biblioteconomía del Mercosur: análisis y perspectivas de un core curriculum a la luz de los avances teóricos del área de la Organización del Conocimiento», integrado por investigadores de Brasil, Uruguay, Argentina y España.

Como objetivo principal se propone analizar la situación de los cursos de Biblioteconomía en cuanto a los contenidos suministrados en el área y también el de estudiar las posibilidades de armonización curricular considerándose los avances teóricos ocurridos en la última década.

Dentro de las líneas de actuación, surgió la inquietud de analizar el tratamiento que ha sufrido la temática dentro de las producciones nacionales, a nivel académico y profesional. En este sentido, y particularmente en Argentina, el estudio se orientó hacia el relevamiento de las publicaciones existentes dentro de la biblioteconomía y la documentación (ByD), con la finalidad de establecer una visión amplia que nos permita evaluar cuáles han sido las contribuciones en este campo.

Dado que no existe en nuestro país una producción importante en cuanto a publicación de obras monográficas y revistas en ByD, se ha iniciado en esta primera etapa el relevamiento

de todos los documentos generados por la Asociación de Bibliotecarios Graduados de la República Argentina (ABGRA). Esta asociación, la más antigua del país, ha mantenido desde su creación publicaciones de carácter profesional y concentra una gran cantidad de contribuciones canalizadas a través de las actas de los congresos nacionales que celebró desde 1963. Es por tanto una de las mayores fuentes de información en ByD existente en Argentina.

Este trabajo presenta un avance de esta investigación a través de un análisis de dominio (WHITE Y McCAIN, 1997) de la última publicación periódica de ABGRA, la revista Referencias. Esta metodología permite establecer una visión clara de un campo temático a través del análisis integral de su bibliografía específica a partir de la aplicación de técnicas bibliométricas. Sobre esta base, se pretende descubrir la estructura intelectual sobre la que descansa la producción en el campo profesional en nuestro país, ya que la publicación analizada es la única importante con este perfil.

Existen estudios similares a nivel internacional realizados sobre literatura de la especialidad (WHITE Y McCAIN, 1998) y solamente dos en revistas de ByD latinoamericanas (MOYA Y HERRERO, 2000 y 2001).

Si bien el concepto de análisis de dominio se basa principalmente en la aplicación de

técnicas de análisis multivariante, en este caso se han utilizado indicadores bibliométricos que permitan tener un panorama lo más cercano posible a la realidad, especialmente en lo relacionado al área del tratamiento y organización del conocimiento.

Lo presentado aquí constituye solamente un avance, ya que el objetivo mayor es relevar las actas de todos los congresos nacionales de bibliotecarios realizados por ABGRA, tarea que se encuentra en la etapa de relevamiento y almacenamiento de datos.

Material y Métodos

La fuente de datos utilizada en este análisis ha sido la revista Referencias, sobre la totalidad de los números editados. La misma es una publicación cuatrimestral de la Asociación de Bibliotecarios Graduados de la República Argentina, orientada a la actualización y divulgación profesional. Posee un comité evaluador integrado por profesionales de Brasil, Cuba, Estado Unidos, México, Puerto Rico, Uruguay y Argentina y, hasta el momento, no es indizada por ninguna base de datos internacional.

El universo de estudio está conformado por los números editados entre los años 1994 (vol.1, nº1) y 2002 (vol.7, nº1).

Para el registro y procesamiento de la información se diseñó una base de datos ad-hoc utilizando el programa Procite en su versión 5. La base se estructuró con 11 campos donde se volcaron artículos, reseñas, entrevistas, comunicaciones, informes, incluyendo un campo de citas y otro de indización. Finalizada la carga se obtuvieron 87 registros.

Como programa auxiliar para el análisis de los datos se utilizó *Excel*, con el que se realizaron tabulación, cálculo y gráficos.

Sobre el total de documentos resultantes se analizaron los siguientes aspectos basados en indicadores y en otras variables cuantificables:

- Índice de co-autoría.
- Vida media.
- Índice de Price.
- Análisis de citas.
- Análisis de autoría por filiación.
- Análisis de autoría por nacionalidad.
- Productividad
- Contenido temático de los artículos.
- Tipos de documentos.

Resultados y Discusión

Autoría

Dentro del campo de la autoría se aplicaron los indicadores de productividad, coautoría, filiación institucional y procedencia.

Uno de los elementos de análisis más interesantes que arrojó este nivel fue el relativo a la filiación de los autores. La misma se clasificó en: a) autores provenientes del campo universitario; b) autores provenientes del campo de las bibliotecas; c) autores provenientes del campo de las asociaciones de profesionales; y d) otros, englobando aquí a las instituciones ajenas al campo de la Bibliotecología, instituciones educativas y de investigación, organismos gubernamentales y no gubernamentales y autores personales sin filiación alguna.

Se comprobó que las contribuciones al campo profesional (Figura 1) provienen en mayor medida del sector universitario (35%), seguida por el sector de las bibliotecas (26%) y en último lugar por asociaciones profesionales (23%). Esto puede explicarse en alguna medida por la ausencia de publicaciones de índole científica o académica, por lo que docentes e investigadores vuelcan su producción en revistas de este perfil.

En cuanto al índice de coautoría calculado, 1,3 autores por artículo, se pudo establecer, a partir de la comparación con otros

estudios realizados en revistas españolas de ByD (1,7) y la revista Investigación Bibliotecológica mexicana (1,5), que es sensiblemente inferior.

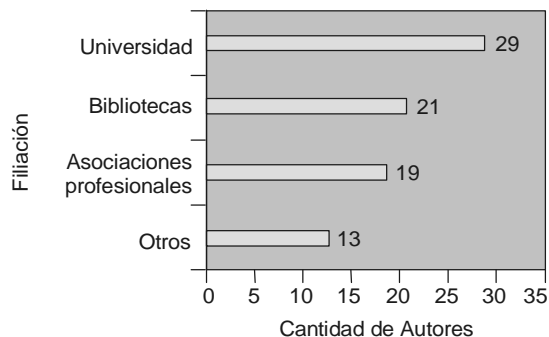


Figura 1. Las contribuciones al campo profesional.

En lo relativo a la nacionalidad (procedencia) de los autores, el análisis arrojó que el 65% son argentinos, mientras que el resto se reparte casi proporcionalmente entre otros países (Tabla 1). Resulta llamativo la poca presencia de autores latinoamericanos, especialmente aquellos ligados a los países del Mercosur.

Tabla 1. Procedencia de los autores.

Nacionalidad	Cant. Autores
Argentina	53
España	5
Estados Unidos	5
Chile	3
Cuba	3
Mexico	3
Francia	2
Uruguay	2
Alemania	1
Australia	1
Colombia	1
Inglaterra	1
Peru	1

En la productividad pudo comprobarse que la mayor cantidad de contribuciones

proviene de autores institucionales como la propia ABGRA con 11 contribuciones, e IFLA con 4 (Tabla 2).

Tabla 2. Las contribuciones institucionales.

Autores	Cant. Artículos
ABGRA	11
IFLA	4
Caño, Eduardo del	3
Penna, Carlos Victor	3
Peruchena, Ana Maria	3
Rodriguez, Claudia	3
Cornish, Graham	2
Currás, Emilia	2
Delgado, Carlos	2
Ferroni, Beatriz	2

Citación

En el análisis de las citas se contó con la ventaja de tener en la base de datos ad-hoc todas las fuentes referenciadas por los autores en el dominio estudiado. Esto permitió aislar cada uno de los datos necesarios para el objetivo de este trabajo.

El estudio de las fuentes citadas fue el primer paso en este terreno, relevándose en primera instancia a qué tipología respondían y qué distribución presentaban (Figura 2).

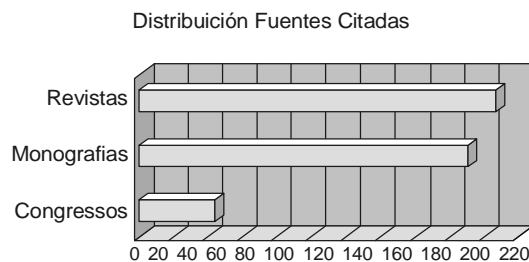


Figura 2. Las fuentes citadas.

Como puede apreciarse en la gráfica, existe casi una paridad en la citación tanto de revistas como de obras monográficas (47% y

43%, respectivamente) y en mucha menor proporción ponencias de congresos (10%). El porcentaje de monografías referenciadas observadas es el dato más importante a tener en cuenta, y sólo es comparable al presentado por la revista Investigación Bibliotecológica (47,81%), mientras que en las revistas españolas en ByD (36%) y las revistas ISI-SSCI (33%) este porcentaje es notoriamente más bajo. En este sentido podemos concluir que, como nuestra disciplina se inscribe dentro de las ciencias sociales, es aceptable la existencia de un porcentaje relativamente alto en las referencias a fuentes monográficas.

En segundo lugar se tomó el grupo de revistas referenciadas y se discriminaron los títulos citados para poder realizar una evaluación mas detallada (Figura 3).

De acuerdo a lo observado en la gráfica este es un caso que rompe con lo que comúnmente sucede en este tipo de revistas, esto es, que la propia publicación analizada aparezca entre las más citadas. Más aún, la revista Referencia fue citada una sola vez.

El otro dato contrastable es la preeminencia de revistas de origen anglosajón frente a revistas españolas y latinoamericanas. Solamente *Ciência da Informação* y Ciencias de la Información del ámbito latinoamericano aparecen dentro de las más citadas, y Anales de Documentación es la única española dentro del grupo y con muy poca cantidad de referencias. En un extracto se muestra el conjunto de revistas latinoamericanas según el orden de citación (Tabela 3).

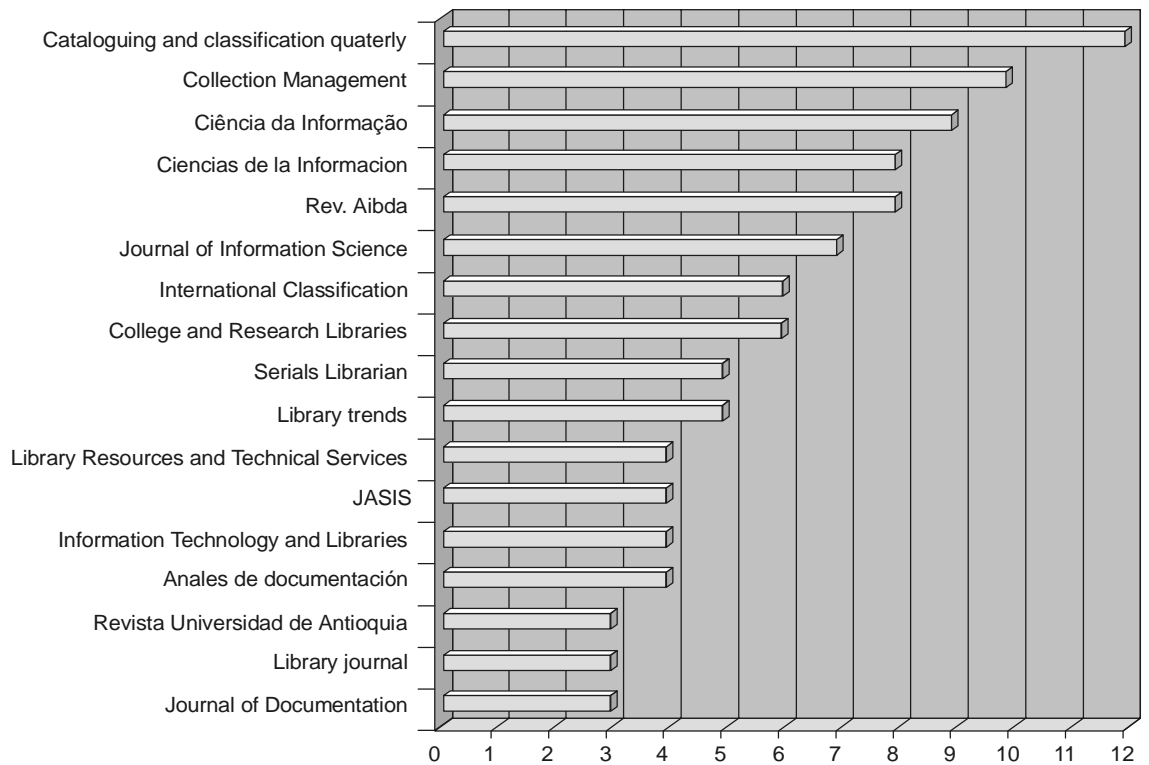


Figura 3. Revistas citadas.

Tabela 3. Conjunto de revistas latinoamericanas más citadas.

Revistas Latinoamericanas	Citas
Ciência da Informação	9
Ciencias de la información	8
Revista Universidad de Antioquia	3
El libro en américa latina y el caribe	2
Investigación bibliotecológica	2
Libros de México	2
Perspectivas en Ciencias de la Información	2
Transinformação	2
Documentación e información agrícola	1
Documentos	1
Referencias	1
Revista interamericana de bibliotecología	1

En cuanto a los autores citados, el análisis refleja que el 34% proviene de la región iberoamericana, mientras que el 66% restante pertenece a otros países. Este dato contrasta con la nacionalidad de los autores de los artículos. Así tenemos que el 86% de los autores (65% argentinos) son de origen iberoamericano y referencian sus conocimientos sobre un 66% de citas cuyos autores no pertenecen a la región (en su mayoría anglosajones).

Por último, se realizó un análisis sobre la obsolescencia de la bibliografía citada a través de los métodos del cálculo de vida media e índice de Price.

El primer cálculo arrojó como resultado que la vida media de los documentos citados es de 9,8 años, mientras que el índice de Price revela que dentro de esos años se encuentra el 55% de las referencias.

Se pudo comprobar, referenciando este dato con otros estudios similares en revistas de ByD, que la vida media calculada se encuentra dentro del rango existente a nivel internacional (6 a 12 años) (MOYA; HERRERO SOLANA, 2001).

Temática

Para el análisis del contenido de los registros almacenados se realizó una indización

exhaustiva por extracción de palabras clave, utilizando el texto completo de los artículos. Se tuvo especial cuidado en extraer nociones lo menos ambiguas posibles, recurriendo a la contextualización de cada uno de los términos seleccionados.

En la segunda fase de este punto se generaron las categorías o grupos temáticos a partir de los cuales se sistematizó el índice resultante de los tópicos indizados. Para ello se recurrió a las áreas temáticas ya establecidas en el Mercosur aunque con algunas modificaciones ya que, en algunos casos, resultaban muy genéricas, impidiendo una discriminación de conceptos que permitiera reflejar con fidelidad la riqueza semántica de cada documento. Uno de los grupos que claramente se diferenció del resto fue el relacionado a las actividades específicamente profesionales, y esto debía quedar claramente reflejado.

En función de esta caracterización, los grupos temáticos quedaron definidos de la siguiente manera:

Para el análisis del contenido de los registros almacenados se realizó una indización exhaustiva por extracción de palabras clave, utilizando el texto completo de los artículos. Se tuvo especial cuidado en extraer nociones lo menos ambiguas posibles, recurriendo a la contextualización de cada uno de los términos seleccionados.

En la segunda fase de este punto se generaron las categorías o grupos temáticos a partir de los cuales se sistematizó el índice resultante de los tópicos indizados. Para ello se recurrió a las áreas temáticas ya establecidas en el Mercosur aunque con algunas modificaciones ya que, en algunos casos, resultaban muy genéricas, impidiendo una discriminación de conceptos que permitiera reflejar con fidelidad la riqueza semántica de cada documento. Uno de los grupos que claramente se diferenció del resto fue el relacionado a las actividades específicamente profesionales, y esto debía quedar claramente reflejado.

En función de esta caracterización, los grupos temáticos quedaron definidos de la siguiente manera:

- Gestión
- Industria de la Información
- Organización y Tratamiento de la Información
- Profesión y Bibliotecas
- Recursos y Servicios
- Tecnologías de la Información
- Teórico-Methodológico

Fueron excluidas del análisis aquellas nociones pertenecientes a otros campos de conocimiento, ya que el objetivo no era mostrar los cruces interdisciplinarios existentes, sino aquellos conceptos abordados por la ByD.

Una vez agrupadas las palabras clave se utilizó la técnica de frecuencia de aparición de cada una de ellas para determinar la proporcionalidad que cada grupo temático mostraría en la comparación final (Figura 4).

Como era esperable, los extremos que se muestran en la gráfica siguen cierta lógica, teniendo en cuenta el carácter de la revista. Por un lado, se evidencia un predominio de los temas relacionados con la actuación profesional y las

instituciones bibliotecarias (45%) y, por otro, la casi nula presencia de artículos que aborden cuestiones teórico-conceptuales de la ByD (5%), más patrimonio del ámbito académico y científico.

En segundo lugar en importancia de tratamiento figuran los grupos relativos a los recursos y servicios y tecnologías de la información (15% y 14%, respectivamente).

El área de mayor interés en este estudio, organización y tratamiento de la información, aparece con un 9% del total. Si bien son pocas las conclusiones a sacar sobre este porcentaje en virtud de la falta de más elementos de análisis, sí podemos afirmar que constituye uno de los grupos de menor interés por parte del ámbito profesional. El otro dato contrastante es el aportado por la gráfica de los títulos de revistas citadas (Figura 3), donde podemos observar que la publicación *Cataloguing and Clasification Quaterly*, cuyos contenidos están orientados específicamente al área en cuestión, figura como la más referenciada. Este hecho puede explicarse a partir de las características de los artículos indizados. En el caso de los que citaban a la revista mencionada, se trataban de

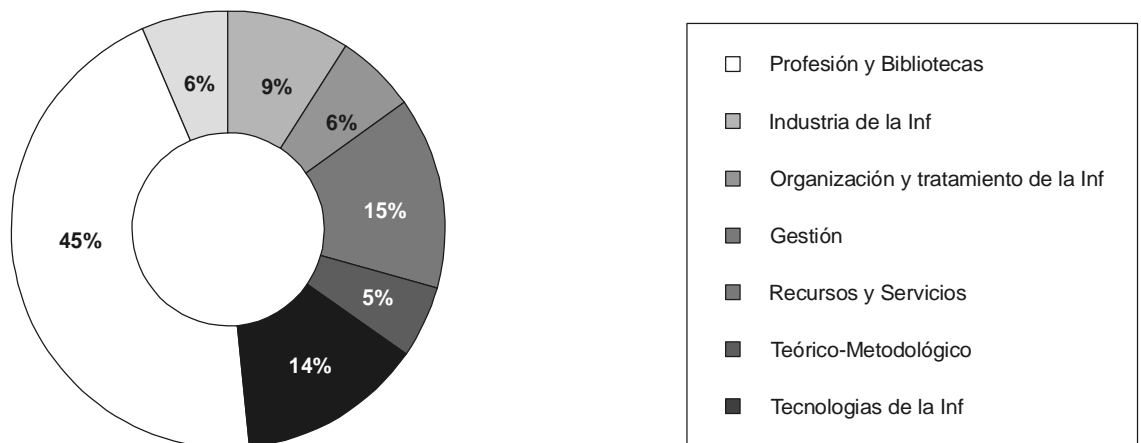


Figura 4. Distribución porcentual por grupos temáticos del contenido de los artículos.

documentos con abordajes teóricos y firmados por autores provenientes del ámbito académico, mucho más propensos al uso abundante de citas.

Le siguen en la distribución los grupos de gestión e industria de la información con el 6%.

Un análisis ulterior hecho sobre la subdivisión del grupo de organización y tratamiento, muestra claramente cuáles son los tópicos que con más frecuencia aparecen en los artículos (Figura 5)

Como puede apreciarse, el tema “acceso a la información” es el que más veces se menciona en los artículos, aunque hemos de hacer sobre él algunas aclaraciones. Tal como aparece resulta en verdad una frase muy ambigua. Las veces en que este sintagma fue incluido dentro del grupo organización y tratamiento se refería a cuestiones relativas a manejo de interfaces, generación de estrategias de búsqueda, interacción usuario-sistema y creación de puntos de acceso a una colección.

En un segundo grupo detrás del anterior aparecen tres nociones bien diferenciadas en cuanto a su cobertura: análisis documental

(genérico), catalogación y búsqueda y recuperación (específicas).

En orden decreciente, se ubican la clasificación, los lenguajes documentales y la indización.

CONCLUSIONES

Los resultados expuestos anteriormente trazan un panorama bastante completo y claro de la revista Referencias. Al tratarse de la publicación de la Asociación de Bibliotecarios de la Argentina, se convierte en la revista de mayor alcance y difusión dentro del ámbito profesional en materia de divulgación y/o actualización. Debemos añadir, además, que es la única existente en el país con estas características. Esta consideración refuerza la importancia de este relevamiento, por representativo y abarcador.

En cuanto a los datos obtenidos a partir de los indicadores aplicados, se pone de manifiesto que esta publicación presenta un panorama un tanto ecléctico, en términos de estructura de los artículos, formas de citación y

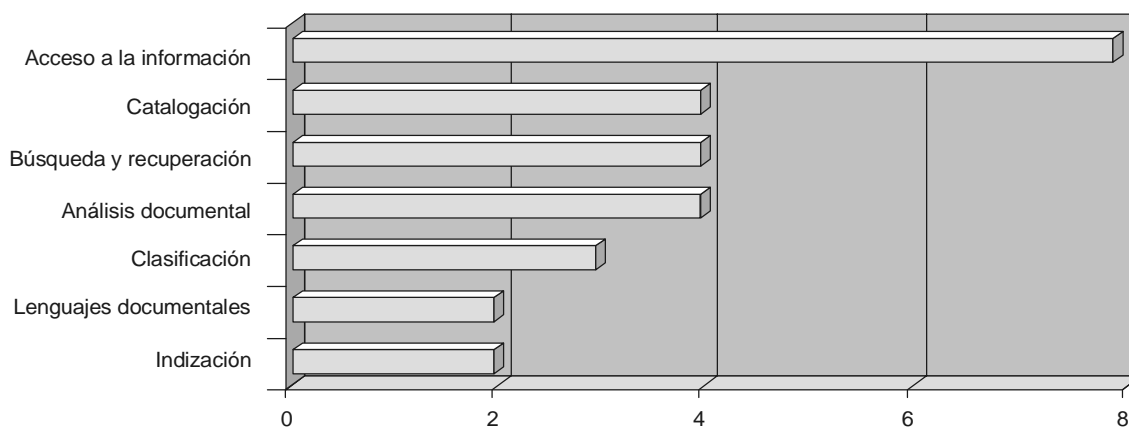


Figura 5. Frecuencia de aparición de los temas del grupo organización y tratamiento de la información.

temáticas desarrolladas. La falta de consistencia en estos aspectos da la idea de que se trata de una revista no consolidada, al menos lo que se entiende por una publicación profesional. Las temáticas abordadas, más allá de haberlas clasificado en grandes grupos, nos responden en muchos casos a los parámetros esperables de una publicación con este perfil, verificándose una notable desigualdad en la profundidad, cobertura y actualidad de las mismas.

Queda claro, sin embargo, que Referencias cumple una función muy importante en el campo profesional, pero consideramos que

sería importante elevar la calidad de la misma pues la Argentina necesita de una revista en ByD fuerte y representativa de la región.

Por último, queremos destacar que este trabajo, primera etapa de un proyecto mayor, establece una línea de investigación basada en el análisis bibliométrico de la producción bibliográfica en el campo de la ByD en la Argentina. Esto constituye un hecho inédito en el país, ya que será la primera vez que se intente reflejar cómo se estructura esta disciplina, en lo profesional y académico, a través del estudio de sus fuentes.

REFERENCIAS

GÓMEZ, F.H. La revistas latinoamericanas de Bibliotecología y Ciencias de la Información bajo el prisma de los servicios bibliográficos internacionales. *Investigación Bibliotecológica*, v.14, n.7, p.27-32, 1993.

MOYA ANEGÓN, F.; HERRERO SOLANA, V. Visibilidad internacional de la producción Iberoamericana en Bibliotecología y Documentación. In: ENCUENTRO DE EDIBCIC, 5., Granada, España. Actas... 2000.

MOYA ANEGÓN, F.; HERRERO SOLANA, V. Análisis de dominio de la revista mexicana

Investigación Bibliotecológica. *Información, Cultura y Sociedad*, n. 5, p.11-29, 2001.

SPINAK, E. Diccionario enciclopédico de bibliometría, cienciometría e informetría. Caracas: Unesco, 1996.

WHITE, H.; McCAIN, K. Visualization of literatures. *Annual Review of Information Science and Technology*, v.32, p.99-169, 1997.

WHITE, H.; McCAIN, K. Visualizing a discipline: an author co-citation analysis of information science: 1972-1995. *Journal of the American Society for Information Science*, v.49, n.4, p.327-355, 1998.



Análisis bibliométrico de la producción científica de los investigadores con proyectos aprobados por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Córdoba: 1996/1999

Bibliometric analysis of the scientific production of researchers with projects approved by the Science and Technology Office of the Universidad Nacional de Córdoba (Argentina): 1996-1999

Eugenia Bustos ARGANAÑARAZ¹

Alicia Centeno SOSA²

María Virginia RAPELA³

RESUMEN

El presente análisis tiene por objeto conocer la productividad científica de los directores y colaboradores cuyos proyectos de investigación han sido aprobados por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Córdoba, durante el período 1996-1999. Estos proyectos se utilizan como una muestra de tal productividad y la aplicación de leyes bibliométricas al análisis de la producción científica de catorce Unidades Académicas, permite identificar quiénes y dónde publican los investigadores sus trabajos. De la investigación se concluye que, en el período 1997-1998, existe un aumento no significativo de los proyectos, que la diferencia entre la participación de uno u otro sexo no es significativa, y que prevalece la autoría múltiple, siendo más frecuentes los

¹ Licenciada en Bibliotecología y Documentación, Bibliotecaria en la Biblioteca de Tribunales Federales de la Provincia de Córdoba.

² Licenciada en Bibliotecología y Documentación, Directora de la Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba.

³ Licenciada en Bibliotecología y Documentación, Directora de la Escuela de Bibliotecología, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba.

Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

trabajos de dos o tres autores. Cuanto a los autores más productivos, se corrobora que, a su mayor colaboración, corresponde una menor productividad fraccionaria. Por último, se verifica que los investigadores publican predominantemente en revistas internacionales y lo hacen en menor escala en revistas y congresos nacionales. Esto refuerza los resultados de la investigación al constatar que los investigadores de las Unidades Académicas centran su producción en revistas científicas.

Palabras clave: co-autoría, autoría múltiple, Bibliometría, documentación científica, Universidad Nacional de Córdoba, Estadística, producción científica, proyecto de investigación.

ABSTRACT

The aim of this analysis is to trace the scientific production of the directors and collaborators whose investigation projects had been approved by the Department of Science and Technology of the Universidad Nacional de Córdoba during 1996 – 1999. These projects were used as a sample of scientific productivity, and the application of bibliometric laws on the analysis of the scientific production of fourteen academic units, made it possible to identify who publishes and where the researchers publish their work. The investigation concluded that, from 1997 until 1998, there was a small increase of projects, which was not significant; the difference between the participation of authors of one or the other gender was not significant, either; the multiple authorship was predominant, and the works written by two or three authors in collaboration, were the most frequently found. Concerning the most productive authors, the research indicated that, the more significant was his/her collaboration, the less was his/her fractional productivity. Finally, it became clear that investigators mainly publish their work in international publications/ periodicals; while they do it less frequently in national periodicals and conferences. This result reinforces another conclusion of the investigation, which is that, the investigators of academic units converge their production to the scientific magazines.

Key words: co-author, multiple authors, Bibliometrics, scientific documentation, National University of Córdoba, Statistics, scientific production, project of investigation.

INTRODUCCIÓN

El presente estudio es una investigación de "análisis exploratorio de los datos, enfoque de estadística descriptiva basado en la utilización de procedimientos gráficos, semigráficos y numéricos" (FERREIRO ALÁEZ, 1993), que tiene por objeto conocer la producción científica de los investigadores con Proyectos de Investigación

aprobados por la Secretaría de Ciencia y Tecnología (en adelante SECYT) de la Universidad Nacional de Córdoba, durante el período 1996 a 1999.

A partir del análisis de los datos obtenidos, se estudian los resultados aplicando leyes Bibliométricas: Ley de Lotka, Ley de Bradford, e otros. Indicadores: productividad por

investigador, por autoría única, múltiple o colectiva, productividad por sexo (directores de los proyectos), productividad en revistas nacionales y extranjeras, productividad por instituciones o facultades, productividad por tipo de publicación: libros, revistas, artículos de publicaciones periódicas, congresos (Conferencias, jornadas, encuentros, reuniones).

MARCO TEÓRICO

...Todo estudio sobre los procesos de producción y consumo de información en el ámbito académico desempeñará un papel esencial en el mejoramiento de la calidad de la Institución y de la educación superior en general (ARTILES VISBAL Y GONZÁLEZ GARCÍA, 1997).

El momento actual exige medios de orientación frente a los enormes volúmenes de información generados a través de distintos canales y soportes, y a los altos costos que supone la actualización constante de estos recursos.

Esta es la forma por la cual este tipo de instituciones se tornan visibles en los procesos de transformación, y pueden contribuir para superar la dependencia entre países y regiones de un mismo país. Los cambios que marcan transformaciones sociales, económicas y políticas hacen de este siglo la época de la ciencia.

Han cambiado muchos hábitos de publicación como tendencia a la **multidisciplinariedad** (grifo nuestro), o el **aumento de colaboraciones** (grifo nuestro), pero el crecimiento desmesurado de las publicaciones lleva a los responsables en política científica a realizar inversiones para evaluar y seleccionar semejante caudal de literatura. Mientras que la población se duplica cada 50

años, la literatura científica lo hace cada 10 años.

La Universidad Nacional de Córdoba y la producción científica

Argentina tiene un sistema de educación superior conformado por diferentes tipos de instituciones: universidades de gestión estatal y de gestión privada, institutos universitarios e institutos terciarios no universitarios.

Dentro de los objetivos primordiales que tiene la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), está la investigación. Por ello cuenta con una Secretaría (SECYT) que canaliza los proyectos de investigación de gran parte de los docentes de las distintas facultades. Estos proyectos son utilizados como una muestra de esa producción científica. A través de ella se pueden identificar quiénes, cómo, y dónde publican sus artículos.

Córdoba es la segunda provincia con mayor densidad de población universitaria. La Universidad Nacional de Córdoba concentra el 72,8% de los estudiantes, el 76,0% de los egresados y atiende aproximadamente a 108.306 alumnos. Posee una planta docente de 7.640 Profesores. La planta no docente: administrativos, técnicos y personal de maestranza cuenta con 2.670 empleados.

La UNC tiene 12 Facultades cada una con diferentes escuelas e Institutos: Ciencias Médicas, Odontología, Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, Matemáticas, Astronomía y Física, Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Filosofía y Humanidades, Psicología (creada como facultad a partir de 1999), Ciencias Económica, Instituto de Investigación y Formación en Administración Pública, Ciencias Químicas, Ciencias Agropecuarias, Derecho y Ciencias Sociales, Lenguas (creada como facultad a partir de 5 de agosto de 2000). Los Institutos que dependen del Rectorado de la UNC son: Centro de Estudios Avanzados-Observatorio Astronómico (UNIVERSIDAD..., 1999).

La Bibliometría en la producción científica

La Bibliometría es utilizada en la mayoría de las áreas científicas porque resulta el método más confiable y universal para medir la productividad del sector.

Su objetivo es analizar la actividad investigadora de científicos a nivel individual o colectivo con el seguimiento de patrones de: producción, dispersión de las publicaciones científicas y colaboración entre investigadores.

La posibilidad de contabilizar su producción, o de evaluar la actividad investigadora de una disciplina, es similar para toda la ciencia.

La Bibliometría se puede clasificar en dos grandes categorías: la Bibliometría Fundamental o teórica y la Bibliometría Aplicada o práctica.

La Bibliometría Fundamental o teórica descubre los factores causales subyacentes en los fenómenos bibliográficos, y desarrolla la teoría general de la ciencia de la información.

La Bibliometría Práctica o aplicada consiste en la codificación numérica de las características bibliográficas de la documentación y su tratamiento fundamentalmente estadístico y matemático, que hace posible la obtención de los indicadores bibliométricos necesarios para evaluar dichas características (FERREIRO ALÁEZ, 1993).

Un Indicador Bibliométrico es una variable que hace referencia a un hecho y es susceptible a alguna clase de medición (ORTIZ RIVERA, 1999).

Los indicadores bibliométricos permiten determinar el crecimiento de cualquier campo

de la ciencia, según la variación cronológica del número de trabajos que se han publicado, la productividad de autores y/o instituciones, según el número de trabajos por autor y/o institución, la colaboración entre científicos o instituciones. Todo ello mediante el número de autores o instituciones por trabajo.

Los indicadores de la actividad científica permiten visualizar el estado real de la ciencia en una comunidad universitaria, y reflejarán el número de autores (directores y colaboradores), número de proyectos, número de artículos publicados, tendencias por áreas (facultades) y visibilidad de los investigadores en las comunidades nacionales e internacionales.

Para realizar este estudio Bibliométrico se utilizan los siguientes indicadores de la actividad científica: número y distribución de las publicaciones; número total de publicaciones por instituciones (facultades) y su distribución; la productividad de los autores y/o instituciones: número de trabajos por autor o institución; la colaboración en las publicaciones: es el índice de firmas por trabajo. Es utilizado para determinar la actividad y cooperación científica entre grupos de científicos o instituciones.

Dichos indicadores poseen dos limitaciones: no dan idea de la calidad de los artículos; se ignora que existen presiones sociales y políticas que obligan a publicar para ganar *curriculum*, es por eso, que a veces, publican un mismo trabajo de distintas formas en distintas publicaciones.

Productividad de autores

La productividad de los autores se mide a través del número de publicaciones producidas por un investigador, grupo de investigación, institución o país en un período de tiempo.

Cuando se hable de autor, se hace referencia a personas, por lo tanto un autor pudo haber firmado varios trabajos o varios autores un mismo artículo.

Los estudios de productividad por autores han sido investigados por Lotka y arrojan como resultado la existencia de un pequeño grupo de personas muy productivas, al lado de un gran número que apenas publican.

Lotka formuló la ley cuadrática inversa de la productividad de los autores. Esta ley

establece que en toda comunidad de autores científicos, el número (A) aquellos que han publicado una cantidad determinada (n) de trabajos, en el curso de varios años de actividad, es decir, A(n) autores, es igual a la cantidad de los que han publicado un solo trabajo, A(1) en el mismo período de tiempo, dividida por el cuadrado de n... (FERREIRO ALÁEZ, 1993).

Lotka a través de su enunciado pretendía valorar el fenómeno de concentración/dispersión de la autoría en una ciencia, para lo cual comparaba los valores reales obtenidos con los esperados de acuerdo a su modelo matemático.

También se aplica a la productividad de los autores, la Ley de Bradford, quien los distribuye en zonas concéntricas descendentes en producción sobre una materia, a partir de un núcleo de autores muy productivos. Este método fue denominado por el autor "**Ley de dispersión de la literatura científica**" (grifo de lo autor).

Efecto Mateo

La productividad demuestra que autores, revistas, países o instituciones son más activos en la producción de una determinada literatura científica. De aquí surge el denominado efecto Mateo.

Este término fue introducido por Thomas Merton en 1968 al referirse al fenómeno del éxito como fuente generadora de más éxito. En los medios académicos

este suceso se manifiesta en el reconocimiento desproporcionadamente alto que reciben algunos individuos por su trabajo, en detrimento de la producción de sus colegas... (SPINAK, 1996).

Efecto Matilde

Tomando como referencia dicho efecto Mateo, consecuencia del carácter meritocrático de la ciencia, Margaret W. Rossiter en 1993 propone llamar Efecto Matilde (Matilda effect) a la situación mediante la cual - en muchos casos - investigadores mujeres han sido ignoradas, o no recibieron el mérito correspondiente (SPINAK, 1996).

Detección de los grupos de colaboración o Colegios invisibles

Un análisis bibliométrico también debe ocuparse de detectar cuales son los grupos de colaboración o colegios invisibles que se establecen en áreas semejantes de investigación y estudio.

El trabajo en colaboración es un indicador para detectar los colegios invisibles: grupos de profesionales unidos por líneas de trabajo, relaciones personales, institucionales, de docencia, etc. En tales grupos se ha detectado mayor índice de colaboración entre los autores más productivos, existiendo una estrecha relación entre los científicos de la red y su productividad, ocupando los autores de más alta producción las posiciones centrales del colegio.

Productividad por institución

La actividad por Institución se mide tomando como base la productividad de los

investigadores a través de los trabajos aportados en cada área, aplicando la Ley de Lotka y la Ley de Bradford.

Productividad por revistas

El análisis bibliométrico de revistas se realiza partiendo de la aplicación de la Ley de Bradford, quien distribuyó las revistas en zonas concéntricas descendentes en producción sobre una materia, a partir de un núcleo de revistas muy productivas. Este método fue denominado por el autor "**Ley de dispersión de la literatura científica**" (grifo de lo autor).

JUSTIFICACIÓN DEL TEMA

Con esta investigación se desea conocer si existe un crecimiento en la producción científica durante el período 1996/1999.

Si bien este aspecto es una preocupación permanente, no se conoce en nuestro medio una investigación sobre esta problemática.

Un trabajo con estas características será de gran utilidad, máxime si se toma en consideración que la producción científica y la transmisión del conocimiento son el eje de toda comunidad científica. Por esta razón, dicha producción científica requiere de la aplicación de técnicas cuantitativas que permitan estudiar, analizar y evaluar, a través de los resultados presentados en tablas y gráficos, el estado de la producción científica.

Por eso elegimos conocer la situación de la producción científica de los investigadores de la Universidad Nacional de Córdoba, cuyos proyectos de investigación son aprobados por SECYT. De los objetivos son: conocer la producción científica de los autores (directores y colaboradores) de la Universidad Nacional de Córdoba; analizar la evolución temporal (1996/1999) de la producción científica de la Universidad Nacional de Córdoba; conocer la

productividad de los autores (directores y colaboradores); conocer los autores más productivos; conocer el índice de productividad del autor más productivos de cada Facultad; conocer la productividad en colaboración y su índice de colaboración; conocer la producción por sexo de Directores de los Proyectos; conocer la productividad por tipología documental.

METODOLOGIA

Para realizar el análisis bibliométrico, se recurre a las siguientes fuentes de información: Directorio de Líneas de Investigación. SECYT, 1996/97; Directorio de Proyectos de Investigación. SECYT, 1998/99; Base de Datos de los Proyectos de Investigación (1996/97), contiene 2.600 registros. Y Base de Datos de los Proyectos de Investigación (1998/99), contiene 17 mil registros.

Se considera necesario señalar que el periodo analizado 1996/1999 corresponde al año académico y no al calendario.

Estos directorios constituyen un vehículo de divulgación de la producción científica de los investigadores con proyectos aprobados por la SECYT de la Universidad Nacional de Córdoba.

Procedimiento

Se comienza a trabajar con las Bases de Datos (19.600 mil registros) provistas por la SECYT, las mismas estaban realizadas en sistema *Fox-Pro* y en bases separadas. Se decide pasar la información a un sistema de Bases de Datos bibliográficos denominada ISIS, bajo entorno *Windows*: "*Winisis*", desarrollado por Unesco.

ISIS es un sistema de almacenamiento y búsqueda de información con todas las posibilidades que ofrece *Windows*, basado en menús, diseñados específicamente para el manejo computarizado de Bases de Datos no numéricas.

La normalización de la información fue una tarea imprescindible que demanda varios meses, en consecuencia se trabaja de una manera exhaustiva con 20 mil registros aproximadamente. Dicha tarea es de vital importancia para el desarrollo del trabajo.

- Se observa que los datos que componen los campos de cada registro de las bases: los nombres de los autores, los títulos de los proyectos y los artículos publicados están ingresados de diferente manera y dificultan la búsqueda correcta para la rápida captura de la información. Debido a este obstáculo, se toman criterios de normalización, aplicando las reglas de catalogación *Anglo American Cataloging Rules2* (AACR2) para organizar el material a recuperar, para poder unificar los datos y obtener en la cuantificación la información lo más fiel posible.

- Se normaliza e identifica la entrada del campo autor respetando los Nombres y Apellidos de los investigadores y colaboradores como figuraban en las Bases de datos, cualquier omisión o error corresponde a la misma Base.

- Se considera número de firmas, que tiene cada autor, al número de ocurrencias o número de veces que aparece en la Base de datos. Es decir se computa cuantas veces aparece como firmante un determinado autor.

- Se detecta que en algunas Facultades, se incorporan también en los proyectos, como colaboradores: a profesionales, ayudantes de laboratorios y alumnos, y su aporte en la producción científica se cuantifica para la obtención de datos.

- Se detecta que los equipos de trabajo por proyecto están integrados con un promedio de siete personas.

- Se observa que varios investigadores y/o colaboradores tienen trabajos duplicados por figurar en diferentes líneas de proyectos, presentando la misma producción. Dichos trabajos fueron cotejados para poder eliminar

todos los duplicados en el mismo año y en comparación con otro año, 1996 con 1997, 1997 con 1998 y 1998 con 1999.

- De los trabajos realizados en colaboración sólo se puede recuperar el primer autor y los otros no, para solucionar dicho inconveniente se utiliza entre el apellido de cada uno de ellos el símbolo apropiado a tal fin.

- Con respecto a los autores más productivos, se consideran a los que tienen más de diez firmas por trabajo realizado por cada período (1996/99), posteriormente se transfieren los datos a una tabla por Unidad Académica y de ellos se selecciona el más productivo por período estudiado y por Unidad Académica.

- En el caso de ser más de uno, con la misma cantidad de trabajos firmados, se los incluye a todos en la tabla de los autores más productivos del año correspondiente.

- Se eliminan las comillas simples y dobles, en caso tales como: los títulos de los artículos de las publicaciones periódicas, libros y capítulos de libros, posibilitando así la recuperación de éstos.

- Los títulos de las publicaciones periódicas son ingresados en algunos casos en forma abreviada, otros con siglas, otros utilizando criterios propios, para lo cual fue necesario identificar en fuentes bibliográficas: *Ulrich's International Directory Periodicals*, *Latindex* (Directorio de Publicaciones Periódicas Americanas *Online*), a los efectos de normalizar los mismos. El mismo procedimiento se adopta para la normalización de los trabajos presentados a congresos, conferencias y similares.

- En las bases de datos consultadas, se utilizan distintas versiones y actualizaciones de procesadores de textos por lo tanto, se hace necesario una revisión y corrección individual de cada registro.

- Con relación a la tipología documental, se trata de: libros, capítulos de libros, artículos

de revistas, congresos, jornadas, conferencias, resúmenes, traducciones, nacionales e internacionales.

- Se considera producción científica a todo trabajo citado por los mismos autores (directores y colaboradores) en el campo publicaciones de las Bases de Datos.

Para obtener los datos que surgen de los proyectos de investigación y que se reflejan en los documentos elaborados y puestos en circulación por los investigadores, se cargan los datos en matrices para su posterior cuantificación y se trabaja de la siguiente manera:

Cada proyecto tiene asignado un código que permite relacionar toda la información vinculada con el mismo, y se utiliza para realizar búsquedas que aportan la siguiente información: cantidad de firmas por trabajo publicado, de autores y colaboradores que corresponden a cada proyecto, cantidad de artículos en publicaciones periódicas (nacionales e internacionales), cantidad de trabajos presentados en congresos (nacionales e internacionales), cantidad de libros y de capítulos de libros y cantidad de investigadores por sexo que refleja la participación tanto del hombre como de la mujer en las distintas líneas de investigación, sólo de los proyectos.

ANÁLISIS DE DATOS

Los resultados se obtienen de los 1.205 proyectos presentados por investigadores pertenecientes a 10 facultades, 3 institutos y 1 escuela de la UNC.

Esta información se extrae de dos bases de datos con un total de 20 mil registros aproximadamente.

Se transfieren los datos ya cuantificados en las tablas numéricas para obtener los resultados sobre:

- Productividad de autores y/o colaboradores por Facultad:

Distribución de autores según números de firmas;

Distribución de autores por zonas (áreas de Bradford);

Grado de cumplimiento de la Ley de Lotka;

Autores más productivos por Institución;

- Productividad fraccionaria:

Índice de productividad;

Colaboración;

Índice de colaboración;

Colegios invisibles;

- Productividad por Facultad o Institución:

Distribución por Institución por número de firmas/trabajos aportados;

Distribución por Institución por zonas según número de firmas/trabajos aportados (áreas de Bradford);

Distribución por Institución por número de artículos aportados;

Distribución por Institución por zonas según número de artículos/trabajos aportados (áreas de Bradford).

- Productividad por revistas (nacionales e internacionales):

Distribución por revistas según número de artículos;

Distribución de revistas por zonas (áreas de Bradford);

Revistas más productivas de cada Facultad;

Productividad por tipología documental (Gráficos en Anexo).

CONCLUSIONES GENERALES

De la presente línea de investigación, no se conocen antecedentes en Córdoba, es la primera que se realiza sobre Bibliometría de la Producción Científica de la UNC. Por esta razón el reto fue mayor, y las dificultades encontradas fueron resueltas corroborando cada caso.

Se trabaja con un total de 1.205 proyectos de investigación de los períodos 1996/1999 pertenecientes a las distintas Unidades Académicas de la UNC.

Se concluye que, en el período 1997/98, existe un reducido aumento de los proyectos que no es representativo, que la diferencia entre la participación de uno y otro sexo no es significativa.

En Ciencias Sociales se constata la tendencia de autoría única.

En Ciencia y Tecnología prevalece la autoría múltiple, siendo los trabajos de dos o tres autores los más frecuentes. Se justifica esta tendencia, por la interdisciplinariedad de los trabajos analizados, verificando que la proximidad entre los investigadores favorece, refuerza y torna natural la formación de grupos de investigadores en la propia institución.

Entre los autores más productivos, se corrobora además que cuanto mayor es su colaboración, menor es su productividad

fraccionaria. Así mismo, se verifica que los investigadores publican predominantemente en revistas internacionales, mientras que en revistas y congresos nacionales lo hacen en menor escala. Esto se manifiesta en los resultados de la investigación al verificar que los investigadores de las Unidades Académicas centran su producción en revistas científicas.

En cuanto a las cantidades que alcanzan la producción científica, de los trabajos que se generan a partir de estos proyectos, se produce un considerable aumento en once Unidades Académicas, un leve aumento en dos y una marcada disminución en una de ellas.

Se detecta que los equipos de investigación están conformados por grupos de cuatro a catorce personas, con un promedio de 7 colaboradores por equipos.

Se constata un vínculo de los profesores de la Universidad Nacional de Córdoba con los de otras Unidades Académicas Nacionales e Internacionales.

REFERENCIAS

ARTILES VISBAL, S.Y.; GONZÁLEZ GARCÍA, F. La biblioteca universitaria como factor de cambio en las instituciones de educación superior: el caso de la universidad de Camaguey en Cuba. *Ciencias de la Información*, v.28, n.1, p.11-15, 1997.

FERREIRO ALAEZ, L. *Bibliometría: análisis bivalente*. Madrid: EYPASA, 1993.

ORTIZ RIVERA, L.A. *Estudios sobre producción y consumo de información: consideraciones en el*

ámbito científico y académico. Madrid: [s.n.], 1999, p.1-17.

SPINAK, E. *Diccionario enciclopédico de bibliometría, cienciometría e informetría*. Caracas: UNESCO, 1996. 245p.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. Secretaría de Asuntos Académicos. Departamento de Estadística. *Anuario Estadístico 1999*. Córdoba: UNC, 1999. 99p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALCAIN, M.D.; SAN MILLAN, J. Uso y tendencias de las técnicas bibliométricas en ciencias sociales y humanas a nivel internacional. *Revista Española de Documentación Científica*, v.16, n.1, p.30-41, 1993.

CAJARAVILLE, M.C. Acerca de la producción científica en Antropología Social: artículos y autorías en publicaciones periódicas argentinas: 1983-95. *Referencias*, v.4, n.2, p.55-62, 1999.

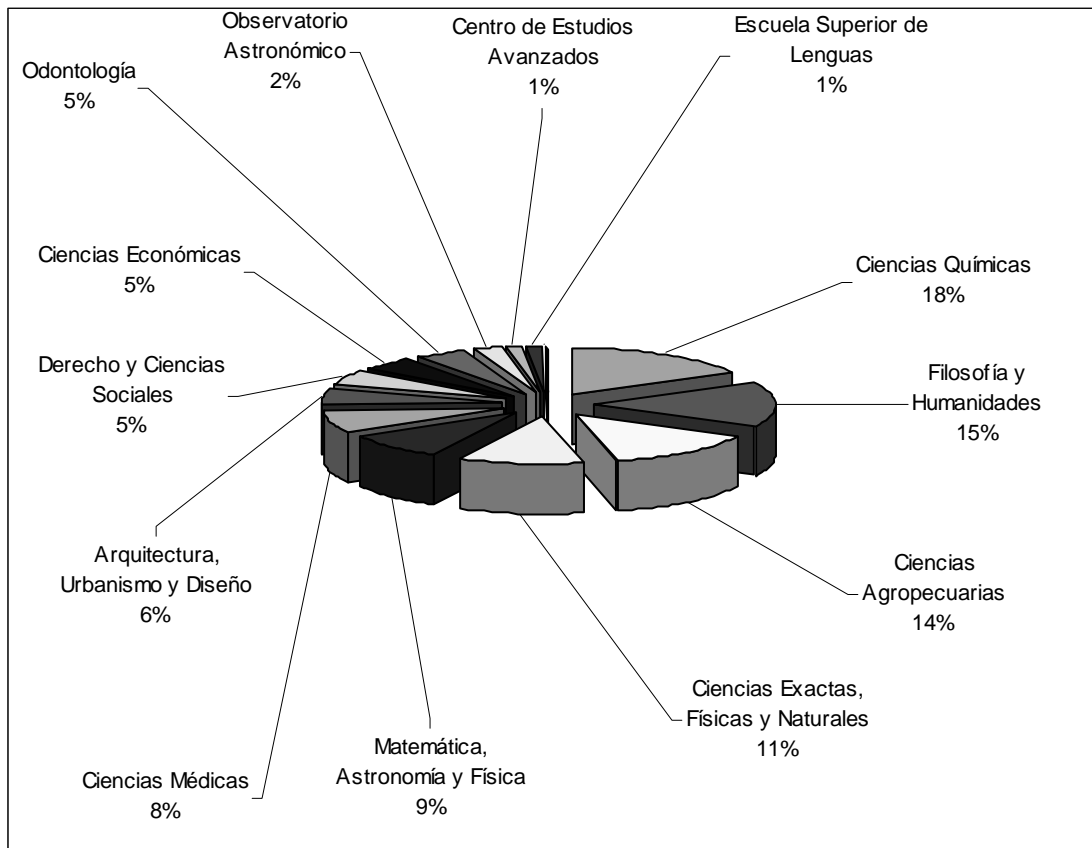
- CARRASCAL, L.M. *La referencia bibliográfica como "medida de utilidad científica"*. 18p. Disponible: <<http://www.mncn.csic.es>>. Consulta: 1 jul. 1999.
- CARRASCAL, L.M.; DIAZ, M. *Utilidad científica y difusión internacional de Ardeola: un análisis bibliométrico*. 29p. Disponible: <http://www.teleline.es/personal/jasinski/ardeola/html>>. Consulta: 23 jun. 1999.
- CARSEN, T.M. Los métodos cuantitativos en Bibliotecología y Documentación como herramienta de apoyo a la investigación científica. *In: REUNIÓN NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS*, 1., 1991, [s.l.]. *Anais...* 22 p.
- DE LA CUEVA, A.; ALMERO, A.; OSCA, J. Análisis de las publicaciones españolas sobre documentación e información médica. *Revista Española de Documentación Científica*, v.17, n.2, p.155-163, 1994.
- FERNANDES DE LIMA, M.; VIEIRA VILELA, M.; MACHADO L. DE MENDONCA, O.; MOREIRA, S.R.G. Produção científica: tipologia e autoria de publicações de docentes da PUC-Campinas: 1990-1994. *Transinformação*, Campinas, v.10, n.1, p.120-131, 1998.
- GARCIA DIAZ, I.; SOTOLONGO AGUILAR, G. La mediación de la ciencia y sus cuestionamientos. *Reencuentro: Análisis de Problemas Universitarios*, n.21, p.29-38, 1998.
- GORBEA-PORTAL, S.R. Principios teóricos y metodológicos de los estudios métricos de la información. *Investigación Bibliotecológica*, v.8, n.17, p.23-32, 1994.
- GORBEA-PORTAL, S.R. *El modelo matemático de Bradford: su aplicación a las revistas latinoamericanas de las ciencias bibliotecológicas y de la información*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1996. 152p.
- JIMENEZ CONTRERAS, E.; DE DIEGO CARMONA, M.L.; FERRIERO ALAEZ, L. Evaluación bibliométrica de revistas científico-técnicas españolas basadas en el recuento y análisis de referencias bibliográficas: aspectos teóricos y prácticos. *Revista Española de Documentación Científica*, v.10, n.3, p.275-296, 1987.
- LICEA de ARENAS, J.; VALLES, J.; MORALES, V. Indicadores de calidad de las revistas científicas. *Ciencias de la Información*, v.30, n.1, p.3-14, 1999.
- MORALES-MOREJON, M.; BAEZ-CARDENAS, L. Criterios para evaluar el desempeño de los científicos: tema para un debate. *Ciencias de la Información*, v.30, n.3, p.29-42, 1999.
- POMPEO De CAMARGO, M.V. Coletânea do Ital: autoria em artigos de revisão e científicos: 1980/1989. *Transinformação*, Campinas, v.10, n.1, p.106-119, 1998.
- RED IBEROAMERICANA DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Disponible: <<http://www.unq.edu.ar/ricyt.htm>>. Consulta: 2 ago.1999.
- RUBIO LINIERS, M.C. *Bibliometría y ciencias sociales*. Disponible: <<http://clio.rediris.es/articulos/Bibliometría.htm>>. Consulta: 17 jun. 1999.
- SANCHO, R. Indicadores bibliométricos utilizados en la evaluación de la Ciencia y la Tecnología: revisión bibliográfica. *Revista Española de Documentación Científica*, v.13, n.3-4, p.842-865, 1990.

ANEXOS

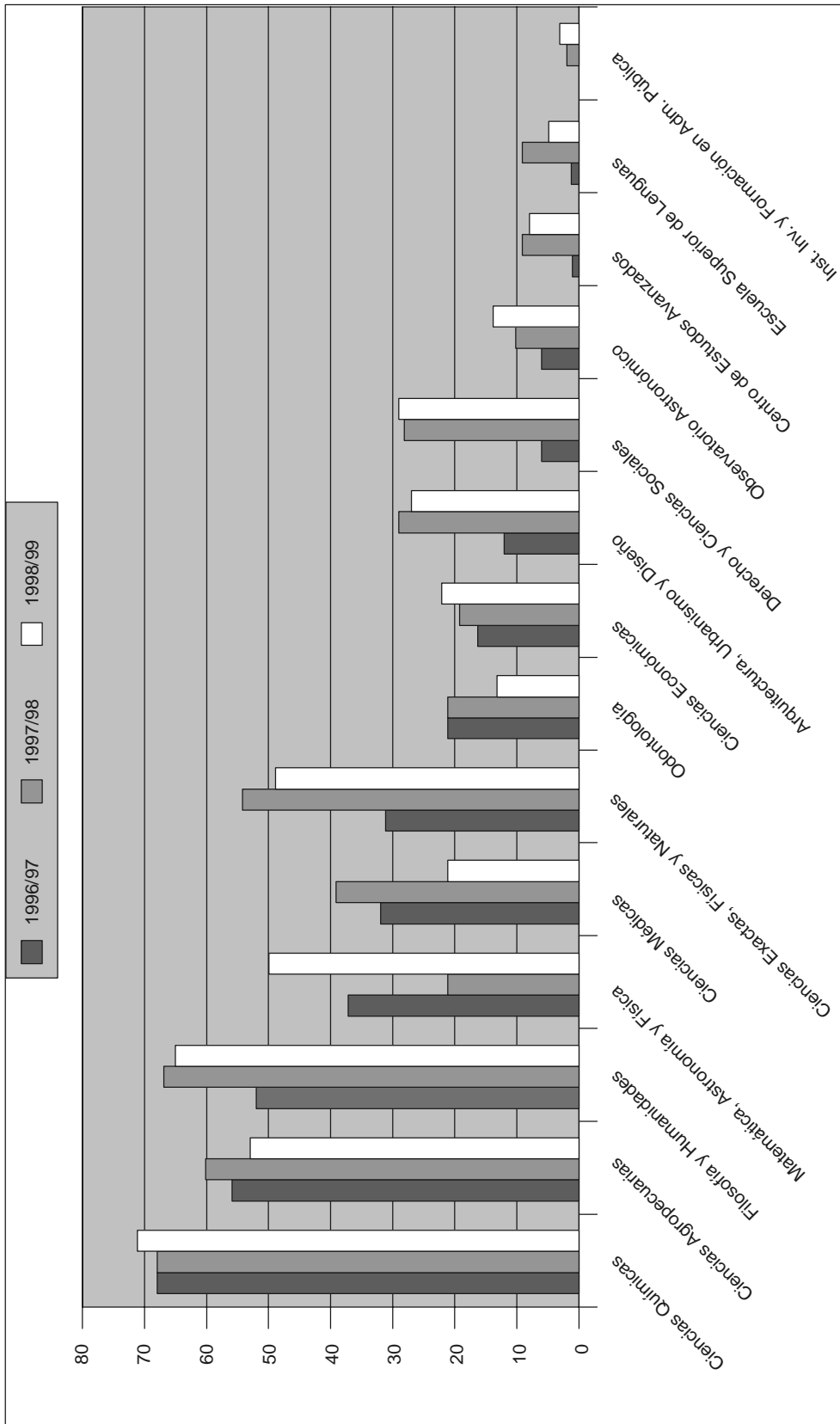
UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA - CUADRO GENERAL DE DATOS

	Período 1996/97	Período 1997/98	Período 1998/99	Totales
Proyectos	339	436	430	1.205
Género (F)	144	189	180	513
Género (M)	195	247	250	692
Autores	1.853	2.488	2.996	7.337
Firmas/Trabajos	5.879	7.633	11.110	24.622
Colaboradores	1.514	2.052	2.562	6.128
Revistas	708	623	901	2.232
Artículos	1.540	1.012	1.921	4.473

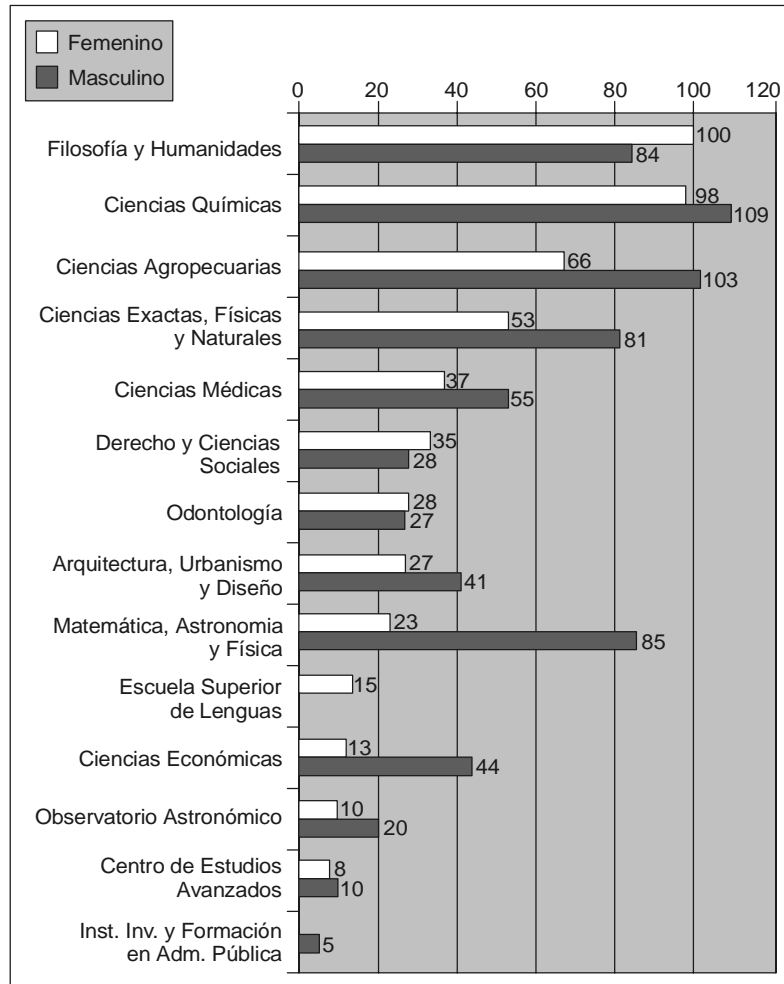
PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN APROBADOS POR LA SECYT 1996/1999 DISTRIBUCIÓN POR INSTITUCIÓN



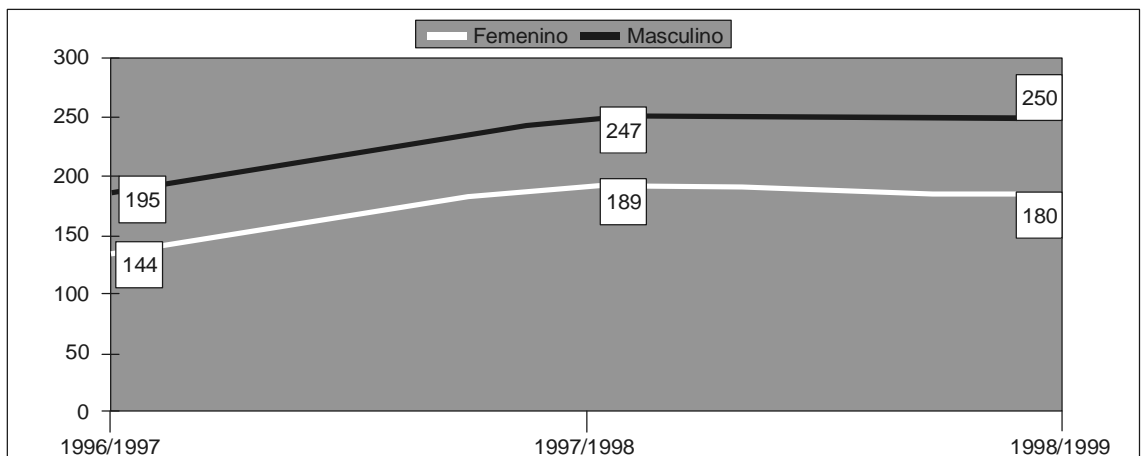
PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN APROBADOS POR LA SECYT 1996/1999
 DISTRIBUCIÓN POR INSTITUCIÓN EVOLUCIÓN TEMPORAL - 1996/1999



DIRECTORES DE LOS PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN
DISTRIBUCIÓN POR GENERO: FEMENINO Y MASCULINO 1996/1998



DIRECTORES DE LOS PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN
DISTRIBUCIÓN POR GENERO: FEMENINO Y MASCULINO 1996/1998
EVOLUCIÓN TEMPORAL





Investigación de fuentes de información jurídica en materia de discriminación

Research into legal information sources concerning discrimination

Alicia S. CAP¹

RESUMEN

El objetivo del proyecto fue elaborar estrategias de búsqueda eficaces, con el objeto de seleccionar citas para la composición de una bibliografía referente a la discriminación en el ámbito laboral a personas afectadas de SIDA. Se analizaron los términos de indización utilizados y la estructura de las fuentes de información, tanto impresas cuanto electrónicas, de uso más frecuente en el ámbito jurídico de la Argentina. Mediante el estudio comparativo del tratamiento que cada fuente da al tema, respecto a estructuración y términos de indización, se llegó a una hipótesis de trabajo para efectuar búsquedas específicas en materia de doctrina, legislación y jurisprudencia. En conclusión, se comprueba la efectividad de analizar la nomenclatura jurídica de los diferentes repertorios, con el fin de ajustar las estrategias de búsqueda a dichos términos y obtenerse el mayor grado de pertinencia de la información requerida, en el menor tiempo de recuperación.

Palabras claves: fuentes de información, nomenclatura jurídica, indización, SIDA discriminación laboral, doctrina, jurisprudencia, legislación, bibliografía, Argentina.

¹ Graduada de la Carrera de Bibliotecario Documentalista de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata. Estudiante de la Licenciatura y el Profesorado en la misma disciplina. Adscripta a la Cátedra de Catalogación I del Departamento de Bibliotecología. Colaboradora en carácter de auxiliar en Proyecto de investigación sobre "Control de autoridades en catálogos en línea", dirigido por la Prof. Ana María Martínez, Profesora Titular de Clasificación I.

Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

ABSTRACT

This project's objective was to elaborate effective searching strategies, so as to select adequate citations to form a bibliography on discrimination of AIDS-affected people in the workplace. This paper presents the results of an analysis of the indexation terms and the structure of the information sources, both, printed and electronic, mostly used within the legal system in Argentina. The process involved a comparative analysis of each source's treatment of the referred subject, regarding structure and indexation terms. The results allowed some working hypotheses that led to specific searches regarding doctrine, legislation and jurisprudence. The effectiveness of analyzing the legal nomenclature of the different repertoires, in order to adjust the searching strategies to such terms, was confirmed by the study's results. It made possible to retrieve, in the shortest amount of time, the most pertinent information on the required subject.

Key words: AIDS, indexation, information sources, legal nomenclature, discrimination in the workplace, doctrine, jurisprudence, legislation, Argentina.

INTRODUCCIÓN

En vista de la complejidad que las fuentes jurídicas presentan ante el requerimiento de información específica sobre un tema determinado, es fundamental el conocimiento de la estructura que cada una de ellas ofrece para poder elaborar estrategias de búsqueda eficaces, cuyos principales objetivos estarán encauzados a obtener el mayor grado de pertinencia de la información solicitada, en el menor tiempo de recuperación posible, se trate tanto de fuentes en soporte impreso como electrónico.

Dicha complejidad está dada por características particulares que presenta la información jurídica, a saber:

- Información de tipo acumulativo, en continuo crecimiento.
- Diversidad de la tipología de la documentación que la contiene: documentos primarios, secundarios y terciarios, cada uno de los cuales presenta en sí mismo una estructura particular y, a su vez, una estructura relacional entre ellos.
- Carácter interdisciplinario de la información: Esta característica de la información se refleja en la documentación jurídica que la

contiene, orientada al logro de los siguientes fines:

- Transmitir nuevos conocimientos de naturaleza científica (Doctrina)
- Constituirse en elementos probatorios de los actos de la Administración Pública (Jurisprudencia)
- Reflejar el accionar de carácter oficial (Legislación).

La información de estos distintos tipos de documentación jurídica no se comporta en forma independiente una de otra sino que, por el contrario, se encuentra estrechamente relacionada entre sí. Así por ejemplo la jurisprudencia no puede prescindir para su elaboración ni de la doctrina ni de la legislación ya que ambas constituyen las bases primordiales de su fundamentación. Por su lado la doctrina no sólo cumple la función de sustentar a la Jurisprudencia, sino que por su carácter analítico e interpretativo sobre el sentido y razones de la legislación vigente, actúa también como fuente generadora de futuras normas, sobre aspectos jurídicos vacíos de estos contenidos.

- Especificidad de la información jurídica: no obstante su carácter relacional e interdisciplinario, cada temática del ámbito

jurídico es unívoca y específica de un caso en particular.

- Carácter público de la información jurídica: el acceso a este tipo de información no es privativo de usuarios específicos del área jurídica ya que constituye un derecho extensivo a la sociedad en su conjunto.

Estos enunciados constituyen la base conceptual tomada como punto de partida para el desarrollo de esta investigación de *Fuentes Jurídicas en materia de Discriminación*. Los objetivos que persigue, junto con el alcance del tema, marco legal y estructura del producto final logrado, serán tratados a continuación.

El propósito final del presente trabajo es la *elaboración de una Bibliografía* que reúna en forma ordenada citas de los distintos tipos de documentos jurídicos *en materia de discriminación*.

Por motivos lógicos, el tema así planteado en forma tan general excedería los límites propuestos, tanto desde el punto de vista de la extensión del trabajo como de una optimización en la organización de la documentación obtenida, por lo cual se buscó ajustarlo, a partir de la generalidad, a una definición y delimitación lo más precisa posible, reduciéndolo a uno de sus aspectos.

Para el logro del objetivo final se emplearon varias estrategias las cuales no serán objeto de un análisis exhaustivo sino de una breve descripción que sea útil para que el lector pueda interpretar el criterio adoptado en el desarrollo y concreción del producto final de este trabajo, a saber:

- Conocer la estructura de las fuentes de información jurídica en soporte impreso y electrónico, es decir, la forma en que se encuentra organizada la información jurídica en materia de discriminación en cada una de ellas y las relaciones establecidas entre los distintos tipos de documentos que contienen (leyes, fallos, doctrina). El medio para lograr este objetivo es

el análisis comparativo de la efectividad en la organización de los siguientes elementos: Fuentes impresas: Nomenclatura jurídica; Remisiones (por ejemplo, de una voz a otra); Puntos de acceso; Índices; Referencias contenidas en los distintos documentos jurídicos. Fuentes electrónicas: Puntos de acceso; Términos de indización; Grado de actualización de la información; Tipo de información (referencial, resúmenes, a texto completo).

- Definir a partir de este análisis las diferencias existentes entre las distintas fuentes y cuáles son las que presentan un mayor grado de pertinencia de los términos jurídicos y una organización clara de la información, que tienda a simplificar el acceso a ella en forma dinámica. Los medios para alcanzar este fin son la experimentación a través de búsquedas sobre el tema, partiendo de los términos jurídicos (o "voces") específicos que lo identifican y la observación de los resultados de las mismas en cuanto a pertinencia y tiempo efectivo de recuperación ya que estos factores son fundamentales en el momento en que se está frente a la exigencia de un usuario.

- Seleccionar los documentos jurídicos en materia de legislación, jurisprudencia y doctrina que se ajusten al alcance que se ha pretendido dar al tema de discriminación, de aquellas fuentes consideradas más efectivas y relevantes como producto de las conclusiones extraídas del análisis, experimentación y observación de los resultados obtenidos de las búsquedas efectuadas.

- Confeccionar las citas bibliográficas correspondientes a los documentos seleccionados que conformarán la bibliografía, otorgándoles un ordenamiento de tipo jerárquico.

Cabe aclarar que esta bibliografía no tendrá un carácter exhaustivo respecto al tema escogido sino que simplemente constituirá una reducida muestra del resultado obtenido como producto del desarrollo de la investigación realizada. La variedad y complejidad de las

fuentes jurídicas requieren para su conocimiento en profundidad de una práctica intensiva, que no sólo consiste en comprender la estructura de las mismas sino también en adquirir cierta familiarización con la terminología jurídica, lo que no es posible lograr en breve lapso por lo cual, el objetivo de conocer dichas fuentes se ha fijado sólo como medio para llegar al propósito final.

Alcance del tema

El tema general escogido para el desarrollo de esta investigación es la discriminación en la República Argentina.

Presentada así, esta disciplina tiene dentro del marco legal de nuestro país una gama de manifestaciones muy amplia -raza, religión, nacionalidad, sexo, edad, opinión política o gremial, ideología, condición social, posición económica, caracteres físicos- y otras tantas que no son más que derivaciones y/o combinaciones de las mencionadas anteriormente pero que no están enunciadas en forma precisa dentro de la legislación vigente sobre discriminación, por lo cual se debe buscar la normativa correspondiente dentro de la cual se encuadran.

Por el carácter amplio que presenta el tema y por la inexistencia de una legislación taxativa referente a sus distintos aspectos, fue necesario delimitar su alcance a un campo bien definido para lo cual se partió de un análisis del concepto de discriminación, como así también del tratamiento normativo existente al respecto, con el fin de entrar en contexto.

En este sentido, desde un punto de vista socio-jurídico, la discriminación es considerada como el producto resultante de los modos en que los individuos que integran la sociedad interactúan, dentro de un marco de referencia constituido por el conjunto de normas sociales y jurídicas que rigen sus acciones, promoviéndolas hacia conductas positivas o negativas (FUCITO, 1993).

Las normas sociales (o informales) no se establecen legalmente sino que devienen del sistema cultural de la sociedad (usos, hábitos, costumbres, tradiciones), compartidas y respetadas por los miembros que la integran. En otros términos, son reglas generales comunes a la mayoría, transmitidas de generación en generación.

Las normas jurídicas (o formales) son consideradas como hechos sociales (FUCITO, 1993) entendidos dentro del contexto normativo de una cultura, en el que se le atribuyen significado y se le establecen las funciones que cumplen. A diferencia de las normas sociales, son creadas, promulgadas, sancionadas, interpretadas y aplicadas por organizaciones de la Administración Pública que actúan en función de intereses y necesidades condicionadas por el momento histórico-político reinante y las circunstancias de tiempo y de lugar (GERLERO, 1995).

Esto confiere a las normas jurídicas un carácter mutable y, por ende, temporal y la posibilidad de convertirse tanto en instrumento de control social del Estado como en agente de cambio social, lo que estará íntimamente vinculado a la estrategia y forma en que la Administración Pública emplee la normativa jurídica para resolver los fenómenos sociales problemáticos (GERLERO, 1995).

Pero es necesario señalar que, por la naturaleza dinámica que caracteriza a toda sociedad, los componentes que la conforman no se comportan de manera inflexible dentro de ese marco normativo social y jurídico descripto, como si fuera tan solo un esquema. Ella constituye un sistema en el que coexisten numerosos subsistemas algunos de los cuales están representados por agrupamientos sociales o individuos con diferentes pautas culturales y de comportamiento respecto a la generalidad, que definen modelos propios de conducta, los cuales pueden contraponerse parcial o totalmente al sistema de normas comunes al resto de la

sociedad y que, si bien no influyen sobre los demás, establecen una *diferencia* que genera rechazo y marginación de estos últimos, *los demás*, hacia dichos individuos o agrupamientos sociales y que se traduce en *actos discriminatorios*.

El Derecho cumple un rol esencial en el tratamiento de los actos discriminatorios ya que constituye el conjunto de normas sancionadas por el Estado, según un procedimiento determinado y considerado válido en un territorio (GERLERO, 1995).

De acuerdo a la estrategia que la Administración Pública siga a partir de la normativa jurídica vigente, ésta resultará efectiva si trata de armonizar y compatibilizar los distintos intereses y necesidades sociales hacia conductas no discriminatorias (positivas), solucionando de esta manera fenómenos sociales problemáticos (GERLERO, 1995).

No obstante puede ocurrir también que la normativa jurídica empleada por la Administración Pública no sea efectiva, provocando un agravamiento del fenómeno social problemático y generando ella misma conductas discriminatorias (negativas) (GERLERO, 1995).

No es objeto de este trabajo tomar como referentes ambos casos sino sólo aquel en el que la Administración Pública utiliza dicha normativa como instrumento no discriminatorio, haciendo respetar el derecho a ser "*diferente*" que poseen aquellas personas o grupos sociales cuyo comportamiento no se identifica con las reglas generales de la mayoría, sin que ello implique una influencia sobre ella.

Ejemplos de estos grupos sociales "*diferentes*" en la actualidad lo constituyen, entre otros, el de los homosexuales y, muy vinculados con ellos y otros grupos minoritarios, aquellos

que son estigmatizados, perseguidos y discriminados por padecer SIDA.

Indagando dentro de cada una de las manifestaciones en que la discriminación se presenta dentro de la sociedad, los actos discriminatorios hacia los enfermos de SIDA despierta un particular interés en primer lugar porque la enfermedad ha dejado de circunscribirse a los grupos homosexuales, registrándose un marcado incremento de víctimas dentro de la comunidad heterosexual, o sea en personas que no necesariamente tienen conductas o normas sociales diferentes a las de la mayoría pero que, sin embargo, por el solo hecho de padecer SIDA pasan a constituir un nuevo grupo marginado y rechazado por *los demás*.

Por otro lado, si bien no existen pruebas de transmisión del VIH mediante otras formas de contacto que las conocidas (relaciones sexuales, productos sanguíneos infectados, material contaminado, de madre a hijo durante el embarazo o después del parto), el impacto psicológico, social y económico sobre la persona infectada y su entorno inmediato, como así también en la sociedad, es de una gran envergadura, generando lo que la Organización Mundial de la Salud (OMS)² ha dado en llamar *la tercera epidemia*, caracterizada por la persecución y discriminación de los infectados por el VIH en todos los ámbitos en los que se desenvuelve su vida de relación (laboral, cultural, social).

Estas conductas discriminatorias originadas como reacción de defensa de la sociedad ante la epidemia del SIDA y cuya consecuencia directa es evitar el contacto con personas infectadas por el VIH generando su segregación, no responden a prejuicios sociales como en los casos referentes a raza, religión, sexo, ideología, etc. sino que son en definitiva

² Según la OMS existen tres epidemias que representan, cada una, fases de la invasión de la comunidad por el virus del SIDA. La primera es la epidemia del contagio silencioso, a menudo desconocido; la segunda después de un plazo de varios años, es la epidemia de la enfermedad del SIDA y la tercera, la descripta precedentemente (COMISIÓN..., 1988 p. 38)

producto de un profundo desconocimiento relativo a la génesis, características y peculiaridades de la enfermedad, potenciado por el temor al contagio, y afectan un derecho personalísimo básico de todo individuo: la igualdad.

Al avanzar en la investigación sobre este aspecto específico de la discriminación, se descubre que la segregación y el despojo del derecho a la dignidad humana en los enfermos de SIDA encuentran su manifestación más despiadada dentro del ámbito laboral al que pertenecen, a través de despidos injustificados a los que son sometidos, una vez confirmada la infección por el virus o la condición de ser portadores sanos del VIH.

Los conflictos generados por la segregación laboral de los seropositivos son una muestra cabal de cómo reacciona la comunidad frente al SIDA que se ha convertido, no solo en una fuente de marginación social, sino en un medio de destrucción de la coexistencia de los distintos grupos que conforman la sociedad (POSE, 1997b).

En verdad, los enfermos de SIDA son considerados en la actualidad un "grupo de riesgo laboral" y se los discrimina porque se teme su presencia como fuente de contagio en la empresa, razón por la cual se los desplaza de su puesto de trabajo y/o se rechaza toda posibilidad de contratación de su persona (POSE, 1997b). Esto refleja una fuente de perjuicio mucho más grave que la existente respecto a las conductas discriminatorias por razones de raza, sexo, etc., porque los despidos se producen en forma sutil sin invocar una causa o invocando otra distinta a la que realmente originó la medida, que se oculta por ser discriminatoria.

Pero el riesgo de discriminación en materia de empleo en el caso de los enfermos de SIDA encierra en sí mismo un doble aspecto negativo, ya que se produce en los dos extremos de la relación laboral por cuanto, como ya se dijo, es tan difícil para los seropositivos obtener

empleo, como fácil que se prescinda de sus servicios por razones injustificadas.

De todo lo expuesto hasta aquí se concluye que la Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA, como así también en portadores sanos del VIH, afecta varios derechos fundamentales de toda persona tales como el derecho al trabajo, a la no discriminación y a la salud, cuya manifestación más evidente es el despido injustificado y algunas otras formas que éste adopta en determinadas circunstancias, como el retiro obligatorio de trabajadores afectados por la enfermedad o sospechados de estarlo.

La dificultad en la búsqueda de información sobre el tema de discriminación dentro del marco de referencia señalado precedentemente, discriminación laboral vinculada a discriminación por enfermedad, exige un desafío interesante ya que se debe indagar dentro de ambos campos, como así también dentro de su manifestación directa, el despido injustificado.

El mencionado desafío está basado fundamentalmente en la elaboración de estrategias de búsqueda correctas a partir de la utilización de términos jurídicos pertinentes a los principios que son afectados por estas conductas discriminatorias (igualdad ante la ley, garantías y derechos constitucionales, etc.) y a sus manifestaciones (por ejemplo, daños y perjuicios, daño moral, despido, etc.), ya que no es posible acceder a la información sobre el tema a través de la palabra discriminación ni de ninguna de sus variantes (discriminación laboral, discriminación por enfermedad, etc.) porque no forman parte de la nomenclatura jurídica, a lo que se debe sumar la falta de uniformidad de esta última en los distintos tipos de fuentes.

Estos aspectos, a los que se agregan el interés particular en investigar el tratamiento que el Derecho ha dado al tema de Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA, han sido los motivos determinantes de la definición y

delimitación del alcance del tema general de discriminación dentro de ese marco de referencia.

Para introducir el tema de Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA dentro del marco legal que le corresponde es preciso previamente establecer el alcance temporal y geográfico que ha de tener el mismo ya que toda normativa requiere de una ubicación en tiempo y espacio para que cobre vida.

En cuanto al alcance temporal es importante señalar que, si bien se desconoce con exactitud la fecha de inicio del SIDA, lo cierto es que la epidemia irrumpe mundialmente en los primeros años de la década de 1980, propagándose solapadamente desde América del Norte (donde se descubren los primeros casos entre homosexuales), a través de fronteras nacionales, étnicas, culturales y sexuales (COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS..., 1988).

De acuerdo con este referente y tomando en cuenta las consideraciones de la OMS relativas a las fases de la epidemia, expuestas precedentemente en la página 4, se elaboró la hipótesis de la imposibilidad de ubicar jurisprudencia en los cinco años posteriores a 1980 sobre la base del supuesto de que en dicho lapso la enfermedad se encontraba en pleno proceso de "contagio o desarrollo silencioso" en las personas que la habían adquirido, por lo cual no sentó jurisprudencia en dicho período.

A partir de estas premisas se comenzó desde 1985 a investigar haciendo búsquedas sobre el tema sin resultados positivos. Recién a partir de los repertorios de 1993 en adelante se logró localizar información sobre el tema del SIDA, por lo cual el desarrollo del trabajo está prácticamente comprendido en el período 1993-2001.

El alcance geográfico se ha restringido casi exclusivamente al ámbito nacional, ya que a medida que se iba experimentando con las búsquedas, la información hallada respondía en su mayoría a esa jurisdicción, que de todas

formas no es muy abundante como se podrá apreciar en la Bibliografía, sobre todo en lo relativo a jurisprudencia.

No obstante, se elaboraron estrategias para efectuar lo propio dentro del ámbito provincial, más específicamente en la Provincia de Buenos Aires, con resultados más pobres aún dado que se pudieron localizar sólo dos fallos, que se incluyeron dentro de la Bibliografía junto con la legislación provincial vigente en materia de discriminación.

Marco Legal

Una vez definido y delimitado el alcance del tema general y de haber establecido su ubicación en tiempo y espacio, fue preciso introducir el tema específico resultante - Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA- dentro del marco legal que le corresponde. Dicho en otros términos, habiendo decidido qué es lo que se quería indagar del tema de discriminación, el punto de partida para comenzar las búsquedas de la información respectiva, fue analizar la normativa vigente en la que se encuadra.

Como se mencionó precedentemente el SIDA, analizado dentro del contexto de las relaciones laborales, pone en juego varios derechos fundamentales tales como el derecho al trabajo, a la no discriminación y a la salud.

Sin embargo, la discriminación que genera el SIDA está tratado dentro de nuestra legislación nacional de manera muy poco precisa.

De hecho, casi no existen normas laborales que expresamente se refieran a la Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA y regulen, por ejemplo, los despidos arbitrarios. En este sentido tampoco hay normas internacionales relativas al trabajo, que se refieran específicamente a este tema. Sólo se cuenta con una serie de normas constitucionales y tratados internacionales con jerarquía

constitucional, cuyos enunciados son principios generales de aplicación frente a los fenómenos problemáticos originados por el SIDA en el contexto de las relaciones laborales.

Por ejemplo, en la *Constitución Nacional* (CONSTITUCIÓN DE LA NACIÓN ARGENTINA..., 2001) se encuentran una serie de normas cuyos enunciados condenan las conductas discriminatorias, ya sea en forma tácita o manifiesta, abasteciendo importantes instrumentos legales. Ellas son:

Artículo 16. En el que se pone de manifiesto en forma tácita la prohibición de conductas discriminatorias a través de la consagración de la *regla de igualdad*.

Artículo 43. En este artículo se consagra el reconocimiento a interponer acción de amparo contra cualquier forma de discriminación.

Artículo 75 inc. 22. En este inciso se dispone la incorporación a la Constitución Nacional (reforma de 1994) de numerosos Convenios y Pactos Internacionales con jerarquía superior a las leyes, los cuales dan cuenta de la igualdad de trato y la prohibición de discriminación de cualquier índole.

Artículo 75 inc. 23. Se establece en este artículo que le corresponde al Congreso de la Nación: legislar y promover medidas de acción positivas que garanticen la igualdad real de oportunidades y de trato, y el pleno goce del ejercicio real de los derechos reconocidos por la Constitución y los Tratados Internacionales vigentes sobre derechos humanos.

Respecto a la legislación nacional vigente en materia de discriminación nuestro país cuenta con la Ley 23.592, conocida como Ley de la Rúa o Ley Antidiscriminatoria, que considera como factores particularmente discriminatorios la raza, la religión, la nacionalidad, la ideología, la opinión pública y gremial, el sexo, la posición económica, la condición social y/o los caracteres físicos. Si bien no se incluye dentro de los mencionados factores la discriminación por

motivos de salud, es una norma enunciativa tomada en cuenta en el tratamiento del tema en cuestión.

También la Ley 20.744 *de Contrato de Trabajo* reviste este carácter al disponer en su artículo 17 la prohibición de cualquier tipo de discriminación entre los trabajadores por motivos de sexo, raza, nacionalidad, religiosos, políticos, gremiales o de edad, no previendo la discriminación por razones de salud.

El artículo 81 de esta misma ley establece la igualdad de trato que el empleador debe dispensar a los trabajadores en igualdad de condiciones, considerando que habrá trato desigual cuando se produzcan discriminaciones arbitrarias fundadas en razones de sexo, religión o raza. Este artículo tampoco contempla las discriminaciones por enfermedad.

Por último, la única norma vigente en materia de SIDA, la Ley 23.798 de Lucha contra el SIDA, declarada de interés nacional y cuyo objetivo prioritario es la educación de la población, veda respecto a las personas afectadas de SIDA, cualquier acto discriminatorio, aunque en este último sentido no lo hace en forma taxativa.

Por su parte el artículo 11 de la Constitución de la Provincia de Buenos Aires consagra la igualdad ante la ley de todos los habitantes de la Provincia estableciendo además que en ella no se admiten distinciones, discriminaciones ni privilegios por razones de sexo, raza, religión, nacionalidad, lengua, ideología, opinión, enfermedades de riesgo, características físicas o cualquier otra condición amparada por las normas constitucionales. Si bien se condenan en forma manifiesta las conductas discriminatorias por enfermedades de riesgo, no deja de ser meramente enunciativo el contenido de este artículo, pero no por ello irrelevante.

Para la definición del marco legal se consultaron las siguientes fuentes:

En soporte impreso:

- Boletín oficial de la República Argentina: órgano de publicación de las leyes nacionales

- Constitución Nacional: se localizaron los artículos y tratados internacionales con fuerza de ley que dan tratamiento al tema de discriminación.

- Constitución Provincial: se buscaron en este documento los artículos correspondientes a discriminación que rigen dentro de la jurisdicción de la Provincia de Buenos Aires.

- Anales de legislación argentina / La Ley: repertorio en el que se ubicaron las leyes nacionales.

En soporte electrónico:

- Infoleg, en el que se indagaron algunas leyes, como por ejemplo la ley antidiscriminatoria en cuanto a relación (modificaciones) con otras leyes. No fue posible obtener el texto completo de la misma sino sólo un breve resumen de su contenido y un cuadro de las vinculaciones que presenta con otras normas.

Las fuentes consultadas en materia de jurisprudencia y doctrina fueron las siguientes:

En soporte impreso:

- Revista jurídica argentina La ley / La ley
- La ley Buenos Aires / La ley
- Jurisprudencia Argentina / Jurisprudencia Argentina

- El derecho / Universidad Católica Argentina

- Derecho del trabajo / La ley
- Trabajo y seguridad social / El derecho

En soporte electrónico:

- FANA en línea: Se consultó para la búsqueda de fallos, solo a título referencial ya que no hay documentos a texto completo en esta base de datos.

- JUBA en línea: También se consultó solo a título referencial ya que no hay documentos a texto completo en esta base de datos.

- SAIJ: Esta base de datos es muy efectiva y muy completa pero no se puede acceder en forma gratuita por lo cual no se pudo utilizar.

METODOLOGÍA

El criterio adoptado para el establecimiento del marco legal que le corresponde al tema de discriminación por SIDA dentro del ámbito laboral, es producto de varias estrategias de búsqueda que debieron implementarse en forma sistemática dada la complejidad que el tema en cuestión adquiere al no ajustarse a una norma específica en particular, sino a varias de carácter enunciativo.

Se consideró prioritario comenzar por encuadrar el tema dentro del marco legal que le corresponde porque es el orden lógico para lograr aproximaciones a la documentación buscada a través de la utilización de diversas estrategias, para cuya elaboración fue necesario incursionar en la doctrina existente, tanto en materia de discriminación en su forma genérica, como en la referente a SIDA y a discriminación laboral, medio por el que se lograron precisar las voces que en el ámbito jurídico identifican el tema.

En esta línea conceptual es importante destacar, por ejemplo, en lo que respecta a fuentes impresas, que el término discriminación no se encontró como tal dentro de la nomenclatura jurídica, por lo cual se comenzaron las búsquedas por otras voces tales como igualdad ante la ley, derechos y garantías y/o derechos personalísimos. A medida que se profundizó en la investigación, encauzando las búsquedas hacia el campo más específico, se observó que por el carácter relacional de la información, una gama más amplia de voces, como por ejemplo actos ilícitos, daños y perjuicios, daño moral, despido indirecto, despido arbitrario, permite acceder al mismo, pero guardando en todo momento un vínculo con los principios o derechos que son afectados o

vulnerados (como por ejemplo los mencionados precedentemente), y no con su consecuencia última, la discriminación, dato importante a tener en cuenta para elaborar las estrategias.

Los términos de indización de la información jurídica sobre el tema en cuestión en fuentes electrónicas se comporta de manera diferente, ya que no está estructurada de la misma manera que en las fuentes impresas. Es factible iniciar búsquedas de una manera más dinámica a través del término *discriminación, sida* o de ecuaciones en las que se combinen estas voces con otras relativas al tema específico, agregando a esto las posibilidades de enlaces que podemos efectuar entre los distintos tipos de documentos, como así también entre diferentes sitios.

El inconveniente con muchos de estos tipos de fuentes, en especial los de acceso gratuito, es que no permiten acceder en todos los casos al texto completo del documento requerido, ofreciendo solo datos referenciales y/o un resumen de su contenido.

En relación al tema en cuestión no ha sido posible encontrar en materia de legislación ni de jurisprudencia, documentos a texto completo en fuentes electrónicas, sino solo resúmenes, por lo cual la bibliografía básicamente contiene citas tomadas de fuentes impresas.

Estructura de la bibliografía

La documentación que contiene la *Bibliografía* en materia de *Discriminación laboral en personas afectadas de SIDA*, está agrupada de acuerdo al rango jerárquico que le corresponde, esto es, legislación nacional en primer término, luego legislación provincial, continuando a posteriori con jurisprudencia para finalizar con doctrina. A continuación se describen algunos detalles de importancia que presenta la estructura de la Bibliografía, a saber:

Encabezamientos y ordenamiento de las citas

Tratados internacionales: Encabezamiento por título del tratado; ordenamiento por fecha de entrada en vigor del tratado.

Leyes nacionales: Encabezamiento por número de ley; ordenamiento cronológico por fecha de publicación de la ley en el Boletín oficial.

Jurisprudencia: Encabezamiento por demandante; ordenamiento alfabético.

Doctrina: Encabezamiento por autor / es; ordenamiento alfabético.

Abreviaturas

Las partes intervinientes en los fallos se describen en el caso de los demandantes con las iniciales de sus nombres y apellidos, mientras que el nombre de los demandados se presenta in extenso. Esto responde a lo establecido en la ley 23.798 respecto a la preservación de los datos de identificación del enfermo de SIDA. En algunos fallos los demandantes son mencionados con las siglas S/N, sin nombre.

Los datos de tribunal se citan en forma abreviada y a continuación la fecha del fallo.

Los repertorios en los que aparecen publicados los documentos citados fueron registrados en forma abreviada (Anexo).

Para conocer el nombre in extenso de cualquiera de estas abreviaturas se debe consultar la lista de abreviaturas que se presenta al comienzo de la Bibliografía.

Remisiones

Las notas a fallo remiten al fallo correspondiente por medio de referencias de véase además. El fallo a su vez indica que posee una nota a fallo mediante una nota de con y una

referencia de véase además remite al autor y título de la nota a fallo correspondiente.

Los repertorios citados en cada registro bibliográfico contienen el documento a texto completo. En algunos casos se establecen remisiones a otros repertorios que contienen el mismo documento, a través de la indicación “*Publicado también en*”:

Puntuación

Los artículos de la Constitución y de los Tratados Internacionales, están precedidos de dos puntos en aquellos casos en que estén contenidos en partes y/o capítulos. Estos últimos también estarán precedidos de este signo de puntuación cuando se encuentren dentro de una sección o parte.

La paginación está precedida de dos puntos y la indicación de volumen y/o número de la publicación en el caso de artículos de revistas, y de la abreviatura **-p.-** en el caso de citas de libros y/o partes contenidas en los mismos.

CONCLUSIONES

La Bibliografía resultante de esta investigación no es obra de una experiencia

acabada sino simplemente una aproximación al comienzo del ejercicio de una práctica basada en la utilización de las fuentes jurídicas, sobre la base del conocimiento real acerca de la complejidad de las mismas.

Complejidad que obliga no sólo a descubrir la forma en que está estructurada y organizada la información, sino también a aplicar un criterio analítico de la terminología empleada en cada una de las fuentes, ya que estos dos aspectos constituyen la base esencial para lograr armar estrategias de búsqueda correctas que conduzcan de una manera dinámica a la obtención de resultados óptimos, ante los requerimientos de información sobre un tema específico.

Dichas estrategias siempre orientan hacia un resultado concreto que, aunque no sea el deseado, permite conocer nuevos puntos de acceso que sirven de base para su reelaboración o para su descarte definitivo.

En conclusión, el presente trabajo sólo constituye una reducida muestra de cómo se ha llegado a recopilar la información en materia de discriminación laboral en personas afectadas de SIDA, a través de la investigación de las fuentes jurídicas existentes, por lo cual el propósito final se considera parcialmente logrado ya que queda aún mucho por investigar para obtener el producto final deseado.

REFERENCIAS

ARGENTINA. Constitución de la Nación ARGENTINA. Buenos Aires: Zavallía, 2001. Cap. 1: art. 16. Cap. 2: art. 43. Cap. 4: art. 75, inc. 22 y 23, p. 12, 19, 28-29.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Sida y discriminación. *La Revista CIJ*, Ginebra, v.41, p.38-42, 1988.

ERMIDA URIARTE, O. Sida y derecho laboral. In: *TySS*, Buenos Aires, v.3, p.273-279, 1994.

FUCITO, F. Sociología del derecho. Buenos Aires: Universidad, 1993. p.22-25.

GERLERO, M.S. Discriminación: una aproximación teórica desde la sociología del derecho. Buenos Aires: Iniciales, 1995. p.1-15.

Ley 20.744. Ley de Contrato de Trabajo. Arts. 18 y 89. BO, Buenos Aires, Argentina, 27 de septiembre de 1974. Publicada también en: ADLA, 1974; XXXIV-D: 3245-3246.

Ley 23.592. BO. Buenos Aires, Argentina, 5 de septiembre de 1988. Publicada también en: ADLA, 1988; XLVIII-D: 4179-4180.

Ley 23.798. Art. 2. BO. Buenos Aires, Argentina, 20 de septiembre de 1990. Publicada también en ADLA, 1990; L-D: 3627.

POSE, C. Un caso de despido por Sida. Nota a fallo. *DT*, Buenos Aires, v.57, n.3, p.496-499, 1997b.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

I. LEGISLACION NACIONAL / CONSTITUCIÓN NACIONAL

TRATADOS INTERNACIONALES CON JERARQUIA CONSTITUCIONAL (Art. 75, inc. 22 de la Constitución de la Nación Argentina)

DECLARACIÓN americana de los derechos y deberes del hombre. Conferencia Internacional Americana (9ª: 1948: Bogotá). Cap. 1: art. 2, p. 57. *In*: ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

DECLARACIÓN universal de derechos humanos. Adoptada y proclamada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en su Resolución 217 A (III) del 10 de diciembre de 1948. Art. 2: pto. 1 y art. 7; p. 65-66. *In*: ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

PACTO internacional de derechos económicos, sociales y culturales. Adoptado y proclamado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en su Resolución 2200 A (XXI) del 16 de diciembre de 1966, entrada en vigor el 3 de enero de 1976. Pte. 2: art. 2: pto. 2; p. 109. *In*: ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

PACTO internacional de derechos civiles y políticos. Adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en su Resolución 2200 A (XXI) del 16 de diciembre de 1966, entrada en vigor el 23 de marzo

de 1976. Pte. 2: art. 2: pto. 1 y pte. 3: art. 26, p. 125 y 136. *In*: ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

CONVENCIÓN americana sobre derechos humanos. Conferencia Especializada Interamericana sobre Derechos Humanos (1969: nov. 22: San José de Costa Rica), entrada en vigor el 18 de julio de 1978. Pte. 1: Cap. 1: art. 1, Cap. 2: art. 24, p. 74, 84. *In*: ARGENTINA Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

CONVENCIÓN sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. Adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en su Resolución 34 / 180, del 18 de diciembre de 1979, entrada en vigor el 3 de septiembre de 1981. Pte. 1: arts. 1 y 2, p. 184-185. *In*: ARGENTINA Constitución de la Nación Argentina. Buenos Aires: Zavalía, 2001. Ap. 1. Instrumentos internacionales con jerarquía constitucional.

ARGENTINA. Lei n. 20.744, de 27 de septiembre de 1974.

ADLA, Buenos Aires, v. 34-D, p. 3245-3246, 1974.

DECRETOS

DECRETO 390*. Régimen de contrato de trabajo. Texto ordenado del aprobado por ley 20.744 y modificado por Ley 21.297. Arts. 17 y 81. BO. Buenos Aires, Argentina, 21 de mayo de 1976. Publicado también en ADLA, 1976; XXXVI-B : 1176, 1182.

(*) A través de este decreto los arts. 18 y 89 de la Ley 20.744 pasan a constituir los arts. 17 y 81, respectivamente. La Ley 21.297 no modifica el contenido de los mismos.

II. LEGISLACION PROVINCIAL / CONSTITUCIÓN PROVINCIAL

ARGENTINA. Constitución de la Provincia de Buenos Aires. [en línea] La Plata, 1994. Secc. 1ª: arts. 11, 12: inc. 3, 20, 36. inc 4. Disponible en: <<http://infoleg.mecon.gov.ar>> e <<http://www.gob.gba.gov.ar>>. Acceso en: 29 oct. 2001.

III. JURISPRUDENCIA

B., H. c Empresa Líneas Marítimas Argentinas. CNTrab., sala III, marzo 30-1995. *JÁ*, Buenos Aires, v. 4, p.102-104, 1995.

I., O. E. c Empresa Líneas Marítimas Argentinas S. A. CNTrab., sala VII, mayo 31-1996. Con nota a fallo. *DT*, Buenos Aires, A. p.496-499, 1997.

véase además Pose, Carlos. Un caso de despido por Sida.

J., J. c Materia Hnos S. A. TTrab. No. 2, Mar del Plata, agosto 28-1997. *TySS*, Buenos Aires, v.11, p.1043-1045, 1997.

J., J. c Materia Hnos S. A. C1a.Civ. y Com., Mar del Plata, sala II, agosto 10-2000. Con nota a fallo. *LLBA*, Buenos Aires, v.8, n.6, p.758-765, 2001.

véase además Goldenberg, Isidoro H. Discriminación laboral. Derechos personalísimos

M., J. O. c Cafés Chocolates Aguila y Productos Saint Hnos. S. A., CNTrab., sala X, diciembre 31-1997. *DT*, Buenos Aires: A, 1998. p.1237.

S/N c Policía Federal Argentina. CS, diciembre 17-1996. Con nota a fallo. *In*: ED. Buenos Aires: UCA, 1997. 172, p.329-342. Publicado también en: *LL*. Buenos Aires: LL, 1997; D: 253-263 // *DT*. Buenos Aires: LL, 1997; 57(9): 1779-1791.

véase además Andruet, Armando S. (h). Dignidad humana. Intimidad personal y Sida // Pose, Carlos. Protección laboral del sidótico a través de un pronunciamiento de la Corte Suprema de Justicia de la Nación.

T., P. c Editorial Sarmiento S. A. CNCiv., sala I, abril 3-1997. En: *LL*. Buenos Aires: LL, 1997. D, p. 398-409. Publicado también en: ED, 1997; 173: 120-123 // *JA*, 1998; I: 326-329 // *TySS*, 1997; 11: 1029-1043.

véase además Vázquez Vialard, Antonio. Extinción del contrato de trabajo: El despido indirecto discriminatorio.

V., R. M. c Empresa Líneas Marítimas Argentinas S. A. CNTrab., sala V, septiembre 30-1993. Con nota a fallo. *In*: *LL*. Buenos Aires: LL, 1994. B: 233. Publicado también en: *DT*, 1994; 54(2): 2116-2121 // *TySS*, 1994; 3: 324-326.

véase además Poclava Lafuente, Juan C. Sida y trabajo.

IV. DOCTRINA

ANDRUET, H.; ARMANDO, S. Dignidad humana: intimidad personal y Sida. Nota a fallo. ED. Buenos Aires: UCA, 1997. v.172, p.323-327.

véase además S/N c Policía Federal Argentina, CS, diciembre 17-1996

BECKER, H. Los extraños. *In*: Sociología de la desviación. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1974. p.15.

GARCÍA, M.R. La igualdad de trato y la discriminación en el derecho del trabajo. *DT*, Buenos Aires, v.57, n.5, p.891-896, 1997.

GIDDENS, A. La constitución de la sociedad. Buenos Aires: Amorrortu, 1995. p.51.

GOLDENBERG, I.H. Discriminación laboral: derechos personalísimos. Nota a fallo. *LLBA*, Buenos Aires, v.8, n.6, p.758-761, 2001.

véase además J., J. c Materia Hnos. S.A., C1a.Civ. y Com., Mar del Plata, agosto 10-2000

GOLDENBERG, I.H.; PIZARRO, D.R. El derecho frente a la discriminación. *In*: JORNADAS NACIONALES DE DERECHO CIVIL, 15., 1995. Mar del Plata. Buenos Aires: JA, 1995. v.4, p.833-841.

GONZÁLEZ (h), R.O. El sida es sinónimo de despido? Buenos Aires: LL, 1998. v.9, p.123.

GRMEK, M. Historia del sida. México: Siglo XXI, 1992.

Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Comisión de Derechos Humanos, Garantías y Antidiscriminación. Digesto de normas antidiscriminatorias. Buenos Aires: Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2001.

MARTÍNEZ V., J.J. La discriminación en el contexto actual de las relaciones laborales. *DT*, Buenos Aires, v.57, n.9, p.1731-1736, 1997.

MONTI, J.E. El sida y el hombre. Buenos Aires: Alcotan, 1993.

ORGANIZACIÓN Internacional del Trabajo. SIDA: Plan mundial y nuevo Repertorio de recomendaciones prácticas. *Revista de la OIT*, Ginebra, v.40, n.4-6, 2001.

POCLAVA LAFUENTE, J.C. Sida y trabajo. Nota a fallo. I: LL. Buenos Aires: LL, 1994. B: p.232.

véase además V., R. M. c Empresa Líneas Marítimas Argentinas S.A. CNTrab., sala V, septiembre 30-1993.

véase además I., O. E. c Empresas Líneas Marítimas Argentinas S.A., CNTrab., mayo 31-1996

POSE, C. Protección laboral del sidótico a través de un pronunciamiento de la Corte Suprema de Justicia de la Nación. *DT*, Buenos Aires, v.57, n.9, p.1779-1791, 1997a.

véase además S/N c Policía Federal Argentina, CS, diciembre 17-1996.

VAZ FLORES, H. Localización, transferencia y uso de la información jurídica. *Revista del Colegio de Abogados de La Plata, La Plata*, v.25, n.45, p.183.

VÁZQUEZ VIALARD, A. Extinción del contrato de trabajo: el despido indirecto discriminatorio. *TySS*, Buenos Aires, v.11, p.1046-1052, 1997.

véase además T., P. c Editorial Sarmiento S.A., CNCiv., abril 3-1997.

VES LOSADA, A. Sociología del derecho. Buenos Aires: Depalma, 1980.

ANEXO

LISTA DE ABREVIATURAS PUBLICACIONES

ADLA	Anales de legislación argentina / La ley
BO	Boletín Oficial de la República Argentina
DT	Derecho del trabajo / La ley
ED	El derecho / Universidad Católica Argentina
IMP	Impuestos / La ley
JA	Jurisprudencia argentina / Jurisprudencia argentina
LL	Revista Jurídica Argentina La Ley / La ley
LLBA	La ley Buenos Aires / La ley
TySS	Trabajo y Seguridad Social / La ley
TP	Trámite parlamentario / Cámara de Diputados de la Nación
TRIBUNALES	
CNCiv.	Cámara Nacional de Apelaciones en lo Civil
C1a.Civ. y Com.	Cámara Primera de Apelaciones en lo Civil y Comercial
CS	Corte Suprema de Justicia de la Nación
CNTrab.	Cámara Nacional de Apelaciones del Trabajo
TTrab	Tribunal del Trabajo

Nota: Las referencias bibliográficas correspondientes al trabajo de investigación constituyen el contenido mismo de la presente bibliografía.



Metodologia de Sistemas Flexíveis aplicada a estudos em Ciência da Informação: uma experiência pedagógica

The Soft Systems Methodology applied to Information Science studies: A pedagogical experience

Sely M.S. COSTA¹

RESUMO

Este trabalho descreve a aplicação da Metodologia de Sistemas Flexíveis - *Soft Systems Methodology* a um programa de mudança organizacional no Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. A metodologia em questão foi desenvolvida por Peter Checkland, como alternativa às metodologias de sistemas rígidos, como a pesquisa operacional. Tem sido aplicada nas mais diversificadas situações, entre outras, para projetos relacionados com situações-problema que ocorrem em organizações. Mais recentemente, aplicou-se com frequência em pesquisas acadêmicas na área de Ciência da Informação, especialmente na Inglaterra, e agora, no Brasil, onde o *Soft Systems Methodology* foi introduzido como disciplina específica do programa de pós-graduação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e da orientação de teses e dissertações. Este trabalho discute a *Soft Systems Methodology* e seus fundamentos, assim como a experiência de seu ensino na pós-graduação e sua aplicação em problemas da Ciência da Informação. A *Soft Systems Methodology* consiste de sete estágios

¹ *PhD* em Ciência da Informação pela *Loughborough University*, Inglaterra. Professora Adjunta da UnB. Editora-chefe da Revista de Biblioteconomia de Brasília. Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910-900 Brasília, DF, Brasil. *E-mail*: selmar@unb.br
Recebido e aceito para publicação em 8/7/2003.

e faz uso de ferramentas específicas, sendo fundamentada na abordagem sistêmica, na fenomenologia e na Pesquisa-Ação. Este trabalho descreve ainda, a partir do levantamento bibliográfico sobre o *Soft Systems Methodology*, a organização do conteúdo programático da disciplina, atendendo a alunos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação, e a observação sistemática, tanto das percepções dos alunos e suas reações relativas à disciplina durante todo o período letivo, quanto da aplicação da *Soft Systems Methodology* em situações-problema reais. Incluem-se na discussão as ações desenvolvidas visando melhor interação entre alunos de graduação, bolsistas do PIBIC, e alunos de pós-graduação do citado departamento, cujo perfil educacional e profissional era variado: Engenharia, Ciência da Computação, Ciência da Informação e Administração. A interação entre graduandos e pós-graduandos levou a uma aproximação efetiva entre os dois âmbitos do depto. A metodologia e sua aplicação no programa acadêmico de Ciência da Informação despertaram grande interesse e motivação, além de contribuir para os conhecimentos da área e para sua interdisciplinaridade - não só pelo corpo teórico em que se baseia, como também pela mencionada diversidade dos alunos. Tal diversidade permitiu criar-se uma variedade de situações em que se aplicou a metodologia. Conclui-se que a *Soft Systems Methodology* é alternativa viável e adequada ao tratamento de diversos problemas, além de contribuir significativamente ao corpo de conhecimentos da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Metodologia de sistemas flexíveis, problemas organizacionais, Ciência da Informação, estudos de pós-graduação, interação graduação e pós-graduação.

ABSTRACT

This paper discusses the Soft Systems Methodology and its fundamentals, as well as the application of the Soft Systems Methodology in a graduate program on organizational change in the Information Science Department at the University of Brasília. The Soft Systems Methodology was developed by Peter Checkland as an alternative to hard systems methodologies, such as operational research. The methodology consists of seven stages and uses specific tools; it's based on a systemic approach, on phenomenology, and hands-on research. It has been applied to the most diverse situations, including problem-situations in organizations. Soft Systems Methodology has also been applied in Information Science' academic research, particularly in England, and now, in Brazil, at University of Brasília, where it was established as a discipline in the Information Science Department's graduate program. To establish such discipline, the first step taken was the bibliographic survey on Soft Systems Methodology, followed by the syllabus development and course organization (taking into account the graduate students, but also including the undergraduate, the ones on PIBIC scholarships). The experience included careful observation of the students' perceptions and reactions to the subject during the given academic term, as well

as observation of the Soft Systems Methodology application to real problem-situations. Besides, effective action was taken to improve graduate and undergraduate students' interaction – resulting in a more effective interaction in the dept. as a whole. Applied to the Information Science academic studies, Soft Systems Methodology contributed to that field of knowledge and to its interdisciplinary connections as well, be it for the methodology's theoretical content itself, be it for the students' variety of educational and professional profiles (Engineering, Computer and Information Sciences, Administration). Such students' diversity allowed for a variety of real situations, on which to apply the Soft Systems Methodology. The methodology raised interest and motivation among students, and proved to be a viable and effective alternative, contributing consistently to the improvement of Information Science knowledge.

Key words: *Soft Systems Methodology, Information Science, graduate studies, organizational problems, undergraduate and graduate interaction, Universidade*

INTRODUÇÃO

A Metodologia de Sistemas Flexíveis (*Soft Systems Methodology*—SSM) foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Lancaster, na Inglaterra. A principal motivação para seu desenvolvimento nasceu da constatação, por parte daqueles pesquisadores, de que as Metodologias de sistemas rígidos (*hard*) não respondiam de maneira satisfatória à análise de problemas que, tipicamente, ocorrem em organizações dos mais variados tipos. Isto é: a idéia que permeou o desenvolvimento e a aplicação da Metodologia foi a de que os conhecimentos de áreas como a Engenharia de Sistemas não eram apropriados para o estudo de tais problemas.

Não parece haver dúvidas de que as observações daqueles pesquisadores são reflexo das mudanças paradigmáticas que já vinham sendo observadas em outros contextos, especialmente nas Ciências Sociais. Tais mudanças estão relacionadas com a introdução

das idéias resultantes do pensamento reflexivo de Husserl (1970), sobre o que chamou de Fenomenologia², no seio de diferentes escolas de pensamento em diversas disciplinas daquela divisão do conhecimento, nomeadamente a Sociologia, a Antropologia e a Educação, entre outras.

O desenvolvimento da SSM, portanto, resultou da introdução dos princípios da Fenomenologia na Engenharia e Análise de Sistemas praticadas até então por aqueles pesquisadores. Inúmeras iniciativas foram levadas a cabo a partir dessa mudança de paradigma diante dos objetos pesquisados, o que resultou no aprimoramento das idéias inicialmente discutidas e da própria Metodologia.

Na medida em que o trabalho foi realizado em conjunto com estudantes de pós-graduação daquele departamento, o uso da mesma como Metodologia de pesquisa – via de regra pesquisa aplicada – e sua posterior migração para outras

² Escola de pensamento filosófico que, em oposição ao positivismo de Comte, considera que a realidade repousa em nossos pensamentos sobre o mundo, mais do que no mundo propriamente dito. Com isso, Husserl considerava que o filósofo, na sua interpretação da realidade, deveria colocar o mundo real “entre parêntesis”, não significando com isso que deva negar que exista um mundo “lá fora”, mas que o processo filosófico do pensar sobre a realidade deve ser, na verdade, um estudo de significados. Isto é, um estudo no qual o estudioso vê, clarifica, determina e distingue **significados** (grifo da autora) (HUSSERL, 1970; CHECKLAND, 1999, p.274).

disciplinas, parece ter sido apenas uma questão de tempo. Assim, ao longo de cerca de quatro décadas de desenvolvimento e aplicação, a SSM vem sendo usada em pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, em especial na Inglaterra.

No Brasil a SSM tem sido pouco usada e parece pouco disseminada. Há algumas iniciativas registradas na literatura, mas a observação das mesmas aponta para uma utilização acanhada da Metodologia, considerando-se a complexidade que envolve, quando usada em todo o seu potencial.

O contato com a Metodologia durante estudos de *PhD* na Inglaterra levou a autora deste trabalho ao estudo mais aprofundado da mesma. Tendo sido utilizada em estágio bastante primitivo daquele trabalho de pesquisa, logo foi identificada como não sendo a Metodologia mais apropriada para o tipo de estudo proposto. No entanto, a aplicação de seus dois primeiros estágios em um exercício reflexivo sobre o contexto da pesquisa então em andamento permitiu a construção do modelo conceitual que fundamentou a discussão teórica de todo o estudo. A partir dessa experiência e da motivação que o conhecimento sobre a Metodologia despertou, decidiu-se pelo aprofundamento dos conhecimentos sobre a mesma e sua posterior disseminação no Brasil, na área de Ciência da Informação, via seu ensino em disciplinas de pós-graduação na área e, por conseguinte, a orientação de teses e dissertações.

As experiências adquiridas pela interação com alunos dessas disciplinas têm permitido sua disseminação não só na Ciência da Informação, mas também nas áreas em que laboram aqueles estudantes, a saber: as Engenharias, a Ciência da Computação, a Administração, a Arquitetura e a Comunicação, entre outras, o que, por seu turno, tem permitido sua aplicação em diferentes

contextos. É interessante observar, no entanto, que tais aplicações têm-se dado como exercícios acadêmicos, apenas. O uso da Metodologia em pesquisa acadêmica propriamente dita, isto é, envolvendo situações reais, não permite, até o momento, a divulgação de resultados conclusivos, dado que tais pesquisas estão em fase de desenvolvimento.

O trabalho aqui descrito visa, portanto, a: Dar uma visão geral da Metodologia, com base nos trabalhos publicados por Checkland (1999), Checkland e Scholes (1999), Couprie *et al.* (2000); e Wilson (2000); Apresentar resultados de aplicações encontrados na literatura internacional e nacional, tanto no contexto de sua aplicação prática em situações encontradas nas organizações, quanto no contexto de sua aplicação como Metodologia de pesquisa em estudos de pós-graduação; Descrever resultados de observações sobre experiências recentes com o ensino da Metodologia no contexto de uma disciplina específica em um programa de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil; Relatar resultados primigênicos de sua aplicação em projeto de pesquisa realizado no âmbito de um departamento em uma universidade pública federal, visando a um programa de mudança organizacional com enfoque em questões relacionado com a comunicação científica, a comunicação organizacional, a infra-estrutura tecnológica e a adequação curricular.

Parte-se do pressuposto de que sua disseminação por meio de apresentação de trabalhos em eventos científicos, da publicação de artigos em periódicos especializados etc., deve despertar o interesse de um número maior de estudiosos em diferentes áreas e, conseqüentemente, seu uso em diversificados contextos. Isso, por sua vez, constitui o objetivo último do trabalho aqui apresentado.

OPÇÕES GERAIS SOBRE A SSM³

A SSM se baseia no pensamento sistêmico, constituindo, assim, uma linguagem sistêmica. Neste sentido, é apropriada para estudos em que o problema investigado pode ser definido e analisado como sistema. Mais que isso, é necessário que tal problema possa ser descrito como um tipo específico de sistema: um sistema de atividade humana, definido, de acordo com Checkland (1999) como um sistema **nocional**, no sentido em que não constitui a descrição de atividades reais, mas construtos intelectuais. Constitui, ainda, um sistema **intencional** na medida em que expressa alguma atividade humana propositada, a qual pode ser, em princípio, encontrada no mundo real. Assim, sistemas de atividade humana são ideais para uso em debates sobre possíveis mudanças que devem ser introduzidas a uma **situação problema** do mundo real. Formam um conjunto interativo de subsistemas ou atividades e descrevem, de maneira geral, seres humanos realizando atividades propositadas tais como atividades industriais, sistemas políticos, etc. (Figura 1).

O desenvolvimento da SSM permitiu a criação de uma linguagem específica a dos sistemas de atividade humana. Por meio dessa linguagem determinados tipos de problemas, especialmente aqueles encontrados em organizações, são apropriadamente identificados, descritos e analisados, permitindo a proposição de mudanças que contribuirão para o melhoramento das situações consideradas problemáticas.

A "forma básica" da SSM pode, então, ser ilustrada como na Figura 2, onde se pode observar, de modo bastante genérico, como se dá o processo de análise envolvido na sua aplicação.

O processo de análise envolvido na aplicação da SSM, e ilustrado na Figura 2, pode

ser melhor visualizado como na Figura 3, onde o mesmo é apresentado de forma mais detalhada, a fim de que as análises em questão sejam representadas mais claramente.

Observe-se que há dois tipos de análise: uma cultural, em que se busca a identificação de valores, normas, papéis, mecanismos de poder, interações, relacionamentos, etc. A outra lógica, em que se aplicam as sete etapas da Metodologia e que permite, a partir de um exercício inicial de estruturação das questões identificadas na situação em estudo, definir seus subsistemas relevantes. Com base nestes, são definidos modelos conceituais por meio dos quais as ações implícitas nos processos de transformação realizados por esses subsistemas estarão logicamente relacionadas, assim como seus mecanismos de controle. Posteriormente, por meio de comparação dos modelos definidos com a situação problema estruturada, é proposto um conjunto de mudanças possíveis e desejáveis que vão melhorar a situação objeto da análise. É interessante notar que nem sempre todas as etapas são aplicadas em um estudo. Mais que isso, sua aplicação via de regra se dá de forma iterativa, no sentido em que há sempre o retorno a uma ou mais etapas anteriores, tantas vezes quantas seja necessário. A Figura 4 contém o mapa da SSM (análise lógica), tal como proposta por Checkland (1999):

A SSM APLICADA A SITUAÇÕES PRÁTICAS E EM PESQUISA ACADÊMICA

Há um variado número de exemplos de aplicação da SSM na literatura, em ambos os tipos de projetos. São incluídos neste trabalho apenas uns poucos que podem ajudar no entendimento das questões relacionadas com o uso da SSM em diferentes contextos.

³ Uma visão mais detalhada da metodologia e de seus conceitos, terminologia, ferramentas etc é apresentada em artigo desta autora, publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.26, n.1, jan./jun. 2002 (no prelo).

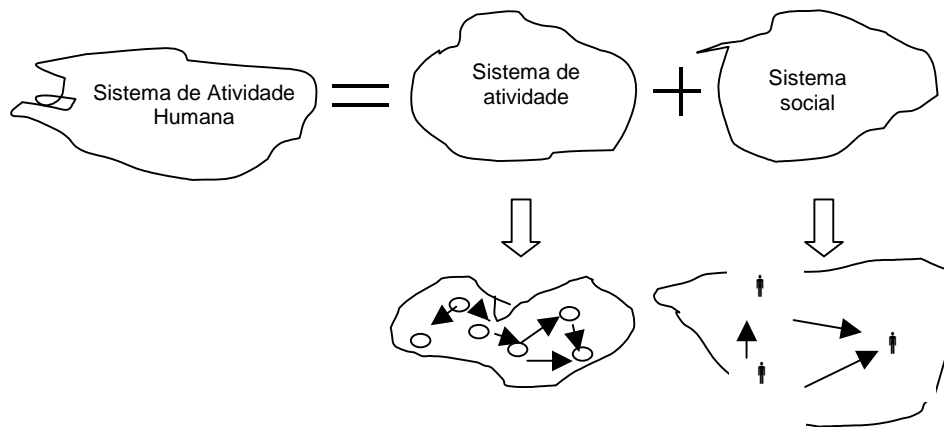


Figura 1. Sistema de Atividade Humana, adaptado de Wilson (2000, p.28).

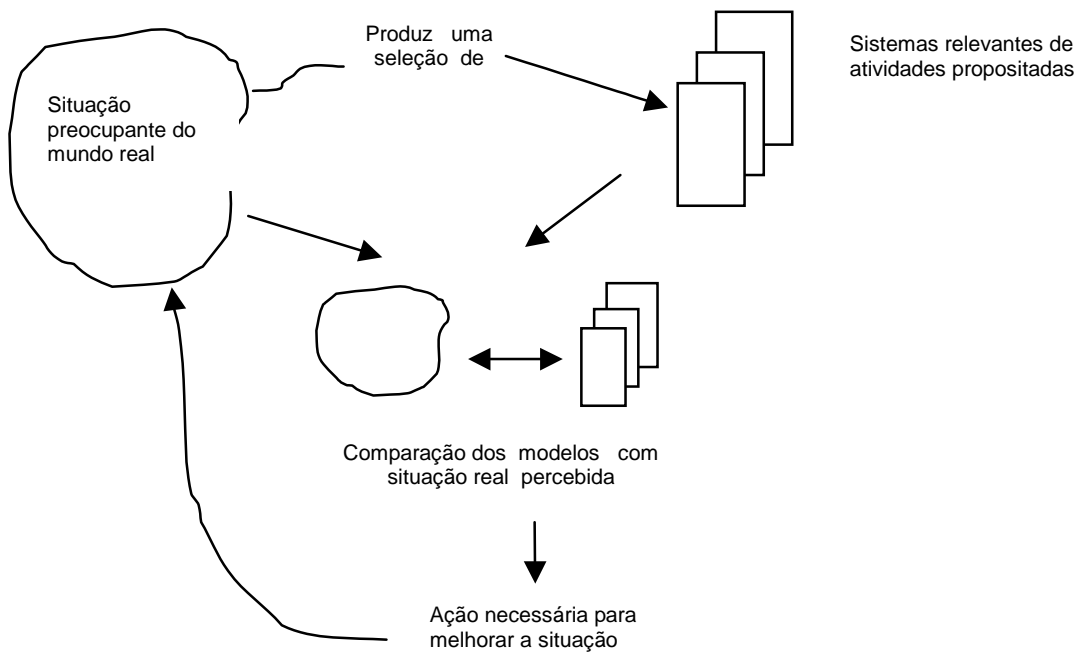


Figura 2. Forma básica da SSM, segundo Checkland e Scholes (1999).

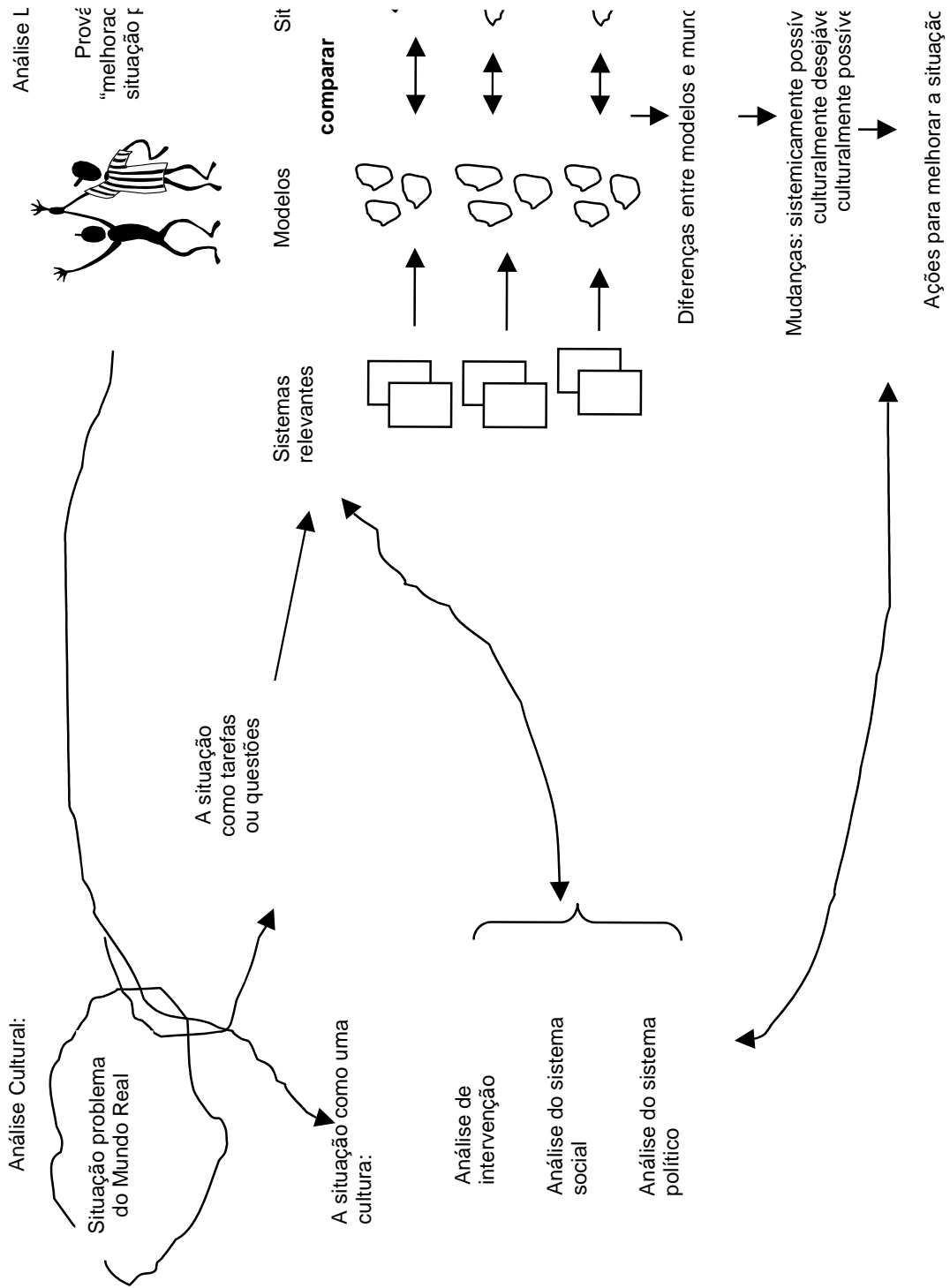


Figura 3. O processo da SSM (CHECKLAND e SCHOLLES, 1999, p.29).

Aplicações de ordem prática, no exterior

Checkland e Scholes (1999) divulgaram, em livro, algumas das aplicações realizadas por pesquisadores e estudantes de pós-graduação de Lancaster junto a organizações tanto do setor público quanto do setor privado, no Reino Unido. Embora tais estudos tenham sido realizados no âmbito de um departamento em uma universidade, envolvendo estudantes de pós-graduação e, portanto, constituindo pesquisa acadêmica, os mesmos são incluídos aqui como aplicações práticas em virtude de terem sido realizados “sob encomenda” de instituições

públicas e privadas que buscavam algum tipo de melhoria em situações identificadas como problemáticas.

De fato, o relato dos autores visa a, entre outras questões, ilustrar o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Metodologia por meio da divulgação desses estudos. Como paradigma da própria Pesquisa-Ação, o que se buscou sempre nos trabalhos desenvolvidos por aqueles pesquisadores e estudantes de pós-graduação se traduz como um processo de aprendizado constante para o qual contribuíram tanto as situações em estudo quanto a própria aplicação

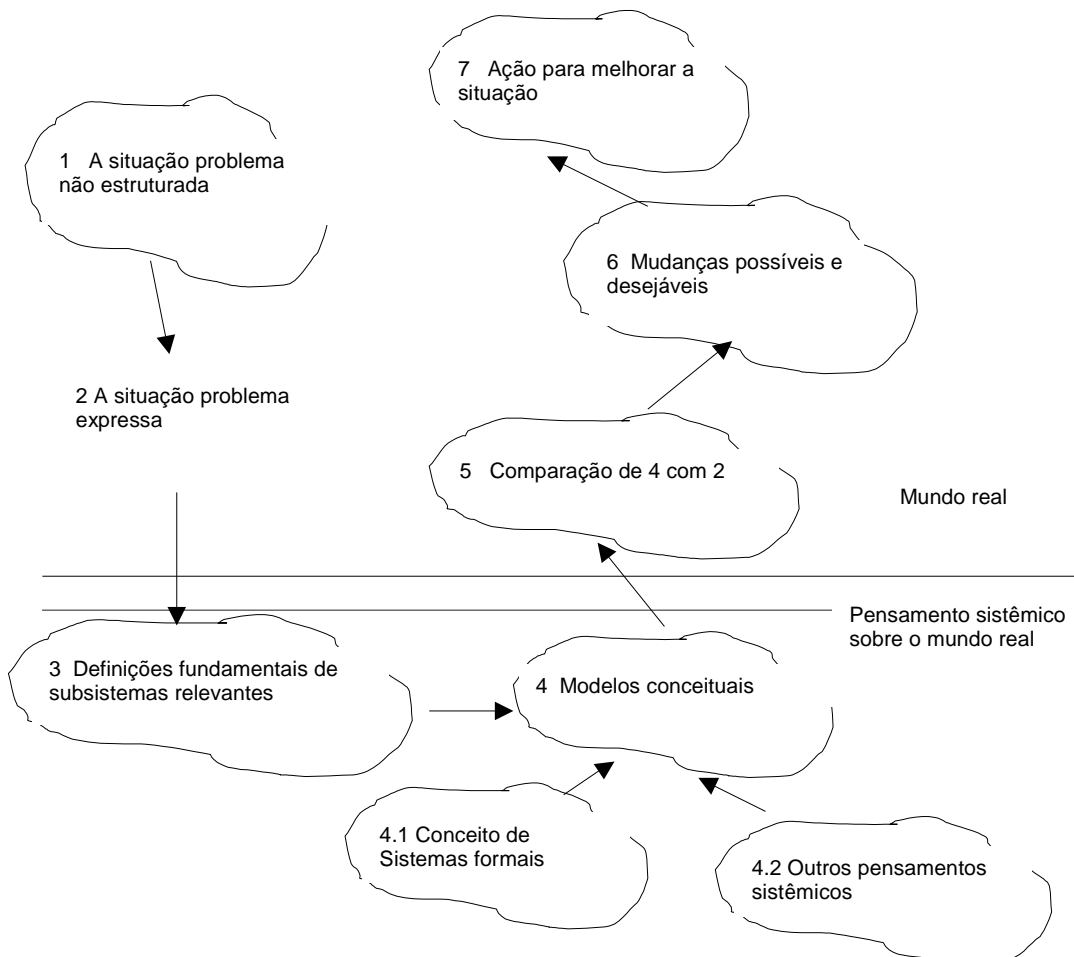


Figura 4. Mapa da Metodologia de Sistemas Flexíveis (CHECKLAND, 1999, p.163).

da Metodologia. Tais estudos foram realizados em áreas como Saúde Pública, Telecomunicações, Computação, Petróleo, etc. Os resultados obtidos contribuíram para que a Metodologia evoluísse de simples “versão redefinida da engenharia de sistemas” para um trabalho constante de reflexão sobre seus diferentes componentes e ferramentas - sua estrutura -, envolvendo: os três tipos de análise (de intervenção, do sistema social e do sistema político), o CATWOE⁴, a *Rich Picture*⁵, os três E's (eficiência, eficácia e efetividade), etc. Tais reflexões têm permitido um melhor entendimento tanto da Metodologia como um todo quanto de suas partes constituintes e do ambiente em que se insere, o que, por sua vez, provoca o desenvolvimento do “ciclo hermenêutico de Dilthey”, permitindo, por conseguinte, refinados ciclos de ação (CHECKLAND, 1999, p. A5).

Nesta mesma linha de ação, *Coupric et al.* (2000) da Universidade de *Calgary*, no Canadá, reportam uma aplicação no departamento de manufaturas de uma empresa do Grupo *Shell*, que visou a melhoria da capacitação dos empregados alocados naquele departamento, ponto considerado crucial para o melhor desempenho do mesmo. De acordo com o estudo descrito no trabalho de Coupric e seus colegas - o qual foi conduzido pelo próprio Checkland - o uso da SSM permitiu estudar e implementar melhorias no exercício das funções de manufatura de uma das subsidiárias do grupo.

Os trabalhos descritos acima visam dar uma visão bastante geral e sucinta do uso da SSM em situações práticas encontradas no mundo real, nas quais havia o comprometimento com a implementação de fato das melhorias propostas. Outras aplicações, tanto pelo grupo de Lancaster quanto por outras equipes de

pesquisadores, vêm, desde então (década de 70), sendo realizadas e reportadas na literatura.

Aplicações em pesquisa acadêmica na Ciência da Informação, no exterior

No campo das pesquisas consideradas aqui como puramente acadêmicas, isto é, não necessariamente comprometidas com a implementação das ações propostas como melhoria das situações estudadas, alguns exemplos de estudos na área de Ciência da Informação ilustram o uso da SSM como Metodologia de pesquisa. Esses exemplos compreendem, aqui, pesquisas de doutorado e mostram a aplicação da Metodologia em três tipos de situação. Primeiro, questões relacionadas com problemas ocorrendo em universidades da Coréia do Sul, relativos a redes eletrônicas e sistemas de informação (OH, 1997). O estudo visou investigar que tipo de sistemas de informação em redes de alta velocidade permitiriam a acadêmicos usar recursos de informação de forma efetiva e eficiente. Segundo, questões relacionadas com a necessidade do tratamento confiável, eficiente e efetivo da informação no âmbito do Ministério das Relações Exteriores de Brunei (ABDUL-KARIM, 2001). E terceiro, questões relacionadas com a preservação de dados digitais, considerando o potencial do conceito de metadados como chave para a gestão universal de dados (CHILVERS, 2000).

Estudos realizados no Brasil

Buscas realizadas na literatura nacional apontam para um baixo índice de conhecimento da Metodologia no país, com a maior parte dos

⁴ Espécie de *check list* que permite a definição de subsistemas relevantes de forma a incluir seus elementos fundamentais: Clientes, Atores, Transformação, *Weltschauungen* –visão de mundo, Owner –proprietário e *Environmental constraints* –restrições impostas pelo ambiente do sistema.

⁵ Espécie de *cartoon*, em que um exercício de estruturação do sistema (situação problema) em estudo é ilustrado. A ilustração resultante da análise da situação problema deve permitir, entre outros aspectos, a identificação de seus subsistemas relevantes.

textos versando sobre suas características como exemplo de Metodologia ou de abordagem sistêmica. Exemplos de aplicação são encontrados nos trabalhos de Soares *et al.* (2001) e Ferrari *et al.* (2002), entre alguns outros poucos. O estudo coordenado por Ferrari, por exemplo, aplicado no ambiente de uma empresa distribuidora de produtos automotivos, visou a analisar o problema de como melhorar o desempenho da mesma. Há ainda, alguns ensaios na área agrícola, onde a mesma tem sido incluída em programas de treinamento e em dissertações (MARTINS 1996; PINHEIRO, 2002) e, ainda, um exemplo de discussão sobre o uso da Metodologia em ambiente acadêmico (SOARES, 1998), quando a autora analisa as relações entre a SSM e a Pesquisa-Ação, visando ressaltar as características da Metodologia como modalidade participativa.

Vale a pena ressaltar que, na área de Ciência da Informação no Brasil, a Metodologia parece ser totalmente desconhecida, a despeito dos exemplos de sua utilização em estudos de sistemas de informação e, como já mencionado anteriormente, em disciplinas de cursos e em projetos de tese, em outros países. Assim, apresentam-se, a seguir, algumas observações preliminares baseadas no seu ensino como disciplina específica em um programa de pós-graduação.

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ENSINO DE SSM EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Como disciplina específica, a Metodologia de Sistemas Flexíveis vem sendo oferecida pelo Programa de Pós-Graduação do CID desde 2001, dentro de uma série de disciplinas do programa denominada "Tópicos Especiais em Ciência da Informação", cujos conteúdos são variados. A experiência levou alguns alunos a decidirem por sua utilização em suas pesquisas, tanto de doutorado como de mestrado. Iniciou-se,

igualmente, um processo de divulgação da mesma no âmbito do departamento, via apresentação de palestras como parte de outras disciplinas do programa e de módulos em disciplinas de cursos de especialização. Tem-se observado, até o momento, que a mesma vem despertando grande interesse por parte da maioria dos alunos, motivando-os para sua utilização tanto no ambiente de trabalho (suas próprias organizações) como em outras organizações e, ainda, em trabalhos acadêmicos.

Sabe-se que, o perfil dos estudantes do Programa de Pós-Graduação do CID é bastante diversificado. O curso recebe, portanto, alunos das mais variadas áreas do conhecimento, o que parece ser característico de programas de pós-graduação em Ciência da Informação em todo o mundo. O caso da disciplina em questão não é diferente: a mesma atrai alunos de várias áreas do conhecimento. Tal diversidade de *backgrounds* tem sido considerada como crucial para seu bom entendimento, discussão e aplicação em exercícios acadêmicos.

Lecionada por dois semestres verifica-se que, as áreas mais comuns dos alunos matriculados na disciplina foram até o momento: as Engenharias (de Comunicação, Civil, Elétrica, de Redes), Administração, Ciência da Computação, Comunicação, Arquitetura e Ciência da Informação. Vale ressaltar que a maior parte dos alunos, no entanto, tem sido das Engenharias e Ciência da Computação. Tal diversidade permitiu observar que é imprescindível a presença de profissionais e/ou pesquisadores dessas duas áreas (Engenharias e da Ciência da Computação) nas turmas, dado que a SSM, nestes casos, ao tempo em que guarda semelhança com as Metodologias típicas das mesmas, quebra alguns de seus paradigmas. Isto, por sua vez, provoca os mais diversos tipos de reação: de um questionamento crítico a uma aceitação natural das diferenças paradigmáticas introduzidas pela Metodologia no estudo sistêmico de problemas organizacionais. No entanto, ao

interagir com a Metodologia, alunos de todas as áreas, especialmente dessas duas, têm-se mostrado altamente interessados no seu uso. Essas motivações levaram ao desenvolvimento, quando da primeira vez em que foi ensinada, de três projetos, desenvolvidos em grupo.

O primeiro envolveu uma situação problema da área de Engenharia Civil e visou identificar, descrever, estruturar e propor melhorias em questões preocupantes identificadas em uma empresa de engenharia. Tais preocupações compreendiam questões relacionadas com o departamento de *marketing* e vendas da empresa, as quais se mostravam como necessitando de uma intervenção tanto para serem melhor entendidas, quanto para serem melhoradas substancialmente. O trabalho apresentado tem norteado a atuação dos alunos envolvidos com o mesmo em suas atividades profissionais, usando a Metodologia.

O segundo, na área de Ciência da Informação, visava a discussão de questões relacionadas com o fluxo de atendimento ao cliente dos serviços de informação em uma empresa de pesquisa agrícola. Tal fluxo foi identificado como problemático em função da ocorrência de problemas como duplicações de tarefas, perda do conhecimento gerado pelo atendimento, falta de interação, trabalho dos setores envolvidos, entre outros. O trabalho continuou como pesquisa de mestrado e está em fase de conclusão. Alguns dos resultados preliminares estão sendo publicados na Revista de Biblioteconomia de Brasília (v.26, n.1, no prelo).

O terceiro abordou questões típicas da Administração e da Ciência da Informação, as quais se relacionam com a questão da gestão do conhecimento estratégico no âmbito de uma agência de regulação de serviços postais. Questões como a transformação de conhecimento tácito em explícito, o uso deste para geração de conhecimento estratégico e, conseqüentemente, para a proposição de ações

estratégicas, nortearam o desenvolvimento do estudo. Parte deste trabalho está sendo usada como pesquisa de doutorado e os resultados do "exercício" estão sendo também publicados.

O ensino da Metodologia em uma segunda turma de alunos de pós-graduação tem-se concentrado na discussão de questões relacionadas com a comunicação científica e organizacional, além das questões de infra-estrutura tecnológica e adequação curricular, no âmbito do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Tal estudo é, ainda, parte de um projeto de iniciação científica com alunos de graduação e deverá constituir estudo de caso da pesquisa de doutorado citada acima. Resultados bastante preliminares do estudo são apresentados a seguir.

RESULTADOS PRIMIGÊNIOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Os primeiros resultados do estudo acima citado são bastante preliminares e se baseiam em coleta de dados realizada via grupo focal em que professores do departamento que exercem função superior. Tais funções são: de chefe do departamento, de coordenação de graduação (Arquivologia e Biblioteconomia) e de coordenação de pós-graduação. Além desses, mais um professor sênior foi incluído na amostra, por dois motivos principais: primeiro, pela experiência tanto no âmbito do departamento quanto da faculdade em que o mesmo está inserido e em Conselhos da Universidade; segundo, na tentativa de minimizar a tendenciosidade da amostra por incluir somente professores detentores de função.

O grupo foi entrevistado pelos alunos da disciplina e pelos bolsistas do programa de iniciação científica sobre as quatro questões centrais, objeto de investigação. As respostas

obtidas mostram que os tópicos estudados constituem, de fato, questões cruciais e preocupantes no departamento. Na interpretação daqueles "estudantes-pesquisadores", a situação pareceu, tal como discutida pelo grupo entrevistado, caótica. Isto, é bom lembrar, constitui situação ideal para aplicação da SSM.

Tal coleta de dados visou à aplicação do estágio 1 da Metodologia: situação problema mal estruturada. Isto é, as questões que preocupam os clientes, proprietários, solucionadores, etc., do problema em estudo, não estão suficientemente claras, o que, por sua vez, não permite a identificação daquilo que, de fato, constitui o problema ou o conjunto de problemas que compõem o que a Metodologia denomina "situação problema". Tais dados devem ser obtidos por meio do método de Pesquisa-Ação. Isto é, de Pesquisa Participante em que instrumentos de coleta como observação, questionários, entrevistas, grupo focal, análise documental, etc., são usados, dados são coletados e analisados, algumas intervenções na situação são realizadas, mais estudos são feitos a partir desses resultados, etc., formando um ciclo de aprendizagem sobre a mesma até que se chegue a um resultado que descreva suficientemente a situação (sistema). Até o momento, a questão que pareceu "pior estruturada" foi a comunicação organizacional. Mais e melhores detalhes dessa análise estarão disponíveis posteriormente. O desenvolvimento do estudo vai permitir, na verdade, confirmar ou não essa tendência.

Os dados obtidos nesse estágio da Metodologia estão sendo usados para a estruturação da situação problema investigada: estágio 2 da SSM: situação problema estruturada, na qual o sistema de atividade humana em estudo é definido, o que resulta na elaboração de uma "Ilustração Rica" (*Rich picture*). Nesta ilustração, os atores, processos, relacionamentos, hierarquias, áreas de conflito, observa-

dores externos, questões que preocupam a todos os envolvidos interna ou externamente, entre outros aspectos, são representados. O trabalho está precisamente nesta fase, não sendo possível aqui incluir a Ilustração rica que vai resultar dessa etapa da análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências descritas neste trabalho tornam oportuno observar como a utilização da SSM, em projetos de pesquisa na Ciência da Informação, pode contribuir para a discussão de questões típicas da área. Além disso, parece importante, também, avaliar sua contribuição para o desenvolvimento do corpo de conhecimentos da área, já que a mesma vem sendo objeto de pesquisa e estudos de pós-graduação. Mais que isso, parece relevante destacar como uma experiência com a Metodologia permitiu melhorar a interação da graduação com a pós-graduação em um departamento de uma universidade federal no Brasil. Destarte, a proposição de um programa de mudança organizacional, tal como descrito acima, deve contribuir para a discussão e o enriquecimento dessas questões.

É importante registrar que os resultados preliminares apresentados assim como os resultados da provável aplicação de todos os sete estágios da Metodologia ao longo do semestre em curso, deverão, ao final do mesmo, constituir o estudo-piloto da investigação realizada no âmbito do programa de iniciação científica. Mais que isso, conforme já dito anteriormente, parte desses resultados deverão constituir um estudo de caso na pesquisa de doutorado ora em andamento. O estudo principal, objeto do projeto de iniciação científica, deverá proporcionar, em última instância, o enriquecimento da interdisciplinaridade da Ciência da Informação, o desenvolvimento de seu corpo de conhecimentos e uma melhor interação entre a graduação e a pós-graduação no departamento, além de introduzir um conhecimento bastante novo neste ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABDUL-KARIM, H.S.H. *Towards an integrated information system for a public sector organisation in Brunei Darussalam*. Loughborough, 2001. Tese (Doutorado) - Loughborough University, Dep. of Information Science, 2001.
- CHECKLAND, P. *Systems thinking, systems practice*. Chichester: John Wiley & Sons, 1999. p.166.
- CHECKLAND, P.; SCHOLLES, J. *Soft systems methodology in action*. Chichester: John Wiley & Sons, 1999. p.29.
- CHILVERS, H. *Managing long-term access to digital data objects: a metadata approach 2000*. Tese (Doutorado) - Loughborough University, Dep. of Information Science, 2000.
- COUPRIE, D. *et al. (CI) Soft systems methodology*. Available from: <<http://sern.ucalgary.ca/courses/seng/613/F97/grp4/ssmfinal.html>>. Acess: Jul. 2000.
- FERRARI, F.M. *et al.* Uma aplicação da soft systems methodology à realidade de uma empresa brasileira. In: SEMEAD. *Ensaio de administração geral*. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/AdmGeral.htm>>. Acesso em: maio 2002.
- HUSSERL, E. *The idea of phenomenology*. The Hague: M Nijhoff, 1970.
- MARTINS, F.M. *Aplicação da Metodologia multicritério de apoio à decisão na avaliação de políticas de gerenciamento em uma empresa agrícola*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- OH, K.M. *Electronic networks and information services in South Korean universities*. Loughborough, 1997. Tese (Doutorado).
- PINHEIRO, S.L.G. *O enfoque sistêmico e o desenvolvimento sustentável: uma oportunidade de mudança de abordagem hard system para experiências com soft systems*. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n2/08_artigo.htm>. Acesso em: abr. 2002.
- SOARES, V.M.S. *A soft systems methodology e a pesquisa-ação para projeto*. In: SEMINÁRIO SOBRE METODOLOGIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO. *Extensão universitária e Metodologia participativa. Anais...* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1998.
- SOARES, V.M.S. *et al.* Técnicas qualitativas e a soft system methodology aliadas ao enfoque sistêmico. *Revista de Administração*, v.36, n.3, p.95-99, 2001.
- WILSON, B. *Systems: concepts, methodologies, and applications*. 2.ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2000.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Transinformação é um periódico especializado, aberto a contribuições da comunidade científica nacional e internacional e distribuído à leitores do Brasil e de vários outros países. Os trabalhos submetidos são arbitrados por pelo menos dois revisores pertencentes ao quadro de colaboradores da Revista, em procedimento sigiloso quanto à identidade tanto do(s) autor(es) quanto dos revisores. Os autores são responsáveis pelas informações contidas nos trabalhos, bem como pela devida permissão ao uso de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes.

A Transinformação publica trabalhos inéditos que contribuam para o estudo e o desenvolvimento científico nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia e correlatos nas seguintes categorias:

Artigos: contribuições destinadas a divulgar resultados de pesquisa inédita.

Revisão: síntese crítica de conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação de bibliografia pertinente.

Ensaio: trabalhos que possam trazer uma reflexão e discutir determinado assunto que gere questionamentos e permita elaborar hipóteses para futuras pesquisas (apenas sob convite).

Debate: artigo teórico que se faz acompanhar de cartas críticas assinadas por autores de diferentes instituições de 3 a 5 especialistas, convidados pelo Editor, seguidas de respostas a do artigo principal (o interessado em submeter um manuscrito para esta seção deve consultar previamente o Editor).

Comunicação: relatos breves sobre tema relevante da atualidade.

Informações sobre pesquisa em andamento: informações sucintas de pesquisas realizadas (dissertações, teses e outros documentos).

Publica também traduções autorizadas pelo detentor dos direitos de reprodução.

Submissão de trabalhos. São aceitos trabalhos acompanhados de carta assinada por todos os autores, com descrição do tipo de trabalho, declaração

de que o trabalho está sendo submetido apenas à Revista Transinformação e de concordância com a cessão de direitos autorais. Caso haja utilização de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. A carta deve indicar o nome, endereço, números de telefone e fax do autor para o qual a correspondência deve ser enviada.

Apresentação do manuscrito. Enviar os manuscritos para a Secretaria da Revista em três cópias, preparados em espaço duplo, com fonte *Times New Roman* tamanho 12 e limite máximo de 25 páginas para **Artigos** ou de **Revisão**, 1 página para **Informações sobre pesquisa em andamento**, 10-15 páginas para **Comunicação** e **Ensaio** e 20 páginas para **Debates** (este sob convite). Todas as páginas devem ser numeradas a partir da página de identificação. Para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto a forma, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos em português, espanhol, inglês ou francês, com título, resumo e palavras-chave no idioma original e em inglês. As referências bibliográficas estão limitadas em torno de 30 para artigos e 50 para artigos de revisão. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS *Word* versão 6.0 ou superior.

Página de título. Deve conter o título, nome de todos os autores por extenso, indicando a filiação institucional de cada um, e o autor para o qual a correspondência deve ser enviada, com endereço completo. Destacar no mínimo três e no máximo seis palavras-chave. Preparar um *short-title* com até 40 toques (incluindo espaços), ambos em português (ou espanhol) e inglês.

Resumo. Todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo no idioma original e em inglês, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras. Os artigos submetidos em inglês

deverão vir acompanhados de resumo em português, além do *abstract* em inglês. O formato dos resumos deve ser o narrativo, destacando objetivos, métodos básicos adotados informando local, população e amostragem da pesquisa, resultados e conclusões mais relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. Não deve conter citações e abreviaturas.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Revisão, Comunicação ou Ensaio, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalhos científicos:

Introdução: deve conter revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema, adequada à apresentação do problema e que destaque sua relevância, não deve ser extensa, a não ser em manuscritos submetidos como Artigo de Revisão. **Metodologia:** deve conter descrição clara e sucinta, acompanhada da correspondente citação bibliográfica, dos seguintes itens:

- procedimentos adotados;
- universo e amostra;
- instrumentos de medida e, se aplicável, método de validação;
- tratamento estatístico.

Resultados: sempre que possível, os resultados devem ser apresentados em tabelas ou figuras, elaboradas de forma a serem auto-explicativas, e com análise estatística. Evitar repetir dados no texto. Tabelas, quadros e figuras devem ser limitadas a 5 no conjunto e numeradas consecutiva e independentemente, com algarismos arábicos de acordo com a ordem de menção dos dados, e devem vir em folhas individuais e separadas, com indicação de sua localização no texto (NBR 12256/1992). A cada um deve-se atribuir um título breve. Os Quadros terão as bordas laterais abertas. O autor responsabiliza-se pela qualidade das Figuras (desenhos, ilustrações e gráficos) que devem permitir redução sem perda de definição, para os tamanhos de uma ou duas colunas (7 e 15 cm, respectivamente). Sugere-se nanquim ou impressão de alta qualidade. **Discussão:** Deve explorar adequada e objetivamente os resultados, discutidos à luz de outras observações já registradas na literatura. **Conclusão:** apresentar as conclusões relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. Se incluídas na seção *Discussão*, não devem ser repetidas.

Agradecimentos: podem ser registrados agradecimentos, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos à instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Referências de acordo com a NBR-6023/2002

Devem ser ordenadas alfabeticamente e normalizadas de acordo com a NBR-6023/2002. Os títulos dos periódicos devem ser referidos por extenso. Publicações com mais de dois autores citam-se todos.

Citações bibliográficas no texto: devem constar da lista de referências. Citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como em Gonçalves (2003); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por e, como em Santos e Martins (2003) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e do ano da publicação, como em Oliveira *et al.* (2003). Demais formas de citações consultar a ABNT-NBR-10520/2002.

Quando houver referências com autores e datas coincidentes, usa-se o título da obra ou artigo para ordenação e acrescenta-se letra minúscula do alfabeto após a data, sem espaçamento.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.

Exemplos

Livros

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Madrid: Tecnos, 2002.

Capítulos de livros

MARQUES DOS SANTOS, A.C. Linguagem, memória e história: o enunciado nacional. In: Ferreira, L.M.A.; ORRICO, E.G.D. (Org.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p.13-51

Artigos de periódicos

SALE, J.E.M.; LOHFELD, L.H.; BRASIL, K. Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-methods research. *Quality and Quantity*, v.36, n.1, p.43-53, 2002.

Para outros exemplos recomendamos consultar as normas da ABNT-NBR-6023/2002.

Anexos e Apêndices: incluir apenas quando imprescindíveis à compreensão do texto. Caberá ao Comitê Editorial julgar a necessidade de sua publicação.

Abreviaturas e Siglas: deverão ser utilizadas de forma padronizada, restringindo-se apenas àquelas usadas convencionalmente ou sancionadas pelo uso, acompanhadas do significado por extenso quando da primeira citação no texto. Não devem ser usadas no título e no resumo.

LISTA DE CHECAGEM
(Enviar preenchida com o original)

- Declaração de responsabilidade e transferência de Direitos Autorais assinada por cada autor
- Enviar ao editor três vias do manuscrito (1 original e 2 cópias)
- Incluir título do manuscrito, em português e inglês
- Verificar se o texto, incluindo resumos, tabelas e referências está reproduzido com letras *Times New Roman*, corpo 12 e espaço duplo, e margens de 3cm
- Incluir título abreviado (*short-title*) com 40 caracteres, para fins de legenda em todas as páginas impressas
- Incluir resumos português, inglês, ou em espanhol nos casos em que se aplique, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras, com palavras-chave
- Legenda das figuras e tabelas
- Página de rosto com as informações solicitadas
- Incluir nome de agências financiadoras e o número do processo
- Indicar se o artigo é baseado em tese/dissertação, colocando o título, o nome da instituição, ano de defesa e número de páginas
- Verificar se as referências estão normatizadas de acordo com a norma da ABNT-NBR-6023/2002, ordenadas alfabeticamente e se todas estão citadas no texto
- Incluir permissão de editores para reprodução de figuras ou tabelas publicadas

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

Cada autor deve ler e assinar os documentos (1) Declaração de Responsabilidade e (2) Transferência de Direitos Autorais.

Primeiro autor:

Autor responsável pelas negociações:

Título do manuscrito:

1. Declaração de responsabilidade: Todas as pessoas relacionadas como autores devem assinar declarações de responsabilidade nos termos abaixo:

– certifico que participei da concepção do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo;

– certifico que o manuscrito é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra Revista e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Transinformação, quer seja no formato impresso ou no eletrônico, exceto o descrito em anexo.

2. Transferência de Direitos Autorais:
"Declaro que em caso de aceitação do artigo a Transinformação passa a ter os direitos autorais a ele referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da Transinformação, vedado qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à Revista".

Assinatura do(s) autor(es) Data ____ / ____ / ____ .

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

Grão-Chanceler: Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor: Pe. José Benedito de Almeida David

Vice-Reitor: Pe. Wilson Denadai

Pró-Reitoria de Graduação: Jamil Cury Sawaya

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários: Profa. Dra. Carmen Cecília de Campos Lavras

Pró-Reitoria de Administração: Prof. Antonio Sergio Cella

Diretora do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas: Profa. Marina de Macedo Arruda

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi

Transinformação

Com capa impressa no papel supremo 240g/m²
e miolo no papel cuchê fosco 90g/m²

Capa / Cover

Érica Cristina Anderson
José Augusto Polizello
Patrícia Gianfrancisco Dizaró

Editoração eletrônica / DTP

Beccari Propaganda e Marketing

Impressão / Printing

Gráfica e Editora Tecla Tipo Ltda

Tiragem / Edition

1200

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da
PUC-Campinas - Serviço de Publicação,
Divulgação e Intercâmbio



Editorial / Editorial

- 97 Reprodução ou transformação: reflexões acerca do tripé ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação**
Reproducing or transforming: Thoughts on the triad education, research and extension practices in Information Science
Johanna W. Smit

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- 105 As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul**
Articulating research with teaching and extension practices in Mercosul's Information Science courses
Marta Lígia Pomim Valentim, Célia Regina Simonetti Barbalho, Dulcinéia Sarmento Rosemberg, Miriam Vieira da Cunha
- 119 La enseñanza universitaria y su extensión en comunidades de frontera: un proyecto dirigido a promover políticas sociales para el ciudadano como usuario de información y lectura**
College teaching and its extension practices in border communities: A project aiming to promote social policies for the citizen as a reader and information user
Martha Sabelli
- 135 Necesidad de fortalecimiento de la extensión universitaria como componente del proyecto académico, con miras a la evaluación y acreditación**
The need to strengthen the college extension as a component of the academic project, aiming at evaluation and accreditation
Margarita Escobar de Morel
- 149 A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular**
The pedagogical dimension of the research in Mercosul's Library Studies courses: Reflections on a trajectory towards curricula harmonization
Mara Eliane Fonseca Rodrigues, José Augusto Chaves Guimarães
- 165 A pesquisa histórica no ensino: saberes necessários à prática docente**
The historical research in Education: The necessary knowledge for the practice of teaching
Lídia Eugenia Cavalcante
- 175 Pesquisa docente no espaço constitutivo da formação dos profissionais da Ciência da Informação no Brasil**
Teachers' research and its effects in the education of Information Science professionals in Brazil
Francisco das Chagas de Souza
- 189 O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero**
The information professional in the work place and the gender relations
Maria Mary Ferreira
- 203 La investigación en la currícula de las Escuelas de Bibliotecología de la Universidad Tecnológica Metropolitana y de la Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación (Chile)**
Research in the Library Studies Schools' curricula of two Chilean universities: The Universidad Tecnológica Metropolitana and the Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación
Héctor Gómez Fuentes, Cristian Valenzuela
- 209 Comunicação científica dos docentes da Universidade Federal do Maranhão no período de 1998 a 2001**
Professors' scientific communication in the Federal University of Maranhão, Brazil, from 1998 to 2001
Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro, Silvana Maria de Jesus
- 221 Estudio de la producción profesional en Bibliotecología en la Argentina: análisis de dominio de la revista Referencias**
Professional production on Library Studies in Argentina: Referencias - analysis of this journal's domain
Gustavo Liberatore, Marcela Coringrato, Adrián Amerio
- 231 Análisis bibliométrico de la producción científica de los investigadores con proyectos aprobados por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Córdoba: 1996/1999**
Bibliometric analysis of the scientific production of researchers with projects approved by the Science and Technology Office of the Universidad Nacional de Córdoba (Argentina): 1996-1999
Eugenia Bustos Argañaraz, Alicia Centeno Sosa, María Virginia Rapela
- 245 Investigación de fuentes de información jurídica en materia de discriminación**
Research into legal information sources concerning discrimination
Alicia S. Cap
- 259 Metodologia de Sistemas Flexíveis aplicada a estudos em Ciência da Informação: uma experiência pedagógica**
The Soft Systems Methodology applied to the Information Science studies: A pedagogical experience
Sely M. S. Costa
- 273 Sistema hipermídia ajudando a construir a pesquisa escolar**
The Hypermedia System "Helping to build the elementary-school research"
Ana Maria Nogueira Machado, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti